



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO.**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

CUIABÁ – MT / MARÇO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO.**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010.

CUIABÁ – MT, MARÇO/2011

LISTAS DE ABREVIACOES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União

CONIF - Conselho Nacional das Instituioes da Rede Federal de Educao Profissional, Científica e Tecnológica.

DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informao

DN – Decisão Normativa

DSRH – Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos

IF – Instituto Federal

IFMT – Instituto Federal de Educao, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

IN – Instruo Normativa

MEC – Ministério da Educao

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educao

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

Port. – Portaria

PROAD – Pró-Reitoria de Administrao

PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROPES – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovao

RG – Relatório de gestão

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SEED – Secretaria de Educao a Distância

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

UG's – Unidades Gestoras

TABELAS

Tabela I – Identificação da UJ.....	12
Tabela II. Os novos Campi do IFMT a serem implantados.	25
Tabela III. Indicadores dos Grupos de Pesquisa Cadastrados no CNPq.....	30
Tabela IV. Projetos aprovados com recursos externos.	30
Tabela V. Projetos apresentados/aprovados no PROIC/IFMT e PIBITI/CNPq	30
Tabela VI. Projetos financiados	32
Tabela VII. Pós-Graduação Strictu Senso.....	33
Tabela VIII. Pós-Graduação Lato Senso - PROEJA.....	33
Tabela IX – Demonstrativo da execução por Programa e Ações de Governo.....	40
Tabela X – Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da Instituição	59
Tabela XI – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	60
Tabela XII. Resumo geral da execução programática.....	64
Tabela XIII. Identificação das Unidades Orçamentárias	66
Tabela XIV. Programação de despesas correntes	66
Tabela XV. Programação de despesas de capital.....	67
Tabela XVI. Resumo da Programação de Despesas	67
Tabela XVII. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	69
Tabela XVIII. Resumo das movimentações internas ou externas.....	73
Tabela XIX. Créditos orçamentários recebidos por descentralização.....	74
Tabela XX. Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.	77
Tabela XXI. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ. .78	78
Tabela XXII. Despesa de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ..79	79
Tabela XXIII. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação80	80
Tabela XXIV. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.	81
Tabela XXV. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.	81
Tabela XXVI. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	83
Tabela XXVII. Gastos correntes por aluno/ano.	84
Tabela XXVIII. Percentual de gastos com pessoal.....	85
Tabela XXIX. Percentual de gastos com outros custeios.....	86
Tabela XXX. Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	86
Tabela XXXI. Gastos com outras descentralizações de créditos.	87
Tabela XXXII. Gastos com investimentos/gastos totais.....	88
Tabela XXXIII. Investimentos com obras	88
Tabela XXXIV. Investimentos em aquisição de equipamentos e materiais permanentes	89
Tabela XXXV. Resumo dos investimentos.....	89
Tabela XXXVI. Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.	90
Tabela XXXVII. Relação candidato por vaga.	90
Tabela XXXVIII. Relação ingressos por alunos.....	93
Tabela XXXIX. Relação de concluintes por alunos.	95
Tabela XL. Índice de eficiência acadêmica.	98
Tabela XLI. Índice de retenção do fluxo escolar.	101
Tabela XLII. Relação alunos por docentes em tempo integral.	103
Tabela XLIII. Índice de Titulação do Corpo Docente	104
Tabela XLIV. Relação entre o Número de Técnicos Administrativos e o Número de Docentes....	106
Tabela XLV. Do acervo bibliográfico.....	107

Tabela XLVI. Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010	108
Tabela XLVII. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	108
Tabela XLVIII. Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	109
Tabela XLIX. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2010	109
Tabela L. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010	109
Tabela LI. Composição do Quadro de Estagiários	110
Tabela LII. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – EAF Cáceres (Atual Campus Cáceres)	110
Tabela LIII. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-MT (Atual Campus Cuiabá)	111
Tabela LIV. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-Cuiabá (Atual Campus São Vicente)	112
Tabela LV. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2010	112
Tabela LVI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cuiabá	113
Tabela LVII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cáceres	114
Tabela LVIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Juína	114
Tabela LIX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Pontes e Lacerda	115
Tabela LX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus São Vicente	115
Tabela LXI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Confresa	116
Tabela LXII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Reitoria e Campi Barra do Garças e Rondonópolis	116
Tabela LXIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Bela Vista	117
Tabela LXIV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cuiabá	117
Tabela LXV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Campo Novo do Parecis	118
Tabela LXVI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus São Vicente	118
Tabela LXVII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Bela Vista	119
Tabela LXVIII. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Cuiabá	120
Tabela LXIX. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus São Vicente	120
Tabela LXX. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Juína	121
Tabela LXXI. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Pontes e Lacerda	121
Tabela LXXII. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Campo Novo do Parecis	121

Tabela LXXIII. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Confresa.....	122
Tabela LXXIV. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Cáceres.....	122
Tabela LXXV. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Reitora e Campi Barra do Garças e Rondonópolis.....	122
Tabela LXXVI. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra/ Campus Bela Vista	123
Tabela LXXVII. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2010.....	123
Tabela LXXVIII. Desligamentos por Campi ocorridos em 2010	124
Tabela LXXIX. Edital n. 13/2010	127
Tabela LXXX. Edital n. 14/2010	129
Tabela LXXXI. Edital n. 021/2010	131
Tabela LXXXII. Processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos ...	131
Tabela LXXXIII. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	133
Tabela LXXXIV. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	133
Tabela LXXXV. Resumo das prestações de contas sobre transferências concedidas por outras Unidades Jurisdicionadas por meio de descentralizações de recursos.....	134
Tabela LXXXVI. Estrutura de Controles Internos da UJ	137
Tabela LXXXVII. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	140
Tabela LXXXVIII. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	144
Tabela LXXXIX. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	144
Tabela XC. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ	145
Tabela XCI. Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	154
Tabela XCII. Despesa com cartão de crédito corporativo	155
Tabela XCIII. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.	156
Tabela XCIV. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.	162
Tabela XCV. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	168
Tabela XCVI. Situação das recomendações da Auditoria Interna na área de Recursos Humanos.	172
Tabela XCVII. Situação das recomendações da Auditoria Interna para o Campus São Vicente ...	179
Tabela XCVIII. Situação das recomendações da Auditoria Interna para o Campus Pontes e Lacerda	186
Tabela XCIX. Situação das recomendações da Auditoria Interna para o Campus Pontes e Lacerda	191
Tabela C. Falhas e/ou Irregularidades (Estrutura padrão para descrição de irregularidades verificadas, com ou sem dano apurado, e consequente caracterização da responsabilidade dos gestores envolvidos).....	215

FIGURAS

Figura 1. SLA do atendimento em 2010	150
--	-----

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
2	INTRODUÇÃO	13
3	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	15
3.1	COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL.....	15
3.2	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	16
4	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS 25	
4.1	ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO.....	27
4.2	ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO	27
5	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	40
5.1	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO	40
5.2	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS	60
6	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/ FINANCEIRO	66
6.1	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	66
6.1.1	Programação Orçamentária da Despesa.....	66
6.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	77
6.2.2	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	83
6.2.3	Pagamentos e cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores	83
7	INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	84
7.1	Dos indicadores de gestão financeira	84
7.2	Dos indicadores de gestão acadêmica	90
8	RECURSOS HUMANOS	108
8.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos da Instituição.....	108
8.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	109
8.3	Composição do Quadro de Estagiários	110
8.4	Quadro de custos de recursos humanos.....	110
8.5	Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra	113
8.5.1	Serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	113
8.5.2	Serviços com locação de mão-de-obra	117
8.5.3	Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra.....	120
8.6	Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos	123
8.7	Concursos Públicos para contratação de servidores e professores substitutos.....	127
9	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	132
10	TRANSFERÊNCIAS	133
11	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	137
12	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	140
12.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	140
13	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	144
13.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	144
14	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	149
15	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	153
16	DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	154

17	RECOMENDAÇÕES DO TCU/CGU	156
17.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	156
17.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	162
17.3	Recomendações da CGU atendidas no exercício	164
17.4	Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício	168
17.5	Recomendações do Controle Interno (Auditoria Interna)	171
18	DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	213
19	DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV 214	
20	RELATÓRIO DE CORREIÇÃO	215
21	CONCLUSÃO	216
22	ANEXO B – PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	217
23	ANEXO C – PARECER DO CONSELHO SUPERIOR	238

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Moreira Pacheco

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.

Reitor “Pro Tempore”: José Bispo Barbosa

CONSELHO SUPERIOR:

Presidente

José Bispo Barbosa

João Vicente Neto (Suplente)

CONSELHEIROS:

TITULARES

Vânia Cristina Nadaf
Maria Ubaldina Costa Sancges
Gilma Silva Chitarra
Xisto Rodrigues de Souza
Bruno J. de Amorim Coutinho
Iraci de Fátima Pereira
Joice Justino Viana
Jandilson Vitor da Silva
José Ricardo Gonçalves Duarte
Eduardo de Oliveira
Igor Miguel G. Ribeiro
Evertom Almeida da Silva
Marcelo Martins Cestari
Adriano José da Vieira Furtado
João Carlos de Souza Maria
Gilberto Gomes de Figueiredo
Juliano Muniz Calçada
Valdiney Antônio Arruda
Manoel de Souza
Edésio Martins da Silva
Marcus Aurélius S. Serpe
Ali Veggi Atala
Leone Covari
Olegário Baldo

Representação

DOCENTE
DOCENTE
DOCENTE
DOCENTE
TÉC. ADM.
TÉC. ADM.
TÉC. ADM.
TÉC. ADM.
DISCENTE
DISCENTE
DISCENTE
DISCENTE
EGRESSO
EGRESSO
FAPEMAT
SENAI
SENAR
Sec. Reg. Trabalho
Força Sindical – MT
SENALBA
MEC
Diretor-Geral de Campus
Diretor-Geral de Campus
Diretor-Geral de Campus

SUPLENTES

Vanderley Severino dos Santos
Reginaldo Antônio Medeiros
Vinicius de Mato Rodrigues
Anderson Augusto Ribeiro
Edson Jerônimo Nobre
Reinaldo Silva Barbosa
Maelison Silva Neves
Vera Cristina de Quadros
Willdson G. de Almeida
Michelly Nascimento Barreto
João Ferreira de Souza Filho
Perivaldo de Carvalho
Cristiano Silva Damasceno
-
Solange M. de Barros I. Papa
Lélia Rocha Abadio Brun
Otávio Bruno Nogueira Borges
Norma Lúcia M. da Silva
Maria Francisca da Silva Costa
Itálo Maria Stabilio
Marcelo Camilo Pedra
Gláucia Mara de Barros
Suzana Aparecida da Silva
Darlon Alves de Almeida

REITORIA DO IFMT

Reitor “Pro Tempore”

José Bispo Barbosa

Reitor Substituto

Pró-Reitor de Extensão

João Vicente Neto

Pró-Reitor de Administração

Josias do Espírito Santo Coringa

Pró-Reitor de Ensino

Willian Silva de Paula

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Adriano Breunig

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Rupert Carlos de Toledo Pereira

DIRETORES GERAIS DOS CAMPI

Campus Barra do Garças

Josdyr Vilhagra

Campus Bela Vista

Suzana Aparecida da Silva

Campus Cáceres

Olegário Baldo

Campus Campo Novo do Parecis

Darlon Alves de Almeida

Campus Confresa

Aluizio Alves da Costa

Campus Cuiabá

Ali Veggi Atala

Campus Juína

José Alves Junqueira

Campus Pontes e Lacerda

Gláucia Mara de Barros

Campus Rondonópolis

Pedro José de Barros

Campus São Vicente

Leone Covari

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Josias do Espírito Santo Coringa – PROAD/IFMT

Michelle Eiko Hayakawa – PROAD/IFMT

Apoio:

Marcos de Almeida Faria – PRODIN/IFMT

Túlio Marcel R. de Figueiredo – PROAD/IFMT

Danilo Herbert Queiroz Martins – Campus Cuiabá

João Germano Rosinke – Campus Confresa

Ronaldo José Perin – Campus São Vicente

Maria Moreira de Carvalho – Campus Cáceres

Thiago Costa Campos – Campus Juína

Jandilson Vítor da Silva – Campus Campo Novo do Parecis

Lucimar Moreira da Silva – Campus Pontes e Lacerda

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela I – Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			
Denominação abreviada: IFMT			
Código SIORG: 100916	Código LOA: 26414	Código SIAFI: 158144	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 85.42-0-00
Telefones/Fax de contato:	(065) 3624-0570	(065) 3624-2993	(065) 3624-4370
E-mail: gabinete@ifmt.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifmt.edu.br			
Endereço Postal: Rua Comandante Costa, 1.144, Centro Sul, Cuiabá – MT, CEP 78020-400			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2009 – Lei de Criação			
Portaria n. 4, de 06/01/2009, do Ministério da Educação, publicada no DOU 07/01/2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto – Resolução n. 01, de 01/09/2009, publicada no DOU 04/09/2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2009/2014			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158144	Reitoria		
158333	Campus Cuiabá		
158334	Campus Cáceres		
158335	Campus São Vicente		
158492	Campus Campo Novo do Parecis		
158493	Campus Juína		
158494	Campus Bela Vista		
158495	Campus Pontes e Lacerda		
158496	Campus Confresa		
158497	Campus Barra do Garças		
158498	Campus Rondonópolis		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26414	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158144		26414	
158333			
158334			
158335			
158492			
158493			
158494			
158495			
158496			
158497			
158498			

2 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, atualmente denominado Campus São Vicente, Campus Cuiabá e Campus Cáceres, respectivamente. Ainda integram o sistema IFMT os Campus Bela Vista, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Confresa, Juína e Rondonópolis, os Núcleos Avançados de Campo Verde, Jaciara, Jauru e Poconé, e os pólos da Educação a Distância.

Todos os campi tem como finalidade, atingir de forma abrangente os setores econômicos dos segmentos agrário, industrial e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades culturais, sociais e dos arranjos produtivos de todo o Estado.

A cada dia torna-se mais evidente a importância e a responsabilidade social do Instituto Federal de Mato Grosso, onde o ensino, a pesquisa e a realização de ações de extensão articuladas têm contribuído efetivamente para a promoção da cidadania, do crescimento sustentável e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Nesse contexto, a educação pública gratuita e de qualidade é o melhor caminho para a construção da soberania, e se constitui como uma forma legítima no combate às desigualdades sociais, na preservação da natureza e promoção harmoniosa da convivência entre os povos.

No entanto, há de ressaltar que no exercício de 2010, a Instituição passou por diversos desafios, tais como, o processo de integração entre as ex-autarquias, a abertura de novos Campi, a falta de pessoal, a criação da nova estrutura administrativa e educacional do Instituto Federal, e outros. Porém o principal desafio, foi à mudança de cultura, haja vista, que até então, os servidores e a comunidade externa continuavam tratando os Institutos como CEFET's e/ou Escolas Agrotécnicas, dessa forma houve necessidade de intervenção em vários momentos, bem como a revisão da gestão pública, para que esse processo de transformação fosse a menos traumática possível.

Além disso, no início do ano, a Instituição passou por diversas dificuldades técnicas no que tange as migrações dos Sistemas, tais como: SIAFI, SIASG, SCDP, SIAPE e outros. Porém através de um esforço conjunto com o Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, tais dificuldades puderam ser superadas. Porém mesmo assim, várias outras Instituições, tais como Receita Federal, Prefeituras, Cartórios e outros, ainda tem causado alguns empecilhos nesse processo de transformação e integração.

Há muitos desafios a serem enfrentados, contudo, com a força da comunidade interna e externa, esperamos superá-los, de forma a cumprir a missão da Instituição e contribuir para o desenvolvimento do país.

Logo, com o intuito de prestar contas e tornar público todas as ações realizadas no exercício de 2010 pelo Instituto Federal de Mato Grosso à sociedade e aos órgãos de controle da Administração Pública Federal, foi elaborado este documento com base na Decisão Normativa TCU n. 107/2010 – Regras para elaboração dos relatórios de gestão do exercício de 2010, DN TCU nº. 110/2010 – Regras para a constituição dos processos de contas cujos responsáveis (nos termos dos

arts. 4º e 10 da IN 63/2010), Portaria nº. 277//2010 do TCU e Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Ainda no atendimento a norma (DN TCU nº. 107/2010) os itens reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, transferências (realizadas), fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos e renúncias tributárias não ocorreram no exercício de 2010, nessa Unidade Jurisdicionada.

3.1 COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

De acordo com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso na execução das políticas públicas está estabelecido pela correspondência entre às diretrizes firmadas pelo Ministério da Educação – MEC, especificamente por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, e por meio do seu planejamento estratégico, que é o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Já o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT disciplina que todas as ações realizadas no âmbito da instituição devem ser pautadas por um objetivo comum, a saber, a geração de conhecimentos socialmente referenciados.

Assim, a autonomia do IFMT pode ser compreendida em suas dimensões social e política, balizando a sua capacidade em aplicar tais conhecimentos no atendimento à sociedade. As ações em prol do desenvolvimento local, regional e nacional.

Para tanto a missão do IFMT é a de proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística, nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.

A organização e o funcionamento estão disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 1, de 01 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2009. No Sistema de Administração Financeira – SIAFI, o Código da Instituição é a 26414, a Unidade Gestora da Reitoria é a 158144, divididas em mais 10 (dez) unidades gestoras, que representam os Campi do IFMT.

Cada Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, possui autonomia delegada, para a execução orçamentária e financeira de sua unidade gestora e ainda, a gestão patrimonial e administrativa do seu Campus. Essa estrutura descentralizada que compõe o sistema *multicampi*, está presente nos seguintes municípios: Cuiabá (02 campi), Santo Antônio do Leverger, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Cáceres, Confresa, Juína, Barra do Garças e Rondonópolis, e ainda, pólos de educação à distância e núcleos avançados.

3.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Desse modo, tendo por base as metas e ações apontadas pelo PDE e pelo PDI, respeitadas as possibilidades e condições atuais e considerando a evolução das ações do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, o IFMT tem por objetivos:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio (mínimo de 50% de suas vagas), preferencialmente na forma de cursos integrados, mas também atendendo os cursos subsequentes ou concomitantes, incluindo-se PROEJA;

- ministrar em nível de educação superior:

- cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica (mínimo de 20% de suas vagas);

- cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;

- cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica;

- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, nas modalidades presencial e à distância, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

- fomentar a cultura do empreendedorismo e de apoio à inovação tecnológica, em consonância com as ações em curso no Estado de Mato Grosso;

- apoiar a oferta do ensino de ciências nas escolas públicas das redes municipal e estadual.

Tendo uma missão tão árdua e importante para a sociedade mato-grossense e brasileira, de uma forma geral, o PDI propôs estratégias e ações, sendo:

- **Ensino:**

- Estratégia I - Consolidar a Política de Ensino no IFMT**

- Ações:

1. Possibilitar a adoção de um currículo dinâmico, flexível e interdisciplinar nos diversos níveis e modalidades de ensino.

2. Trabalhar a difusão e a utilização dos conhecimentos e das tecnologias.
3. Desenvolver pesquisa aplicada nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e de cursos técnicos, que possam também concorrer para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável.
4. Conceber a avaliação da aprendizagem nas concepções diagnóstica e formativa.
5. Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista a educação inicial e continuada dos trabalhadores.
6. Desenvolver trabalho em função da valorização da rede pública de ensino via parcerias.

IFMT **Estratégia II - Implementar a Política de Formação de Profissionais da Educação do**

- Ações:

1. Realizar fóruns permanentes de reflexão quanto a temáticas inerentes ao contexto educativo.
2. Estabelecer parceria com a Pró-Reitoria de Pós-graduação visando à capacitação de profissionais da educação.
3. Implantar políticas de participação em eventos de cunho científico com apresentação de trabalhos.
4. Incentivar projetos de dedicação exclusiva visando pesquisas e suas publicações.

Ensino **Estratégia III - Garantir a efetivação de Ações Institucionais com vistas a atender ao**

- Ações:

1. Fortalecer o sistema de avaliação institucional.
2. Implantar um programa único de sistema acadêmico.
3. Garantir a efetivação da gestão democrática.

Estratégia IV - Facilitar o acesso ao IFMT para camadas da população historicamente desfavorecidas

- Ações:

1. Ofertar cursos de PROEJA.
2. Desenvolver programa de apoio aos discentes com deficiência (Bolsas de Estágio reserva de vagas ao Ensino Médio e Técnico e Núcleo de Apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais- NAPNEs).
3. Estabelecer programa de Concomitância Externa (Reserva de vagas na Educação Profissional para alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, desde que conveniada).
4. Valorizar o resultado do ENEM para alunos que desejam ingressar nos cursos superiores.
5. Valorizar o aluno-trabalhador com concessão de pontos a experiência profissional devidamente comprovada, no processo seletivo dos cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Estratégia V - Desenvolver Programas de Incentivo à Permanência.

- Ações:

1. Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as Bolsas de Iniciação Científica e as Bolsas de Monitoria.

2. Incentivar a permanência do aluno carente, através das bolsas de estágio; Isenção das taxas de alimentação, assistência médica/odontológica através de parcerias e moradia nos *campi* que assim permitir.
3. Incentivar e apoiar a existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores, assim permitindo que estes possam completar ou iniciar seus estudos.
4. Instituir programas de monitoria e plantões de atendimento social e pedagógico a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
5. Favorecer que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, como: ensino e interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braile; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc.
6. Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.
7. Promover a cultura, o esporte e o lazer.

Estratégia VI - Incentivar a Inserção do Aluno Concluinte no Mercado de Trabalho

- Ações:

1. Incentivar projetos de empreendedorismo e associativismo.
2. Estabelecer parcerias com a Pró-Reitoria de Extensão visando à inserção de alunos dos cursos do IFMT em estágios e em primeiro emprego.
3. Programar visitas técnicas e participação em eventos de cunho científico para alunos nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e técnicos.

Estratégia VII - Estruturar adequadamente as Bibliotecas

- Ações:

1. Criar comissão para analisar se os espaços físicos para as bibliotecas dos *Campi* são satisfatórios, bem como uma política de preservação do acervo bibliográfico.
2. Ampliar o acervo bibliográfico do IFMT.
3. Implantar amplos espaços físicos setorizados, incluindo salas de estudo, salas de acesso à Internet, salão para exposições artísticas e culturais, dentre outras.
4. Ampliar os recursos da biblioteca: acervo técnico-científico, equipamentos e sistemas de modernização tecnológica.
5. Adquirir material bibliográfico, com base em um orçamento crescente.
6. Atualizar todos os recursos das Bibliotecas por meio de sistema unificado.
7. Criar um sistema unificado de rede de informação das bibliotecas do IFMT.
8. Implantar sistema de empréstimos *on-line*, assim como reservas, verificação das datas de retorno das obras, localização nas prateleiras, títulos relacionados, dentre outros.

Estratégia VIII - Implantar um sistema gerenciador de Bancos de Dados

- Ações:

1. Digitalizar a produção acadêmica do IFMT, propiciando a criação de um banco de dados constantemente atualizado.
2. Criar *links* para outras Bibliotecas Virtuais e Temáticas do Brasil e exterior.
3. Intensificar o intercâmbio do acervo com outras bibliotecas, quer através dos métodos tradicionais, quer através dos recursos digitais de transferência de dados.

O PDI estabeleceu tais estratégias e ações para serem aplicadas ao longo de cinco anos (2009-2014) e no que tange ao Campus Cuiabá, observamos que a maioria das ações já estão sendo desenvolvidas. Apesar dos esforços ainda é necessário o desenvolvimento das ações relacionadas com os Programas de Incentivo à Permanência e melhor estruturação de Bibliotecas.

- **Pós-Graduação**

- **Estratégia I – Consolidar a política de pós-graduação no IFMT**

- - Ações:

1. Definição de parâmetros para a consolidação dos programas de pós-graduação.
2. Compor grupos de estudo para a implantação dos programas regulares de pós-graduação – *Stricto sensu*, em 2011.
3. Articular os cursos com os programas regulares de pós-graduação às linhas de pesquisa estabelecidas na IES.
4. Elaboração de programas regulares de pós-graduação compatíveis com as linhas de pesquisa existentes.
5. Consolidar a sistemática de avaliação das atividades de pós-graduação até 2010.

- **Estratégia II – Desenvolver programas de pós-graduação no IFMT**

- - Ações:

1. Implantar programas de pós-graduação *Lato Sensu* em cada área de graduação do IFMT.
2. Implantar programas especiais e desenvolver novos cursos de pós-graduação.
3. Implantar novos programas de pós-graduação a partir de 2010.
4. Aperfeiçoar e dar continuidade as atividades de pós-graduação empreendidas.
5. Celebrar convênios com outras IES para a realização de programas de pós-graduação, ampliando o número de convênios para um total de 2 (dois) convênios a cada ano letivo, através de recursos próprios e por agências de fomento.

- **Estratégia III – Consolidar a política de divulgação das atividades de pós-graduação no IFMT**

- - Ações:

1. Ampliar os veículos institucionais regulares para a divulgação das atividades de pós-graduação.
2. Implantar, durante o período de 2009 a 2014, novos meios de divulgação permanentes para atividades de pós-graduação.

- **Estratégia IV – Consolidar a Política de Qualificação dos servidores do IFMT**

- - Ações:

1. Dar continuidade ao programa de capacitação docente/técnico-administrativo, mediante a oferta de cursos de especialização.
2. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação dos técnicos administrativos.
3. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação do corpo docente.

Na área de pós-graduação, ao longo de 2009, vários projetos exitosos foram executados, com destaque para a realização de três cursos *Lato Sensu* gratuitos: Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Redes e Computação

Distribuída e Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, e início de cursos Stricto Sensu: Doutorado Interinstitucional em Engenharia Elétrica e Doutorado Interinstitucional em Geotécnica.

- **Educação a Distância**

Estratégia I - Fortalecer a qualidade do Ensino a Distância

- Ações:

1. Capacitar adequadamente os servidores docentes, técnico e cooperadores bolsistas para atender as necessidades dos cursos oferecidos.
2. Criar a Comissão de Avaliação Interna da EaD.
3. Desenvolver programas de reformulação e atualização curricular dos cursos de graduação em andamento.
4. Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas para uso nos diversos níveis de ensino.
5. Difundir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), estimulando o domínio das novas linguagens de informação e comunicação junto à comunidade acadêmica.
6. Implementar políticas e programas de educação à distância (EaD), visando à democratização do acesso à educação, a informação e ao conhecimento e à interiorização da oferta de vagas.
7. Propiciar uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico, mediante ações de inclusão digital e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Estratégia II - Estabelecer a relação Ensino/Pesquisa e Extensão na EaD

- Ações:

1. Ofertar cursos de pós-graduação com cursos *Lato sensu* à comunidade da UAB/IFMT.
2. Criar cursos de extensão à distância.
3. Fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de TICs aos processos didático-pedagógicos.
4. Estruturar coordenação para acompanhar a extensão, a pesquisa e a pós-graduação da EaD.

Estratégia III - Difundir os conhecimentos de EaD

- Ações:

1. Estruturar a revista científica para a divulgação das produções relacionadas à EaD.
2. Organizar o seminário anual de EaD.

Por se tratar de uma modalidade nova, a Educação a Distância tem enfrentado muitas dificuldades, mas as ações propostas estão sendo implementadas frente a essa realidade.

- **Pesquisa**

Estratégia I - Sistematizar e Institucionalizar a pesquisa no IFMT

- Ações:

1. Criar um banco de dados no IFMT com todas as informações referentes à pesquisa, tais como Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, dados de cada pesquisador, número

de pesquisas, número de bolsistas e demais informações necessárias para acompanhamento, avaliação e bom andamento dos projetos de pesquisa.

2. Implantar o Programa de Qualificação Institucional (PQI) no IFMT.
3. Formar grupos de pesquisa a partir da definição das linhas de pesquisas institucionais.
4. Criar mecanismos de proteção à propriedade intelectual, estimulando o registro de patentes, processos, softwares, entre outros.
5. Criar mecanismos para apoiar, nos *campi* agrícolas, a realização de pesquisas nas Unidades Educativas de Produção (UEPs).

Estratégia II - Ampliar e modernizar a infraestrutura para a pesquisa e para os pesquisadores

- Ações:

1. Obter acesso irrestrito na consulta do portal de periódico da CAPES.
2. Criar espaço físico para o trabalho dos pesquisadores, com salas individuais ou para grupos de pesquisa.
3. Ampliar a destinação de recursos para aquisição de materiais para pesquisa.
4. Aumentar o número de servidores técnico administrativos de apoio à pesquisa.
5. Criar laboratórios de pesquisa, priorizando os necessários para abertura dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* do IFMT.

Estratégia III - Ampliar e melhorar a participação do DISCENTE na pesquisa

- Ações:

1. Fomentar, no âmbito do IFMT, a importância da participação discente no desenvolvimento de projetos de pesquisa.
2. Buscar, nas entidades de fomento a pesquisa, recursos para concessão de bolsas de pesquisa para os discentes.
3. Criar um Programa Institucional de Iniciação Científica para concessão de bolsas de pesquisa aos discentes.
4. Gerir a política de distribuição de bolsas, considerando o número de grupos de pesquisa, o número de docentes e de discentes de cada *Campus*.
5. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos às bolsas de pesquisa.
6. Incentivar a criação de Núcleos ou Grupos de Estudo nas diferentes áreas, com servidor orientador e discentes, como forma de fomentar o interesse pela pesquisa;

Estratégia IV - Valorizar e Incentivar o servidor pesquisador

- Ações:

1. Viabilizar a distribuição de carga horária, como forma de contemplar o servidor que realiza pesquisa, incluindo a pesquisa como parte da avaliação docente ou para concessão de Dedicção Exclusiva (DE), incluindo também o tempo dedicado pelo servidor na orientação de discentes.
2. Institucionalizar o incentivo ao afastamento para realização de capacitação.
3. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos ao afastamento para capacitação e os auxílios financeiros aos projetos de pesquisa obtidos pelo pesquisador ou grupo de pesquisa.

Estratégia V - Apoiar, de forma institucional, os projetos de pesquisa de interesse do IFMT

- Ações:

1. Prever, no orçamento anual, recursos do IFMT para apoio à pesquisa;

2. Garantir a criação da Comissão de Ética na Pesquisa.
3. Viabilizar o apoio técnico à pesquisa, visando auxiliar o pesquisador ou grupo de pesquisa nas atividades inerentes à pesquisa.
4. Promover a capacitação de docentes na elaboração de projetos de pesquisa através de cursos e treinamentos específicos, visando à captação de recursos externos para pesquisa.
5. Fortalecer as linhas de pesquisa prioritárias de cada *campus*, incentivando e apoiando formação de novos Grupos de Pesquisa.
6. Dar condições efetivas aos pesquisadores para participar de eventos e congressos científicos mediante aprovação do Comitê da área.

Estratégia VI - Fortalecer as parcerias com agências de fomento, FAPs, governo, e instituições públicas e privadas

- Ações:

1. Buscar a ampliação de recursos externos destinados à pesquisa, tanto para apoio financeiro aos projetos, como para concessão de bolsas de pesquisa para docentes e discentes.
2. Firmar parcerias com empresas públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, bem como para testar novos produtos, equipamentos ou serviços.
3. Melhorar a participação em conselhos, comitês e demais fóruns regionais e estaduais relativos à pesquisa e inovação tecnológica.
4. Buscar a realização de intercâmbios regionais, nacionais e internacionais com instituições de pesquisa.
5. Garantir a propriedade da produção intelectual dos pesquisadores.

Estratégia VII - Melhorar/criar mecanismos de divulgação da pesquisa que possam atingir tanto a comunidade interna quanto a externa

- Ações:

1. Realizar ações em conjunto com a extensão para a divulgação da pesquisa, através de dias de campo, palestras e cursos dentre outros, na comunidade interna e externa.
2. Melhorar a divulgação da pesquisa através da Publicação Periódica de Revista Científica (impressa e eletrônica).
3. Publicar, a cada dois anos, coletâneas de resumos das publicações do IFMT;
4. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
5. Divulgar todos os eventos relacionados à pesquisa, tais como a aprovação de projetos de pesquisa, a aprovação de trabalhos em congressos, premiações e demais ações relativas à pesquisa.
6. Criar mecanismos para melhorar a comunicação entre o IFMT e a comunidade externa visando, principalmente, captar as demandas e as necessidades reais de cada região.

Estratégia VIII - Avaliar as ações da pesquisa no IFMT de forma sistematizada e periódica

- Ações:

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

Estratégia IX Promover a integração e a cooperação, na área de pesquisa, entre os CAMPI do IFMT

- Ações:

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
2. Criar um banco de informações relativas à disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
3. Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

A pesquisa tem sido incentivada nos últimos anos, de modo que as ações propostas estão sendo aos poucos implementadas no Campus Cuiabá, com resultados expressivos, como será apresentado neste Relatório.

• **Extensão**

Estratégia I - Institucionalizar e Sistematizar as atividades de Extensão no IFMT

- Ações:

1. Criar um banco de dados na Pró-Reitoria de Extensão do IFMT com todas as informações referentes às atividades de Extensão desenvolvidas nos *campi*, no âmbito da sua abrangência.
2. Fortalecer e empoderar Diretorias, Coordenações, fóruns e grupos de Extensão, nos *campi*, principalmente por intermédio de treinamentos e compartilhamento de experiências.

Estratégia II - Promover a integração e a cooperação, na área de Extensão, entre os CAMPI do IFMT

- Ações:

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
2. Criar um banco de informações relativas à disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
3. Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

Estratégia III - Fomentar novas iniciativas de extensão no *campi*

Ações

1. Criar programas, projetos, bolsas, cursos, eventos, e outros produtos acadêmicos, que beneficiem o servidor e docente extensionista.
2. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.

Estratégia IV - Promover integração entre o IFMT e a sociedade

- Ações:

1. Incentivar a participação dos servidores e discentes nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.
2. Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
3. Articular políticas com municípios, estado e iniciativa privada que oportunizem o acesso à Formação Inicial e Continuada (FIC).

4. Garantir a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo a demandas sociais emergentes nos diversos *campi* do instituto.
5. Desenvolver parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural, consolidando a participação do IFMT como agente cultural nas regiões onde atua.
6. Aprofundar o relacionamento institucional com as comunidades já atingidas pelas ações de extensão.
7. Promover em parceria com o setor público e privado ações de inclusão social nos campos da educação, saúde e cidadania.
8. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.
9. Ampliar as parcerias com órgãos públicos para atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.

Estratégia V – Intensificar o acompanhamento aos discentes na busca e desenvolvimento do Estágio e Emprego

Ações

1. Elaborar programas institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com instituições e empresas nacionais e internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao estágio curricular e intercâmbios.
2. Viabilizar o acompanhamento de egressos mediante cadastros, eventos e pesquisas da sua inserção no mundo do trabalho bem como sua satisfação pessoal e profissional.

Estratégia VI - Criar mecanismos de divulgação das atividades de Extensão com vistas a atingir a comunidade interna e a externa

- Ações:

1. Realizar ações em conjunto com a pesquisa para a divulgação da extensão, através de dias de informativo periódico, palestras e cursos dentre outros;
2. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
3. Realizar publicações em jornais de circulação e abrangência estadual.
4. Divulgar atividades de Extensão em programas televisivos de abrangência local, regional e estadual.

Estratégia VII - Avaliar as ações da Extensão no IFMT de forma sistematizada e periódica.

- Ações:

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *Campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

Assim como a pesquisa, a área de extensão tem sido desenvolvida nos últimos anos, com implementação gradativa das ações propostas.

Enfim, observa-se que as estratégias estão sendo implementadas e as estratégias bem desenvolvidas, sendo os principais entraves à falta de pessoal e recursos.

4 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

As estratégias da Instituição estão atreladas ao seu Estatuto e ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, bem como as diretrizes definidas pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e pelas políticas públicas promovidas pelo Ministério da Educação.

Dentre as responsabilidades institucionais, foram várias atividades desempenhadas pela Instituição no decorrer do exercício de 2010, porém um dos fatores de destaque foi o processo de expansão da Rede Profissional Tecnológica, principalmente que dos 10 Campi do IFMT, 04 (quatro) Campi estão em fase de implantação, sendo eles nos municípios de Barra do Garças, Confresa, Juína e Rondonópolis. Esses Campi junto com os já implantados poderão atingir de forma abrangente os setores econômicos dos segmentos agrário, industrial e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades culturais, sociais e dos arranjos produtivos de todo o Estado. Nesse contexto além de privilegiar os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável, há oportunidades para a promoção da cultura do empreendedorismo e associativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

Esse crescimento previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, proposto pelo Governo Federal, tem a expectativa da implantação de mais 02 Campus no IFMT (Barra do Garças e Rondonópolis) no ano de 2011 e ainda do Campus Avançando de Sorriso.

A tabela a seguir, representa a relação das 02 (duas) Unidades da Fase II em implantação no IFMT, com a projeção das matrículas e a população a ser atendida no estado de Mato Grosso. Sendo que para a projeção das matrículas foram consideradas as micro regiões do Araguaia (05 municípios) para o Campus Barra do Garças e Rondonópolis (08 municípios) para o Campus Rondonópolis.

Tabela II. Os novos Campi do IFMT a serem implantados.

Unidades a serem implantadas	Projeção de Matrículas	População da Região a ser Atendida
Barra do Garças (Fase II- em implantação)	1.260	79.134
Rondonópolis (Fase II- em implantação)	1.260	223.866
Total		

Fonte: IBGE e PDI.

Com essas transformações, a Instituição tem ampliado a sua inserção regional, principalmente quando consideramos que a partir da transformação dos antigos Centros Federais de Educação e Escola Agrotécnica em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, houve o fortalecimento da educação profissional e tecnológica.

Logo, no exercício de 2010, foram efetivadas diversas ações tais como: implantação e reorganização das unidades gestoras, consolidação da gestão de recursos humanos e tecnologia da informação, fortalecimento da auditoria interna, melhorias na infraestrutura física dos Campi, ofertas de novos cursos, principalmente de Mestrado e Doutorado.

A expansão da Rede Federal alterou a rotina institucional e exigiu esforços e organização e agilidade na tomada de decisões, dada à realidade posta e a necessidade de gerenciamento, tanto do quadro de pessoal, como dos recursos orçamentários, financeiros e materiais, a fim de viabilizar a construção e/ou ampliação dos Campi.

Os Campi já implantados e em fase de implantação receberam recursos para reforma, manutenção e ampliação da sua infraestrutura existente, bem como novos servidores docentes e

administrativos foram nomeados para esses Campi. Apesar de que nesse último, o provimento não foi tão efetivo, quanto a real necessidade da Instituição. Todavia, em observância ao processo de melhoria contínua do IFMT, vislumbra-se a necessidade permanente de capacitação e integração dos servidores dos diversos campi. Nesse sentido no exercício de 2010, houve a alocação de verba específica para realização e/ou oferta de cursos de capacitação e/ou treinamento, no entanto, os resultados não foram tão consistentes em razão dos atrasos na conclusão do Plano Anual de Capacitação.

Na área do controle interno, a Instituição tem promovido diversas ações de fortalecimento do sistema de controle, através da ampliação do número de auditores internos e realização de investimentos nessa área, pois em virtude do volume de recursos a serem administrados e a necessidade de se adequar os processos licitatórios às legislações vigentes e recomendações expressas em relatórios dos órgãos de controle, percebe-se a importância na ampliação das ações do controle interno no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Em 2010, foi implantado um sistema único de protocolo, e para 2011 prevê-se a implantação de um sistema específico para a área de compras, transporte, almoxarifado e patrimônio, conhecido como SIGA-ADM. Com isso pretendemos melhorar a organização, o acompanhamento e a transparência dos processos do IFMT.

Em relação ao ensino, está sendo implantado um sistema que possui condições de atender todos os Campi da Instituição. Tal sistema é conhecido como o SIGA-EDU e que junto com o SIGA-ADM são desenvolvidos pela RENAPI – Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologia Digitais, do Ministério da Educação. Tais sistemas são desenvolvidos pela própria Rede de Educação Profissional Tecnológica para atender a própria Rede, conforme necessidades e peculiaridades que a educação profissional e tecnológica exige. Além disso, permite a integração das bases de dados locais com o Ministério da Educação, não possui qualquer custo para a instituição, principalmente no que tange a pagamento de suporte e/ou atualização.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, o IFMT instituiu e consolidou os Programas de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, fomentou parcerias com universidades, realizou Seminários de Iniciação Científica, incentivou e viabilizou a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu, organizou e consolidou uma política de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição através de programas da capes com a oferta de Minter e Dinter.

As atividades relativas à extensão têm buscado resgatar o papel socializador do Instituto Federal de Mato Grosso, com a perspectiva da ampliação da democracia, dos valores da cidadania, os traços culturais locais e da compreensão, respeito e convivência pacífica em relação às diferenças étnicas e de gênero. Como exemplo, atividades culturais, jogos estudantis, promoção de estágios tanto para a comunidade interna quanto externa, buscando a valorização do ser e sua inserção no mundo do trabalho.

Contudo, houve diversos obstáculos e dificuldades enfrentadas pela Instituição, tais como a falta de pessoal, as fragilidades de comunicação entre os Campi, principalmente em razão das grandes distâncias, a falta de qualificação/capacitação dos servidores, o grande volume de servidores solicitando remoção dos Campi localizados no interior do Estado para a Capital, a suspensão judicial do concurso público, a falta de créditos orçamentários para aquisição e/ou construção da sede própria da Reitoria e outros.

Logo, diante de tal situação, os gestores do IFMT, tiveram por muitas vezes limitar as opções de atuação e até mesmo abandonar outras opções, em razão das limitações internas e externas da Instituição, e conseqüentemente, muitas das ações estratégicas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI tiveram que ser suspensas ou prorrogadas para os próximos exercícios.

Com isso, fica evidente, a necessidade de revisar o PDI do Instituto Federal, de modo a readequar para as novas realidades e cenários internos e externos. Dessa forma, a Diretoria de Desenvolvimento Institucional, pretende no próximo exercício, promover as ações de reavaliação do Planejamento Estratégico Institucional.

4.1 ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

Como já registramos anteriormente, o plano estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso encontra-se inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o qual contém os objetivos e ações estratégicas para os exercícios de 2009 a 2014.

Sendo assim, apresentamos a seguir as análises detalhadas do plano de ação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, por área de atuação:

4.2 ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

- **Área de Tecnologia da Informação:**

Estratégia no PDI	Ação Realizada	Comentários
I - Definir equipes, políticas, normatizações e levantamentos para implantação de sistemas.	Realização do eTIC 1.0, com encontro dos representantes de TI dos campi; Definição de solução de virtualização de servidores de uso da Reitoria e dos Campi; Implantação do sistema de help desk (ocomon); Definição de uso dos sistemas SIGA EPCT; Configuração dos processos seletivos no sistema de seleção, bem como impressão e processamento dos cartões respostas e geração das listas de resultados; Projeto e aquisição de videoconferência para o IFMT; Instalação e configuração de software para webconf (opennetmeeting);	O processo de integração de equipes é lento, talvez devido à natureza das instituições que deram origem ao IFMT. A integração e compartilhamento de informações entre a equipe de TI do IFMT teve início com a realização do eTIC (primeiro encontro de TI do IFMT).
II – Levantar, implementar e customizar sistemas pela própria equipe de TIC	Desenvolvimento interno de softwares: seleção de fiscais para o processo seletivo e registro de diploma. Aquisição de servidores para virtualização de serviços, inclusive para máquinas de testes.	Não houve padronização de ferramentas de desenvolvimento no IFMT, com isso, não ocorreu à capacitação. É esperado que na próxima reunião da equipe de TI (eTIC 2.0), isso ocorra.
III – Implantar Serviço de Mensageria Eletrônica e Serviços Web	Registro de domínio IFMT.EDU.BR para serviços de Internet. Foram definidos três letras para identificação dos campi, e criado subdomínio neste formato (a exemplo de Cuiabá cba.ifmt.edu.br) para e-mail e site institucional. Aquisição de servidores para hospedar os sites.	Os serviços de E-mails, agenda corporativa e chat do IFMT são disponibilizados através da infraestrutura do Google. A escolha deste fornecedor ocorreu devido à ausência de infraestrutura básico do IFMT para hospedar este tipo de serviço (energia elétrica, acesso à Internet e segurança).

Estratégia no PDI	Ação Realizada	Comentários
IV – Implantar Segurança da Informação	Implantação de firewall com filtro de conteúdo para a Reitoria e Campus Cuiabá. Aquisição de solução gerenciamento de identidade na rede (baseado no Active Directory).	O firewall utilizado possui deficiência para formação de grupos de autenticação. Deverão ser adquiridos soluções de segurança para atender o IFMT (Reitoria e Campi).
V – Readequar e/ou Implantar Ambientação e Sistema de Fornecimento de Energia Elétrica e Refrigeração	Avaliação do sistema de energia elétrica da sala de servidores no Campus Cuiabá, em conjunto com o Departamento de Área de Eletroeletrônica. Orientação na implantação de novos campi com espaço adequado a TI, conforme normas em vigor.	A Reitoria não possui sala de equipamentos na sede alugada.
VI – Implantar Sistemas de Telecomunicações	Aquisições de PABX com suporte à VoIP para Reitoria e Campus Bela Vista. Está programado atividade em conjunta com o FORTI para integração dos sistemas de voz com o serviço Fone@RNP.	Através da Câmara de Infraestrutura do FORTI deverá ser integrado o IFMT (e os demais Institutos) ao serviço Fone@RNP , onde será possível comunicação com entre todas as instituições conectadas sem custo de ligação.
VII – Implantar e/ou Readequar as Estruturas de Redes Lógicas	A implantação de rede sem fio foi executada na reitoria, para preservar o investimento realizado. O processo de aquisição de acesso à Internet, como redundância foi entregue à PROAD em dezembro de 2010 para contratação. Os campi Campo Novo do Parecis, Confresa e Juína receberam conexão com a Internet no final de dezembro de 2010.	No último concurso público foi disponibilizado apenas uma vaga para equipe de TI, optou-se então por um profissional com perfil mais genérico, não sendo possível contratar um profissional na área de segurança da informação. A reitoria está instalada em prédio alugado, aguarda-se o endereço definitivo para implantação do datacenter. A implantação de novos campi seguem orientação de utilização de cabeamento estruturado.
VIII – Padronizar Comunicações	Foi implantado um modelo de site corporativo para uso da Reitoria, Pró-Reitorias e dos Campi. Foi disponibilizado para cada campi o acesso ao referido site para realizar postagens de notícias. Foi implantado o sistema redmine (http://redmine.ifmt.edu.br) para gerenciamento de projetos. Iniciou-se em janeiro de 2011 a implantação de sistema que permitirá o funcionamento da ouvidoria eletrônica, visto que o “fale conosco” dos site não permitem acompanhamento das comunicações realizadas.	O portal do aluno é dependente do sistema acadêmico e existem 4 sistemas no IFMT. Cada sistema disponibiliza recursos distintos aos usuários. Está previsto a implantação da intranet do IFMT durante o ano de 2011, isso não foi realizado devido à deficiência de recursos humanos.
IX – Adequar e Implantar Padrões de Acessibilidade	Os sites desenvolvidos, bem como os sistemas, possuem preocupação referentes à adequação dos padrões de acessibilidade.	A aquisição de mobiliário para atendimento aos servidores com necessidades especiais será realizada quando houver servidores com estas necessidades na equipe.
X – Desenvolvimento do Marketing Institucional		O desenvolvimento do marketing institucional deverá ser realizado pela comunicação social, com o apoio tecnológico disponibilizado pela

Estratégia no PDI	Ação Realizada	Comentários
		DGTI.
XI – Padronização de Sistemas e Serviços de Dados Institucionais	Foi realizado a adesão aos sistemas SIGA EPTC pelo IFMT. Os servidores (equipamentos) estão instalados no Campus Cuiabá com acesso via Web para todos os campi.	
XII – Infraestrutura para a Universidade Aberta do Brasil UAB	Foram adquiridos servidores para virtualização de serviços da Reitoria, com previsão de uso inclusive pela Universidade Aberta do Brasil. Equipamentos de armazenamento adquiridos pela UAB estão sendo utilizados em conjunto com a Reitoria.	

Fonte: Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação - DGTI

- **Área de Extensão:**

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO
Viabilizar as condições de participação de docentes, técnicos administrativos e alunos em programas e atividades de extensão.	Realizado. O IFMT ofertou bolsas de incentivo a Extensão e adquiriu equipamentos sonoros para o desenvolvimento de atividades culturais
Aprimorar e intensificar as ações de extensão já desenvolvidas nos <i>campi</i> .	Realizado. As ações de extensão estão sendo diversificadas e aprimoradas nos Campi. Há a necessidade de melhor formalização dos processos internos de extensão nos Campi
Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional	Parcialmente realizado. Há necessidade de avançarmos nas questões relativas à inclusão social.
Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.	Parcialmente realizado. Há necessidade de avançarmos nas questões relativas à Extensão Ambiental.
Desenvolver programas para oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC),	REALIZADO. Projeto de formação inicial e continuada aprovado, no valor de R\$ 500.000,00 por intermédio do campus Confresa.
Realizar parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural	Parcialmente realizado. Há a necessidade de avançarmos nas questões relativas à Esporte e cultura.
Atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.	REALIZADO. A PROEX prestou apoio na realização de eventos tecnológicos bem como o acompanhamento da incubadora de empresas ATIVA.
Elaborar Programas Institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com Instituições e Empresas Nacionais e Internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao Estágio Curricular e intercâmbios	REALIZADO. Mediante realização de convênios nacionais e internacionais, para a realização de estágios curriculares.
Elaborar e implantar programas de avaliação e acompanhamento de egressos	Parcialmente realizado. Há a necessidade de avançarmos nas questões relativas a Egressos. Houve elaboração de fichas de diagnóstico de egressos e estímulo à realização de encontro de egressos nos Campi.
Avaliar permanentemente as atividades de extensão desenvolvidas.	Parcialmente realizado. Houve discussões acerca da importância da elaboração do PLANEJAMENTO 2011, em cada Campus, citando critérios de avaliação das atividades de extensão.

Realizar discussões para a institucionalização do Conselho de Extensão	Parcialmente realizado. Houve discussões com as coordenações de extensão nos Campi, sobre a importância e as atribuições do conselho.
--	--

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

- **Área de Pesquisa e Inovação:**

1. Implantação e Consolidação dos Grupos de Pesquisa

Tabela III. Indicadores dos Grupos de Pesquisa Cadastrados no CNPq

Indicadores	Ano: 2009	Ano: 2010
Grupos de Pesquisa Certificados pelo CNPq	5	20
Número de Pesquisadores nos Grupos	36	121
Número de Doutores nos Grupos	10	48
Número de Estudantes nos Grupos	10	67
Numero de Técnicos nos Grupos	4	16
Número de Linhas de Pesquisa	17	66

Fonte: Diretório Grupos de Pesquisa – CNPq

Todos os indicadores do Diretório “Grupos de Pesquisa do CNPq” indicam excelente o avanço obtido em 2010, em relação aos anos anteriores. O resultado obtido superou todas as expectativas.

2. Institucionalizar as Pesquisas no IFMT

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação tem cadastrado em seus arquivos 180 pesquisas em andamento nos Campi do IFMT. Desta forma pode-se afirmar que hoje a pesquisa está Institucionalizada, já que esta prática não existia na maioria dos Campi da Instituição antes de 2009.

3. Incentivar os servidores a apresentação de projetos de pesquisa

Tabela IV. Projetos aprovados com recursos externos.

Agência de Fomento	Ano: 2009	Ano:2010
FAPEMAT (Externa)	10	19
CNPq (Externa)	0	2

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Tabela V. Projetos apresentados/aprovados no PROIC/IFMT e PIBITI/CNPq

Projetos Apresentados	Aprovados PROIC	Aprovados PIBITI
214	133	30

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Esta ação foi plenamente atingida. O número de Projetos aprovados nas agências de fomento cresceu mais de 100% em 2010 em relação ao ano de 2009. Foram 214 projetos apresentados na PROPES para o Programa Institucional de Iniciação Científica do IFMT (PROIC IFMT) e PIBITI/CNPq. Destes 133 foram aprovados no PROIC/IFMT e 30 no PIBITI/CNPq.

4. Apoio a Eventos Científicos

Uma das estratégias da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação é melhorar/criar mecanismos de divulgação da pesquisa e inovação, para atingir a comunidade interna e externa . Assim, com apoio do CNPq (Edital MCT/SETEC/CNPq nº 13/2009 - PRÓ-INOVA), FAPEMAT, SECITEC/MT e

SEBRAE/MT o IFMT realizou de 17 a 19 de novembro de 2010, o 1º WORKSHOP DE PESQUISA E INOVAÇÃO.

O Objetivo do Evento foi fomentar/discutir a pesquisa e a inovação dentro do IFMT e demais Instituições de Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, promovendo a integração entre a Instituição, setor produtivo e sociedade. Teve como objetivo também mostrar a toda a sociedade a atuação do IFMT na pesquisa e Inovação, através de trabalhos científicos, apresentação de teses e “stands” com projetos de Inovação Tecnológica. Além disso, através das palestras e minicursos pode-se discutir a pesquisa e a Inovação no âmbito do IFMT e do Estado de Mato Grosso.

NÚMEROS DO EVENTO:

Total de Participantes: **1227 inscritos**, sendo:

- Número de Inscritos no Workshop: **680**
- Número de Inscritos no Workshop e nos minicursos: **323**
- Número de Inscritos como visitantes: **89**
- Número de Inscritos com expositores: **23**
- Número de Inscritos como competidores (maratona e xadrez): **75**
- Outras Inscrições (comissão, autoridades, palestrantes, imprensa): **37**

Outros Números:

- **23** equipes participaram da Maratona de Robótica
- **138** alunos participaram do Campeonato de Xadrez
- **16** stands com projetos que concorreram ao Prêmio IFMT de Inovação Tecnológica
- **16** apresentações “orais” de defesa dos trabalhos concorrentes ao Premio IFMT de Inovação Tecnológica;
- **5** stands de Empresas Incubadas da Incubadora Ativa do Campus São Vicente
- Foram ministradas **8** palestras e **6** minicursos
- Forma apresentadas **6** teses de doutores do IFMT
- Forma **40** trabalhos científicos apresentados na forma “oral” e “pôster”

5. Dar Prioridade as práticas investigativas que contribuem para solução de problemas sociais.

Todos os projetos apresentados a PROPES para concorrer a bolsas foram voltados a pesquisas aplicadas, atendendo o que preconiza o PDI do IFMT: “Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo os seus benefícios à comunidade.”

A maioria dos projetos apresentados e aprovados estão relacionados à solução de problemas na região de inserção dos Campi do IFMT.

6. Incentivar a proteção à propriedade intelectual dos pesquisadores

A ação foi atingida através da realização de cursos e treinamentos e culminou com a realização do 1º Prêmio IFMT de Inovação Tecnológica.

Prêmio IFMT de Inovação Tecnológica:

O prêmio IFMT de Inovação Tecnológica, em sua primeira edição, foi coroado de sucesso. Foram 16 projetos concorrentes, que apresentaram durante os 3 dias do evento, os seus produtos a toda comunidade e a uma Comissão Julgadora. Foram premiados os seguintes projetos:

1º lugar (3 netbooks): “Sensor ultrassônico para deficientes visuais”, desenvolvido pelo pesquisador Eivaldo Amaral Gonçalves do Campus Cuiabá.

2º lugar (3 máquinas fotográfica): “Kit didático programável painel 3D com 5 estágios (microcontroladores)”, do pesquisador Rodrigo Santos Jungles do Campus Cuiabá.

3º lugar (3 MP4): “Cocada com cenoura e beterraba”, da pesquisadora Marleide Guimarães de Oliveira do Campus São Vicente.

Prêmio Destaque de Impacto Social: “Carvão de Babaçu”, do pesquisador Oacy Eurico de Oliveira, do Campus São Vicente.

Edital 023/2010 – PROPES/IFMT - I Prêmio IFMT de Inovação Tecnológica

Objeto: Desenvolvimento de 16 novos produtos/processos e apresentação à sociedade. Prêmio reconhecido pelo MCT como Boa Prática modelo entre as ICTs do Brasil.

Tabela VI. Projetos financiados

Título do Projeto	Pesquisador	Campus
Elaboração de pudim em pó, de extrato de soja sabor manga	Edione Teixeira de Carvalho	São Vicente
Sensor Ultrassônico para deficientes visuais	Edivaldo Amaral Gonçalves	Cuiabá
Fazenda Fácil	Dorival Pereira Borges da Costa	Campo Novo
Desenvolvimento de bala de banana light com gengibre	Xisto Rodrigues de Souza	São Vicente
Chuveiro termo-controlado	Tony Inácio da Silva	Cuiabá
Robô radio controlado e autônomo	Ronan Marcelo Martins	Cuiabá
Desenvolvimento de Kit didático programável painel 3D com 5 estágios (microcontroladores)	Rodrigo Santos Junges	Cuiabá
Secagem solar de frutas e hortícolas: uma tecnologia de baixo custo para o desenvolvimento da agricultura familiar	Rafael de Araújo Lira	Confresa
Carvão de Babaçu	Oacy Eurico	São Vicente
Cocada com cenoura e beterraba	Marleide Guimarães de Oliveira	São Vicente
Desenvolvimento de Massa para pizza sem glúten	Maísa Pavani dos Santos	São Vicente
IFETINHO: um brinquedo como alternativa didático-pedagógico e de educação socioambiental	Lucimar Rodrigues Vieira	Cuiabá
Elaboração de soja-hortaliça-edamame cozida e salgada e pasta de soja hortaliça para o preparo de bolinhos para alimentação humana	Isabella Ribeiro F. Vieira	São Vicente
Desenvolvimento de Sistema de adubação (separador, triturador e misturador) para hortas de pequenos agricultores	Mário Anderson de Oliveira	Cuiabá

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

7. Criar programa de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica

Considerando que a pesquisa foi institucionalizada em 2010, os primeiros resultados serão obtidos em 2011 quando então serão avaliados e divulgados os resultados obtidos. O Edital PROIC IFMT (Edital 019/2010) prevê como obrigatória a apresentação em evento científico de todos os resultados obtidos nas pesquisas.

8. Incentivar a produção científica nos Campi

A meta foi plenamente atingida. Como já mencionado foram apresentados a PROPES 214 projetos de pesquisa, além daqueles apresentados as agências externas de fomento.

Os pesquisadores ainda carecem de incentivo da Instituição para fazer frente aos custos relativos à implantação das pesquisas. Ainda não há uma política institucional de apoio financeiro, ficando a critério de cada Campi os valores investidos em pesquisa.

9. Consolidar, fortalecer e ampliar o programa de incentivo a pesquisa.

É uma ação contínua. Um grande passo foi dado em 2010 com a criação do Programa Institucional de Iniciação Científica (PROIC IFMT). As próximas ações devem ser relacionadas ao

apoio financeiro aos projetos de pesquisa aprovados e a adequação da carga horária dos professores que se dedicam a pesquisa.

10. Principais ações da pós-graduação.

Tabela VII. Pós-Graduação Strictu Senso

Curso	Nível	Convênio	Início	Nº Alunos
Psicologia Social	Dinter	UFPB	Jul/2010	20
Química	Dinter	UNESP	Ago/2010	15
Eng ^a Elétrica	Minter	UNB	Jul/2010	20
Eng ^a Elétrica	Dinter	UNESP	Abr/2009	18
Geotécnica	Dinter	UNB	Abr/2010	10
Ciências Políticas	Minter	UFPE	Jan/2011	16
Educação Agrícola	Minter	UFRRJ	Abr/2011(previsão)	30
TOTAL	-	-	-	129

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Tabela VIII. Pós-Graduação Lato Senso - PROEJA

LOCAL (Campus)	Nº Alunos			Início
	IFMT	Outras	TOTAL	
Cuiabá	79	09	88	Nov/10
São Vicente	12	25	37	Nov/10
Cáceres	13	25	38	Nov/10
Campo Novo	22	19	41	Nov/10
Confresa	12	49	61	Nov/10
Juina	36	32	68	Nov/10
TOTAL	174	159	333	-

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

11. Parcerias com o Governo do Estado

1. Convênio IFMT/SECITEC/Cooperativa Escola dos Alunos do IFMT

Convênio: Nº 018/2010 - SECITEC

Valor: 33.000,00

Objeto: Financiamento de projetos de pesquisa, diretamente ao pesquisador.

2. Parceria IFMT/SECITEC

Valor: 30.000,00

Objeto: Contratação de Assessoria Jurídica para o NIT.

• Área de Recursos Humanos/Capacitação:

CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2010

1. Curso de Capacitação em Informação Tecnológica e Redação de Patentes

Ministrante: FM & F Tecnologia Ltda

Duração: 08 e 09 de março de 2010 (16 Horas)

Capacitados: 5 servidores dos Campi Cuiabá, São Vicente e Reitoria.

Financiamento: MCT/FINEP/AT – PRÓ-INOVA-01/208

2. Curso de Capacitação em Informação Tecnológica e Redação de Patentes

Ministrante: FM & F Tecnologia Ltda

Duração: 10 e 11 de maio de 2010 (4 Horas)

Capacitados: 11 servidores dos Campi Cuiabá, Bela Vista, São Vicente, Pontes e Lacerda e Reitoria.

Financiamento: MCT/FINEP/AT – PRÓ-INOVA-01/208

3. Curso Básico de Redação de Patentes

Ministrante: Técnicos da Inova/UNICAMP

Duração: 01 a 30 junho de 2010 (60 Horas)

Capacitados: 1 servidor do Campus Campo Novo do Parecis.

Financiamento: Financiamento Próprio do NIT.

4. Curso de Capacitação em Elaboração de Projetos – Foco FINEP

Ministrante: Ednalva Fernandes Costa de Moraes – CDT/UNB

Duração: 07 a 09 de julho de 2010 (24 Horas)

Capacitados: 29 servidores dos Campi Cuiabá, Bela Vista, São Vicente, Juína, Confresa, Campo Novo, Pontes e Lacerda e Reitoria.

Financiamento: R\$ 7.500,00 Financiamento Próprio do NIT.

5. Curso de Capacitação em Implantação e Gestão de NITs

Ministrante: Ednalva Fernandes Costa de Moraes – CDT/UNB

Duração: 13 a 15/09 e 30/09 e 01 de outubro de 2010 (40 Horas)

Capacitados: 12 servidores dos Campi Cuiabá, Bela Vista, Cáceres, Campo Novo, Juína, Confresa, São Vicente e Reitoria.

Financiamento: Financiamento Próprio do NIT.

6. Curso de Capacitação em Redação de Patentes

Ministrante: Adalberto Amorim Pinheiro – CDT/UNB

Duração: 16 de setembro de 2010 (8 Horas)

Capacitados: 20 pesquisadores e incubados do Campus São Vicente.

Financiamento: MCT/FINEP/AT – PRÓ-INOVA-01/208.

7. Curso de Capacitação em Propriedade Intelectual – Módulo Básico

Ministrante: Técnicos do INPI – CDT/UNB - Brasília

Duração: 27/09 a 01 de outubro de 2010 (40 Horas)

Capacitados: 1 servidor do corpo administrativo do NIT.

Financiamento: Financiamento Próprio do NIT.

8. Curso de Capacitação em Propriedade Intelectual

Ministrante: Técnicos do INPI – Rio de Janeiro

Duração: 29/11 a 03 de dezembro de 2010 (40 Horas)

Capacitados: 1 servidor do corpo administrativo do NIT.

Financiamento: Financiamento Próprio do NIT.

9. Curso de Capacitação Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais - SIASG

Ministrante: Maria Fernanda Mendes Andrade - SERPRO

Duração: 19 a 23/07/2010 (40 Horas)

Capacitados: 25 servidores que atuam na área de administração e logística, tais como aquisições, contratos, SICAF e outros.

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

10. Curso de Capacitação para os Gestores Setoriais do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP

Ministrante: Michelle Eiko Hayakawa - PROAD/IFMT

Duração: 12/11/2010 (08 Horas)

Capacitados: 15 servidores.

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

11. Curso de Capacitação sobre o SIGA-ADM

Ministrante: Servidores da PROAD e DGTI/IFMT

Duração: 21/10/2010 (08 Horas)

Capacitados: 28 servidores.

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

12. Curso de Capacitação sobre o SIGA-EDU

Ministrante: Lilian Maria Gonçalves

Duração: 19 a 21/10/2010 (12 Horas)

Capacitados: 12 servidores.

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

• Área do Ensino:

Estratégia	Ações	Execução	Resultados sociais
Consolidar a Política de Ensino do IFMT	Possibilitar a adoção de um currículo dinâmico, flexível e interdisciplinar nos diversos níveis e modalidades de ensino.	. Assessoria didático-pedagógica aos campi; . Reorganização dos PPCs.	Ressignificação das práticas pedagógicas e sua influência direta na aprendizagem.
	Trabalhar a difusão e a utilização dos conhecimentos e das tecnologias.	. Aquisição de equipamentos tecnológicos de ponta; . Realização de capacitação para servidores técnicos e docentes.	. Melhoria na qualidade do trabalho prestado à comunidade escolar; . Otimização da utilização do tempo.
	Desenvolver pesquisa aplicada nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e de cursos técnicos, que possam também concorrer para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável.	. Incentivo junto à PROPES a realização de parcerias entre os campi e a comunidade externa; . Incentivo a projetos de dedicação exclusiva de docentes voltados para pesquisa aplicada.	. Concessão de bolsas de iniciação científica através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; . Expansão da iniciação científica nos campi.
	Conceber a avaliação da aprendizagem nas concepções diagnóstica e formativa.	Realização de palestras, seminários e cursos de formação sobre avaliação e suas particularidades.	Mudança de postura do professor em sala de aula.
	Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista a educação inicial e continuada dos trabalhadores.	Realização de parcerias com órgãos públicos tais como: UFMT, UNEMAT, SEDUC (Pró-funcionário, Certificação do Ensino Médio/ENEM, PARFOR, Projeto de Especialização em Educação do Campo), SECITEC, SME (Certific Proeja, Projeto Especialização em Educação do Campo), CASSIES e FUNAC/Sistema Prisional, gerenciamento do Portal do Fórum EJA/MT.	. Integração da instituição com a comunidade; . Envolvimento de maior número de pessoas beneficiadas via trabalho desenvolvido no e pelo IFMT.
	Desenvolver trabalho em função da valorização da rede pública de ensino via parcerias.	Realização de parcerias com órgãos públicos tais como: UFMT, UNEMAT, SEDUC, SESITEC, SME, CASSIES e FUNAC/Sistema Prisional.	Ampliação do acesso da população junto aos serviços prestados pelo IFMT.

Implementar a Política de Formação de Profissionais da Educação do IFMT	Realizar fóruns permanentes de reflexão quanto a temáticas inerentes ao contexto educativo.	Realização de fóruns de discussão acerca dos assuntos pedagógicos: 1º Fórum Orientações Didático-Pedagógicas na Contemporaneidade do IFMT (06/07/2010); 2º Fórum Políticas de Bibliotecas e Livro Didático do IFMT (25/08/2010); 3º Fórum Orientações Didático-Pedagógicas na Contemporaneidade do IFMT (26/08/2010); 4º Fórum Orientações Didático-Pedagógicas para Políticas de Inclusão do IFMT (09/09/2010); 5º Fórum Educação do Campo na Contemporaneidade do IFMT (17/09/2010).	Construção e reconstrução de programas e projetos de formação educacional.
	Estabelecer parceria com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação visando à capacitação de profissionais da educação.	Desenvolvimento de projetos e programas em parceria com a PROPEX/PROPES (Cursos de extensão, Pós-Graduação Lato Sensu e Strito Sensu).	. Maior oferta de formação para profissionais da educação;
	Implantar políticas de participação em eventos de cunho científico com apresentação de trabalhos.	Participação em eventos regionais e locais.	Maior envolvimento da instituição na produção de trabalhos de cunho científico.
	Incentivar projetos de dedicação exclusiva visando pesquisas e suas publicações.	. Incentivo a projetos de dedicação exclusiva de docentes voltados para pesquisa aplicada. . Elaboração de projeto para a criação de Cadernos de Produções Científicas desenvolvidas no IFMT.	Maior participação da sociedade nos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos e docentes do IFMT.
Facilitar o acesso ao IFMT para camadas da população historicamente desfavorecidas	Ofertar cursos de PROEJA	. Ampliação da oferta de vagas no PROEJA. . Processo seletivo diferenciado.	Maior inserção da população de baixa renda, jovens e adultos nos cursos técnicos profissionalizantes e no Ensino Superior.
	Estabelecer programa de Concomitância Externa (reserva de vagas na Educação Profissional para alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, desde que conveniada).	Realização de parcerias com a SEDUC e SME na oferta de cursos profissionalizantes.	Maior inserção da população de baixa renda, jovens e adultos nos cursos técnicos profissionalizantes.
	Valorizar o resultado do ENEM para alunos que desejam ingressar nos cursos superiores.	Reserva de vagas para candidatos oriundos do ENEM.	Maior acessibilidade ao Ensino Superior da comunidade externa.
Desenvolver programas de incentivo à permanência	Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as bolsas de iniciação científica e as bolsas de monitoria.	. Criação do Programa de Auxílio Estudantil. . Realização de acompanhamento aos alunos com necessidades educacionais específicas via NAPNE/SETEC.	Ampliação das formas de inclusão e participação efetiva dos estudantes carentes e alunos com necessidades educacionais específicas em todas as atividades propostas pelos

		campi.
Incentivar a permanência do aluno carente, através das bolsas de estágio; isenção das taxas de alimentação, assistência médica/odontológica através de parcerias e moradia nos <i>campi</i> que assim permitir.	. Criação do Programa de Auxílio Estudantil. . Realização de acompanhamento aos alunos com necessidades educacionais específicas via NAPNE/SETEC.	Ampliação das formas de inclusão e participação efetiva dos estudantes carentes e alunos com necessidades educacionais específicas em todas as atividades propostas pelos <i>campi</i> .
Incentivar e apoiar a existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores, assim permitindo que esses possam completar ou iniciar seus estudos.	Ampliação da oferta de vagas nos diferentes cursos oferecidos pelo IFMT.	Ampliação da entrada de pessoas de baixa renda e trabalhadores nos cursos técnicos profissionalizantes e Ensino Superior.
Favorecer que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, como: ensino e interpretação de LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização de soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc,	. Realização de acompanhamento aos alunos com necessidades educacionais específicas via NAPNE/SETEC. . Elaboração do Projeto EPTC INCLUSIVA – Programa INCLUIR 2010/MEC com o objetivo de implantar e implementar os NAPNES nos <i>campi</i> .	Ampliação das formas de inclusão e participação efetiva dos estudantes carentes e alunos com necessidades educacionais específicas em todas as atividades propostas pelos <i>campi</i> . O referido projeto, aprovado pelo MEC será desenvolvido em 2011 de acordo com o Plano de Trabalho elaborado.
Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.	Realização de seminários, debates e reflexões junto à comunidade escolar sobre a Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	Ampliação do processo de conscientização e respeito pelo outro, sobretudo na instituição.
Promover a cultura, o esporte e o lazer.	Incentivo à realização de campeonatos, torneios e intercâmbio entre <i>campi</i> .	Socialização entre estudantes, docentes e técnicos do IFMT.
Incentivar a Inserção do aluno concluinte no mercado de trabalho	Incentivar projetos de empreendedorismo e associativismo.	Incentivo à realização de parcerias entre os <i>campi</i> e a comunidade externa.
	Estabelecer parcerias com a Pró-Reitoria de Extensão visando à inserção de alunos dos cursos do IFMT em estágios e em primeiro emprego.	Realização de seleção de estagiários para desenvolver atividades nas diferentes Pró-Reitorias do IFMT.
	Programar visitas técnicas e participação em eventos de cunho científico para alunos nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e técnicos.	Incentivo à participação dos alunos em eventos de cunho científico nacionais e regionais.
Estruturar adequadamente as Bibliotecas		Promoção do desenvolvimento do aluno no aspecto científico e cultural para além das atividades oferecidas pelo IFMT.
	Criar comissão para analisar se os espaços físicos para as bibliotecas dos <i>Campi</i> são satisfatórios, bem como uma política de preservação do acervo bibliográfico.	Foi realizado no ano de 2010 a visita a todas as unidades de informação do IFMT por uma comissão de bibliotecários, levantando principalmente as lacunas existentes e instrumentalizando as unidades de informações técnicas para empreender no Campus

	<p>política de desenvolvimento e empreendedorismo. Para sustentar estas ações, foi realizado um diagnóstico situacional acerca do movimento biblioteconômico por meio da participação em eventos e visitas técnicas:</p> <p>Visitas técnicas – Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.</p> <p>Participação em Eventos: Reunião Técnica na ABNT – São Paulo; Fórum dos Bibliotecários dos IFs.</p>	
Ampliar o acervo bibliográfico do IFMT	Foi realizado um levantamento da necessidade bibliográfica de cada campus e orientada a aquisição de materiais bibliográficos, observando o calendário financeiro e as verbas específicas para este fim.	Verificou-se um crescimento significativo dos acervos, do mobiliário e dos processos que envolvem os trâmites de aquisição de materiais informacionais. Também foi elaborado o primeiro processo de registro de preço do IFMT específico para material bibliográfico contemplando todos os campi.
Implantar amplos espaços físicos setorizados, incluindo salas de estudo. Salas de acesso à internet, salão para exposições artísticas e culturais, dentre outras.	Foi concluída a construção da Biblioteca do Campus São Vicente, a ampliação de espaços das bibliotecas. A adequação do espaço e acervo da Biblioteca de Juína e Pontes e Lacerda, bem como a continuidade na construção da nova biblioteca do Campus Cuiabá.	O ganho dessas ações está na satisfação dos alunos do IFMT que passaram a ter espaços para pesquisa, cultura e aproximação com a ciência.
Ampliar os recursos da biblioteca: acervo técnico-científico, equipamentos e sistemas de modernização tecnológica.	Foi realizado um estudo, pelas principais Instituições de Ensino Federal do Brasil, por meio de visitas técnicas, para analisar os sistemas de automação utilizados pelas mesmas, para que fosse definido um perfil de sistema para as nossas bibliotecas, que conseguisse interligar os processos e serviços como um todo.	Acarretou na elaboração de uma proposta para o IFMT, estando à mesma em análise para aquisição.
Adquirir material bibliográfico, com base em um orçamento crescente	Obedeceu ao orçamento destinado para os Campi, a compra foi coordenada pelo SIB, desde o levantamento das necessidades até a efetivação do empenho.	Aquisição de acervo por meio de adesão a ata de outros órgãos e a efetivação do crescimento do acervo.
Atualizar todos os recursos das Bibliotecas por meio de sistema	Levantou-se a necessidade de um sistema de automação que	Gerou-se uma proposta que se encontra em análise pela

unificado.	possibilitasse a integração dos acervos dos campi.	instituição.
Criar um sistema unificado de rede de informação das bibliotecas do IFMT.	Criou-se o Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB.	Como resultado temos entre muitos a efetiva cooperação entre as bibliotecas existentes e uma maior agilidade das ações que envolvem as bibliotecas.
Implantar sistema de empréstimos on-line assim como reservas, verificação das datas de retorno das obras, localização nas prateleiras, títulos relacionados, dentre outros.	Levantou-se a necessidade de um sistema de automação que possibilitasse a integração dos acervos dos campi.	Gerou-se uma proposta que se encontra em análise pela instituição.

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

5 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

5.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO

Os Programas em executados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no exercício de 2010, foram:

- 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- 0901 – Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais;
- 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- 0750 – Apoio Administrativo;
- 1067 – Gestão de Política de Educação;
- 1061 – Brasil Escolarizado;
- 1448 – Qualidade na Escola;

No entanto, cabe salientar que as ações relativas aos Programas: 0089, 0901 e 0750, foram executados exclusivamente pela Reitoria, haja vista, que os mesmos estão ligados á área de recursos humanos. No entanto, as ações de Assistência Médica do Programa 0750, mesmo se tratando da área de recursos humanos, foram executados também pelos Campi Cuiabá e SãoVicente, em razão que os mesmos possuem Convênios firmados na fase da ex-autarquias.

A seguir apresentamos os programas e ações executadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no exercício de 2010:

Tabela IX – Demonstrativo da execução por Programa e Ações de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 0181.26414.0051 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes						
Gerente: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
12.997.219,00	15.282.219,00	15.258.670,96	15.258.670,96	-	15.258.670,96	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa beneficiada	31/12/2010	302	302	277	302
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Número de aposentados + pensionistas						

Análise do Resultado Alcançado
<p>A meta de pessoas beneficiadas com o Programa 0089 – Pagamento de aposentadorias e pensionistas era de 277 (duzentas e setenta e sete pessoas), porém o número de beneficiados extrapolou a meta durante o ano de 2010, variando entre 301 (trezentos e um) a 304 (trezentos e quatro), e encerrando em 31.12.2010, com 302 (trezentos e dois) beneficiados, sendo 198 (cento e noventa e oito) aposentados e 104 (cento e quatro) pensionistas.</p>

Fonte: SIMEC e DSRH

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0901		Denominação: Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais				
Tipo do Programa: Operações especiais						
Ação: 0005.26414.0051 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas						
Objetivo Geral: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Objetivos Específicos: Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.						
Gerente: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa/ Ana Maria Vasconcelos			Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/ Procuradora Federal			
Público Alvo: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$	
					1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
208.932,00	206.134,00	206.133,28	206.133,28	-	206.133,28	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O Programa e as ações relativo às Operações Especiais são executadas em nível de Ministério.</p>						

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0901		Denominação: Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais			
Tipo do Programa: Operações especiais					
Ação: 00G5.26414.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Objetivo Geral: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Objetivos Específicos: Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.					

Gerente: -		Responsável: Administração Direta				
Coord. De Ação: -		Responsável: Administração Direta				
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa/ Ana Maria Vasconcelos		Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/ Procuradora Federal				
Público Alvo: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
27.579,00	27.579,00	0,00	0,00	-	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
O Programa e as ações relativo às Operações Especiais são executadas à nível de Ministério.						

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 09HB.26414.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco		Responsável: Administração Direta				
Coord. De Ação: -		Responsável: Administração Direta				
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa		Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT				
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
9.058.982,00	9.058.982,00	8.453.465,40	8.453.465,40	-	8.453.465,40	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						

O montante executado foi menor que o previsto, em razão que não houve o ingresso de servidores previstos, relativo ao concurso público realizado em Maio/2010. Tal provimento não ocorreu, em razão dos problemas técnicos e judiciais ocorridos durante o exercício de 2010, o que prejudicou o provimento para os Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 2004.26414.0051 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.						
Gerente: Weslynton Luiz da Silva de Oliveira				Responsável: Administração Direta		
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França				Responsável: Administração Direta		
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa				Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
588.100,00	1.670.717,00	1.358.922,04	1.358.922,04	-	1.358.922,04	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa Beneficiada	31/12/10	561	821	681	821
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Pessoa beneficiada (Servidor + Dependentes)						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O valor executado foi acima do previsto em razão das novas regras publicadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o aumento concedido pela Portaria Conjunta SRH/SOF n. 01 de 29/12/2009.</p> <p>Além disso, no início do exercício houve o provimento de novos concursados para os Campi de Juína, Confresa, Campo Novo do Parecis, Cuiabá, Bela Vista, São Vicente e Reitoria.</p> <p>Outro fator preponderante, é que devido as novas normativas do MPOG, relativo a Assistência Médica e Odontológica, houve várias facilidades e atrativos, que ensejaram no aumento da adesão dos servidores e dependentes nos Planos de Assistência a Saúde.</p>						

Fonte: SIMEC e DSRH.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 2010.26414.0051 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.						

Gerente: Wesllynton Luiz da Silva de Oliveira		Responsável: Administração Direta				
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França		Responsável: Administração Direta				
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa		Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT				
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
102.755,00	143.890,00	135.624,19	135.624,19	-	135.624,19	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Criança atendida	31/12/10	113	145	116	145
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Criança atendida						
Análise do Resultado Alcançado						
O incremento da despesa com essa ação orçamentária é decorrente do aumento no número de servidores da Instituição.						

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 2011.26414.0051 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.						
Gerente: Wesllynton Luiz da Silva de Oliveira		Responsável: Administração Direta				
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França		Responsável: Administração Direta				
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa		Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT				
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
976.732,00	1.185.439,00	1.101.691,98	1.101.691,98	-	1.101.691,98	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor Beneficiado	31/12/10	406	478	910	478
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						

Análise do Resultado Alcançado
<p>A atividade foi executada no decorrer do exercício, de acordo com a legislação vigente. No entanto, informamos que a meta física prevista, foi determinada pelo Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com base no aumento no número de servidores, porém tal estimativa foi mal dimensionada por aqueles órgãos no que tange a meta física, haja vista, que nem todos os servidores da Instituição recebem o benefício. No entanto, quanto a meta orçamentária estimada, informamos que os valores previstos estavam de acordo com a projeção da Instituição.</p> <p>Os motivos de muitos servidores não receberem o benefício se deve ao fato que várias cidades onde se localizam os Campi do Instituto, não possuem sistema de transporte coletivo. E nas cidades onde há esse tipo de transporte, o problema está no baixo valor do auxílio, pois muitas vezes o valor a ser descontado é muito maior que o valor a ser percebido, em razão do desconto de 6% inferido pela Lei n. 7.148/1985.</p> <p>Quanto a execução orçamentária e financeira, percebe-se que o montante dispendido estava dentro da previsão, e que o pequeno acréscimo na despesa, é em decorrente da nomeação de novos servidores dos Campi Cáceres e São Vicente.</p>

Fonte: SIMEC e DSRH

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 2012.26414.0051 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.						
Gerente: Weslynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.240.283,00	3.717.861,00	3.615.863,48	3.615.863,48	-	3.615.863,48	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor Beneficiado	31/12/10	809	1.019	820	1.019
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O IFMT executou a atividade, concedendo o benefício conforme legislação vigente, no entanto, devido a posse dos novos concursados, houve um incremento na meta física e financeira da instituição. Porém cabe ressaltar que o fator preponderante no incremento na despesa se deve ao reajuste concedido pelo Governo, cujo benefício de R\$ 126,00 foi reajustado para R\$ 304,00, conforme Portaria n. 42, de 09/02/2010.</p>						

Fonte: SIMEC e DSRH.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 20CW.26414.0001 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.						
Gerente: Weslynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
86.131,00	86.131,00	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor Beneficiado	31/12/10	-	-	479	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Em 2010 foi constituída uma comissão para implementação dos exames periódicos no IFMT através da Portaria nº 235, de 22 de março de 2010, sendo que o trabalho foi prejudicado pela ausência de muitos dos servidores participantes da comissão nas várias reuniões convocadas, e após encerramento dos trabalhos pela comissão o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal do IFMT que realizou alguns apontamentos para providências sendo que até o final do exercício de 2010 o processo não havia sido concluído, retornado a esta DSRH em 26.01.2011 para providências quanto a elaboração do termo de referência para realização de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais.</p> <p>Diante desses atrasos, tal ação não pode ser realizada no exercício de 2010.</p>						

Fonte: SIMEC e DSRH

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão de Política de Educação				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 4572.26414.0051 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação						
Objetivos Específicos: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.						
Gerente: Paulo Eduardo de Nunes Moura Rocha			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: Leo Kessel			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretora Sistêmica de Recursos Humanos/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.138.634,00	1.138.634,00	917.303,31	805.476,66	111.826,65	765.987,19	

Informações sobre os resultados alcançados																																										
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício																																				
		Data	Índice inicial	Índice final																																						
1	Servidor Capacitado	31/12/10	36	884	702	884																																				
Fórmula de Cálculo do Índice:																																										
Servidor capacitado																																										
Análise do Resultado Alcançado																																										
<p>No exercício de 2010, em razão do processo de consolidação da área de recursos humanos e a transformação das ex-autarquias em Institutos Federais e a deficiência de pessoal, não foi possível promover todas as ações necessárias para a oferta de capacitação aos servidores da Instituição, principalmente no que tange ao Plano Anual de Capacitação.</p> <p>Dessa forma, as capacitações realizadas no exercício de 2010, foram executadas diretamente pelas Pró-Reitorias e Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. E apesar das dificuldades encontradas, foi possível atender 884 servidores, ou seja, 125,93% da meta física prevista, utilizando-se 80,56% da dotação orçamentária.</p> <p>Foram oferecidos cursos e oportunidades de treinamento na área de auditoria, ensino, pesquisa, extensão, tecnologia da informação, gestão administrativa e orçamentária, tais como: Curso do SIASG, Curso sobre o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, Sistema de Protocolo, Educação Inclusiva, Educação a Distância, Sistemas de Avaliação, Biblioteconomia, Elaboração de Projetos FINEP e outros.</p> <p>A seguir apresentamos a quantidade de servidores capacitados, por Campi:</p>																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Executor</th> <th>Meta Física</th> <th>Quantidade de Servidores Capacitados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reitoria</td> <td>-</td> <td>183</td> </tr> <tr> <td>Pontes e Lacerda</td> <td>40</td> <td>37</td> </tr> <tr> <td>Bela Vista</td> <td>40</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Juína</td> <td>40</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>Rondonópolis</td> <td>40</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Confresa</td> <td>40</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>Cuiabá</td> <td>180</td> <td>196</td> </tr> <tr> <td>São Vicente</td> <td>100</td> <td>232</td> </tr> <tr> <td>Campo Novo do Parecis</td> <td>52</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Cáceres</td> <td>130</td> <td>130</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>662</td> <td>884</td> </tr> </tbody> </table>							Executor	Meta Física	Quantidade de Servidores Capacitados	Reitoria	-	183	Pontes e Lacerda	40	37	Bela Vista	40	16	Juína	40	30	Rondonópolis	40	9	Confresa	40	17	Cuiabá	180	196	São Vicente	100	232	Campo Novo do Parecis	52	34	Cáceres	130	130	Total	662	884
Executor	Meta Física	Quantidade de Servidores Capacitados																																								
Reitoria	-	183																																								
Pontes e Lacerda	40	37																																								
Bela Vista	40	16																																								
Juína	40	30																																								
Rondonópolis	40	9																																								
Confresa	40	17																																								
Cuiabá	180	196																																								
São Vicente	100	232																																								
Campo Novo do Parecis	52	34																																								
Cáceres	130	130																																								
Total	662	884																																								
Posição em 31.12.2010																																										
<p>Para o próximo exercício, está previsto a publicação do Plano Anual de Capacitação, bem como a realização mais cursos de capacitação e treinamento promovidos pela Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos.</p>																																										

Fonte: SIMEC, DSRH e Campi

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1061	Denominação: Brasil Escolarizado
Tipo do Programa: Finalístico	
Ação: 8429.26414.0051 - Formação Inicial e Continuada a Distância	
Objetivo Geral: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência	
Objetivos Específicos: Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semipresencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.	
Gerente: Adalberto Domingos Paz	Responsável: Administração Direta
Coord. De Ação: Celso José da Costa	Responsável: Administração Direta
Coord. Ação Local: William Silva de Paula Alexandre José Schumacher	Responsável: Pró-Reitor de Ensino Coordenador-Geral de Educação a Distância/UAB

Público Alvo: Crianças, adolescentes e jovens						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
459.975,00	459.975,00	349.854,93	177.819,81	172.035,12	167.598,93	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	31/12/10	535	602	600	602
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Aluno matriculado						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Essa ação destinada a manutenção dos cursos ofertados pela Instituição, na modalidade de educação a distância, especificamente aqueles ofertados através do Sistema da Universidade Aberta do Brasil.</p> <p>A Instituição oferece dois cursos nessa modalidade: Licenciatura em Química e Tecnologia em Sistemas para Internet em 05 (cinco) Pólos: Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Juara, Ribeirão Cascalheira e Coromandel (MG).</p> <p>Em 2010 diversos desafios foram enfrentados pela Instituição, principalmente em razão, da necessidade de se efetuar a reestruturação e a reorganização da Coordenação-Geral de Educação a Distância, a qual passava por inúmeros problemas tais como: falta de espaço e estrutura física, insuficiência de pessoal, problemas pedagógicos, atrasos na confecção dos materiais didáticos, problemas nos pólos e evasão de alunos.</p> <p>Alguns desses problemas foram minimizados, como por exemplo, a disponibilização de novo espaço físico e equipamentos para a Coordenação, reestruturação administrativa, oferta de capacitação e outros. Porém ainda há grande demanda de pessoal e reorganização didática.</p> <p>Em razão de diversos problemas internos e externos, no exercício de 2010 não foi possível a abertura de novos processos seletivos/vestibular para o ingressos de novos alunos e/ou ainda, a abertura de novos pólos conforme previsão da Expansão 2.</p> <p>No entanto, tais desafios esperam-se que sejam superados em 2011, com a aprovação do Regimento Interno, institucionalização da Educação a Distância e liberação de provimento de novos servidores.</p> <p>No que tange a execução da despesa, os recursos dessa ação foram utilizados exclusivamente para atender a Educação a Distância, conforme plano de trabalho autorizado pela CAPES/SEED/MEC, ou seja, tais despesas foram direcionadas principalmente para aquisição de materiais de expediente, combustível, passagens aéreas e terrestres, contratação de serviços gráficos e pagamento de diárias aos colaboradores.</p>						

Fonte: SIMEC e PROEN

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 1H10.26414.0051 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco				Responsável: Administração Direta		
Coord. De Ação: -				Responsável: Administração Direta		
Coord. Ação Local: Josias do Espírito Santo Coringa				Responsável: Pró-Reitor de Administração		
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					

7.434.331,00	7.434.331,00	7.432.532,00	2.965.743,62	4.466.788,38	2.563.866,90	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade de ensino implantada	31/12/10	04	10	04	10
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Unidade de ensino implantada (Campus)						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Os recursos previstos para essa ação orçamentária foram destinados ao processo de implantação de novas unidades de ensino/Campi, bem como a melhoria na infraestrutura dos Campi, de forma a possibilitar a ampliação da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica. Dessa forma, os recursos destinados para essa ação foram gastos principalmente na construção, reforma e ampliação de espaço físico, aquisição de mobiliários, implementos e maquinários agrícolas, equipamentos e outros.</p> <p>Na execução dessa despesa podemos destacar as seguintes despesas de relevância, separadas por Campi:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pontes e Lacerda: Construção do Bloco Educacional II, que possibilitará a ampliação no número de salas e laboratórios no Campus; Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes para os laboratórios; • Campus Cuiabá: Implantação da Cabine de Transformação no Campus Cuiabá, cuja obra possibilita a readequação da infraestrutura energética do Campus e a instalação de aparelhos de ar-condicionado e novos equipamentos nos laboratórios; Aquisição de equipamentos e contratação dos serviços de elaboração de projetos arquitetônicos e complementares; Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes. • Bela Vista: Construção e Reforma no antigo Arquivo Permanente, para a disponibilização de novas salas de aulas, concessão de um novo espaço físico para a Coordenação de Educação a Distância e de uma sala para treinamento para os tutores; Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes. • Confresa: A implantação da Rede Elétrica no Campus Confresa possibilitou o fornecimento de energia elétrica para o Campus, e consequentemente a oferta de vagas para o período noturno; Contratação de empresa para execução de obras e serviços na construção da guarita e alambrado; Aquisição de equipamentos, implementos agrícolas, veículos e outros materiais permanentes. • Barra do Garças: Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliários; Contratação dos serviços de elaboração de projetos de engenharia; • Rondonópolis: aquisição de veículos, equipamentos e mobiliários; • Campo Novo do Parecis: aquisição de equipamentos, implementos agrícolas e outros. • Juína: aquisição de equipamentos, implementos agrícolas e outros. • São Vicente: aquisição de equipamentos, mobiliários e outros. • Cáceres: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de rede de distribuição urbana com rede primária na classe de tensão de 13,8kv e rede secundária 220/127v nas dependências do Campus Cáceres; Contratação de empresa para a realização de obras e reformas no Campus Cáceres; <p>Dessa forma, percebe-se que o implemento dessas ações ensejarão na melhoria das condições estruturais para a oferta de novas turmas e/ou novos cursos, bem como a melhoria na infraestrutura dos laboratórios, bibliotecas e outros ambientes educacionais.</p>						

Fonte: SIMEC, PROAD e Campi.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 2319.26414.0051 - Prestação de Serviços à Comunidade						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Garantir uma maior aproximação junto à sociedade visando o desenvolvimento da cidadania e a integração da instituição com a comunidade, possibilitando a troca de experiências e a prática dos ensinamentos ministrados aos alunos.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: João Vicente Neto			Responsável: Pró-Reitor de Extensão			
Público Alvo: Comunidade interna e externa						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
30.000,00	30.000,00	14.998,99	7.492,62	7.506,37	6.058,40	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa atendida	31/12/10	39	189	150	189
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Pessoa atendida						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Inicialmente essa ação seria executada pelos Campi São Vicente e Campo Novo do Parecis, no entanto, somente o Campus São Vicente conseguiu executar as ações previstas.</p> <p>As ações executadas pelo Campus São Vicente estão ligadas diretamente a execução dos seguintes projetos de extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto Mandala: segue as orientações do Programa de Tecnologia Social PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável, uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil, do SEBRAE Nacional e do Ministério de Integração Nacional. O objetivo do Programa é divulgar práticas sustentáveis de produção de alimentos. No Campus São Vicente o programa foi implantado experimentalmente no início de 2010 na Escola Estadual Gustavo Dutra com 150 alunos do 6º ao 9º ano. O Núcleo de Agroecologia do Campus construiu um galinheiro e diversos canteiros ao redor em forma circular, como uma mandala. Curso de Inseminação Artificial em Bovino: carga horária de 40h, com os objetivos de: instrumentalizar quanto ao manejo sanitário, reprodutivo, ambiental e nutricional, descrever a fisiologia e anatomia do aparelho reprodutor feminino bovino, reconhecer o cio e os horários adequados para a inseminação, Praticar a técnica de inseminação em anatômicas e com os animais, conhecer e praticar técnicas apropriadas de descongelamento e manipulação do sêmen, apreender noções sobre o ciclo estral de fêmeas bovinas, apreender ferramentas para incrementar o número de vacas prenhas. O curso ocorre uma vez ao mês em calendário previamente definido, com turmas de no máximo 15 alunos. Ao final de 2010, 39 (trinta e nove) alunos concluíram o curso. <p>O Campus Campo Novo do Parecis, não executou tal ação em razão da falta de estrutura física e operacional para o desempenho das atividades previstas. No entanto, o Campus espera no próximo exercício realizar as atividades de atendimento à comunidade, através da oferta de cursos de extensão, assistência técnica à pequenos agricultores, assentados, bem como a realização de campanhas de prevenção de Hantavirose, Dengue e conservação de meio ambiente.</p> <p>A seguir apresentamos a meta física e executada por cada Campi:</p>						
Campi		Meta Física Prevista		Meta Física Executada		
São Vicente		50		189		
Campo Novo do Parecis		100		0		
Posição em 31.12.2010						

Fonte: SIMEC e Campi São Vicente e Campo Novo do Parecis

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 2992.26414.0051 - Funcionamento da Educação Profissional						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Willian Silva de Paula			Responsável: Pró-Reitor de Ensino			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
63.071.912,00	79.228.600,00	78.843.298,99	73.573.645,55	5.269.653,44	73.010.386,97	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	31/12/10	5.968	9.512	10.692	9.512
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Aluno matriculado (desconsiderado os alunos matriculados nos Cursos à Distância/UAB)						
Análise do Resultado Alcançado						
Os recursos dessa ação orçamentária são destinados para o pagamento da folha de pessoal e das despesas de custeio e investimento, conforme detalhamento abaixo:						
Tipo de Despesas	Valor Inicial	Valor Final	Valor Executado	Valor Não Utilizado		
Pessoal	43.162.716	58.462.716	58.255.291,41	207.424,59		
Custeio – Fonte 112	16.552.883	16.552.883	16.454.171,07	98.711,93		
Custeio – Fonte 250	963.792	1.646.480	1.581.024,86	65.455,14		
Custeio/ Obrigações Tributárias – Fonte 112	392.031	392.031	392.031,00	0		
Custeio/ Obrigações Tributárias – Fonte 250	8.330	8.330	3.330,00	5.000,00		
Investimento – Fonte 112	1.809.200	1.809.200	1.809.200,00	0		
Investimento – Fonte 250	131.000	131.000	130.887,40	112,60		
Investimento – Fonte 280	51.960	51.960	51.847,48	112,52		
Investimento – Fonte 065	0	174.000	173.952,90	47,10		
Total	63.071.912	79.228.600	78.851.736,12	376.863,88		
Fonte: SIMEC e SIAFI						
De acordo com o demonstrativo acima, percebe-se que dos créditos orçamentários destinados para pagamento de pessoal, foram executados 99,64%; para o custeio foram executados 99,09% e para investimentos foram executados 99,98%. Ou seja, no geral a execução dessa ação compreendeu a execução de 99,52%.						
Cabe informar, que o acréscimo nas despesas se deve aos seguintes fatores:						
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento salarial concedido aos docentes e técnicos administrativos (Lei n. 11.091/2005 e Lei n. 11.784/2008); • Ingresso de novos servidores; • O início das atividades dos novos Campi: Confresa e Juína; • Aumento nas contratações de estagiários e professores substitutos; • Aumento no número de alunos e cursos oferecidos, e • Outros. 						

Dessa forma, considerando que o aumento no número de pessoal, alunos e outras atividades pedagógicas, acarretam acréscimo nas despesas básicas, informamos também que houve um aumento nas despesas com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, combustível e materiais de consumo.

Quanto a meta física, o IFMT atingiu 88,97% da meta prevista, conforme informações extraídas do SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, cujo demonstrativo detalhado apresentamos abaixo:

Campus	Alunos Matriculados		
	Meta Física	Meta Alcançada	Diferença
Cuiabá	3.533	3.581	+ 48
Bela Vista	1.186	957	- 229
Pontes e Lacerda	845	736	- 109
São Vicente	1.620	1.285	-335
Campo Novo do Parecis	800	605	-195
Confresa	460	517	+57
Juína	395	590	+195
Cáceres	1.263	1.241	-22
Barra do Garças	240	0	-240
Rondonópolis	350	0	-350
Total	10.692	9.512	- 1.180

Fonte: PLOA 2010 e PROEN/SISTEC / Posição em 31.12.2010

Conforme demonstrativo acima, faltou alcançar mais 1.180 alunos matriculados, sendo que das metas individuais estabelecidas, somente os Campi: Cuiabá, Confresa e Juína alcançaram a meta física. Porém cabe destacar, que alguns Campi não alcançaram suas metas por diversos motivos, conforme detalhamento abaixo:

- **Campus Bela Vista:** a atual estrutura não comporta a abertura de novas turmas, em razão do número insuficiente de salas de aulas, laboratórios e recursos humanos.

No exercício de 2010, estavam previstos a construção de novos ambientes educacionais, no entanto, houve várias dificuldades na elaboração dos projetos de engenharia, bem como na contratação dos serviços. Além disso, os recursos disponíveis para construção eram insuficientes para atender a demanda do Campus.

Porém para o exercício de 2011, o Campus estará trabalhando para sanar tais dificuldades, de modo a atingir as metas estabelecidas na PLOA 2011 e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

- **Campus Pontes e Lacerda:** a atual estrutura não comporta a abertura de novas turmas, em razão do número insuficiente de salas de aulas, laboratórios e recursos humanos. Para sanar tais problemas o Campus iniciou em 2010 a construção do Bloco Educacional II, com o intuito de aumentar a atual estrutura física, porém tal obra somente será concluída no final do primeiro semestre de 2011.

A insuficiência de pessoal se deve ao fato que muitos servidores foram removidos ou exonerados, principalmente pelo fato de terem sido aprovados em outros concursos públicos.

Outro fator de destaque se deve ao número expressivo da evasão escolar, cujos principais motivos são: a distância do Campus; a falta de transporte coletivo no município e a falta de um restaurante/refeitório no Campus.

Para o exercício de 2011, o Campus estará trabalhando para sanar tais dificuldades, de modo a atingir as metas estabelecidas na PLOA 2011 e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

- **Campus Campo Novo do Parecis:** a meta estabelecida não foi atingida, tendo como motivo diversos fatores, tais como: infraestrutura mínima adequada, como salas de aulas, corpo docente, equipamentos e materiais de laboratório, acervo bibliográfico, implantação do restaurante escolar, carteiras, estruturação dos setores produtivos para as práticas de ensino/aprendizagem, capacitação de recursos humanos, alto índice de perdas de matrículas e etc.

Dessa forma, a Administração decidiu pela manutenção dos cursos existentes e a não abertura de novas turmas no ano letivo de 2010, de forma a promover as aquisições e adequações necessárias ao atendimento das necessidades administrativas e didático/pedagógicas para então, procurar atender as metas estabelecidas.

Para atingir a meta fixada no PDI do IFMT até o ano de 2012 de atendimento à 1.200 alunos, iniciando em 2011, a Unidade iniciou a construção de 08 salas de aula novas e elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para a adequação de ambientes de forma a transformá-los em 07 salas de aulas, atendendo assim aos cursos superiores de Tecnologia e Bacharelado, projetos de construção de novo auditório e biblioteca, laboratório específicos para os cursos de Agroindústria e Agronomia, laboratório de física e mecanização agrícola, entre outros.

No ano letivo de 2010, a unidade concluiu com 452 alunos matriculados, dos 595 iniciados naquele ano, com um índice geral de perda de matrículas de 24,03%, com média de relação aluno/professor de 13,70, sendo a exigência do MEC o ideal de 24 alunos por professor. Para o ano letivo de 2011, ingressaram 220 novos alunos nos cursos hoje ofertados, incluindo a Pós-Graduação em EJA. Para o 2o. Semestre, há previsão, condicionada à conclusão das obras de salas de aula, de ingresso de mais 140 alunos nos cursos ofertados e início de turmas de especialização na área de agronomia, com aproximadamente 50 novos alunos. Assim, mantido planejado, a meta estabelecida será plenamente atingida no exercício de 2011.

Quanto a insuficiência de pessoal, o problema é semelhante ao Campus Pontes e Lacerda, na qual muitos servidores foram removidos ou exonerados, em razão de terem sido aprovados em outros concursos públicos. Além disso, esperava-se o suprimento dessas vagas através do Concurso Público realizado em Maio/2010, no entanto, em virtude dos problemas judiciais e da suspensão das nomeações dos candidatos aprovados, o Campus não pode aumentar o número de vagas e cursos em razão da insuficiência do número de profissionais.

• **Campus São Vicente:** as metas estabelecidas pelo Campus estão de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o qual foi elaborado em 2009. Porém, cabe ressaltar que o contexto histórico de 2009, o momento era de euforia, haja vista o futuro promissor dos Institutos Federais. No entanto, isso resultou num dimensionamento de metas maior que a capacidade de suporte do Campus e de provimento do governo federal.

O Campus São Vicente, projetou metas contando com o provimento de 100 docentes do quadro efetivo, sinal dado pelo Ministério da Educação para os CEFETs de origem agrícolas antes mesmo das discussões dos Institutos Federais. Dessas 100 vagas, 20 seriam para atender às demandas de formação de professores, as Licenciaturas, conforme Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

O provimento parcial dos cargos projetados, os problemas jurídicos na realização do concurso 2010, o desinteresse da Prefeitura de Barão de Melgaço em ceder a área nas condições inicialmente postas, a enorme movimentação de servidores (fato registrado em todas as instituições de ensino federal) e os programas de qualificação do quadro funcional contribuíram para a mudança na programação de oferta de vagas e inclusive na subtração de criação de novos cursos.

Dessa forma, deixaram de serem ofertados os seguintes cursos no exercício de 2010:

- Campus São Vicente (Sede):
Técnico em Agropecuária – PROEJA;
Curso de Especialização em Educação do campo: Saberes e fazeres da terra.
- Núcleo Avançado de Jaciara:
Licenciatura em Educação no campo;
Curso de especialização em Educação Profissional.
- Extensão de Barão de Melgaço:
Técnico subsequente em recursos pesqueiros;

• **Campus Cáceres:** o fato do Campus não ter atingido a sua meta física, se deve ao grande número de trancamento de matrículas e de transferências externas. Em alguns cursos como: Técnico em Zootecnia e Técnico em Redes de Computadores, o número de desistentes chegaram a 43 alunos, e nos cursos de Técnico em Agropecuária e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, o número de transferências externas chegaram a 14.

Para diminuir um pouco esses índices, o Campus tem desenvolvido diversos projetos de integração e de extensão, com o intuito de melhorar o desempenho escolar e conseqüentemente evitar a evasão. No entanto, cabe salientar que atualmente o Campus não possui número de docentes suficientes para atender a demanda a Instituição.

• **Campus Barra do Garças e Rondonópolis:** considerando os problemas judiciais decorrentes do Concurso Público, não foi possível o provimento dos servidores dos Campi. Além disso, houve atraso nas obras dos Campi Rondonópolis e Barra do Garças, e ainda, a desistência de uma das empresas contratadas para a realização das obras de Barra do Garças, impossibilitando dessa maneira, a inauguração dos mesmos. Diante dessa situação, os Campi não puderam entrar em funcionamento no exercício de 2010, ficando tal situação adiada para 2011.

Cabe salientar que, mesmo os Campi Barra do Garças e Rondonópolis não tendo entrado em funcionamento no exercício de 2010, os recursos orçamentários desses Campi foram utilizados para a aquisição de mobiliários, equipamentos de informática, equipamentos e materiais para a biblioteca, veículos, pagamento das despesas com segurança patrimonial, água e energia elétrica.

Fonte: SIMEC, PLOA 2010, PLOA 2011, SIAFI e Campi.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 2994.26414.0051 - Assistência ao Educando da Educação Profissional						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Willian Silva de Paula			Responsável: Pró-Reitor de Ensino			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
720.000,00	720.000,00	653.345,31	597.345,31	56.000,00	558.793,84	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno assistido	31/12/10	170	2.336	913	2.336
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Aluno assistido						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Com o intuito de propor políticas públicas que possibilitem a oferta de condições para a permanência e melhoria do desempenho escolar dos alunos da Instituição, os recursos dessa ação orçamentária foram destinados exclusivamente para o atendimento do educando.</p> <p>No entanto, cabe salientar que tais recursos são insuficientes para atendimento da demanda da Instituição, haja vista, que muitos Campi estão localizados na zona rural, o que dificulta o acesso e a permanência desses alunos na Instituição.</p> <p>De forma a minimizar a evasão escolar, a Instituição tem concedido algumas bolsas auxílio para os alunos, principalmente para os alunos mais carentes, e ainda, outras bolsas de incentivo, tais como: Bolsa Alimentação, Bolsa Artes, Bolsa PROIC, Bolsa Extensão e outros.</p> <p>Além disso, tais recursos também são destinados à ajuda de custo aos alunos que necessitam realizar viagens e/ou visitas técnicas, para aprimoramento das atividades educacionais.</p> <p>Apesar das dificuldades, no exercício de 2010, foi possível atender 1.606 alunos, superando a meta física em 176%. Para o exercício de 2011, espera-se ampliar as ações de modo, com que se possa diminuir a evasão escolar.</p> <p>A seguir apresentamos a meta e a execução física de todos os Campi:</p>						
Campus	Meta Física	Meta Executada				
Campo Novo do Parecis	30	30				
Cuiabá	250	450				
São Vicente	200	1.370				
Pontes e Lacerda	100	136				
Confresa	100	175				
Juína	100	135				
Cáceres	33	40				
Bela Vista	100	Não informado				
TOTAL	913	2.336				
Posição em 31.12.2010						

Fonte: SIMEC, PROEN e Campi.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 2E13.26414.0230 - Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Promover a reforma e modernização do Núcleo Avançado de Campo Verde.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Willian Silva de Paula			Responsável: Pró-Reitor de Ensino			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
250.000,00	250.000,00	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade modernizada	31/12/10	-	-	01	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Unidade modernizada						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Tal ação não foi executada em razão, que a mesma referente a uma Emenda Parlamentar destinada à reforma e modernização do Núcleo Avançado de Campo Verde. No entanto, até o final do exercício de 2010, o Ministério da Educação e a Casa Civil não efetuaram a liberação dos créditos orçamentários para a Instituição.</p> <p>Dessa forma, as ações previstas para essa ação não puderam ser executadas em razão da não liberação de recursos, causando grandes transtornos à Instituição, tais como: impossibilidade de ofertar novas vagas e/ou cursos para a comunidade da região, ofertar melhorias nas instalações do Núcleo.</p> <p>A Instituição realizou diversas ações políticas, para liberação dos créditos, no entanto, em razão dos limites impostos pelos Órgãos Superiores, tais gestões não obtiveram o êxito esperado.</p>						

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			
Tipo do Programa: Finalístico					
Ação: 6301.26414.0051 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional					
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade					
Objetivos Específicos: Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.					
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta		
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta		
Coord. Ação Local: Willian Silva de Paula			Responsável: Pró-Reitor de Ensino		
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.020.000,00	1.020.000,00	1.013.183,37	32.095,00	981.088,37	32.095,00

Informações sobre os resultados alcançados																																										
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício																																				
		Data	Índice inicial	Índice final																																						
1	Volume disponibilizado	31/12/10	360	14.657	15.200	14.657																																				
Fórmula de Cálculo do Índice:																																										
Volume disponibilizado																																										
Análise do Resultado Alcançado																																										
<p>Com o intuito de melhorar e ampliar o acervo bibliográfico da Instituição, no exercício de 2011, foi executado R\$ 1.013.183,37 em aquisições de livros e periódicos para as Bibliotecas dos Campi, sendo que foram atendidos 10 (dez) Campi do IFMT, inclusive os novos Campi de Barra do Garças e Rondonópolis.</p> <p>No entanto, houveram alguns atrasos na aquisição desses materiais, em razão da demora na especificação e definição dos volumes a serem adquiridos, bem como o atraso na estratégia de suprimento, realização do certame licitatório, e ainda, na definição e aprovação das ementas dos cursos.</p> <p>Para minimizar o problema, foi constituída uma Coordenação-Geral de Bibliotecas, responsável por definir as estratégias, diretrizes e formas de controle e organização das Bibliotecas dos Campi. Com a criação dessa Coordenação, foi possível efetuar diversos trabalhos para aprimoramento e melhoria das condições estruturais e organizacionais das Bibliotecas da Instituição.</p> <p>No entanto, ainda há muitas atividades e desafios para serem superadas, porém espera-se que no próximo exercício de 2011 haja uma maior celeridade na atualização do acervo da Instituição.</p> <p>Outro fator de destaque se deve aos problemas operacionais junto aos fornecedores contratados, haja vista, que muitos livros e periódicos solicitados pelos professores da Instituição, encontram-se esgotados ou inexistentes. E isso faz com que haja atrasos nas entregas dos materiais ou até mesmo a ocorrência de licitações desertas. No entanto, para minimizar tais problemas, a administração tem realizado várias análises das listas encaminhadas pelos professores, de modo a evitar inconsistências ou atrasos na entrega dos materiais.</p> <p>Abaixo apresentamos a meta física de cada Campi:</p>																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Campus</th> <th>Meta Física</th> <th>Volume Adquirido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cuiabá</td> <td>1.500</td> <td>2.106</td> </tr> <tr> <td>São Vicente</td> <td>1.500</td> <td>3.095</td> </tr> <tr> <td>Bela Vista</td> <td>1.500</td> <td>Não informou</td> </tr> <tr> <td>Confresa</td> <td>1.500</td> <td>1.374</td> </tr> <tr> <td>Campo Novo do Parecis</td> <td>1.500</td> <td>360</td> </tr> <tr> <td>Pontes e Lacerda</td> <td>1.700</td> <td>1.817</td> </tr> <tr> <td>Juína</td> <td>1.500</td> <td>1.505</td> </tr> <tr> <td>Barra do Garças</td> <td>1.500</td> <td>1.500</td> </tr> <tr> <td>Rondonópolis</td> <td>1.500</td> <td>1.400</td> </tr> <tr> <td>Cáceres</td> <td>1.500</td> <td>1.500</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>15.000</td> <td>14.657</td> </tr> </tbody> </table>							Campus	Meta Física	Volume Adquirido	Cuiabá	1.500	2.106	São Vicente	1.500	3.095	Bela Vista	1.500	Não informou	Confresa	1.500	1.374	Campo Novo do Parecis	1.500	360	Pontes e Lacerda	1.700	1.817	Juína	1.500	1.505	Barra do Garças	1.500	1.500	Rondonópolis	1.500	1.400	Cáceres	1.500	1.500	Total	15.000	14.657
Campus	Meta Física	Volume Adquirido																																								
Cuiabá	1.500	2.106																																								
São Vicente	1.500	3.095																																								
Bela Vista	1.500	Não informou																																								
Confresa	1.500	1.374																																								
Campo Novo do Parecis	1.500	360																																								
Pontes e Lacerda	1.700	1.817																																								
Juína	1.500	1.505																																								
Barra do Garças	1.500	1.500																																								
Rondonópolis	1.500	1.400																																								
Cáceres	1.500	1.500																																								
Total	15.000	14.657																																								
Posição em 31.12.2010																																										

Fonte: SIMEC, PROEN, PROAD e Campi

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1062	Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Tipo do Programa: Finalístico	
Ação: 6364.26414.0051 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade	
Objetivos Específicos: Adquirir veículos para transporte de alunos, professores e técnicos, visando facilitar e melhorar o desempenho de atividades que contribuem para o êxito da Educação Profissional.	
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco	Responsável: Administração Direta
Coord. De Ação: -	Responsável: Administração Direta
Coord. Ação Local: Josias do Espírito Santo Coringa	Responsável: Pró-Reitor de Administração
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e servidores da Instituição.	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.400.000,00	1.400.000,00	199.484,00	-	199.484,00	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Veículo adquirido	31/12/10	-	04	06	04
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Veículo adquirido						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Tal ação foi executada parcialmente, em razão, que R\$ 1.200.000,00 eram destinados à aquisição de ônibus escolar para os Campi Pontes e Lacerda, Juína e Campo Novo do Parecis, os quais foram ofertados à Instituição através de Emenda Parlamentar.</p> <p>No entanto, até o final do exercício de 2010, o Ministério da Educação e a Casa Civil não efetuaram a liberação dos créditos orçamentários para a Instituição. Dessa forma, as ações previstas para essa ação não puderam ser executadas em razão da não liberação de recursos, causando grandes transtornos à Instituição, principalmente pelo fato, que tais unidades se localizam na zona rural e os alunos não dispõem de transporte escolar municipal e/ou estadual. E essa situação, tem contribuído para a evasão escolar.</p> <p>Cabe salientar, que a Instituição realizou diversas ações políticas, para liberação dos créditos, no entanto, em razão dos limites impostos pelos Órgãos Superiores, tais gestões não obtiveram o êxito esperado.</p> <p>O restante do recurso (R\$ 200.000,00) foi liberado diretamente na LOA, a qual foram destinados para os Campi São Vicente, Cáceres e Campo Novo do Parecis. Tais Campi providenciaram a aquisição de novos veículos do tipo passeio e coletivo (micro-ônibus).</p>						
Campus		Meta		Meta Atingida		
São Vicente		01		02		
Campo Novo do Parecis		02		01		
Cáceres		01		01		
Pontes e Lacerda		01		-		
Juína		-		-		
Posição em 31.12.2010						

Fonte: SIMEC e Campi.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1062	Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico					
Ação: 8650.26414.0051 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade					
Objetivos Específicos: Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.					
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta		
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta		
Coord. Ação Local: Josias do Espírito Santo Coringa			Responsável: Pró-Reitor de Administração		
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e servidores da Instituição.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
7.830.383,00	7.830.383,00	7.779.215,48	1.867.353,55	5.911.861,93	1.592.480,28

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade reestruturada	31/12/10	11	11	11	11
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Unidade reestruturada						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Os recursos previstos para essa ação orçamentária foram destinados reestruturação dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, especificamente para os Campi Cuiabá, Cáceres e São Vicente, bem como para atender o Termo de Metas da Instituição, no que tange aos novos Campi: Confresa, Juína, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Rondonópolis, Campo Novo do Parecis e Reitoria.</p> <p>Tais recursos possibilitaram a reorganização e integração das ações, de modo a ampliação da oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.</p> <p>Desta feita, os recursos destinados para essa ação foram gastos principalmente na construção, reforma e ampliação de espaço físico, aquisição de mobiliários, implementos agrícolas, equipamentos e outros.</p> <p>Na execução dessa despesa podemos destacar as seguintes despesas de relevância, separadas por Campi:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cuiabá: Ampliação e reforma do Anfiteatro; Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes para os laboratórios; • Campo Novo do Parecis: Construção de salas de aulas; Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes. • Reitoria: Aquisição de mobiliários, equipamentos de informática, veículos e outros para atender as necessidades da Reitoria; Aquisição de instrumentos musicais e equipamentos de videoconferência para atender os Campi da Instituição; Contratação dos serviços de infraestrutura para implantação e disponibilização do acesso à telefonia e internet para os Campi Confresa, Campo Novo do Parecis e Juína. • Cáceres: Reforma e construção do Núcleo Avançado de Poconé. Aquisição de mobiliários e equipamentos para o Campus. Contratação de empresa para a realização de obras e reformas no Campus Cáceres; • Barra do Garças: aquisição de equipamentos e mobiliários; • Rondonópolis: aquisição de equipamentos e mobiliários; • São Vicente: Construção do Bloco de Agronomia no Núcleo Avançado de Campo Verde; Aquisição de equipamentos e mobiliários; • Juína: Aquisição de equipamentos e implementos/maquinários agrícolas, instrumentos musicais e outros materiais para os laboratórios; Contratação dos serviços de reforma e obras complementares para o Campus Juína; <p>Dessa forma, percebe-se que o implemento dessas ações ensejarão na melhoria das condições estruturais para a oferta de novas turmas e/ou novos cursos, bem como a melhoria na infraestrutura dos laboratórios, bibliotecas e outros ambientes educacionais.</p>						

Fonte: SIMEC, PROAD e Campi

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1448	Denominação: Qualidade na escola
Tipo do Programa: Finalístico	
Ação: 6333.26414.0051 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica	
Objetivo Geral: Expandir e melhorar a qualidade da educação básica	
Objetivos Específicos: Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de	

professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas de educação públicos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Willian Silva de Paula			Responsável: Pró-Reitor de Ensino			
Público Alvo: Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.008.126,00	1.008.126,00	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Profissional Beneficiado	31/12/10	-	-	1.890	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Profissional Beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Essa ação refere-se a um projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação, intitulado de Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Esse plano é o resultado da ação conjunta do MEC, com as Instituições Públicas de Educação Superior e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, para que seja realizado capacitações aos professores que atuam nas escolas públicas estaduais e municipais, mas não possuem a formação mínima em licenciatura, ou mesmo àqueles que, mesmo sendo graduados, lecionam fora da área de graduação.</p> <p>Cabe ressaltar, que os créditos orçamentários dessa ação foram inseridos diretamente pelo Ministério da Educação, na matriz orçamentária do Instituto Federal. E que apesar dos esforços promovidos pela Instituição, tal ação não pode ser executada em razão da insuficiência de pessoal e problemas operacionais internos e externos, bem como no que tange a celebração dos convênios com o Governo do Estado e Prefeituras.</p> <p>Em 12 de maio de 2010, via Ofício n. 171/2010-Reitoria/IFMT, foi comunicado à Coordenação-Geral de Programas de Apoio à Formação e Capacitação de Docentes da Educação Básica, a reavaliação do quadro de ofertas de acesso e vagas por parte da Instituição, bem como a impossibilidade operacionalizar a demanda em 2010. Desta feita, solicitou-se a retirada dos dados concernentes ao IFMT da Plataforma Freire. E em 13 de outubro de 2010 foi construído um documento chamado de “Segundo Termo de Acordo Coletivo” que consiste em um acordo que entre si estabelecem a SEDUC/MT, a UFMT, a UNEMAT e o IFMT, em que preconiza a impossibilidade do IFMT em se comprometer com um programa especial, dada a fase de estruturação dos cursos regulares da Instituição.</p> <p>Porém cabe ressaltar que o IFMT continua tendo participação ativa no Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação de Mato Grosso, contribuindo inclusive para planejamento do atendimento das demandas para a formação continuada.</p>						

Fonte: SIMEC e PROEN

Tabela X – Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da Instituição

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
IFMT	0901	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais.	0005	Cumprimento de Sentença Judicial – Precatórios
			00G5	Precatórios de pequeno valor
	0089	Previdência de inativos e pensionistas da União	0181	Pagamento de aposentadorias e pensões
	1062	Desenvolvimento da	09HB	Contribuição para o custeio do

		Educação Profissional e Tecnológica		Regime de Previdência
			1H10	Expansão da Rede Federal
			2319	Prestação de serviços à comunidade
			2994	Assistência ao Educando
			2E13	Reforma e Modernização
			2992	Funcionamento da Educação Profissional
			6301	Acervo Bibliográfico
			6364	Veículos e transporte escolar
			8650	Reestruturação da Rede Federal
	0750	Apoio Administrativo	2004	Assistência Médica
			2010	Assistência Pré-Escolar
			2011	Auxílio transporte
			2012	Auxílio alimentação
			20CW	Exames periódicos
	1067	Gestão da Política de Educação	4572	Capacitação dos servidores
1448	Qualidade na Escola	6333	Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais da Educação Básica	
1061	Brasil Escolarizado	8429	Formação inicial e continuada a distância	

Comentários do responsável:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não é responsável pela execução de nenhum Programa Orçamentário, haja vista que tal responsabilidade está ligada diretamente aos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cabe ao IFMT somente a execução das ações orçamentárias. Além disso, na época da formulação da proposta orçamentária, cabe ao IFMT a definição das metas e alocação de recursos somente das ações de execução direta, excluindo-se as ações ligadas às despesas com pessoal e cumprimentos de sentenças judiciais.

Mensalmente a Instituição, promove atualização e monitoramento das ações orçamentárias, através do SIMEC – Sistema Integrado do Ministério da Educação, que por sua vez alimenta automaticamente os dados constantes no SIGPLAN.

Os comentários sobre a execução e os resultados alcançados em cada ação orçamentária encontram-se detalhada na tabela anterior (Tabela 2)

5.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Tabela XI – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	A	3	Pessoa Beneficiada	277	302	*
12	122	1062	09HB	A	3	-	-	-	-
12	128	1061	8429	A	1	Alunos matriculados	600	602	530
12	128	1067	4572	A	3	Servidor capacitado	702	884	793
12	128	1448	8633	P	1	Professores capacitados	1.890	0	Não será executada em 2011
28	846	0901	0005	OP	4	-	-	-	-
28	846	0901	00G5	OP	4	-	-	-	-
12	301	0705	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	681	821	1.553
12	301	0705	2010	A	3	Criança Atendida	116	145	148
12	301	0705	2011	A	3	Servidor beneficiado	910	478	541
12	306	0705	2012	A	3	Servidor beneficiado	820	1.019	966
12	301	0705	20CW	A	3	Servidor beneficiado	478	-	479
12	363	1072	1H10	P	1	Unidade implantada	04	07	07
12	363	1062	2319	A	3	Pessoa atendida	150	189	70

12	363	1062	2992	A	3	Alunos matriculados	10.692	9.512	12.597
12	363	1062	2994	A	3	Aluno assistido	913	2.336	3.433
12	363	1062	2E13	P	1	Unidade modernizada	01	-	-
12	363	1062	6301	A	1	Volume disponibilizado	15.200	14.657	7.855
12	363	1062	6364	A	3	Veículo adquirido	06	04	03
12	363	1062	8650	A	1	Unidade reestruturada	11	11	11

Fonte: SIMEC e SIAFI

* Não há informação na PLOA 2011

Análise crítica

A) Ações que foram cumpridas as metas físicas ou que superaram as metas estabelecidas:

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	A	3	Pessoa Beneficiada	277	302	*
Análise: A superação da meta física se deve ao aumento no número de servidores aposentados e pensionistas, oriundos principalmente das antigas ex-autarquias: CEFET-MT (atual Campus Cuiabá), CEFET-Cuiabá (atual Campus São Vicente) e EAF Cáceres (atual Campus Cáceres). Quanto a meta para o exercício de 2011, informamos que tal dado não fora informado haja vista, que o estabelecimento dessa meta é de responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e não estão disponíveis no SIMEC nem no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA de 2011.									
12	128	1067	4572	A	3	Servidor capacitado	702	884	793
Análise: Apesar da insuficiência de pessoal, a Instituição conseguiu atingir a meta estabelecida. Porém para o exercício de 2011 a meta foi redimensionada em razão, que a partir desse exercício as ações de capacitação serão gerenciadas pela Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos, conforme Plano de Capacitação Anual e demais normativas legais.									
12	301	0705	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	681	821	1.553
Análise: O aumento na meta física se deve ao ingresso de novos servidores, oriundos das Portarias de autorização de provimento: 11, de 08/01/2010 e 510, de 20/04/2010, expedida pelo Ministério da Educação. Para o exercício de 2011, espera-se que haja um aumento no número de pessoas beneficiadas, em razão da nomeação de novos servidores para atender os Campi de Barra do Garças e Rondonópolis, e ainda, o Campus Avançado de Sorriso. Da mesma forma, espera-se um aumento no número de pessoas beneficiadas, haja vista, que uma parte dos servidores recém nomeados, não ingressaram com o requerimento de solicitação do benefício, ou não solicitaram para os seus dependentes. Porém cabe salientar mais uma vez, que o estabelecimento da meta física é realizada pelo Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão									
12	301	0705	2010	A	3	Criança Atendida	116	145	148
Análise: O aumento na meta física se deve ao ingresso de novos servidores, oriundos das Portarias de autorização de provimento: 11, de 08/01/2010 e 510, de 20/04/2010, expedida pelo Ministério da Educação. Para o exercício de 2011, espera-se que haja um aumento no número de pessoas beneficiadas, em razão da nomeação de novos servidores para atender os Campi de Barra do Garças e Rondonópolis, e ainda, o Campus Avançado de Sorriso. No entanto, a meta física estabelecida pelo Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o exercício de 2011, está um pouco abaixo da projeção da Instituição. Estimamos para o exercício de 2011, o atendimento de 200 crianças.									

12	306	0705	2012	A	3	Servidor beneficiado	820	1.019	966									
Análise: O aumento na meta física se deve ao ingresso de novos servidores, oriundos das Portarias de autorização de provimento: 11, de 08/01/2010 e 510, de 20/04/2010, expedida pelo Ministério da Educação. Para o exercício de 2011, espera-se que haja um aumento no número de pessoas beneficiadas, em razão da nomeação de novos servidores para atender os Campi de Barra do Garças e Rondonópolis, e ainda, o Campus Avançado de Sorriso. No entanto, a meta física estabelecida pelo Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o exercício de 2011, está abaixo do projeto pela Instituição. Estimamos para o exercício de 2011, sejam beneficiadas 1.080 servidores.																		
12	363	1072	1H10	P	1	Unidade implantada	04	10	07									
Análise: O aumento na meta física dessa ação orçamentária se deve ao fato, os recursos dessa ação foram destinadas para o atendimento dos 10 (dez) Campi da Instituição, em razão que os mesmos fazem parte do projeto de expansão da rede federal de educação tecnológica, promovido pelo Ministério da Educação. Para o exercício de 2011, os recursos dessa ação serão destinadas somente para os novo Campi: Barra do Garças, Rondonópolis, Juína, Confresa, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda e Bela Vista.																		
12	363	1062	2994	A	3	Aluno assistido	913	2.336	3.433									
Análise: O aumento na meta física se deve ao fato, que em 2010, houve vários editais publicados para a concessão de bolsas auxílios aos estudantes, e ainda, ao fato que uma parte dos recursos dessa ação também foram direcionadas para o custeio das despesas dos alunos, no que tange as viagens e visitas técnicas obrigatórias. O processo de regulamentação e concessão da assistência estudantil, está passando por um processo de reavaliação, reorganização e estruturação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Tais trabalhos estão sendo conduzidas pelas Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão, de modo a evitar a evasão escolar, bem como proporcionar condições para a permanência e melhoria do desempenho escolar dos alunos, principalmente aqueles alunos carentes ou de baixa renda social e econômica. Para o exercício de 2011, espera-se aumentar o número de alunos assistido em razão das demandas da sociedade, e ainda, as propostas e metas constantes no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, proposto pelo Ministério da Educação e o compromisso firmado pelo IFMT no Termo de Metas.																		
12	128	1061	8429	A	1	Alunos matriculados	600	602	530									
Análise: Apesar da não abertura de novos processos seletivos e/ou vestibulares para a educação a distância no exercício de 2010, o IFMT conseguiu atingir a meta física prevista, conforme já explicado nos quadros anteriores. Para o exercício de 2011, o número de alunos foi diminuído em razão da não abertura de novas turmas no exercício de 2010, bem como o número de alunos concluintes.																		
12	363	1062	2319	A	3	Pessoa atendida	150	189	70									
Análise: Inicialmente essa ação seria executada pelos Campi São Vicente e Campo Novo do Parecis, no entanto, somente o Campus São Vicente conseguiu executar as ações previstas. Mesmo assim, somente o Campus São Vicente conseguiu atingir a meta física, através da execução de alguns projetos de extensão, já detalhados no quadro anterior. Para o exercício de 2011, a meta foi diminuída em razão que os créditos destinados para essa ação também sofreram redução, conforme quadro a seguir:																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Campus</th><th>Crédito Orçamentário Disponibilizado pelo Campus</th><th>Meta Física</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>São Vicente</td><td>R\$ 5.000,00</td><td>20</td></tr> <tr> <td>Campo Novo do Parecis</td><td>R\$ 15.000,00</td><td>50</td></tr> </tbody> </table>										Campus	Crédito Orçamentário Disponibilizado pelo Campus	Meta Física	São Vicente	R\$ 5.000,00	20	Campo Novo do Parecis	R\$ 15.000,00	50
Campus	Crédito Orçamentário Disponibilizado pelo Campus	Meta Física																
São Vicente	R\$ 5.000,00	20																
Campo Novo do Parecis	R\$ 15.000,00	50																
12	363	1062	8650	A	1	Unidade reestruturada	11	11	11									
Análise: Os recursos dessa ação foram destinados ao atendimento dos 10 Campi do IFMT, bem como a Reitoria. Para o																		

exercício de 2011, a meta física também será a mesma, haja vista, que não há previsão de abertura de novos Campi.

Fonte: SIMEC, PROEN, PROAD e Campi

B) Ações que apresentaram problemas na execução ou não cumpriram totalmente a meta física estabelecida:

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	128	1448	8633	P	1	Professores capacitados	1.890	0	Não será executada em 2011
Análise: Ação não executada por insuficiência de pessoal e problemas operacionais internos e externos, conforme justificativa apresentada no quadro anterior.									
12	301	0705	20CW	A	3	Servidor beneficiado	478	-	479
Análise: Devido aos problemas na implantação da ação e o atraso na conclusão e no trâmite do processo por parte da Comissão, tal ação não pode ser realizada no exercício de 2010, ficando sua execução adiada para o exercício de 2011.									
12	363	1062	2E13	P	1	Unidade modernizada	01	-	-
Análise: Os créditos orçamentários destinados para essa ação não foram liberados pelo Ministério da Educação e Casa Civil. Dessa forma, a ação não pode ser realizada no exercício. Para o exercício de 2011, tal ação não será executada.									
12	363	1062	6364	A	3	Veículo adquirido	06	04	03
Análise: Inicialmente a meta física da Instituição era adquirir 3 veículos, no entanto, considerando as emendas parlamentares tal quantitativo foi aumentado para mais 3 unidades. No entanto, devido a não liberação de parte dos recursos destinados para essa ação, por parte do Ministério da Educação e Casa Civil, a ação não foi executada em sua plenitude, por insuficiência de limite de empenho. Dessa forma, foram adquiridos somente 04 veículos relativo a dotação orçamentária do órgão. Para o próximo exercício, a meta física da Instituição mantém-se em 3 unidades.									

Fonte: SIMEC, PROEN, PROAD e Campi

C) Ações que não atingiram a meta física estabelecida:

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	301	0705	2011	A	3	Servidor beneficiado	910	478	541
Análise: Cabe salientar que a meta prevista foi estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Educação, foi mal dimensionada, haja vista, que a Instituição não possui muitos servidores beneficiados, em razão dos motivos já detalhados no quadro anterior. Para o exercício de 2011, tal erro já foi minimizado, cuja estimativa está mais próxima ao dimensionado pela Instituição, principalmente quando considerado a projeção de autorização de provimento para os novos Campi da Instituição.									
12	363	1062	6301	A	1	Volume disponibilizado	15.200	14.657	7.855
Análise: As bibliotecas da Instituição precisam de atualização constante das obras e periódicos oferecidos à comunidade									

interna e externa. Dessa forma, para atender as demandas da Instituição bem como as metas previstas no PDI, o primeiro ano de existência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, procurou-se aumentar o número de aquisições de obras e periódicos nacionais e internacionais, de modo a suprir a carência da Instituição, principalmente no que tange as áreas básicas: ciências exatas, linguística, humanas, sociais e naturais.

No entanto a meta física não fora atingida em sua totalidade, em razão dos problemas operacionais nas contratações/licitações realizadas.

Para o exercício de 2011, o número de volume a ser adquiridos foi diminuído em razão, que se pretende adquirir obras mais específicas e de valor econômico maior, tais como as áreas de engenharia, computação, construção civil, meio ambiente, tecnologia, agrárias e outras.

12	363	1062	2992	A	3	Alunos matriculados	10.692	9.512	12.597
----	-----	------	------	---	---	---------------------	--------	-------	--------

Análise:

Os principais problemas se devem a falta de estrutura física, de pessoal e os atrasos nas construções de salas de aulas e laboratórios, bem como a alto índice de evasão e transferência escolar.

Para o exercício de 2011, espera-se que tais problemas sejam solucionados, haja vista, que as obras previstas estarão sendo concluídas e aguarda-se a liberação de provimento dos concursados aprovados em 2010, bem como a inauguração dos Campi Barra do Garças e Rondonópolis.

Fonte: SIMEC, PROEN, PROAD e Campi

Tabela XII. Resumo geral da execução programática

Programa		Ação		Dotação Final	Dotação Executada	Dotação Não Utilizada
Nº	Título	Número	Título			
0901	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais.	0005	Cumprimento de Sentença Judicial – Precatórios	208.932,00	206.133,28	2.798,72
		00G5	Precatórios de pequeno valor	27.579,00	0	27.579,00
0089	Previdência de inativos e pensionistas da União	0181	Pagamento de aposentadorias e pensões	15.282.219,00	15.258.670,96	23.548,04
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	09HB	Contribuição para o custeio do Regime de Previdência	9.058.982,00	8.456.465,40	602.516,00
		1H10	Expansão da Rede Federal	7.434.331,00	7.432.532,00	1.799,00
		2E13	Reforma e Modernização	250.000,00	0	250.000,00
		2319	Prestação de serviços à comunidade	30.000,00	14.998,99	15.001,01
		2992	Funcionamento da Educação Profissional	79.228.600,00	78.843.298,99	385.301,01
		2994	Assistência ao Educando	720.000,00	653.345,31	66.654,69
		6301	Acervo Bibliográfico	1.020.000,00	1.013.183,37	6.816,63
		6364	Veículos e transporte escolar	1.400.000,00	199.484,00	1.200.516,00
0750	Apoio Administrativo	2004	Assistência Médica	1.670.717,00	1.358.922,04	311.794,96
		2010	Assistência Pré-Escolar	143.890,00	135.624,19	8.265,81
		2011	Auxílio transporte	1.185.439,00	1.101.691,98	83.747,02
		2012	Auxílio alimentação	3.717.861,00	3.615.863,48	101.997,52
		20CW	Exames periódicos	86.131,00	0	86.131,00
1067	Gestão da Política de Educação	4572	Capacitação dos servidores	1.138.634,00	917.303,31	221.330,69
1448	Qualidade na	6333	Apoio à capacitação e	1.008.126,00	0	1.008.126,00

	Escola		formação inicial e continuada de professores e profissionais da Educação Básica			
1061	Brasil Escolarizado	8429	Formação inicial e continuada a distância	459.975,00	349.854,93	110.120,07
TOTAL				131.901.799	127.336.587,71	4.565.210,69

Fonte: SIMEC

Na tabela acima, percebe-se que Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conseguiu executar 96,53% do seu orçamento, deixando de executar somente 3,47% do orçamento, ou seja, R\$ 4.565.210,69 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e dez reais e sessenta e nove centavos). Sendo que deste valor, R\$ 1.464.239,79 refere-se as despesas com pessoal e cumprimento de sentenças judiciais, e R\$ 3.100.970,90 refere-se aos recursos de custeio e capital.

Ressaltando mais uma vez, que desse último, R\$ 1.450.000,00 não puderam ser utilizados em razão da não liberação da cota-limite de empenho por parte do Ministério da Educação e Casa Civil, conforme já justificado nos itens anteriores.

6.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

6.1.1 Programação Orçamentária da Despesa

Na Programação das Despesas Correntes e de Capital do exercício financeiro de 2009 foram consideradas a soma da programação das despesas correntes das ex-autarquias Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá – CEFET Cuiabá (Órgão 26316/UG 153200), Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET Mato Grosso (Órgão 26210/UG 153014), e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC (Órgão 26310/UG153219 que deram origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Informamos ainda, que as tabelas abaixo foram consolidadas por Órgão, haja vista, que não foi possível extrair os dados por Campi/Unidades Gestoras no SIAFI Gerencial.

Tabela XIII. Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Reitoria	26414	158144
Campus Cuiabá		158333
Campus Cáceres		158334
Campus São Vicente		158335
Campus Campo Novo do Parecis		158492
Campus Juína		158493
Campus Bela Vista		158494
Campus Pontes e Lacerda		158495
Campus Confresa		158496
Campus Barra do Garças		158497
Campus Rondonópolis		158498

Tabela XIV. Programação de despesas correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009*	2010	2009*	2010	2009*	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO			-	-			
	PLOA			-	-			
	LOA	45.637.814,00	65.455.428,00	-	-	11.689.233,00	25.217.772,00	
CRÉDITOS	Suplementares	26.847.814,00	17.585.000,00	-	-	2.865.789,00	4.333.725,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	12.304,00	-
		Reabertos	-	-	-	-		-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		-
		Reabertos	-	-	-	-		-
	Créditos Cancelados	20.440,00	2.798,00	-	-	145.864,00	-	
Outras Operações		-	-	-	-		-	
Total		72.465.188,00	83.037.630,00	-	-	14.421.462,00	29.551.497,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.1.1 Programação de Despesas de Capital

Tabela XV. Programação de despesas de capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO			-	--	-	-	
	PLOA			-	-	-	-	
	LOA	48.151.370,00	18.976.874,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	69.165,00	348.000,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		4.753.722,00	19.324.874,00	-	-	-	-	

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.1.2 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Tabela XVI. Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO					-	-	
	PLOA					-	-	
	LOA	57.327.047,00	65.455.428,00	48.151.370,00	18.976.874,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	29.713.703,00	17.585.000,00	69.165,00	348.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	12.304,00	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	166.304,00	-2.798,00	-	-	-	-	
Outras Operações				-	-	-	-	
Total		86.886.850,00	83.037.630,00	4.753.722,00	18.976.874,00	-	-	

Fonte: Siafi Gerencial

As suplementações ocorridas no exercício de 2010 se devem principalmente em razão das despesas com pessoal, principalmente em decorrência do:

- Aumento no número de servidores;
- Aumento salarial concedido aos docentes e técnico-administrativos;
- Acréscimo no valor do auxílio-alimentação;

- Alteração e aumento na tabela de benefícios relativo à Assistência Médica e Odontológica, e
- Aumento nas despesas com ajuda de custo dos servidores, em razão das remoções realizadas.

Da mesma forma, houve a necessidade de solicitar créditos adicionais referentes aos excessos de arrecadação dos recursos próprios, principalmente aqueles da fonte 250 e 280. Tais excessos são decorrentes das taxas de inscrição dos candidatos do concurso públicos e dos processos seletivos e vestibulares.

Após o surgimento dos Institutos Federais, houve uma grande procura nos processos seletivos e vestibulares promovidos pela Instituição, principalmente em razão da abertura de novos Campi e Cursos, e também, em razão do processo de melhoria nos processos de comunicação e divulgação.

Além disso, no exercício de 2009 houve superávit na arrecadação própria, dessa forma foram liberados créditos adicionais, em virtude desse superávit.

Cabe ressaltar que a análise e comparação das alterações das programações orçamentárias dos exercícios de 2009 com 2010, fica prejudicada em razão que os valores apresentados em 2009 representam outra realidade para a Educação Profissional Tecnológica, haja vista, que em 2009 na programação orçamentária não havia a figura dos Institutos Federais, e tais orçamentos ainda estavam consignados como Centros Federais de Educação Tecnológica e/ou Escolas Agrícolas Federais.

Os impactos das suplementações ocorridas em 2010 estão ligados diretamente em nível de pessoal, porém cabe ressaltar que tal medida é essencial para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, principalmente no que tange a ampliação do número de vagas e cursos ofertados.

Em contrapartida, o aumento no número de servidores, alunos e infraestrutura física acarretam também o aumento nas despesas básicas de manutenção, tais como: energia elétrica, água e esgoto, materiais de expediente, materiais pedagógicos, materiais de limpeza e outros.

Outras dificuldades encontradas pelo gestor no exercício de 2010 foi o atraso na liberação das suplementações dos recursos destinados ao custeio de benefícios, tais como: auxílio-alimentação e assistência médica e odontológica.

Em razão do aumento no número de servidores e nos acréscimos concedidos para tais benefícios, os créditos iniciais não eram suficientes para o pagamento da folha de pessoal da Instituição, dessa forma, houve a necessidade de solicitar créditos adicionais, porém até que a mesma fosse aprovada e liberada pelos órgãos superiores, essa situação causou preocupação ao gestor, principalmente, porque tais créditos suplementares eram liberados parcialmente.

No entanto, cabe ressaltar, que ao final do exercício tal situação fora resolvida e atendeu plenamente as necessidades da Instituição.

6.1.1.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela XVII. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158144	221012066514268606	-	-	6.343,31
		158144	261011236310626358	-	-	736.005,23
		158144	261011236310626380	-	-	120.850,98
		158144	261011236610608526	-	-	3.000,00
		158144	262911212810618429	-	-	595.101,82
		158144	2629812128803486AD	-	-	177.392,98
		158144	262981230610618744	-	-	21.177,33
		158144	264141212810618429	-	-	177.095,95
		158144	264141212810674572	-	-	734.006,75
		158144	264141230107502004	-	-	164.539,00
		158144	264141236310622319	-	-	38.748,99
		158144	264141236310622992	-	-	15.399.241,12
	158144	264141236310622994	-	-	880.132,90	
	158144	264141236310628650	-	-	647.796,48	
	158335	221012066514268606	-	-	3.843,31	
	158492	221012066514268606	-	-	2.500,00	
	158333	261011236310626358	-	-	248.610,00	
	158334	261011236310626358	-	-	338.195,23	
	158335	261011236310626358	-	-	16.200,00	
	158492	261011236310626358	-	-	31.500,00	
	158493	261011236310626358	-	-	51.100,00	
	158495	261011236310626358	-	-	16.000,00	
	158496	261011236310626358	-	-	34.400,00	
	188333	261011236310626380	-	-	6.384,98	
158334	261011236310626380	-	-	89.266,00		
158335	261011236310626380	-	-	14.000,00		
158493	261011236310626380	-	-	11.200,00		
158496	261011236610608526	-	-	3.000,00		
158496	262911212810618429	-	-	595.101,82		
Movimentação Interna	Recebidos	158335	2629812128803486AD	-	-	177.392,98
		158334	262981230610618744	-	-	7.390,53
		158335	262981230610618744	-	-	10.829,73
		158492	262981230610618744	-	-	2.957,07
		158494	264141212810618429	-	-	177.095,95
		158333	264141212810674572	-	-	299.822,48
		158334	264141212810674572	-	-	139.722,62
		158335	264141212810674572	-	-	198.280,73
		158492	264141212810674572	-	-	57.000,00
		158493	264141212810674572	-	-	9.783,00
		158494	264141212810674572	-	-	26.640,00
		158495	264141212810674572	-	-	2.757,92
		158333	264141230107502004	-	-	86.734,00
		158335	264141230107502004	-	-	77.805,00
		158335	264141236310622319	-	-	23.748,99
		158492	264141236310622319	-	-	15.000,00
		158333	264141236310622992	-	-	4.246.709,71
		158334	264141236310622992	-	-	2.601.268,35
		158335	264141236310622992	-	-	3.411.010,00
		158492	264141236310622992	-	-	1.191.877,67
		158493	264141236310622992	-	-	1.234.325,09
		158494	264141236310622992	-	-	927.368,17

		158495	264141236310622992	-	-	466.785,34
		158496	264141236310622992	-	-	1.319.896,79
		158333	264141236310622994	-	-	394.382,09
		158334	264141236310622994	-	-	48.600,00
		158335	264141236310622994	-	-	133.333,32
		158492	264141236310622994	-	-	127.600,00
		158493	264141236310622994	-	-	50.000,00
		158494	264141236310622994	-	-	67.600,00
		158495	264141236310622994	-	-	8.662,49
		158496	264141236310622994	-	-	49.955,00
		158333	264141236310628650	-	-	108.423,35
		158334	264141236310628650	-	-	339.067,92
		158335	264141236310628650	-	-	29.466,13
		158492	264141236310628650	-	-	55.646,36
		158493	264141236310628650	-	-	54.646,36
		158494	264141236310628650	-	-	2.900,00
		158496	264141236310628650	-	-	57.646,36
Movimentação externa	Concedidos	150016*	221012066514268606	-	-	6.343,31
		150014	261011212210672272	-	-	2.214,60
		150016	261011236310626358	-	-	951.921,58
		150016	261011236310626380	-	-	304.150,65
		150028	261011236610608526	-	-	28.718,06
		154003	262911212810618429	-	-	622.745,60
		153173	2629812128803486AD	-	-	177.392,98
		153173	262981230610618744	-	-	21.177,33
		560003	411012412810086867	-	-	46.052,53
		150003	561011512603101B0	-	-	38.318,75
	Recebidos	158144	221012066514268606	-	-	6.343,31
		158144	261011212210672272	-	-	2.214,60
		158144	261011236310626358	-	-	951.921,58
		158144	261011236310626380	-	-	304.150,65
		158144	261011236610608526	-	-	28.718,06
		158144	262911212810618429	-	-	622.745,60
		158144	2629812128803486AD	-	-	177.392,98
		158144	262981230610618744	-	-	21.177,33
		158144	411012412810086867	-	-	46.052,53
		158144	561011512603101B0	-	-	38.318,75
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	158144	241011957104718977	19.999,17	-	-
		158144	261011236310626358	13.800,44	-	-
		158144	261011236310626380	615.384,16	-	-
		158144	261011236310628650	188.108,13	-	-
		158144	264141236310621H10	6.301.314,13	-	-
		158144	264141236310622992	1.009.187,67	-	-
		158144	264141236310622E13	250.000,00	-	-
		158144	264141236310626301	913.183,37	-	-
		158144	264141236310626360	299.484,00	-	-
		158144	261011236310628650	5.677.550,11	-	-
	Recebidos	158335	241011957104718977	9.999,17	-	-
		158493	241011957104718977	10.000,00	-	-
		158334	261011236310626358	13.800,44	-	-
		158334	261011236310626380	21.035,16	-	-
		158492	261011236310626380	300.000,00	-	-
		158493	261011236310626380	294.349,00	-	-
		158333	261011236310628650	26.134,23	-	-

		158335	261011236310628650	161.973,90	-	-
		158333	264141236310621H10	1.486.405,25	-	-
		158334	264141236310621H10	866.780,00	-	-
		158335	264141236310621H10	860.040,71	-	-
		158492	264141236310621H10	769.568,73	-	-
		158493	264141236310621H10	428.543,00	-	-
		158494	264141236310621H10	945.457,32	-	-
		158495	264141236310621H10	489.826,89	-	-
		158496	264141236310621H10	454.692,23	-	-
		158333	264141236310622992	51.847,48	-	-
		158334	264141236310622992	6.996,00	-	-
		158335	264141236310622992	149.868,03	-	-
		158492	264141236310622992	390.754,01	-	-
		158493	264141236310622992	205.080,00	-	-
		158494	264141236310622992	10.097,00	-	-
		158495	264141236310622992	4.000,00	-	-
		158496	264141236310622992	190.545,15	-	-
		158335	264141236310622E13	250.000,00	-	-
		158333	264141236310626301	100.000,00	-	-
		158334	264141236310626301	100.000,00	-	-
		158335	264141236310626301	198.168,40	-	-
		158492	264141236310626301	100.000,00	-	-
		158493	264141236310626301	100.000,00	-	-
		158494	264141236310626301	100.000,00	-	-
		158495	264141236310626301	115.014,97	-	-
		158496	264141236310626301	100.000,00	-	-
		158334	264141236310626364	49.484,00	-	-
		158335	264141236310626364	50.000,00	-	-
		158492	264141236310626364	200.000,00	-	-
		158333	264141236310628650	2.104.544,25	-	-
		158334	264141236310628650	1.563.658,29	-	-
		158335	264141236310628650	1.517.008,45	-	-
		158492	264141236310628650	160.478,59	-	-
		158493	264141236310628650	317.443,53	-	-
		158496	264141236310628650	14.417,00	-	-
		150016*	241011957104718977	19.999,17	--	-
		150016	261011236310626358	44.925,35	-	-
		150016	261011236310626380	616.331,33	-	-
		150016	261011236310628650	188.108,13	-	-
		150016	261011236310626380	616.331,33	-	-
		153173	262981212810618429	84.900,00	-	-
		560003	561011512603101B00	9.735,90	-	-
		158144	241011957104718977	19.865,44	-	-
		158144	261011236310626358	44.925,35	-	-
		158144	261011236310626380	616.331,33	-	-
		158144	261011236310628650	188.108,13	-	-
		158144	262981212810618429	84.900,00	-	-
		158144	561011512603101B00	9.735,90	-	-
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI Gerencial

*Termo de cooperação entre o Ministério da Agricultura - MAPA, Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT e Secretaria de Educação Profissional e tecnológica - SETEC. A UG concedente não pertence ao órgão da classificação institucional e funcional programática do campo classificação a ação.

O campo “*classificação da ação*” dos créditos recebidos ou concedidos, das movimentações externas ou internas, foram preenchidos conforme a classificação Institucional e funcional-programática da despesa, numa sequência numérica, composta por Unidade Orçamentária (cinco algarismo), e do Programa de Trabalho, que por sua vez é composto por: Função (dois algarismos), Subfunção (três algarismos), Programa (quatro algarismos) e Ação orçamentária (quatro

algarismos), não sendo informado o código de subtítulo (quatro últimos algarismos) conforme exemplo a seguir:

Classificação da ação: 26101123631062299200001

Unidade Orçamentária: 26101 – Ministério da Educação

Programa de Trabalho: 12363106229920

Função: 12 – Educação

Subfunção: 363 - Educação Profissional

Programa: 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Ação orçamentária: 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

Código de subtítulo:0001 – não informado

Tabelas de apoio:

Relação dos órgãos que descentralizaram créditos para a UJ:

22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

24101 - Ministério Da Ciência E Tecnologia

26101 - Ministério Da Educação

26291 – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Capes

26298 - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação

26298 - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação

26414 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

41101 - Ministério Das Comunicações

56101 - Ministério Das Cidades

Relação das unidades gestoras que receberam ou concederam créditos para a UJ:

158144 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT

150016 - Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica – SETEC

153173 - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação – FNDE

560003 - Secretaria Executiva – Ministério das Cidades

154003 – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Capes

158333 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso /Campus Cuiabá

158334 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso /Campus Cáceres

158335 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso /Campus São

Vicente

158492 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso /Campus Campo N.

Parecis

158493 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso /Campus Juína

158494 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso /Campus Bela Vista

158495 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Pontes

Lacerda

158496 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso /Campus Confresa

Relação dos programas de trabalho dos créditos pertencente e/ou recebidos pela UJ:

1212210672272 - Gestão e administração do programa – nacional;

1212810618429 - Formação inicial e continuada a distancia – nacional Estado de Mato Grosso;

1212810674572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação - no Estado de Mato Grosso;

1212814486333 - Apoio a capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação básica - no Estado de Mato Grosso;

12128803486ad - Formação de profissionais – nacional;

1230107502004 - Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Mato Grosso;

12301075020cw - Assistência médica aos servidores e empregados - exames periódicos – nacional;

1230607502012 - Auxílio-alimentação aos servidores e empregados - no Estado do Mato Grosso;

1230610618744 - Apoio a alimentação escolar na educação básica – nacional;

1233107502011 - Auxílio-transporte aos servidores e empregados - no Estado do Mato Grosso;

1236310621h10 - Expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica - no Estado de Mato Grosso;

1236310622319 - Prestação de serviços a comunidade - no Estado de Mato Grosso;

1236310622992 - Funcionamento da educação profissional - no Estado do Mato Grosso;

1236310622994 - Assistência ao educando da educação profissional - no Estado de Mato Grosso;

1236310622e13 - Reforma e modernização de infraestrutura física das instituições federais de educação tecnológica - Campus São Vicente - núcleo avançado de campo verde - no Estado do Mato Grosso;

1236310626301 - Acervo bibliográfico para as instituições da rede federal de educação profissional - no Estado do Mato Grosso;

1236310626358 - Capacitação de recursos humanos da educação profissional – nacional;

1236310626364 - Veículos e transporte escolar para as instituições federais de educação profissional - no Estado de Mato Grosso;

1236310626380 - Fomento ao desenvolvimento da educação profissional – nacional;

1236310628650 - Reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica - no Estado de Mato Grosso;

1236507502010 - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores empregados - no Estado do Mato Grosso;

1236610608526 - Apoio a iniciativas para melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos – nacional;

1512603101b00 - Implantação do sistema nacional de informações das cidades - SNIC – nacional;

1957104718977 - Apoio a pesquisa e a inovação em arranjos produtivos locais – nacional;

2066514268606 - Desenvolvimento da agricultura orgânica - pro-orgânico- nacional;

2412810086867 - Capacitação de multiplicadores – nacional.

As Movimentações orçamentárias por grupo de despesa do quadro a seguir representa os créditos recebidos ou concedidos por movimentação interna ou externa independentemente da execução orçamentária. Ao final do exercício de 2010 a sobra ou o total dos créditos das ações não executadas foram devolvidos aos órgãos descentralizadores ou os limites foram bloqueados pelo Tesouro Nacional, caso dos créditos da matriz orçamentária.

Tabela XVIII. Resumo das movimentações internas ou externas

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes
				3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158144	Diversos	19.701.432,84
	Recebidos	158333	Diversos	5.394.909,92
		158334	Diversos	3.563.510,65
		158335	Diversos	4.099.753,50
		158492	Diversos	1.484.081,10
		158493	Diversos	1.411.054,45
		158494	Diversos	1.201.604,12
		158495	Diversos	494.205,75
		158496	Diversos	2.059.999,97
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital
				4 – Investimentos
Movimentação Interna	Concedidos	158144	Diversos	15.288.011,18

	Recebidos	158333	Diversos	3.768.931,21
		158334	Diversos	2.621.753,89
		158335	Diversos	3197058,66
		158492	Diversos	1.920.801,33
		158493	Diversos	1.355.415,53
		158494	Diversos	1.055.554,32
		158495	Diversos	608.841,86
		158496	Diversos	759.654,38

Fonte: SIAFI Gerencial

As concessões efetuadas pela instituição tratam exclusivamente das movimentações dos créditos orçamentários inseridos na Unidade Gestora da Reitoria para a os Campi, haja vista, que as Unidades Gestoras dos Campi são executores, como a Reitoria.

Já dos créditos recebidos, temos a destacar que todas as descentralizações relativas aos Planos de Trabalho, Projetos e/ou Termo de Cooperação Técnica são direcionadas para a Unidade Gestora da Reitoria, a qual por sua vez, de acordo com o objeto de cada projeto reencaminha tais créditos para os Campi responsáveis pela sua execução.

Assim, no exercício de 2010 as movimentações de créditos orçamentários externos, pertencentes ao orçamento de outros órgãos, foram destacados ao Instituto Federal de Mato Grosso, através da UG da Reitoria e executados por ela ou descentralizados aos *Campi*, como dispunham os Planos de Trabalho de cada projeto. Em sua maioria, os créditos recebidos por movimentação externa pertenciam a ações orçamentárias da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Capes e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE.

Dessa forma, para complementar as tabelas acima, apresentamos a seguir, todas as descentralizações recebidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no exercício de 2010, bem como os valores executados e devolvidos.

Cabe ressaltar, que grande parte dos recursos devolvidos, se deve ao fato que muitos desses projetos foram descentralizados no 2º semestre/2010, dessa forma, as viagens previstas para o 1º semestre não foram realizadas e conseqüentemente os créditos tiveram que ser devolvidos. No mesmo sentido, houve atrasos nas licitações e aquisições, e ainda, o cancelamento/suspensão de algumas ações, e até mesmo a dificuldade operacionais ou falta de interesse por parte da comunidade externa, na qual podemos citar por exemplo, o caso dos treinamento do Telecentro, cuja suspensão parcial das atividades, se deve ao fato que as Prefeituras contactadas não manifestaram interesse em enviar seus servidores para o treinamento.

Tabela XIX. Créditos orçamentários recebidos por descentralização

PD	OBJETO	ÓRGÃO	AÇÃO	VL. REC.	VL. EXEC.	%	VL. DEV.
01	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada (PROEJA FIC).	SETEC	1236310626358	144.142,80	84.595,67	58,69	59.547,13
02	Capacitação de Tutores a distancia e presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB.	SETEC	1212810618429	233.895,42	75.860,84	32,43	158.034,58
03	Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.	SETEC	1236310626358	476.507,87	229.854,18	48,24	246.653,69
04	Oferta do 5º e 6º Semestres da 2ª turma dos cursos de: Licenciatura em Química e Tecnologia em Sistemas para Internet, na modalidade de Educação à Distância - EAD através da Universidade Aberta do Brasil – UAB.	CAPES	1212810618429	282.114,04	235.081,28	83,33	47.032,76

05	Promoção de capacitação dos servidores municipais quanto às ferramentas e tecnologias de informação e comunicação 3ª fase de capacitação – Telecentros.	SETEC	2412810086867	130.473,00	46.052,53	35,30	84.420,47
06	Desenvolvimento da cultura de inovação e empreendedorismo no IFMT, agregando valores à produção do conhecimento científico e tecnológico, através da implementação e consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.	SETEC	1236310626380	48.023,20	38.023,54	79,18	9.999,66
07	Capacitação de escolas para constituição de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.	SETEC	1236310626380	5.000,00	3.311,16	66,22	1.688,84
08	Aquisição de Veículos para atender a Universidade Aberta do Brasil – UAB.	FNDE	1212810618429	84.900,00	84.900,00	100	0,00
09	Curso de Depreciação SPO/MEC.	SPO/MEC	1212210672272	1.427,68	1.029,70	72,12	397,98
09/2	Fornecer aos servidores dos municípios sobre fundamentos de geoprocessamento e geociências (GeoSNIC/Terraview/Terrasig)	MCID	1512603101b00	50.000,00	48.054,65	96,11	1.945,35
10	Desenvolvimento de tecnologias de produção de hambúrgueres e nuggets de carne de jacaré do Pantanal.	SETEC	1236310626358	21.940,00	6.600,00	30,08	15.340,00
11	Promoção de capacitação e do conhecimento dos pescadores da região de do município de Cáceres	SETEC	1236310626358	9.950,01	1.200,00	12,06	8.650,01
12	Implementação de projetos de formação de cursos, seminários e oficinas e produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens – PROJOVEM.	FNDE	12128803468ad	150.500,63	0,00	0,00	150.500,63
13	Promoção do I Encontro Regional de Pesquisa aplicada a Pesca e Aquicultura dos Núcleos – Centro-Oeste I e II.	SETEC	1236310626380	38.887,00	13.226,74	34,01	25.660,26
14	Promover a capacitação de mulheres de pescadores e ribeirinhos da parte alta do rio Paraguai em Cáceres, em curtimento de peles de peixe e aplicação dessas peles em artesanato.	SETEC	1236310626380	39.010,00	10.900,00	27,94	28.110,00
15	Promover a participação de estudantes, professores e gestores no Fórum Regional de Pesquisas e Experiência em PROEJA.	SETEC	1236310626380	116.320,60	94.785,05	81,49	21.535,55
16	Implementação de projetos de formação de cursos, seminários e oficinas e produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens – PROJOVEM.	FNDE	12128803468ad	446.356,00	177.058,56	45,92	269.297,42
17	Projeto: A fabricação de sabão e sabonete, com estratos vegetais, como alternativa para sustentabilidade em comunidade de pescadores de Cáceres.	SETEC	1236310626380	59.951,20	25.661,75	42,80	34.289,45
18	Ofertar conhecimento teóricos e práticos relativos a sistemas orgânicos e agroecológicos de produção.	SETEC	1236310626380	14.000,00	14.000,00	100	0,00
			2066514268606	7.964,60	3.843,01	48,25	4.121,59
			1957104718977	10.000,00	9.999,17	99,99	0,83
19	Assistência ao estudante da Educação Profissional, com vistas a contribuir para a permanência dos alunos nos cursos de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: curso Técnico em Meio Ambiente.	SETEC	1236310626358	40.500,00	34.500,00	85,19	6.000,00
20	Projeto de Inclusão digital para a inclusão social de pescadores de Cáceres.	SETEC	1236310626380	40.095,00	18.564,00	46,30	21.571,00
21	Promoção à implantação e consolidação em núcleos de estudo em agroecologia no IFMT	SETEC	1236310626380	11.200,00	11.200,00	100	0,00
			2066514268606	2.500,00	2.498,98	99,96	1,02
			1957104718977	10.000,00	9.866,27	98,66	133,73
22	Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola.	FNDE	1230610618744	4.560,00	3.922,77	86,03	637,23
23	Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola.	FNDE	1230610618744	16.620,00	14.297,49	86,03	2.322,51
24	Desenvolvimento de comunidade de aprendizagem virtual multimídia em rede social da Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil – Portal dos Fóruns de EJA	SECAD	1236610608526	27.640,00	26.918,06	97,39	721,94
25	II Jornada de Capacitação em Execução Orçamentária Técnica da SPO	SETEC	1236310626358	3.691,42	3.691,42	100	0,00
26	III Jornada de Capacitação Em Execução Orçamentária Técnica da SPO	SETEC	1236310626358	9.565,39	7.095,65	74,78	2.469,74
27	Participação na Etapa Nacional do Jogos Brasileiros das Instituições Profissionais e Tecnológicas – JIF's.	SETEC	1236310626380	54.539,75	48.695,50	89,28	5.844,25
28	Participação dos Reitores do Programa de Aperfeiçoamento dos Dirigentes dos Institutos Federais.	SETEC	1236310626380	3.079,00	3.028,35	98,35	50,65

29	Assistência ao estudante da Educação Profissional, com vistas a contribuir para permanência dos alunos nos curso PROEJA – diversos cursos e <i>campis</i> .	SETEC	1236310626358	822.600,00	669.440,00	81,38	153.160,00
30	Oferta do 1º e 2º semestres da 4ª turma UAB I e 1ª turma UAB II dos cursos de: Licenciatura em Química e Tecnologia em Sistemas para Internet, na modalidade de Educação a Distância – EAD através da Universidade Aberta do Brasil – UAB.	CAPES	1212810618429	695.050,32	307.479,02	44,24	387.571,30
31	VI Encontro do Encerramento do Exercício	SPO/MEC	1212210672272	1.605,86	1.184,90	73,79	420,96
32	Construção/Ampliação da quadra poliesportiva do <i>Campus</i> Campo Novo dos Parecis para atender a implantação do núcleo projeto Segundo Tempo.	SETEC	1236310626380	300.000,00	287.766,75	95,92	12.233,25
33	Construção/Ampliação da quadra poliesportiva do <i>Campus</i> Juína para atender a implantação do núcleo projeto Segundo Tempo	SETEC	1236310626380	300.000,00	294.349,00	98,12	5.651,00
34	Implantação de laboratórios Pedagógicos nos polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB: curso Licenciatura em Química.	CAPES	1212810618429	231.603,00	0,00	0,00	231.603,00
35	Promoção da elevação da escolaridade e conhecimento dos pescadores da região de Cáceres.	SETEC	1236310626380	77.076,85	60.950,98	79,08	16.125,87
			1236310628650	206.990,00	188.108,13	90,88	18.881,87
36	Ampliação das ofertas do curso Escolas Sustentáveis e com Vida.	SECAD	1236610608526	60.213,30	0,00	0,00	60.231,30
Montante Descentralizado			R\$ 5.290.493,94				
Montante Executado			R\$ 3.197.595,10				
%			60,44				
Montante Devolvido			R\$ 2.092.898,84				

Fonte: SIAFI

O montante de créditos recebidos por movimentação externa para custeio de despesas de correntes totalizaram R\$ 2.199.035,39. Deste montante, foram provisionados aos *campi*, por movimentação interna o montante de R\$ 1.659.871,65, discriminados a seguir:

- R\$ 254.994,98 - *Campus* Cuiabá;
- R\$ 434.851,76 - *Campus* Cáceres;
- R\$ 218.422,71 - *Campus* São Vicente;
- R\$ 34.457,07 - *Campus* Campo Novo dos Parecis;
- R\$ 62.300,00 - *Campus* Juína;
- R\$ 16.000,00 - *Campus* Pontes e Lacerda; e
- R\$ 632.501,82 - *Campus* Confresa.

Do montante de créditos para investimento (despesas de capital), das movimentações externas, foram destacados ao Instituto Federal de Mato Grosso o montante de R\$ 1.580.331,00, sendo que destes foram provisionados aos *campi* a quantia de R\$ 837.291,90, discriminados a seguir:

- R\$ 26.134,23 - *Campus* Cuiabá;
- R\$ 34.835,60 - *Campus* Cáceres;
- R\$ 161.973,9 - *Campus* São Vicente;
- R\$ 300.000,00 - *Campus* Campo Novo dos Parecis; e
- R\$ 294.349,00 - *Campus* Juína.

Quanto aos créditos originários do Instituto Federal de Mato Grosso, LOA 2010, grande parte dos créditos foram provisionados as três ex-autarquias: Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá – CEFET Cuiabá, Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET Mato Grosso e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – EAFC, atuais *Campus* Cuiabá, *Campus* São Vicente e *Campus* Cáceres, respectivamente, pois ambos concentram grande parte das ações desenvolvidas pelo Instituto.

Diante disto, a movimentação de créditos orçamentários que foram provisionados aos *Campi* totalizaram R\$ 18.041.561,19 para custeio de despesas correntes, conforme segue:

- R\$ 5.136.071,63 - *Campus* Cuiabá;
- R\$ 3.128.658,89 - *Campus* Cáceres;
- R\$ 3.873.644,17 - *Campus* São Vicente;
- R\$ 1.447.124,03 - *Campus* Campo Novo dos Parecis;
- R\$ 1.348.754,45 - *Campus* Juína;
- R\$ 1.024.508,17 – *Campus* Bela Vista;
- R\$ 478.205,75 - *Campus* Pontes e Lacerda; e
- R\$ 1.427.498,15 - *Campus* Confresa.

Quanto as despesas de capital, ainda por movimentações internas, dos créditos orçamentários próprios do Instituto Federal de Mato Grosso, foram provisionados aos *campi* R\$ 14.450.719,28, conforme discriminado a seguir:

- R\$ 3.742.796,98 - *Campus* Cuiabá;
- R\$ 2.586.918,29 - *Campus* Cáceres;
- R\$ 3.025.085,59 - *Campus* São Vicente;
- R\$ 1.620.801,33 - *Campus* Campo Novo dos Parecis;
- R\$1.051.066,53 - *Campus* Juína;
- R\$ 1.055.554,32 - *Campus* Bela Vista;
- R\$ 608.841,86 - *Campus* Pontes e Lacerda; e
- R\$ 759.654,38 - *Campus* Confresa.

6.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

6.2.1.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Nos quadros da Execução Orçamentária das Despesas, dos créditos originários ou recebidos pela UJ, para o compute das despesas do exercício financeiro de 2009 foram consideradas a soma das despesas das ex-autarquias Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá – CEFET Cuiabá (Órgão 26316/UG 153200), Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET Mato Grosso (Órgão 26210/UG 153014), e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC (Órgão 26310/UG153219) que deram origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

6.2.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela XX. Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	69.001,61	437.815,06	69.001,61	410.080,87
Tomada de Preços	198.961,90	1.235.639,93	198.961,90	1.234.435,16
Concorrência	123.980,01	1.418.152,55	123.980,01	1.415.749,60
Pregão *	5.352.500,83	10.790.536,62	5.125.019,79	9.907.250,38
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços*	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	2.269.563,48	3.153.633,06	2.185.110,25	2.960.280,24
Inexigibilidade	498.386,84	600.532,78	493.154,84	549.761,00

Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	171.697,86	69.000,88	171.697,86	69.000,88
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	71.454.732,04	89.640.029,84	71.454.732,04	89.640.029,84
Diárias**	478.543,57	1.219.787,05	464.856,27	1.204.570,06
Outros	912.945,07	1.389.968,62	912.218,44	1.325.104,83

Fonte: SIAFI Gerencial

No somatório das despesas com diárias, exercícios financeiros de 2009 e 2010, foram consideradas as seguintes naturezas de despesas: 339014-14 (diárias pessoal civil) 339014-16 (diárias internacional), 339036-02 (diárias colaborador eventual) e 339092-14 (ressarcimento de diárias).

Informamos ainda, que os valores relativo as despesas com pregão e registro de preços, estão todos alocados em Pregão, haja vista que o Registro de Preços é realizado por meio de Pregão Eletrônico, dessa feita, os atuais sistemas gerenciais não consideram o Registro de Preço como uma modalidade, mas sim como uma forma de contratação. Sendo que a primeira a contratação pode ser realizada de imediata, e a segunda, por ser efetuada tanto de forma imediata, quanto posteriormente, quando do surgimento da necessidade e desde que não ultrapasse o período de validade da Ata de Registro de Preços.

6.2.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Para o preenchimento dos quadros Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ (2.4.2.1.2) e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ (2.4.2.1.3) foram considerados como referência os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2010 discriminados em ordem decrescente desse montante.

Tabela XXI. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa 319011	43943549,17	56.521.044,09	43943549,17	56.521.044,09	-	-	43943549,17	56.521.044,09
2º elemento de despesa 319001	10400158,37	11.466.911,33	10400158,37	11.466.911,33	-	-	10400158,37	11.466.911,33
3º elemento de despesa 319013	8703437,46	8.453.465,40	8703437,46	8.453.465,40	-	-	8703437,46	8.453.465,40
Demais elementos do grupo	8.407.587,04	5.631.854,21	8.407.587,04	5.631.854,21	-	-	8.407.587,04	5.631.854,21
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa 339039	4.875.130,76	7.041.134,01	4.047.772,48	4.789.975,15	789.268,28	2.251.158,86	3.953.481,41	4.584.641,56
2º elemento de despesa 339037	2.387.836,00	4.719.926,83	2.255.647,06	3.998.810,51	132.188,94	1.855.969,39	2.112.797,07	3.844.789,68
3º elemento de despesa 339030	2.001.333,66	4.456.701,28	1.466.579,02	2.863.957,44	534.754,64	457.890,77	1.459.870,21	2.707.903,85
Demais elementos do grupo	4.716.165,12	11.278.230,41	4.593.691,84	4.789.975,15	111.187,43	235.817,27	4.574.925,09	10.908.963,46

Fonte: SIAFI Gerencial

6.2.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XXII. Despesa de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa 449052	4.232.033,21	9.411.108,63	181.972,86	2.696.495,88	275.821,82	6.714.612,75	535.210,83	2.168.926,97
2º elemento de despesa 449051	457.794,68	8.448.640,52	554.798,56	2.773.215,30	3.677.234,65	5.675.425,22	181.972,86	2.710.199,49
3º elemento de despesa 449039	0,00	7.520,00	0,00	0,00	0,00	7.520,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

Pelas tabelas acima demonstradas, percebe-se que as maiores despesas correntes estão ligadas diretamente ao custeio da folha de pagamento de pessoal.

Nesse sentido, em 2010, para atender as folha de pagamento de pessoal (benefícios, contribuições e precatórios) o IFMT possuía uma dotação inicial de R\$ 68.449.429,00, relativo as somatórias das ações dos programas orçamentários 0089, 0750, 0901 e 1062, no entanto, as despesas totais da Instituição, na área de recursos humanos, ficaram em torno de R\$ 80.901.411,14, ou seja, os créditos orçamentários iniciais necessitaram de suplementação para atender a demanda da Instituição.

Outras despesas correntes que tiveram maior destaque são aquelas ligadas à contratação de pessoa jurídica, contratação de mão-de-obra especializada e aquisição de material de expediente. A primeira se deve ao fato que nessas despesas estão concentradas os gastos com: energia elétrica, telefonia, água e esgoto, comunicação de dados/internet, reprografia, correios e outros. Já a segunda está relacionada principalmente as despesas com contratação dos serviços de limpeza, conservação e asseio, vigilância, inspetoria de alunos, motoristas, recepcionistas e outros. E o terceiro, são as despesas relacionadas a aquisição de combustível, materiais de expedientes, materiais pedagógicos, suprimentos de informática e outros.

No que tange as despesas de capital, percebe-se que as maiores despesas estão concentradas na aquisição de bens permanentes, tais equipamentos, mobiliários e veículos. E tais despesas se justificam principalmente em razão que vários Campi estão em processo de expansão e modernização da sua infraestrutura física. Além disso, no exercício de 2010, 07 (sete) Campi entraram em funcionamento efetivo, tais como: Confresa, Juína, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Bela Vista, Rondonópolis e Barra do Garças. Sendo que esses dois últimos, somente iniciaram suas atividades administrativas, ficando as atividades educacionais para 2011.

Quanto ao volume de restos a pagar não processados, se deve ao fato, que houve atrasos nas liberações da cota-limite para empenho e na conclusão dos processos licitatórios.

No entanto, quanto as obras, boa parte das licitações ocorreram no 2º semestre de 2010, dessa forma, devido ao cronograma da obra e ainda alguns atrasos na execução das mesmas, uma parte das despesas empenhadas tiveram que ser inscritos em restos a pagar não processados.

Os principais problemas encontrados pela Instituição foi a dificuldade na liberação da cota-limite de empenho para as despesas de capital. Tal liberação dependia do Ministério da Educação, o qual somente liberava mediante solicitação formal ao Ministério, condicionada a atualização dos dados constantes no SIMEC – Módulo de Obras.

Pois bem, tal módulo é uma inovação do Ministério da Educação para acompanhar o andamento das obras das Instituições de Ensino, o qual foi criado em 2008. Na época da criação houve somente um treinamento para as ex-autarquias, no entanto, após esse treinamento houve várias mudanças significativas no referido módulo, porém nenhum treinamento foi mais ofertado aos servidores das Instituições Federais.

Além disso, o acesso ao sistema restringia somente há um servidor por Instituição, preferencialmente um engenheiro.

Diante desses empecilhos, houve muita dificuldade na atualização do referido sistema por parte da Instituição, pois como atualizar um sistema, sem que seja disponibilizado o acesso, e porque restringi-lo somente a um servidor, o que fazer quando o mesmo estiver de férias, viagem à serviço ou de licença?

Após várias solicitações, o acesso fora liberado para mais alguns servidores, porém sem o devido treinamento. Assim, mesmo diante desses percalços a Instituição atendeu as exigências do Ministério da Educação, porém devido à todas essas dificuldades houve atraso na liberação das cotas limites e conseqüentemente atrasos na execução da despesa.

Outro fator de destaque se deve aos atrasos nas licitações de obras e reformas, principalmente, pela falta de pessoal especializado para a elaboração dos projetos e realização dos certames licitatório.

Para minimizar tal situação, a Instituição procurou contratar por meio de processo licitatório, empresas especializadas na elaboração de projetos de engenharia. No entanto, quanto a falta de pessoal, o problema não pode ser resolvido, em razão do não provimento de mais servidores, bem como as dificuldades encontradas para a promoção de capacitação dos servidores da Instituição.

Outro fator de destaque, se deve aos créditos descentralizados para a Instituição, na qual vários planos de trabalhos e termos de cooperação técnica, somente foram liberados na metade do 2º semestre de 2010, gerando um grande volume para ser executado até o encerramento do exercício.

6.2.1.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

6.2.1.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Tabela XXIII. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	66.615,00	0,00	66.615,00	0,00
Tomada de Preços	2.200,00	0,00	2.200,00	0,00
Concorrência	430.814,94	0,00	430.814,94	0,00

Pregão	0,00	169.773.500,00	0,00	163.229,87
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	209.348,67	163.289,10	204.337,10	109.715,50
Inexigibilidade	65.704,00		63.493,08	
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	1.394,40	0,00	1.394,40	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	283.688,63	318373,09	250.604,81	317835,59
Outras	872.878,24	863.227,41	831.442,12	769.807,88

Fonte: Siafi Gerencial

6.2.1.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela XXIV. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa 339018	87.300,00	733.957,76	80.700,00	719.287,76	6.600,00	14.670,00	76.700,00	718.787,76
2º elemento de despesa 339036	162.227,42	352.213,48	161.039,92	327.293,78	1.187,50	24.919,70	155.020,98	228.572,43
3º elemento de despesa 339033	48.928,79	300.966,24	43.029,91	144.014,78	5.898,88	156.951,46	36.548,63	138.366,17
Demais elementos do grupo	2.577.150,14	808.605,42	982.437,30	636.827,59	1.594.712,84	499.071,61	854.862,79	260.329,53

Fonte: SIAFI Gerencial

6.2.1.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela XXV. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa 449051	533.352,51	585.040,75	393.527,89	0,00	139.824,62	585.040,75	393.527,89	0,00
2º elemento de despesa 449052	5.843.085,12	378.825,40	2.432.835,33	14.532,95	3.410.249,79	0,00	2.152.436,00	14.532,95
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

As principais despesas da Instituição foram realizadas por meio de processos licitatórios, sendo que dentre as modalidades utilizadas, a mais comum foi o Pregão Eletrônico, principalmente em razão da facilidade, da segurança e da transparência que essa modalidade proporciona para a Administração Pública.

Além disso, a opção por essa modalidade visa atender ao disposto no §1º do Art. 1º do Decreto n. 5.504, de 05.08.2005.

As outras modalidades (Convite, Tomada de Preços e Concorrência) foram utilizadas principalmente para a execução das despesas não contempladas como aquisição de bens e serviços comuns, tais como: serviços de elaboração de projetos de engenharia, construção, reforma e ou concessão onerosa de uso.

Nas despesas correntes, a natureza de despesa que merece mais destaque é a 3.33.90.18, que trata do pagamento da assistência estudantil. O volume dessa despesa é maior, em razão dos projetos institucionais promovidos pelo Ministério da Educação e pela própria Instituição, os quais visam colaborar nas ações de auxílio no acesso e na permanência dos alunos nos cursos oferecidos pelas Instituições Federais de Ensino, diminuindo conseqüentemente a evasão escolar.

Outra despesa de destaque são os gastos com passagens, cujo aumento se justifica que após a criação dos Institutos Federais e ainda da interiorização do ensino tecnológico para outras regiões do Estado mato-grossense, houve a necessidade realizar vários deslocamentos para discussão e implantação da nova autarquia, bem como das novas diretrizes educacionais e administrativas, determinadas pela Lei n. 11.892/2008.

No entanto, o volume de recursos recebidos dessa natureza de despesa, se deve também ao fato que a Instituição oferece cursos na modalidade de educação à distância, através da Universidade Aberta do Brasil. Dessa forma, para atender todos os pólos existentes, faz-se necessário o deslocamento constante dos tutores para que sejam ministradas algumas aulas presenciais e ainda, a realização do fórum de dúvidas e avaliação.

No que tange aos recursos recebidos de capital, percebe-se que no exercício de 2010, a movimentação foi menor que no exercício anterior. No entanto, isso se justifica pelo fato que o Ministério da Educação, realizou o aporte direto na matriz orçamentária das Instituições Federais de Ensino Tecnológico.

Tal medida facilitou o desenvolvimento dos projetos institucionais, bem como a promoção de melhorias, tornando o processo mais célere e eficaz.

6.2.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve tal situação no exercício de 2010.

6.2.3 Pagamentos e cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Tabela XXVI. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	774.435,11	-9.045,00	599.920,85	165.469,26
2008	280.054,51	-100,00	242.587,52	37.366,99
2007	284.753,04	0,00	264.934,95	19.818,09
2006	26.700,69	0,00	26.700,69	0,00
2005	13.866,02	0,00	13.866,02	0,00
2004	49.620,84	0,00	49.620,84	0,00
2003	994,00	0,00	50,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	11.070.318,79	-955.672,20	8.981.114,38	1.133.532,21
2008	4.469.751,64	-342.095,70	1.800.573,70	2.327.082,24
2007	2.854.779,91	-1.609.550,81	393.946,99	851.282,11
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2004	0,00	-19.906,71	0,00	0,00
2003	0,00	-994,00	0,00	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Os montantes inscritos no exercício de 2009, refere-se a execução das ex-autarquias, no entanto, sabe-se que o grande volume de restos a pagar processados e não processados se deve aos atrasos nas execuções das despesas.

No entanto, percebe-se que em 2010, boa parte do saldo foram liquidados em pagos no encerramento no exercício. Porém cabe salientar, que os créditos do exercício de 2008 e 2007 não puderam ser completamente liquidados, haja vista que grande parte desses recursos foram empenhadas para o pagamento das obras de construção dos novos Campi. Porém as paralisações das obras, os atrasos e as ações judiciais retardaram a execução da despesa.

Já os montantes inscritos nos exercícios de 2003 e 2006 foram todos efetivamente pagos ou cancelados, conforme estabelecido pela legislação em vigor.

Ressaltamos ainda, que a vigência dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007 a 2008, foi prorrogada até 31 de dezembro de 2010, conforme Decreto n. 7.057 de 29.12.2009.

Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos segundo deliberação do Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.267/2005 – Plenário, aprovado em 16/12/2005 e publicado no D.O.U em 03/01/2006, e ainda, conforme discussões do Fórum de Dirigentes de Ensino e Fórum de Planejamento e Administração do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF.

7.1 Dos indicadores de gestão financeira

Elaborado por: Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino

Fontes: SIAFI, SIAPE e SISTEC

Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano

Tabela XXVII. Gastos correntes por aluno/ano.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos correntes por aluno/ano		
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos por aluno/ano em relação aos gastos correntes da Instituição		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Gastos correntes por aluno = $\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Número de matrículas}}$		
Definições	Gastos correntes = consideram-se todos os gastos, exceto investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)		
Exercício	Total de gastos (R\$)	Número de Matrículas	Indicador (R\$)
2009	128.057.822,03	6.356	20.147,55
2010	87.049.081,95	10.114	8.606,79

Neste indicador, foi utilizado o valor absoluto para o número de matrículas para se adequar à norma e para o total de gastos correntes incluíram-se as descentralizações de crédito. Outra informação relevante no cálculo deste indicador é que do total dos gastos correntes foram excluídos os investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas. O que se pode observar nos exercícios apresentados é que, à medida que o número de matrículas amplia, tem acrescido os gastos correntes por aluno/ano.

Entretanto, o Instituto Federal de Mato Grosso entende que os recursos públicos são otimizados na Instituição, sendo aplicados dentro de padrões de zelo com o erário público.

Outro destaque a ser feito refere-se ao desembolso por aluno/ano que se divididos por doze (12) meses representa aproximadamente R\$ 717,00 (setecentos e dezessete reais) de gasto com o aluno/mês. Assim, a Instituição pode assegurar que tem cumprido seu papel com um pequeno desembolso de recursos por aluno/ano.

Tudo isso se deve, principalmente as medidas implementadas para o atingimento do sucesso neste indicador que se caracterizam pelo esforço e a eficiência da Administração da Instituição em aumentar o número de alunos matriculados otimizando os recursos dispendidos; a melhoria da fiscalização dos contratos firmados; a melhor formalização dos processos de aquisição; à implantação de aquisições conjuntas/compartilhadas entre os campi, Reitoria e o Ministério da Educação; e a melhor divulgação dos serviços oferecidos pela Instituição.

Enfim, o IFMT demonstrou, através de diversas ações, que a Instituição possui condições suficientes para ofertar à sociedade uma educação pública, gratuita e de qualidade dentro dos recursos que hoje são aportados pelo Ministério da Educação.

Indicador 02 – Gastos com pessoal

Tabela XXVIII. Percentual de gastos com pessoal.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		Gastos com pessoal	
Objetivo do Indicador		Quantificar os gastos com pessoal em relação aos gastos totais	
Tipo		De efetividade	
Área responsável		Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos	
Fórmula de cálculo e método de medição		Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com pessoal = $\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100$	
Definições		Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.	
Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com pessoal (%)
2009	71.454.732,04	84.554.732,63	84,51%
2010	82.073.275,03	103.985.704,46	78,93%

Esse indicador possibilita avaliar o nível de gastos com a folha de pessoal. O que se observa no indicador do percentual de gastos totais com pessoal é que em 2010 reduziram-se os gastos numa proporção pequena se comparado com o exercício anterior, mas que merece algum comentário devido à série apresentada. O que ocorreu é que neste ano houve aumento nos custos totais.

Em 2009, o que influenciou no resultado do indicador foram às nomeações dos novos servidores através de concurso público para os novos Campi do IFMT nas cidades de Juína e Confresa e a recomposição do quadro dos Campi em funcionamento. A nomeação de novos servidores, ajustes salariais e aumento nos gastos totais influenciaram diretamente no resultado do indicador.

Todavia, a Instituição entende como salutar esse percentual de gastos com pessoal, cujos valores monetários cresceram à medida que cresceram os gastos correntes, ou seja, o volume de gastos com pessoal aumentou para suportar o acréscimo das demandas apresentadas com a expansão do IFMT.

Portanto, a política de ampliação do número de matrículas e de oferta de serviços à comunidade, consequentemente enseja no aumento dos gastos com pessoal, seja para contratação de novos profissionais, ou seja, para reposição da defasagem salarial do conjunto de servidores. Cumpre ressaltar, que existe um esforço institucional com relação à necessidade de contratação de mais docentes e servidores técnico-administrativos para melhor servir a comunidade.

Indicador 03 – Percentual de Gastos com Outros Custeios

Tabela XXIX. Percentual de gastos com outros custeios.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		Percentual de gastos com outros custeios	
Objetivo do Indicador		Quantificar o percentual gasto com outros custeios em relação aos gastos totais	
Tipo		De efetividade	
Área responsável		Pró-Reitoria de Administração	
Fórmula de cálculo e método de medição		Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outros custeios= $\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos totais}}$	
Definições		Gastos com outros custeios = (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.	
Exercício	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com outros custeios (%)
2009	75.410.826,4	84.554.732,63	89,18%
2010	85.383.740,16	103.985.704,46	82,11%

Com este indicador é possível avaliar o nível de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais. Com os dados apresentados verifica-se que em 2009 o percentual do indicador foi bem superior ao apresentado em 2010, pois eram recursos descentralizados pelas UGs que deram origem ao IFMT.

Os gastos com outros custeios referem-se, principalmente, a manutenção da Instituição através da Ação Funcionamento da Educação Profissional. A maior parte deste recurso é gasto com as contratações e aquisições para a manutenção dos Campi do IFMT.

Vale ressaltar, que mesmo com o crescimento da Instituição, da maior abrangência e, conseqüentemente, demandas da sociedade a serem atendidas no estado e o maior número de servidores e infraestrutura física com os novos Campi do Instituto, o exercício de 2010 teve a média menor que no ano de 2009 com este tipo de gasto, retratando o trabalho contínuo e rotineiro da Administração em gerir os recursos públicos com zelo e transparência.

Indicador 04 – Gastos com os Recursos Diretamente Arrecadados

Tabela XXX. Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		Gastos com os recursos diretamente arrecadados.	
Objetivo do Indicador		Quantificar o percentual gasto com recursos de outras fontes em relação aos gastos totais com recursos do Tesouro Nacional	
Tipo		De efetividade	
Área responsável		Pró-Reitoria de Administração	
Fórmula de cálculo e método de medição		Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outras fontes= $\frac{\text{Total de Gastos com Outras Fontes} \times 100}{\text{Gastos Totais com recursos do Tesouro Nacional}}$	
Definições		Relação percentual entre os gastos com recursos de outras fontes e os gastos com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos utilizados no cálculo deste indicador referem-se ao recolhimento de taxas e outros através da arrecadação da receita Própria.	
Exercício	Total de gastos com recursos de outras fontes (R\$)	Total de gastos com recursos do tesouro (R\$)	Gastos com outras fontes (%)

2009	551.903,96	84.002.828,67	0,66%
2010	1.250.617,60	102.735.086,86	1,22%

Os gastos com os recursos diretamente arrecadados pelo IFMT demonstram qual o percentual de arrecadação de receita própria na Instituição. Os esforços e obrigatoriedade de arrecadação são revertidos para cobrir despesas com a realização dos processos seletivos, pagamento das obrigações tributárias (PIS/PASEP) e manutenção da Instituição.

Destaca-se também que este indicador faz referência a manifestação de uma maior procura pelos serviços ofertados na Instituição saindo de 0,66% para 1,22% demonstrada pela realização dos processos seletivos do IFMT, nas taxas arrecadadas com a realização de concursos públicos e outras taxas obrigatórias. Tudo isso, deve-se, principalmente, pelo esforço da Administração em melhor divulgar a Instituição, suas potencialidades, resultados dos seus projetos e benefícios a sociedade.

Indicador 05 – Gastos com Outras Descentralizações de Créditos

Tabela XXXI. Gastos com outras descentralizações de créditos.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com outras descentralizações de créditos.		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual gasto com recursos de convênio (descentralizações de crédito) em relação aos gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas.		
Tipo	De eficácia		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outras fontes= $\frac{\text{Total de Gastos com Recursos de Descentralizações de Crédito} \times 100}{\text{Gastos Totais de todas as Fontes e todos os Grupos de Despesas}}$		
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de Descentralizações de Créditos e os gastos de todas as fontes e grupos de despesas.		
Exercício	Total de gastos com recursos de Descentralizações de Crédito (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Descentralizações de Crédito (%)
2009	4.093.570,35	84.554.732,63	4,84%
2010	1.841.956,86	103.985.704,46	1,77%

Em 2009, o índice do indicador em Descentralizações Crédito foi maior que em 2010, devido, principalmente, ao investimento que o Governo Federal promoveu na Expansão Rede Federal de Educação Profissional. Para o exercício em análise, foi disponibilizado recursos para a implantação do Campus Juina, Confresa, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Rondonópolis.

Já em 2010, o Ministério da Educação, consignou uma parte desses recursos diretamente na matriz orçamentária da Instituição, as quais foram possíveis adquirir materiais permanentes e realizar construções, ampliações e/ou reformas. Enfim, o resultado obtido foi muito satisfatório, pois representa à modernização e implantação de novos laboratórios acadêmicos, a adequação dos espaços e a modernização da área administrativa.

E o restante dos recursos descentralizados pelo MEC e por outras entidades, visaram a execução de projetos específicos, principalmente na área de pesquisa e extensão.

Indicador 06 – Gastos com Investimentos.

Tabela XXXII. Gastos com investimentos/gastos totais.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com Investimentos.		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.		
Tipo	De eficiência		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais)= $\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$		
Definições	Investimentos = despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.		
Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Investimentos (%)
2009	3.563.134,64	84.554.732,63	4,21%
2010	5.484.244,13	103.985.704,46	5,27%

A Tabela acima apresenta o total de investimentos em 2009 e 2010 no IFMT e seus Campi, incluindo os recursos da LOA 2010 e das descentralizações de crédito. Par melhor compreensão foram separado os recursos destinados as obras civis e instalações dos recursos destinados a aquisição de equipamentos e mobiliários por Campus.

Com isso, visualizamos que os percentuais, tanto em obras civis e instalações houveram um incremento de 8,96% para 47,99%, já no que se refere a equipamentos e outros materiais permanentes proporcionaram o aporte de recursos orçamentário em 2009 na ordem de 91,04% e 52,01% em 2010, isso demonstra o cuidado e o zelo em manter o equilíbrio destes investimentos, entendendo ser importante para a Instituição melhorar a infraestrutura física acompanhada da modernização dos equipamentos e materiais permanentes.

Tabela XXXIII. Investimentos com obras

Locais	Total		%	
	2009	2010	2009	2010
Cuiabá	165.555,25	2.949.644,37	16,70%	32,65%
Bela Vista	0,00	588.816,57	0,00%	6,52%
São Vicente	745.687,32	1.118.216,63	75,23%	12,38%
Cáceres	79.904,62	1.320.494,27	8,07%	14,62%
Pontes e Lacerda	0,00	72.894,46	0,00%	0,81%
Campo Novo do Parecis	0,00	719.115,47	0,00%	7,96%
Juina	0,00	604.383,09	0,00%	6,69%
Confresa	0,00	168.264,76	0,00%	1,86%
Reitoria (Barra do Garças e Rondonópolis)	0,00	1.491.851,65	0,00%	16,51%
TOTAL	991.147,19	9.033.681,27	100%	100%

Fonte: SIAFI

Tabela XXXIV. Investimentos em aquisição de equipamentos e materiais permanentes

Locais	Total		%	
	2009	2010	2009	2010
Cuiabá	4.304.160,84	819.286,84	42,72%	8,37%
Bela Vista	0,00	459.217,75	0,00%	4,69%
São Vicente	4.509.204,65	1.286.868,13	44,76%	13,14%
Cáceres	1.261.752,84	1.280.203,85	12,52%	13,07%
Pontes e Lacerda	0,00	535.947,40	0,00%	5,47%
Campo Novo do Parecis	0,00	1.074.957,02	0,00%	10,98%
Juina	0,00	576.562,64	0,00%	5,89%
Confresa	0,00	591.389,62	0,00%	6,04%
Barra do Garças	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Rondonópolis	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Reitoria, Barra do Garças e Rondonópolis.	0,00	3.165.500,78	0,00%	32,33%
SUBTOTAL	10.075.118,33	9.789.934,03	100%	100%

Fonte: SIAFI

Tabela XXXV. Resumo dos investimentos

Unidades de Ensino	Total		%	
	2009	2010	2009	2010
OBRAS CIVIS	991.147,19	9.033.681,27	8,96%	47,99%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.075.118,33	9.789.934,03	91,04%	52,01%
TOTAL GERAL	11.066.265,52	18.823.615,30	100%	100%

A política adotada pelo Governo Federal desde 2008 através da disposição do Ministério da Educação/SETEC, vem de encontro com os objetivos e metas estabelecidos pelo IFMT, isto é, fortalecer-se como centro de referência na área tecnológica no estado de Mato Grosso, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

Além disso, a política adotada pela Instituição de minimizar e otimizar os recursos destinados à manutenção para possibilitar maiores investimentos, seja pelas aquisições eletrônicas, pelo investimento em tecnologia, pela melhoria das condições de trabalho ou pela melhoria da infraestrutura física, têm contribuído de forma significativa para a eficiência da Instituição e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino ofertado.

Porém, reconhece-se que os recursos destinados a investimentos e modernização tecnológica devem ser ampliados, principalmente, em Instituições Educacionais que atuam no campo tecnológico, onde os avanços são constantes e o aluno necessita estar em contato com a tecnologia de ponta para estar apto a buscar sua inserção no mundo do trabalho.

Diante disso, a Reitoria do IFMT tem apoiado seus campi na busca de recursos extra-orçamentários, através de projetos específicos e seus respectivos planos de trabalho, o que pode ser comprovado através do montante disponibilizado através das descentralizações de crédito. Além do cálculo do Indicador 06, calculou-se também os investimentos em relação aos gastos com outras despesas correntes, isto é, gastos com outros custeios da Instituição.

No que se refere aos gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios conforme demonstrado na Tabela abaixo, percebe-se que, no exercício de 2009 e 2010, obtiveram respectivamente indicadores de 15,06% e 22,04%, apresentando acréscimo significativo. Tudo isso espelha as políticas específicas do Governo Federal e da Instituição no que concerne a educação profissional e tecnológica.

Tabela XXXVI. Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.

Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos com Investimentos / OCC (%)
2009	11.066.265,52	73.488.467,11	15,06%
2010	18.823.615,30	85.383.740,16	22,04%

Fonte: SIAFI

Portanto, em atendimento as políticas adotadas pelo governo através do MEC bem como as do IFMT, contribuíram significativamente no incremento da acolhida e o resgate social um publico historicamente posta à margem das políticas de formação para o mundo do trabalho.

Essa transformação possibilitou à Instituição maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do estado onde está inserida.

Dessa forma, deve-se continuar disponibilizando recursos para investimentos em todas as áreas de atuação das instituições ou o plano ficará totalmente comprometido, pois a Instituição não conseguirá atender as demandas existentes e às vezes reprimidas e as que possam surgir num novo cenário.

7.2 Dos indicadores de gestão acadêmica

Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos pela Pró-Reitoria de Ensino e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional segundo a legislação vigente. Diante disso, a principal fonte de dados utilizada foi o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC/MEC, isso por que o IFMT ainda não dispõe de Sistema Acadêmico único e o SISTEC a partir do Ofício nº 1.157 /2010/DRSEPT/SETEC/MEC, de 25 de maio de 2010, é ressaltado como fonte de coleta oficial para cálculo da Matriz Orçamentária de cada Instituto Federal.

Indicador 07 – Relação candidato por vaga

Tabela XXXVII. Relação candidato por vaga.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação candidato por vaga.
Objetivo do Indicador	Identificar a relação candidato/vaga por campus, modalidade e geral do IFMT
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica
Área responsável	Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação candidato/vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas ofertadas}}$

CAMPUS		ANO	MODALIDADES	QUANTIDADE DE VAGAS			QUANTIDADE DE INSCRITOS			RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA		
				1º Sem	2º Sem	ANO	1º Sem	2º Sem	ANO	1º Sem	2º Sem	ANO
		Definições Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos. Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.										
TOTAL CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA		2009	NÃO COMPUTADO	220	150	370	1493	637	2130	6,8	4,2	5,8
		2010	SUBSEQUENTE	50	50	100	173	198	371	3,5	4,0	3,7
			BACHARELADO	35	35	70	287	250	537	8,2	7,1	7,7
			TECNOLÓGICO	50	50	100	545	608	1153	10,9	12,2	11,5
			INTEGRADO	145	0	145	612	0	612	4,2	0,0	4,2
Sub-Total do Campus em 2010				280	135	415	1617	1056	2673	5,8	7,8	6,4
TOTAL CAMPUS CÁCERES		2009	NÃO COMPUTADO									8,0
		2010	SUBSEQUENTE	240	0	240	512	0	512	2,1	0,0	2,1
			PROEJA	80	0	80	121	0	121	1,5	0,0	1,5
			INTEGRADO	120	0	120	703	0	703	5,9	0,0	5,9
			FIC - PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
			TECNOLÓGICO	40	0	40	443	0	443	11,1	0,0	11,1
BACHARELADO	40	0	40	340	0	340	8,5	0,0	8,5			
Sub-Total do Campus em 2010				520	0	520	2119	0	2119	4,1	0,0	4,1
TOTAL CAMPUS CUIABÁ		2009	NÃO COMPUTADO	800	666	1466	3816	2406	6222	4,8	3,6	4,2
		2010	BACHARELADO	35	35	70	501	735	1236	14,3	21,0	17,7
			FIC - PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
			INTEGRADO	330	0	330	2534	0	2534	7,7	0,0	7,7
			PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
			PROEJA	0	55	55	0	355	355	0,0	6,5	6,5
			SUBSEQUENTE	357	245	602	1562	1333	2895	4,4	5,4	4,8
TECNOLÓGICO	115	160	275	978	1946	2924	8,5	12,2	10,6			
Sub-Total do Campus em 2010				837	495	1332	5575	4369	9944	6,7	8,8	7,5
TOTAL CAMPUS CONFRESA		2009	NÃO EXISTIA									
		2010	BACHARELADO	40	0	40	398	0	398	10,0	0,0	10,0
			INTEGRADO	280	0	280	799	0	799	2,9	0,0	2,9
			PROEJA	40	0	40	134	0	134	3,4	0,0	3,4
			LICENCIATURA	70	0	70	423	0	423	6,0	0,0	6,0
			PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010				430	0	430	1754	0	1754	4,1	0,0	4,1
TOTAL CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS		2009	NÃO COMPUTADO			280			796			2,8
		2010	TECNOLÓGICO	35	0	35	412	0	412	11,8	0,0	11,8
			BACHARELADO	35	0	35	261	0	261	7,5	0,0	7,5
			INTEGRADO	140	0	140	289	0	289	2,1	0,0	2,1
			PROEJA	35	0	35	116	0	116	3,3	0,0	3,3
			PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
LICENCIATURA	35	0	35	115	0	115	3,3	0,0	3,3			
Sub-Total do Campus em 2010				280	0	280	1193	0	1193	4,3	0,0	4,3
TOTAL CAMPUS JUÍNA		2009	NÃO EXISTIA									

		SUBSEQUENTE	35	0	35	384	0	384	11,0	0,0	11,0
		INTEGRADO	140	0	140	446	0	446	3,2	0,0	3,2
	2010	FIC	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	75	0	75	196	0	196	2,6	0,0	2,6
Sub-Total do Campus em 2010			250	0	250	1026	0	1026	4,1	0,0	4,1
TOTAL CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO	210	90	300	331	262	593	1,6	2,9	2,0
	2010	PROEJA	30	0	30	62	0	62	2,1	0,0	2,1
		SUBSEQUENTE	90	30	120	442	0	442	4,9	0,0	3,7
		LICENCIATURA	30	0	30	135	0	135	4,5	0,0	4,5
		INTEGRADO	180	0	180	432	0	432	2,4	0,0	2,4
Sub-Total do Campus em 2010			330	30	360	1071	0	1071	3,2	0,0	3,0
TOTAL CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO			691			1353			2,0
	2010	BACHARELADO	105	0	105	919	0	919	8,8	0,0	8,8
		CONCOMITANTE	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		FIC	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	140	0	140	411	0	411	2,9	0,0	2,9
		LICENCIATURA	80	40	120	250	126	376	3,1	3,2	3,1
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		SUBSEQUENTE	0	35	35	0	84	84	0,0	2,4	2,4
TECNOLÓGICO	70	0	70	225	0	225	3,2	0,0	3,2		
Sub-Total do Campus em 2010			395	75	470	1805	210	2015	4,6	2,8	4,3
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	450	340	790	584	495	1079	1,3	1,5	1,4
	2010	LICENCIATURA	190	0	190	234	0	234	1,2	0,0	1,2
		TECNOLÓGICO	150	0	150	90	0	90	0,6	0,0	0,6
Sub-Total do Campus em 2010			340	0	340	324	0	324	1,0	0,0	1,0
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado PESQUISA/EXTENSÃO/UAB	2009	NÃO COMPUTADO	1460	1096	2556	4731	3163	7894	3,2	2,9	3,1
	2010	BACHARELADO	290	70	360	2706	985	3691	9,3	14,1	10,3
		CONCOMITANTE	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		FIC	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		FIC - PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	1475	0	1475	6226	0	6226	4,2	0,0	4,2
		LICENCIATURA	405	40	445	1157	126	1283	2,9	3,2	2,9
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	260	55	315	629	355	984	2,4	6,5	3,1
SUBSEQUENTE	772	360	1132	3073	1615	4688	4,0	4,5	4,1		
TECNOLÓGICO	460	210	670	2693	2554	5247	5,9	12,2	7,8		
TOTAL em 2010			3662	735	4397	16484	5635	22119	4,5	7,7	5,0

Através desse indicador torna-se possível dimensionar o nível de atratividade nas diversas modalidades de ensino que a Instituição oferece.

É possível destacar algumas modalidades educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga, como nas modalidades de Bacharelado e Tecnológico, evidenciando que o Instituto Federal de Mato Grosso, que atua em quase todas as modalidades de ensino e que vem nos últimos

anos conseguindo boas notas nas avaliações dos cursos e da instituição, a exemplo do ENADE 2009 onde ficamos a frente da UFMT e no ENEM 2009 que estamos na primeira colocação em relação às escolas públicas.

Isso nos permite atuar como centro de referência da educação profissional no âmbito do Estado, haja vista, que mesmo tendo aumentado consideravelmente o número de vagas ofertadas no ano, na ordem de 70%, ainda nos permitiu uma elevação ainda maior com relação à procura por nossos cursos, sendo mais de 180% de aumento no número de inscrições.

Indicador 08 – Relação de ingressos por aluno

Tabela XXXVIII. Relação ingressos por alunos.

Dados gerais do indicador											
Nome do Indicador		Relação Ingresso/Alunos Matriculados									
Objetivo do Indicador		Identificar a relação Ingresso/Alunos Matriculados por campus, modalidade e geral do IFMT									
Tipo		De eficácia e eficiência acadêmica									
Área responsável		Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional									
Fórmula de cálculo e método de medição		Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação Ingresso/Alunos Matriculados = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de Matriculados}}$									
Definições		Ingressantes = número de ingressantes por vestibular ou processos seletivos. Matriculados = número de alunos devidamente matriculados no Ano conforme dados do SISTEC. Ingressantes IEA = número de ingressantes para o cálculo do Índice de Eficiência Acadêmica.									
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	INGRESSANTES			INGRESSANTES IEA			RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS		
			1º Sem	2º Sem	ANO	1º Sem	2º Sem	ANO	1º Sem	2º Sem	ANO
TOTAL CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	227	162	389	90	100	190	31,4	18,3	44,0
	2010	SUBSEQUENTE	46	44	90	71	64	135	4,8	4,6	29,8
		BACHARELADO	28	42	70	0	0	0	2,9	4,4	100,0
		TECNOLÓGICO	48	63	111	28	0	28	5,0	6,6	43,9
		INTEGRADO	148	0	148	0	51	51	15,5	0,0	44,6
Sub-Total do Campus em 2010			270	149	419	99	115	214	28,2	15,6	43,8
TOTAL CAMPUS CÁCERES	2009	NÃO COMPUTADO									56,0
	2010	SUBSEQUENTE	236	0	236	0	43	43	19,0	0,0	51,0
		PROEJA	71	0	71	0	0	0	5,7	0,0	55,0
		INTEGRADO	135	0	135	0	0	0	10,9	0,0	40,3
		FIC - PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		TECNOLÓGICO	40	0	40	0	0	0	3,2	0,0	100,0
BACHARELADO	40	0	40	0	0	0	3,2	0,0	100,0		
Sub-Total do Campus em 2010			522	0	522	0	43	43	42,1	0,0	42,1
TOTAL CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	798	698	1496	550	300	850	31,0	21,3	45,7
	2010	BACHARELADO	35	39	74	0	0	0	1,0	1,1	100,0
		FIC - PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0

		INTEGRADO	343	0	343	0	127	127	9,6	0,0	58,9
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0	56	56	0	86	86	0,0	1,6	13,1
		SUBSEQUENTE	380	242	622	383	476	859	10,6	6,8	34,4
		TECNOLÓGICO	125	181	306	23	32	55	3,5	5,1	48,1
Sub-Total do Campus em 2010			883	518	1401	406	721	1127	24,7	14,5	39,1
TOTAL CAMPUS CONFRESA	2009	NÃO EXISTIA									
	2010	BACHARELADO	41	0	41	0	0	0	7,9	0,0	100,0
		INTEGRADO	277	0	277	0	0	0	53,6	0,0	100,0
		PROEJA	42	0	42	0	0	0	8,1	0,0	100,0
		LICENCIATURA	70	0	70	0	0	0	13,5	0,0	100,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			430	0	430	0	0	0	83,2	0,0	83,2
TOTAL CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO			279						93,0
	2010	TECNOLÓGICO	35	0	35	0	0	0	5,8	0,0	55,6
		BACHARELADO	36	0	36	0	0	0	6,0	0,0	35,0
		INTEGRADO	140	0	140	0	0	0	23,1	0,0	49,1
		PROEJA	35	0	35	0	0	0	5,8	0,0	100,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		LICENCIATURA	35	0	35	0	0	0	5,8	0,0	44,3
Sub-Total do Campus em 2010			281	0	281	0	0	0	46,4	0,0	46,4
TOTAL CAMPUS JUÍNA	2009	NÃO EXISTIA									
	2010	SUBSEQUENTE	70	0	70	0	0	0	11,9	0,0	100,0
		INTEGRADO	140	0	140	0	0	0	23,7	0,0	100,0
		FIC	0	0	0	74	130	204	0,0	0,0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	71	0	71	0	0	0	12,0	0,0	100,0
Sub-Total do Campus em 2010			281	0	281	74	130	204	47,6	0,0	47,6
TOTAL CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO	216	90	306	0	0	0	66,9	21,8	74,1
	2010	PROEJA	31	0	31	0	0	0	4,2	0,0	33,3
		SUBSEQUENTE	90	32	122	15	0	15	12,2	4,3	49,0
		LICENCIATURA	22	0	22	0	0	0	3,0	0,0	59,5
		INTEGRADO	177	0	177	0	0	0	24,0	0,0	49,6
Sub-Total do Campus em 2010			320	32	352	15	0	15	43,5	4,3	47,8
TOTAL CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO			691						55,5
	2010	BACHARELADO	136	0	136	0	0	0	10,6	0,0	45,3
		CONCOMITANTE	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		FIC	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	110	0	110	0	185	185	8,6	0,0	37,3
		LICENCIATURA	81	40	121	0	0	0	6,3	3,1	100,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		SUBSEQUENTE	0	30	30	0	0	0	0,0	2,3	43,5
		TECNOLÓGICO	54	0	54	59	0	59	4,2	0,0	26,9
Sub-Total do Campus em 2010			381	70	451	59	185	244	29,6	5,4	35,1

TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	354	295	649	0	0	0	42,5	26,2	57,6
	2010	LICENCIATURA	67	0	67	0	0	0	11,1	0,0	20,1
		TECNOLÓGICO	27	0	27	0	0	0	4,5	0,0	10,1
Sub-Total do Campus em 2010			94	0	94	0	0	0	15,6	0,0	15,6
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado PESQUISA/EXTENSÃO/UAB	2009	NÃO COMPUTADO	1368	1083	2451	550	300	850	21,5	17,0	38,6
	2010	BACHARELADO	316	81	397	0	0	0	50,3	12,9	63,2
		CONCOMITANTE	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		FIC	0	0	0	74	130	204	0,0	0,0	0,0
		FIC - PROEJA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	1470	0	1470	0	363	363	56,5	0,0	56,5
		LICENCIATURA	275	40	315	0	0	0	42,9	6,2	49,1
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	250	56	306	0	86	86	30,3	6,8	37,1
		SUBSEQUENTE	822	348	1170	469	583	1052	27,8	11,8	39,5
TECNOLÓGICO	329	244	573	110	32	142	22,5	16,7	39,2		
TOTAL em 2010			3462	769	4231	653	1194	1847	34,2	7,6	41,8

É possível com esse indicador analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Em 2009, a taxa de ingresso na ordem de 38,6% sobre o total de matrículas, é considerada razoavelmente satisfatória no modelo adotado pela Instituição, que busca manter um equilíbrio entre ingressos e concluintes. Porém o potencial de vagas ofertadas tem crescido se comparado com o exercício de 2010 que é de 41,8%. Isso indica, ainda, que a Instituição vem mantendo o seu papel de aumentar o número de vagas para atender as necessidades da região e do mercado de trabalho.

Cumprir destacar, que mesmo sendo um modelo para manutenção, e não de expansão do número de matrículas adotado nos últimos anos, a Instituição vem ofertando novos cursos e/ou novas vagas através da nova política do Governo Federal (Fase I e Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), que em 2010, implantou duas novas unidades de ensino (Confresa e Juína). Essas novas unidades de ensino contribuíram com 10,16% e 6,64% respectivamente na oferta de vagas do IFMT em 2010. Porém, esse impacto e o acréscimo significativo da oferta de vaga vão acontecer gradualmente à medida que se estrutura estas novas unidades com quantitativo de pessoal suficiente e estrutura administrativa e acadêmica adequadas.

Para que a Instituição venha adotar novamente, um modelo expansionista, buscando o crescimento do número de alunos matriculados, torna-se necessária à ampliação do quadro de servidores, bem como, construção de salas de aula, laboratórios, etc. Acredita-se que o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no qual estão inseridas as novas unidades citadas, atendam todas estas expectativas.

Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos

Tabela XXXIX. Relação de concluintes por alunos.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação de concluintes por alunos.
Objetivo do Indicador	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos matriculados por campus, modalidade e geral do IFMT
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica

Área responsável	Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional							
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação= $\frac{\text{Nº Total de concluintes}}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$							
Definições	Concluintes = é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Número de alunos concluintes e a Relação Concluintes/Alunos por semestre e por ano.							
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNOS				ANO	
			1º Sem	Taxa	2º Sem	Taxa	Nº	Tx.
TOTAL CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	39	4,4	28	3,2	67	7,6
	2010	SUBSEQUENTE	44	14,6	24	7,9	68	22,5
		BACHARELADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		TECNOLÓGICO	6	2,4	0	0,0	6	2,4
		INTEGRADO	0	0,0	50	15,1	50	15,1
Sub-Total do Campus em 2010			50	16,9	74	0,7	124	13,0
TOTAL CAMPUS CÁCERES	2009	NÃO COMPUTADO						23,2
	2010	SUBSEQUENTE	0	0,0	1	0,2	1	0,2
		PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		FIC - PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		TECNOLÓGICO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
BACHARELADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Sub-Total do Campus em 2010			0	0,0	1	0,0	1	0,1
TOTAL CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	323	9,9	201	6,1	524	16,0
	2010	BACHARELADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		FIC - PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	117	20,1	117	20,1
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PROEJA	0	0,0	42	9,8	42	9,8
		SUBSEQUENTE	164	9,1	120	6,6	284	15,7
TECNOLÓGICO	11	1,7	6	0,9	17	2,7		
Sub-Total do Campus em 2010			175	1,7	285	2,8	460	12,8
TOTAL CAMPUS CONFRESA	2009	NÃO EXISTIA						
	2010	BACHARELADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		LICENCIATURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO						
	2010	TECNOLÓGICO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		BACHARELADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0

		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		LICENCIATURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL CAMPUS JUÍNA	2009	NÃO EXISTIA						
	2010	SUBSEQUENTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		FIC	74	30,2	127	51,8	201	82,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			74	0,7	127	1,3	201	34,1
TOTAL CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	2010	PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		SUBSEQUENTE	15	6,0	0	0,0	15	6,0
		LICENCIATURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			15	0,1	0	0,0	15	2,0
TOTAL CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO					96	7,7
	2010	BACHARELADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		CONCOMITANTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		FIC	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	56	19,0	56	19,0
		LICENCIATURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		SUBSEQUENTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TECNOLÓGICO	26	12,9	0	0,0	26	12,9		
Sub-Total do Campus em 2010			26	0,3	56	0,6	82	6,4
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	2010	LICENCIATURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		TECNOLÓGICO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado PESQUISA/EXTENSÃO/UAB	2009	NÃO COMPUTADO	323	5,1	201	3,2	524	8,2
	2010	BACHARELADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		CONCOMITANTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		FIC	74	26,2	127	45,0	201	71,3
		FIC - PROEJA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		INTEGRADO	0	0,0	223	8,6	223	8,6
		LICENCIATURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0
		PROEJA	0	0,0	42	5,1	42	5,1
		SUBSEQUENTE	223	7,5	145	4,9	368	12,4
TECNOLÓGICO	43	2,9	6	0,4	49	3,4		
TOTAL em 2010			340	3,4	543	5,4	883	8,7

O indicador em questão possibilita a análise da taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. Em 2010, tivemos uma taxa na ordem de 8,70% que se comparada com o ano 2009 e teve um crescimento gradativo que era de 8,2%. Isso é proporcionado pelo aumento da oferta de novas modalidades de ensino e o processo de expansão sofrido pelas unidades.

Para tanto, o IFMT vem adotando uma série de medidas, tais como a concessão de bolsas de estudo e de iniciação científica, promoção de atividades extraclasse, melhoria dos laboratórios acadêmicos, atualização contínua do acervo bibliográfico, laboratórios nos mais diversos campi, para o fortalecimento das políticas de manutenção de seu corpo discente, principalmente, os alunos dos cursos noturnos, que exercem atividades profissionais durante o dia e estudam a noite. Nesse contexto, a eficácia dessas ações proporciona a busca da ampliação do número de concluintes, com o desafio de incentivar a permanência do aluno durante todo o curso, para que seu esforço e o da Instituição não venham a ser interrompidos e desperdiçados.

Além disso, a Instituição tem a clareza que o trabalho junto ao aluno não se encerra após a conclusão do curso, ela deve criar mecanismos para acompanhamento desses egressos e políticas de apoio para sua inserção no mundo do trabalho.

Portanto, esse ex-aluno poderá demandar serviços e tornar-se aluno novamente, através de cursos de qualificação e requalificação profissional.

Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica

Tabela XL. Índice de eficiência acadêmica.

Dados gerais do indicador					
Nome do Indicador	Índice de eficiência acadêmica.				
Objetivo do Indicador	Quantificar a eficiência por campus, modalidade e geral do IFMT				
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica				
Área responsável	Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional				
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $IEA = \frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Nº de ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$				
Definições	Concluintes = O número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Ingressantes IEA = número de ingressantes considerando o período inicial dos alunos concluintes.				
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA		
			1º Sem	2º Sem	ANO
TOTAL CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	43,3	28,0	35,3
	2010	SUBSEQUENTE	62,0	37,5	50,4
		BACHARELADO	0,0	0,0	0,0
		TECNOLÓGICO	21,4	0,0	21,4
		INTEGRADO	0,0	98,0	98,0
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	57,9

TOTAL CAMPUS CÁ CERES	2009	NÃO COMPUTADO			41,5
	2010	SUBSEQUENTE	0,0	2,3	2,3
		PROEJA	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	0,0	0,0
		FIC - PROEJA		0,0	0,0
		TECNOLÓGICO	0,0	0,0	0,0
		BACHARELADO	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	2,3
TOTAL CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	58,7	67,0	61,6
	2010	BACHARELADO	0,0	0,0	0,0
		FIC - PROEJA	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	92,1	92,1
		PÓS-GRADUAÇÃO	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0,0	48,8	48,8
		SUBSEQUENTE	42,8	25,2	33,1
		TECNOLÓGICO	47,8	18,8	30,9
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	40,8
TOTAL CAMPUS CONFRESA	2009	NÃO EXISTIA			
	2010	BACHARELADO	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0,0	0,0	0,0
		LICENCIATURA	0,0	0,0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	0,0
TOTAL CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO			
	2010	TECNOLÓGICO	0,0	0,0	0,0
		BACHARELADO	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0,0	0,0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0,0	0,0	0,0
		LICENCIATURA	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	0,0
TOTAL CAMPUS JUÍNA	2009	NÃO EXISTIA			
	2010	SUBSEQUENTE	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	0,0	0,0
		FIC	100,0	97,7	98,5
		PÓS-GRADUAÇÃO	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	98,5
TOTAL CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO			0,0
	2010	PROEJA	0,0	0,0	0,0
		SUBSEQUENTE	100,0	0,0	100,0
		LICENCIATURA	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	100,0

TOTAL CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO			
	2010	BACHARELADO	0,0	0,0	0,0
		CONCOMITANTE	0,0	0,0	0,0
		FIC	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	30,3	30,3
		LICENCIATURA	0,0	0,0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0,0	0,0	0,0
		SUBSEQUENTE	0,0	0,0	0,0
		TECNOLÓGICO	44,1	0,0	44,1
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	33,6
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO			0,0
	2010	LICENCIATURA	0,0	0,0	0,0
		TECNOLÓGICO	0,0	0,0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado PESQUISA/EXTENSÃO/UAB	2009	NÃO COMPUTADO	58,7	67,0	61,6
	2010	BACHARELADO	0,0	0,0	0,0
		CONCOMITANTE	0,0	0,0	0,0
		FIC	100,0	97,7	98,5
		FIC - PROEJA	0,0	0,0	0,0
		INTEGRADO	0,0	61,4	61,4
		LICENCIATURA	0,0	0,0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	0,0	0,0	0,0
		PROEJA	0,0	48,8	48,8
		SUBSEQUENTE	47,5	24,9	35,0
TECNOLÓGICO	39,1	18,8	34,5		
TOTAL em 2010			52,1	45,5	47,8

O indicador permitiu avaliar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas iniciais desses concluintes. Em 2010, tivemos uma taxa na ordem de 47,8% que se comparada com o ano de 2009 em torno de 61,6% teve um decréscimo sensível, é possível verificar se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressos em período equivalente. Cabe ressaltar que a instituição é nova e apresenta um modelo complexo e diverso com cursos em diferentes níveis de modalidades, além de relação carga horária/duração de cursos bem diferenciados e, isto é devido à políticas adotadas sofrerem constantes alterações e em curto período de tempo.

Em 2010, o número de concluintes representou 47,8% do número de ingressantes em períodos equivalente na Instituição, resultado considerado baixo e foi influenciado pela falta de lançamento de dados de diversos Campi do Instituto bem como o decréscimo sensível do Campus Cuiabá passando de 61,6% para 40,8% que ocorreram devido a fase de transição e adequação desse novo modelo de gestão.

Cabe ressaltar, que a análise de eficiência só é possível se fizermos um acompanhamento dos ingressos de determinada modalidade de ensino até que esses ingressantes concluam o curso, considerando as diferenças existentes entre os cursos.

Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar

Tabela XLI. Índice de retenção do fluxo escolar.

Dados gerais do indicador							
Nome do Indicador	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (IRFE)						
Objetivo do Indicador	Identificar o índice de retenção do fluxo escolar por campus, modalidade e geral do IFMT						
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica						
Área responsável	Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional						
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{IRFE} = \frac{\text{Reprovação} + \text{Trancamento}}{\text{Alunos}} \times 100$						
Definições	Matrículas = número de Matrículas registradas no ano, conforme SISTEC Índice de Retenção do Fluxo Escolar = número de Trancamentos, número de Retidos e o valor do índice conforme fórmula acima.						
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	MATRÍCULAS		ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR		
			Nº	%	Trancado	Retido	Índice
TOTAL CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	885	14,6	32	0	3,6
	2010	SUBSEQUENTE	302	31,6	0	67	22,2
		BACHARELADO	70	7,3	0	0	0,0
		TECNOLÓGICO	253	26,4	0	22	8,7
		INTEGRADO	332	34,7	0	1	0,3
Sub-Total do Campus em 2010			957	9,5	0	90	0,9
TOTAL CAMPUS CÁCERES	2009	NÃO COMPUTADO					19,6
	2010	SUBSEQUENTE	463	37,3	0	42	9,1
		PROEJA	129	10,4	0	0	0,0
		INTEGRADO	335	27,0	0	0	0,0
		FIC - PROEJA	234	18,9	0	0	0,0
		TECNOLÓGICO	40	3,2	0	0	0,0
		BACHARELADO	40	3,2	0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			1241	12,3	0	42	0,4
TOTAL CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	3270	54,1	68	15	2,5
	2010	BACHARELADO	74	2,1	0	0	0,0
		FIC - PROEJA	20	0,6	0	0	0,0
		INTEGRADO	582	16,3	0	10	1,7
		PÓS-GRADUAÇÃO	34	0,9	0	0	0,0
		PROEJA	428	12,0	0	44	10,3
		SUBSEQUENTE	1807	50,5	0	575	31,8
		TECNOLÓGICO	636	17,8	0	38	6,0
Sub-Total do Campus em 2010			3581	35,4	0	667	6,6
TOTAL CAMPUS CONFRESA	2009	NÃO EXISTIA					
	2010	BACHARELADO	41	7,9	0	0	0,0
		INTEGRADO	277	53,6	0	0	0,0
		PROEJA	42	8,1	0	0	0,0

		LICENCIATURA	70	13,5	0	0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	87	16,8	0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			517	5,1	0	0	0,0
TOTAL CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO	300	4,7		46	15,3
	2010	TECNOLÓGICO	63	10,4	0	0	0,0
		BACHARELADO	103	17,0	0	0	0,0
		INTEGRADO	285	47,1	0	0	0,0
		PROEJA	35	5,8	0	0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	40	6,6	0	0	0,0
		LICENCIATURA	79	13,1	0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			605	6,0	0	0	0,0
TOTAL CAMPUS JUÍNA	2009	NÃO EXISTIA					
	2010	SUBSEQUENTE	70	11,9	0	0	0,0
		INTEGRADO	140	23,7	0	0	0,0
		FIC	245	41,5	0	3	1,2
		PÓS-GRADUAÇÃO	64	10,8	0	0	0,0
		PROEJA	71	12,0	0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			590	5,8	0	3	0,0
TOTAL CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO	413	6,8	3	0	0,7
	2010	PROEJA	93	12,6	0	0	0,0
		SUBSEQUENTE	249	33,8	0	0	0,0
		LICENCIATURA	37	5,0	0	0	0,0
		INTEGRADO	357	48,5	0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			736	7,3	0	0	0,0
TOTAL CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO	1246	19,6		32	2,6
	2010	BACHARELADO	300	23,3	0	0	0,0
		CONCOMITANTE	32	2,5	0	0	0,0
		FIC	37	2,9	0	0	0,0
		INTEGRADO	295	23,0	0	106	35,9
		LICENCIATURA	121	9,4	0	0	0,0
		PÓS-GRADUAÇÃO	203	15,8	0	0	0,0
		PROEJA	27	2,1	0	0	0,0
		SUBSEQUENTE	69	5,4	0	0	0,0
TECNOLÓGICO	201	15,6	0	2	1,0		
Sub-Total do Campus em 2010			1285	12,7	0	108	1,1
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	1127	18,6	8	0	0,7
	2010	LICENCIATURA	334	55,5	0	0	0,0
		TECNOLÓGICO	268	44,5	0	0	0,0
Sub-Total do Campus em 2010			602	6,0	0	0	0,0
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado PESQUISA/EXTENSÃO/UAB	2009	NÃO COMPUTADO	6356	100,0	79	93	2,7
	2010	BACHARELADO	628	6,2	0	0	0,0
		CONCOMITANTE	32	0,3	0	0	0,0
		FIC	282	2,8	0	3	1,1
		FIC - PROEJA	254	2,5	0	0	0,0
		INTEGRADO	2603	25,7	0	117	4,5

	LICENCIATURA	641	6,3	0	0	0,0
	PÓS-GRADUAÇÃO	428	4,2	0	0	0,0
	PROEJA	825	8,2	0	44	5,3
	SUBSEQUENTE	2960	29,3	0	684	23,1
	TECNOLÓGICO	1461	14,4	0	62	4,2
TOTAL em 2010		10114	100,0	0	910	9,0

Esse indicador nos permite visualizar o número de alunos que a instituição está retendo, esse elevado número de retidos nos permite justificar, também, a diminuição na relação concluintes/alunos matriculados e do índice de eficiência acadêmica. Foi possível verificar que a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos em relação aos alunos matriculados), que em 2010 foi de 9,0%, dentro de padrões aceitáveis, pois tivemos um incremento de matrículas da ordem de 59,12%

Mesmo assim, a Instituição tem incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: aulas de reforço para alunos com dificuldade de aprendizagem, ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo a iniciação científica e assistência ao educando.

Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral

Tabela XLII. Relação alunos por docentes em tempo integral.

Dados gerais do indicador						
Nome do Indicador		Relação alunos por docentes em tempo integral.				
Objetivo do Indicador		Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.				
Tipo		De eficácia e eficiência acadêmica				
Área responsável		Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional				
Fórmula de cálculo e método de medição		Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{\text{Número de matrículas}}{\text{Docentes em tempo integral}}$				
Definições		Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Docentes em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) = O docente presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).				
Situação		Docentes Tempo Integral	Docentes 20h	Total de Docentes em Tempo Integral	Alunos Matriculados	Relação Aluno/Docente em Tempo Integral
BAG	2009			0	0	0,00
	2010	2	0	2	0	0,00
BLV	2009	29	13	35,5	885	24,93
	2010	31	17	39,5	957	24,23
CAS	2009	44	2	45	0	0,00
	2010	48	3	49,5	1241	25,07
CNP	2009	29	2	30	300	10,00
	2010	26	5	28,5	605	21,23
CFS	2009			0	0	0,00
	2010	24	6	27	517	19,15
CBA	2009	193	8	197	3270	16,60
	2010	178	42	199	3581	17,99

JNA	2009			0	0	0,00
	2010	27	6	30	590	19,67
PLC	2009	14	12	20	413	20,65
	2010	18	9	22,5	736	32,71
RON	2009			0	0	0,00
	2010	3	0	3	0	0,00
SVC	2009	53	2	54	1246	23,07
	2010	62	11	67,5	1285	19,04
RTR	2009	8	0	8	0	0,00
	2010	13	1	13,5	0	0,00
IFMT	2009	370	39	389,5	6356	16,32
	2010	432	100	482	10114	20,98

O potencial da força de trabalho do IFMT, é possível de ser avaliado, através desse indicador. Em 2010, tivemos uma relação de 20,98% alunos por docente, que se comparado com o exercício 2009, houve um sensível aumento neste indicador devido a abertura de novos campi que entraram em funcionamento e ao não aumento no quadro de docentes devido a recursos jurídicos em relação ao concurso publico realizado.

Indicador 13 – Índice de Titulação do Corpo Docente

Tabela XLIII. Índice de Titulação do Corpo Docente

Dados gerais do indicador								
Nome do Indicador		Índice de Titulação do Corpo Docente						
Objetivo do Indicador		Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substitutos.						
Tipo		De eficácia e eficiência acadêmica						
Área responsável		Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional						
Fórmula de cálculo e método de medição		Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $((G*1)+(A*2)+(E*3)+(M*4)+(D*5)) / (G+A+E+M+D)$ Onde: G=Graduado; A=Aperfeiçoado; E=Especializado; M=Mestre; D=Doutor.						
Situação		Docentes sem Graduação	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores	Índice de Titulação do Corpo Docente
SOR	2009							0,00
	2010							0,00
BAG	2009							0,00
	2010				2			3,00
BLV	2009	0	3	0	15	19	5	3,55
	2010	0	4	0	15	21	8	3,60
CAS	2009	0	10	0	6	28	2	3,26
	2010	0	11	0	5	31	4	3,33
CNP	2009	0	4	0	13	10	4	3,32
	2010	0	6	0	13	10	2	3,06
CFS	2009							0,00
	2010	0	14	0	6	10	0	2,40

CBA	2009	3	14	0	113	47	24	3,30
	2010	3	10	0	100	81	26	3,49
JNA	2009							0,00
	2010	0	6	0	16	10	1	3,00
PLC	2009	0	4	0	11	10	1	3,15
	2010	0	1	0	15	11	0	3,33
RON	2009							0,00
	2010	0	1	0	1	1	0	2,67
SVC	2009	0	9	0	12	24	10	3,47
	2010	0	13	0	12	34	14	3,49
RTR	2009	0	1	0	4	1	2	3,38
	2010	0	1	0	10	1	2	3,21
IFMT	2009	3	45	0	174	139	48	3,34
	2010	3	67	0	195	210	57	3,35

Através desse indicador é possível avaliar a qualificação profissional do quadro de docentes, isto nos permite inferir que o IFMT é composto em sua maioria por docentes especialistas e mestres.

Como pode ser analisado na tabela acima e conforme a descrição da metodologia de cálculo utilizado, o nível de qualificação dos profissionais da Instituição, e ainda, as oportunidades de oferta para esse público.

Diante desses dados e da necessidade de melhoria da qualificação dos nossos servidores, o IFMT tem ofertado diversos programas de Minter e Dinter em parceria com várias outras Instituições de Ensino, a fim de elevar o nível de qualificação profissional dos profissionais da Instituição.

Porém outro fator de destaque se deve ao fato que devido ao elevado número de docentes que ainda não possuem mestrado e doutorado, e devido às políticas incentivadoras do Governo Federal, esse indicador revela uma preocupação para a Instituição, haja vista, que se todos esses servidores participarem dos programas de MINTER e DINTER a Instituição terá problemas com a falta de profissionais, haja vista, que tais programas preveem o afastamento desses servidores para que seja possível o cumprimento do programa e/ou estágio. Com isso, haveria um aumento na contratação de professores substitutos e comprometimento no orçamento da Instituição.

Para solucionar tal problema, a Instituição pretende normatizar e disciplinar tais afastamentos, de forma que as atividades educacionais do IFMT não sejam prejudicadas. Porém deixamos claro, que a qualificação dos servidores é essencial para o bom desempenho e melhoria nos serviços prestados, porém desde que isso não acarrete prejuízos para a sociedade.

Indicador 14 – Número de alunos matriculados classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

Atualmente os atuais sistemas de informação não fornecem a informação sobre o número de alunos matriculados classificados por Renda Per Capita Familiar, haja vista, que tal informação é prestada somente no momento de inscrição dos candidatos dos processos seletivos e vestibulares.

Todavia, a Instituição já está promovendo as devidas alterações nos sistemas para que tais informações possam ser apresentadas.

Indicador 15 – Relação entre número de técnicos administrativos e docentes

Tabela XLIV. Relação entre o Número de Técnicos Administrativos e o Número de Docentes

Dados gerais do indicador									
Nome do Indicador		Relação entre o número de técnicos administrativos e o número de docentes							
Objetivo do Indicador		Mensurar a relação entre técnicos administrativos efetivos e docentes efetivos.							
Tipo		Técnicos por docente							
Área responsável		Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional							
Fórmula de cálculo e método de medição		Índice= número de técnicos administrativos/número de docentes							
Fonte dos dados		Departamento de ensino							
Situação		Téc. Ad. sem Grad.	Téc. Ad. Grad.	Téc. Ad. Aperf.	Téc. Ad. Esp.	Téc. Ad. Mestres	Téc. Ad. Doutores	Total de Docentes em Tempo Integral	Relação Técnico Adm./ Docente
BAG	2009							0	0,00
	2010		2		1			2	1,50
BLV	2009	8	6	0	5	1	0	35,5	0,56
	2010	10	5	0	9	2	0	39,5	0,66
CAS	2009	44	22	0	9	2	0	45	1,71
	2010	43	24	0	14	2	0	49,5	1,68
CNP	2009	6	12	0	7	0	0	30	0,83
	2010	5	9	0	8	0	0	28,5	0,77
CFS	2009							0	0,00
	2010	4	12	0	6	0	0	27	0,81
CBA	2009	57	39	0	41	4	0	197	0,72
	2010	42	27	0	41	3	0	199	0,57
JNA	2009							0	0,00
	2010	10	9	0	3	0	0	30	0,73
PLC	2009	7	7	0	2	0	0	20	0,80
	2010	5	2	0	5	1	0	22,5	0,58
RON	2009							0	0,00
	2010	0	0	0	2	0	0	3	0,67
SVC	2009	52	26	0	10	1	0	54	1,65
	2010	46	29	0	12	3	0	67,5	1,33
RTR	2009	0	0	0	0	0	0	8	0,00
	2010	16	24	0	26	3	0	13,5	5,11
IFMT	2009	174	112	0	74	8	0	389,5	0,94
	2010	181	143	0	127	14	0	482	0,96

O potencial da força de trabalho do IFMT, através desse indicador, foi avaliado na sua correlação entre técnicos administrativos e docentes, o quadro demonstra fragilidade neste quesito,

pois o IFMT apresenta uma relação que fora incrementada de 0,94 em 2009 para somente 0,96 em 2010. Este cenário indica a necessidade de novas nomeações de técnicos-administrativos para que o processo melhore sua eficácia e eficiência, principalmente, quando consideramos que os Campi com vocação agrícola necessitam de mais servidores técnicos-administrativos, para a operacionalização e manutenção da sua produção e da criação de animais.

Tal indicador demonstra mais uma vez a fragilidade da Instituição no que tange a falta de pessoal, e junto com o ensino a área administrativa encontra-se totalmente carente de pessoal, causando fadiga e estresse aos servidores, devido ao aumento no volume de trabalho em razão da expansão e desenvolvimento da Instituição, bem como as novas responsabilidades impostas pelo Governo Federal.

Indicador 16 – Do acervo bibliográfico

O Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB é composto de 11 bibliotecas associadas situadas nos Campi: Cuiabá, Bela Vista, Cáceres, São Vicente, Pontes e Lacerda, Juína, Confresa, Campo Novo, Sorriso, Rondonópolis e Barra do Garças, sendo os três últimos em fase de construção, além de 3 unidades descentralizadas, duas pertencentes ao Campus São Vicente (Jacira e Campo Verde) e uma pertencente ao Campus Cáceres (Poconé).

As informações a seguir tem a função de retratar o desenvolvimento das atividades do SIB que neste momento estamos em fase de implementação, vale salientar que a Coordenação do SIB está fixada na Pró-Reitoria de Ensino a quem é subordinada.

O quadro a seguir traz um panorama por Campi, levando em consideração os parâmetros bibliométricos e informacionais.

Tabela XLV. Do acervo bibliográfico

Dados gerais do indicador							
Nome do Indicador				Acervo bibliográfico			
Objetivo do Indicador				Mensurar a situação dos acervos bibliográficos da Instituição			
Área responsável				Pró-Reitoria de Ensino			
1.1.Acervo bibliográfico – aquisição (compra, permuta e doação) no ano de 2010;							
CBA	BLV	CAS	PLC	SVC	CNP	JUI	CFS
1.912	726	1.884	3.172	2.539	2.060	692	2.370
1.2.Acervo bibliográfico – quantidade de títulos incorporados em 2010							
7.843	353	368	1.120	556	147	87	707
1.3.Acervo bibliográfico – assinatura de periódicos (quantidades e áreas)							
4	-	251*	52*	5	153*	-	-
1.4.Acervo bibliográfico – relação livros (exemplares)/ alunos matriculados							
5,3	0,75	3,6	4,3	9	4,16	2,7	4,5
1.5.Acervo bibliográfico – relação títulos (exemplares)/ alunos matriculados							
2,1	0,36	5,6	1,5	4	2,75	0,35	1,36
1.6.Acervo bibliográfico – relação periódicos/ alunos matriculados							
0,0011	NI	0,2	0,07	0,0003	0,36	NI	NI

Legenda: NI – Não Informado; * - Valores equivalentes a títulos doados e não correntes,

Fonte: PROEN

8 RECURSOS HUMANOS

8.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos da Instituição

Tabela XLVI. Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provedimento de cargo efetivo	993	993	133	25
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	993	993	133	25
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	36	36	22	7
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	10	10	3	0
1.4.2 Removidos	70	70	70	0
1.4.3 Licença remunerada	173*	67**	151	122
1.4.4 Licença não remunerada	3	3	0	1
2. Provedimento de cargo em comissão	322	243	112	108
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Cargos de Direção - CD				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	81	77	29	24
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	8	2	2	1
2.2.5 Aposentado	8	1	0	0
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	233	163	83	84
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0

* Incluem todas as licenças concedidas em 2010.

** Servidores que se encontravam afastados em 31.12.2010.

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSRH

Tabela XLVII. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	264	291	251	175	48
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	245	281	247	172	48
1.3. Servidores com Contratos Temporários	19	10	4	3	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	12	27	33	8	0
2. Provedimento de cargo em comissão	56	69	54	58	6

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	27	22	21	1
2.3. Funções gratificadas	47	42	32	37	5

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSRH

Tabela XLVIII. Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	0	29	153	239	326	224	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	29	153	212	319	223	57
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	27	7	1	1
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	1	4	18	13	39	5
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	7	51	47	80	35	23
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	9	9	31	18	13
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	7	42	38	49	17	10

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/DSRH

8.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Tabela XLIX. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	129	12
1.1 Voluntária	121	12
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	7	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	50	1
2.1 Voluntária	44	-
2.2 Compulsório	3	1
2.3 Invalidez Permanente	3	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: Coordenação de Legislação e Normas/DSRH

Tabela L. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	49	1
2. Proporcional	60	-

Fonte: Coordenação de Legislação e Normas/DSRH

8.3 Composição do Quadro de Estagiários

Tabela LI. Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
· Área Fim	32	43	51	62	349.964,00
· Área Meio	45	69	60	54	434.814,00
Nível Médio					
· Área Fim	0	0	0	0	0,00
· Área Meio	10	38	41	39	155.517,00
TOTAL	87	150	152	155	940.295,00

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/DSRH

8.4 Quadro de custos de recursos humanos

A composição do quadro de custos de recursos humanos será demonstrada nos quadros a seguir, que discriminará, para sete (7) tipologias de servidores, as despesas realizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal.

Tendo em vista que a folha de pagamento só foi veio a ser integralizada a partir de janeiro de 2010, para que possam ser feitas comparações quantos aos custos associados à manutenção de recursos humanos, será apresentados os referidos custos de 2008 e 2009, referentes aos *campi* Cáceres, Cuiabá e São Vicente.

Tabela LII. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – EAF Cáceres (Atual Campus Cáceres)

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008 E 2009 - CÁCERES								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.991.680,53	27.135,07	38.755,98	103.841,77	0,00	23.008,67	2.281.818,33	4.466.240,35
2009	2.273.216,22	0,00	23.013,45	128036,67	0,00	26.930,58	1.834.684,11	4.285.881,03
Servidores com Contratos Temporários								
2008	195.322,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.303,75	202.626,71
2009	420.249,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.412,14	430.661,55
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	falta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2009	falta							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0

2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	991.848,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	991.848,13
2009	1.129.250,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129.250,74
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	317.683,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	317.683,15
2009	0,00	311.972,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.972,91

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSRH

Tabela LIII. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-MT (Atual Campus Cuiabá)

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008 E 2009 - CUIABÁ								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	8.095.788,06	162.239,75	146.655,38	192.455,23	6.127,83	189.698,32	13.030.259,25	21.823.223,82
2009	12.556.144,14	1.257,27	160578,7	278.925,44	188.050,90	219.493,81	17.107.490,53	30.511.940,79
Servidores com Contratos Temporários								
2008	236.430,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.056,71	263.487,15
2009	305.025,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.532,07	329.557,50
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	falta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2009	falta							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	7.988.391,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.988.391,82
2009	9.981.569,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.981.569,51
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	974.305,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.735,64
2009	0,00	1.812.925,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812.925,44

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSRH

Tabela LIV Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-Cuiabá (Atual Campus São Vicente)

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008 E 2009 – SÃO VICENTE								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	2.955.278,90	46.698,60	54.120,00	67.177,30	43.721,06	17.520,29	4.007.169,17	7.191.685,32
2009	4.596.827,32	0,00	43.481,63	84.354,63	54.602,47	30.848,89	5.539.605,29	10.349.720,23
Servidores com Contratos Temporários								
2008	153.894,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.612,20	161.506,34
2009	297.407,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.677,80	304.085,21
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	falta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2009	falta							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	2.154.177,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.154.177,57
2009	2.837.538,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.837.538,12
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	645.013,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.013,97
2009	0,00	941.144,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	941.144,92

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSRH

Tabela LV. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2010

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NO EXERCÍCIO DE 2010								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2010	25.627.869,24	718,44	544.082,15	629.920,75	1.296.431,46	404.414,54	30.518.711,00	59.022.147,58
Servidores com Contratos Temporários								
2010	1.213.212,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.860,87	1.361.073,31
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2010	1.519.484,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.519.484,11

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2010	2.930.201,96							2.930.201,96
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2010	0,00	954.735,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.735,64

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSRH

8.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

As principais contratações realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, estão ligadas principalmente aos serviços vigilância e de limpeza, conservação e asseio.

Em alguns Campi há também a contratação de serviços de motorista, inspetoria de alunos, recepcionistas, ajudantes e serviços gerais.

No entanto, cabe salientar que a Instituição possui grande demanda na contratação desses serviços, em razão da insuficiência de pessoal e principalmente porque muitos desses serviços eram executados por servidores cujos cargos já foram extintos ou encontram-se em extinção. Dessa forma, não é possível substituir os servidores aposentados que ocupavam tais cargos, por meio de concurso público.

Todavia, mesmo havendo grande necessidade na contratação da prestação de serviços com locação de mão-de-obra, a Instituição não a realiza, em razão, que tais serviços possuem um alto custo.

8.5.1 Serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Tabela LVI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cuiabá.

Unidade Contratante															
Nome: IFMT/ Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva															
UG/Gestão: 158333/26414						CNPJ: 10.784.782/0002-31									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	036/2009	Universal 08.830.513/0001-31	16/12/09	15/12/2011	14	14							P
2010	L	O	014/2010	NorteSul 07.116.584/0001-04	30/07/10	30/07/11	35	35							A
2010	L	O	11/2005	Condor 32.937.609/0001-88	01/10/05	29/07/10	32	32							E
Observação: No exercício de 2010 houve licitação para os serviços de limpeza e conservação, de modo que o antigo contrato que atendia aos Campi Cuiabá e Bela Vista, foi substituído por novo contrato para a realização dos serviços somente no Campus Cuiabá.															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															

Fonte: Campus Cuiabá

Tabela LVII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cáceres.

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Cáceres													
UG/Gestão: 158334/26414						CNPJ: 10.784.782/0003-12							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2004	V	O	030/2004	03269974/0001-63	01/12/04	30/04/10			3	3			E
2006	L	O	016/2006	32937609/0001-88	02/05/06	30/04/10	14	14					E
2006	L	O	017/2006	04829840/0001-12	01/05/06	28/02/11	10	10					A
2010	L	O	005/2010	07047898/0001-00	01/05/10	30/04/11	27	28					A
2010	V	O	006/2010	608600870001-07	01/05/10	30/04/11			3	3			A

Observação: Não houve necessidade de se adaptar ao Acórdão TCU 1.520/2006

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Cáceres

Tabela LVIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Juína

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Juína													
UG/Gestão: 158493/26414						CNPJ: 10.784.782/0010-41							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	03/2010	04.667.389/0001-84	02/06/2010	02/06/2011			4	4			A
2010	L	O	01/2010	05.598.018/0001-50	04/05/2010	04/05/2011		2		5			A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Juína

Tabela LIX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Pontes e Lacerda

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Pontes e Lacerda													
UG/Gestão: 158495/26414						CNPJ: 10.784.782/0006-65							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	30/2008	05.083.119/0001-99	04/11/08	04/11/11			6	6			P
2009	L	O	23/2009	32.937.609/0001-88	01/09/09	31/09/11	5	5					P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Pontes e Lacerda

Tabela LX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus São Vicente

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus São Vicente													
UG/Gestão: 1533355/26414						CNPJ: 10.784.782/0005-84							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	01/2007	01.424.685/0001-66	01/02/07	30/06/11	18	18					p

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus São Vicente

Tabela LXI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Confresa

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus São Vicente													
UG/Gestão: 158496/26414							CNPJ: 10.784.782/0007-46						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	01/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	01/07/11	0	0	4	4	0	0	A
2010	L	O	03/2010	07.116.584/0001-04	02/09/10	02/09/11	6	6	0	0	0	0	A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Confresa

Tabela LXII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Reitoria e Campi Barra do Garças e Rondonópolis

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Reitoria/Campi Barra do Garças e Rondonópolis													
UG/Gestão: 158144/26414							CNPJ: 10.784.782/0001-50						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	03/2010	09.130.034/0001-75	14/06/10	15/06/11			08	08			A
2010	V	O	10/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	02/07/11			08	08			A
2010	V	O	11/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	02/07/11			08	08			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD

Tabela LXIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Bela Vista

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Bela Vista													
UG/Gestão: 158494						CNPJ:10.784.782/0004-01							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	E	02/2010	32.937.609/0001-88	02/08/2010	02/08/2010	7	7					E
2010	L	O	03/2010	32.937.609/0001-88	10/12/2010	31/12/2010	7	7					P
2009	V	O	38/2009	05.083.119/0001-99	01/01/2010	31/12/2010			6	6			P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Bela Vista

8.5.2 Serviços com locação de mão-de-obra

Tabela LXIV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cuiabá.

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva													
UG/Gestão: 158333/26414						CNPJ: 10.784.782/0002-31							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	15/2007	Newcom 06.753.463/0001-00	01/10/07	30/09/2011			6	6			P
2009	1	O	008/2009	Idauri 00.953.096/0001-02	12/05/09	12/05/11	8	8					P
2010	1	E	005/2010	Condor 32.937.609/0001-88	09/02/10	04/07/10			23	23			E
2010	1	O	13/2010	Condor 32.937.609/0001-88	05/07/10	04/07/11			22	22			A
Observação:													
O Contrato 008/2009 atende aos Campi Cuiabá, Bela Vista, Pontes e Lacerda e Reitoria, de modo que o número de terceirados que efetivamente presta serviços somente no Campus Cuiabá é 4 (quatro) motoristas.													
A falta de servidores técnico-administrativos, assim como o fato de haver alguns cargos em extinção, tem obrigado o Campus Cuiabá a realizar a terceirização de diversos setores, de modo a não haver prejuízos à educação e à sociedade.													

LEGENDA	
Área:	
1.	Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2.	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3.	Serviços de Copa e Cozinha;
4.	Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5.	Serviços de Brigada de Incêndio;
6.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7.	Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.	
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.	

Fonte: Campus Cuiabá

Tabela LXV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Campo Novo do Parecis

Unidade Contratante															
Nome: IFMT/Campus Campo Novo do Parecis															
UG/Gestão: 158492/26414						CNPJ: 10.784.782/0011-42									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	3	O	02/2010	05.598.018/0001-50	05/05/10	04/05/11	7	7							A
Observação:															
LEGENDA															
Área:															
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;															
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis															
3. Serviços de Copa e Cozinha;															
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;															
5. Serviços de Brigada de Incêndio;															
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7. Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															

Fonte: Campus Campo Novo do Parecis

Tabela LXVI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus São Vicente

Unidade Contratante															
Nome: IFMT/Campus São Vicente															
UG/Gestão: 158335/26414						CNPJ: 10.784.782/0005-84									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2005	L	O	17/05	32.937.609/0001-88	12/05/05	30/06/11	1	1							P

2005	L	O	29/05	32.937.609/0001-88	01/10/05	30/06/11			5	5				P
2007	L	O	07/07	01.294.164/0001-31	26/03/07	30/06/11	1 0	1 0						P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus São Vicente

Tabela LXVII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Bela Vista

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Bela Vista													
UG/Gestão: 158494							CNPJ:10.784.782/0004-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	A	O	01/2010	32.937.609/0001-88	02/08/2010	31/12/2010			4	4			P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. 													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte: Campus Bela Vista													

8.5.3 Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra.

Tabela LXVIII. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Cuiabá.

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
036/2009	8	14	Campus Cuiabá (todo o Campus)
014/2010	7	35	Campus Cuiabá (todo o Campus)
15/2007	1	6	Recepção do Campus Cuiabá
008/2009	1	4	Setor de transportes do Campus Cuiabá
008/2009	1	2	Campus Pontes e Lacerda
008/2009	1	1	Campus Bela Vista
008/2009	1	1	Reitoria
13/2010	1	22	Campus Cuiabá (todo o Campus)

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: Campus Cuiabá

Tabela LXIX. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus São Vicente

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
17/2005	1	10	Campus São Vicente
29/2005	1	5	
01/2007	7	18	
07/2007	1	10	

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: Campus São Vicente

Tabela LXX. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Juína

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
03/2010	8	4	Campus Juína
01/2010	7	7	Campus Juína
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico Operacional;	2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	3. Serviços de Copa e Cozinha;	4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	7. Higiene e Limpeza;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.		

Fonte: Campus Juína

Tabela LXXI. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Pontes e Lacerda

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
30/2008	8	6	Campus Pontes e Lacerda
23/2009	7	5	
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico Operacional;	2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	3. Serviços de Copa e Cozinha;	4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	7. Higiene e Limpeza;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.		

Fonte: Campus Pontes e Lacerda

Tabela LXXII. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Campo Novo do Parecis

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
002/2010	3	7	Coordenação de Alimentação e Nutrição
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico Operacional;	2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	3. Serviços de Copa e Cozinha;	4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	7. Higiene e Limpeza;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.		

Fonte: Campus Campo Novo do Parecis

Tabela LXXIII. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Confresa

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01/2010	8	4	Campus Confresa
03/2010	7	6	
LEGENDA			5. Serviços de Brigada de Incêndio;
Área:			6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			7. Higiene e Limpeza;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			8. Vigilância Ostensiva;
3. Serviços de Copa e Cozinha;			9. Outras.
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			

Fonte: Campus Confresa

Tabela LXXIV. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Campus Cáceres

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
030/2004	8	3	Campus Cáceres
016/2006	7	14	
017/2006	7	10	
005/2010	7	28	
006/2010	8	3	
LEGENDA			4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
Área:			5. Serviços de Brigada de Incêndio;
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			7. Higiene e Limpeza;
3. Serviços de Copa e Cozinha;			8. Vigilância Ostensiva;
			9. Outras.

Fonte: Campus Cáceres

Tabela LXXV. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra / Reitora e Campi Barra do Garças e Rondonópolis

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
03/2010	8	8	Reitoria
10/2010	8	8	Campus Barra do Garças
11/2010	8	8	Campus Rondonópolis
LEGENDA			4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
Área:			5. Serviços de Brigada de Incêndio;
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			7. Higiene e Limpeza;
3. Serviços de Copa e Cozinha;			8. Vigilância Ostensiva;
			9. Outras.

Fonte: PROAD

Tabela LXXVI. Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra/ Campus Bela Vista

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
03/2010	7	7	IFMT – Campus Bela Vista
38/2009	8	6	IFMT – Campus Bela Vista
01/2010	1	4	IFMT – Campus Bela Vista
LEGENDA			5. Serviços de Brigada de Incêndio;
Área:			6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			7. Higiene e Limpeza;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			8. Vigilância Ostensiva;
3. Serviços de Copa e Cozinha;			9. Outras.
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			

Fonte: Campus Bela Vista

8.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

A Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, desenvolveu no cotidiano, através de informações geradas pelo Sistema SIAPE, e controles internos, indicadores gerais de recursos humanos, e, em atendimento às orientações do Tribunal de Contas da União, apresentadas na Portaria TCU nº. 227, de 07.12.2010, serão abordados neste relatório os seguintes temas: Absenteísmo; Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais; Rotatividade (*turnover*); Educação Continuada; Satisfação e Motivação; Disciplina; Desempenho funcional; Níveis Salariais; Demandas Trabalhistas.

Em 2010, não foram estabelecidos objetivos e metas sobre esses indicadores, porém através da observação dos mesmos, pôde-se mensurá-los e realizar conclusões qualitativas e quantitativas decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

No que refere ao **Absenteísmo**, verificando as ocorrências de pessoal neste órgão no Sistema SIAPE, constatou-se 71 (setenta e uma) faltas, registradas entre 16 (dezesseis) servidores, sendo 04 (quatro) técnico-administrativos e 12 (doze) professores – 09 (nove) efetivos e 03 (três) contratados temporariamente, distribuídos por Campus, conforme abaixo:

Tabela LXXVII. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2010

CAMPUS	Técnico-administrativos		Professores	
	ocorrências	servidores	ocorrências	servidores
Cuiabá	13	03	15	05
São Vicente	15	01	-	-
Pontes e Lacerda	-	-	16	05
Confresa	-	-	12	02
TOTAL	28	04	43	12

Fonte: SIAPE/DSRH

Como pode ser observado no quadro acima, os servidores que mais faltaram foram os professores, 43 (quarenta e três vezes) ocorrências, porém quando analisamos a quantidade de ocorrências por servidores (por categoria), obtivemos uma média de 7 (sete) ocorrências por servidor, para os técnico-administrativos, enquanto 3,5 (três e meio) ocorrências por servidor, para os professores.

Um único servidor técnico-administrativo no Campus São Vicente teve 15 (quinze) ocorrências de faltas registradas no ano de 2010, semelhante caso aconteceu no Campus Cuiabá, onde 01 (um) servidor também técnico-administrativo teve um registro de 11 (onze) faltas no mesmo período.

Em ambos os casos, os servidores foram acompanhados ou pelo Setor de Psicologia ou pela Coordenação de Bem Estar Social, sendo que os servidores apresentavam sintomas de alcoolismo.

A análise acima demonstrou que as duas maiores incidências de faltas em 2010 estavam ligadas à problemas de saúde, apontando a área de saúde como sendo uma das áreas que merecem atenção especial na gestão de recursos humanos no âmbito deste IFMT.

Não foi registrado nenhum **acidente de trabalho** em 2010, tal verificação também pode ser verificada pelo não registro de ocorrência no Sistema SIAPE, e também pela não existência de processo constatando-o. Mas, quando examinamos os processos de licença para tratamento de saúde, vemos repetidas patologias ligadas a distúrbios psiquiátricos, algumas ligadas as atividades realizadas pelo servidor na instituição, o que vem nos levando a questionar essas patologias se enquadram como **doenças ocupacionais**.

Mais uma vez, os indicadores de recursos humanos, nos levam a necessidade de estruturação para área da saúde, que deve se fortalecer no ano de 2011, juntamente com o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas e o Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

A **rotatividade (turnover)** esteve mais presente nos *campi* afastados da capital do estado, principalmente no Campus Confresa, localizado na cidade de mesmo nome, há 1.320 (hum mil trezentos e vinte) quilômetros de Cuiabá.

Como demonstrado no quadro abaixo, solicitações de desligamento desses *campi* mais afastados de Cuiabá como remoção, redistribuição, vacância e até mesmo exoneração foram constantes no ano de 2010, demonstrando a insatisfação dos servidores ali lotados com a infraestrutura dessas cidades.

Tabela LXXVIII. Desligamentos por Campi ocorridos em 2010

Campus	Desligamento		
	Redistribuição	Vacância	Exoneração
Cuiabá	-	04	-
Bela Vista	-	01	01
São Vicente	03	03	01
Cáceres	02	01	02
Pontes e Lacerda	02	01	01
Juína	01	03	02
Campo Novo do Pareceis	04	04	-
Confresa	02	02	04
TOTAL	14	19	11

Fonte: SIAPE e DSRH

No exercício de 2010, não foi desenvolvido nenhum controle sobre a **Educação Continuada**, por mais que a DSRH possua o quantitativo de servidores que participaram de capacitações e ainda o orçamento destinado e utilizado para as mesmas, para mensurar como os servidores deste IFMT estão realizando o contínuo aperfeiçoamento, mantendo-os atualizados em suas específicas áreas, esta Diretoria deverá realizar o acompanhamento de todas essas atividades, bem como, realizar o planejamento estratégico da educação continuada dentro do Programa de Capacitação da Instituição.

A **Satisfação e Motivação** puderam ser medidas pela rotatividade, e ainda o grande volume de processos de solicitação de remoção, como já mencionado acima, quando o tema “rotatividade” foi informado.

A insatisfação pode ser percebida nos *campi* mais distantes, onde as solicitações de alguma forma de desligamento foram constantes no ano de 2010, e os servidores vem demonstrando desmotivados, sendo que na grande maioria dos casos, tais desmotivações se devem a infraestrutura das cidades.

Em 2010, foram abertos processos de sindicância e administrativos disciplinares, sendo que os primeiros já para apurar responsabilidades em supostas irregularidades, porém nesse ano, não foi registrado nenhuma advertência, suspensão, demissão, ou algum tipo de penalidade referente a **disciplina**, estabelecido pelo artigo 127 da Lei nº. 8112/90.

O **desempenho funcional** é analisado pelas avaliações de desempenho, sendo que as avaliações dos servidores ocupantes do cargo de professor do ensino básico, técnico e tecnológico são realizadas no interstício de 18 (dezoito) meses, já as avaliações dos técnico-administrativos estão sendo realizadas conforme estabelecia o regulamento da antiga autarquia (CEFET-MT, CEFET-CUIABÁ ou EAFC-Cáceres) em que o campus de lotação do servidor era ligado.

Em ambos os casos, estão sendo elaborados novos regulamentos, por comissões designadas pela Reitoria, para que as avaliações de desempenho sejam uniformes, com os mesmos procedimentos em todo o IFMT, e desta forma, para não sirvam somente de ferramenta para incentivo e punições, mas também, para a gestão dos servidores.

Os **níveis salariais** dos servidores deste IFMT são estabelecidos pela Lei nº. 11.784/2008, sendo que as remunerações dos servidores da carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico e da carreira dos técnico-administrativos em educação, respectivamente, por:

Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Vencimento Básico; Gratificação Específica do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – GEDBT; Retribuição por Titulação – RT (quando o servidor possuir titulação superior exigida ao ingresso no cargo) .

Carreira dos Técnico-Administrativos e Educação:

- Vencimento Básico; Incentivo a qualificação (quando o servidor possuir titulação superior exigida ao ingresso no cargo).

Sobre ascensão na carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico a Lei nº. 11.784 dispõe que:

Art. 120. O desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos servidores que integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocorrerá mediante progressão funcional, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos do regulamento.

§ 1^o A progressão de que trata o caput deste artigo será feita após o cumprimento, pelo professor, do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no nível respectivo.

§ 2^o O interstício para a progressão funcional a que se refere o § 1^o deste artigo será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 3^o Na contagem do interstício necessário à progressão, será aproveitado o tempo computado da última progressão até a data em que tiver sido feito o enquadramento na Carreira de que trata o caput deste artigo.

§ 4^o Os servidores integrantes da Carreira de Magistério de 1^o e 2^o Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, pertencentes aos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação posicionados nas atuais classes C e D, que à época de assinatura do Termo de Opção pela Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico estiverem matriculados em programas de mestrado ou doutorado poderão progredir na Carreira mediante a obtenção dos respectivos títulos para a nova Classe D III, Nível 1.

Já a carreira dos técnico-administrativos em educação, tem seu desenvolvimento estabelecido pela Lei nº. 11.091/2005:

Art. 10. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

§ 1^o Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida respeitada o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III desta Lei.

§ 2^o Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

§ 3^o O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

§ 4^o No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo III desta Lei, é vedada a soma de cargas horárias de cursos de capacitação.

§ 5^o A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.

(...)

Art. 11. Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

Vale ressaltar que os níveis salariais dos servidores públicos federais são estabelecidos em lei, não podendo esta unidade de recursos humanos utilizá-los como ferramenta estratégica em sua gestão.

8.7 Concursos Públicos para contratação de servidores e professores substitutos.

Em 2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, realizou três concursos públicos para contratação de servidores efetivos – Editais nº. 013/2010, 014/2010 e 021/2010, e dois processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos – Editais nº. 008/2010 e nº. 009/2010.

O **Edital nº. 013/2010** tornou público a realização de Concurso Público para provimento de 130 (cento e trinta) vagas para cargos da carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Quadro de Pessoal do IFMT, tendo em vista a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Portaria MPOG nº 537, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2009, alterada pela Portaria MPOG nº 27, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2010, com subdelegação da Portaria MEC nº 11, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2010, republicada em 01 de fevereiro de 2010, e pela Portaria MEC nº 510, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2010.

Tabela LXXIX. Edital n. 13/2010

Campus	Área	Regime de Trabalho	Vagas oferecidas	Vagas ocupadas
Barra do Garças	Administração	40 horas	01	-
	Aquicultura		01	-
	Arquitetura e Urbanismo		01	-
	Artes		01	-
	Biologia		01	-
	Educação Física		01	-
	Filosofia		01	-
	Geografia		01	-
	História		01	-
	Informática		03	-
	Informática *PNE		02	-
	Língua Espanhola		01	-
	Língua Inglesa		01	-
	Matemática		01	-
	Química		02	-
	Segurança do Trabalho		01	-
	Sociologia		01	-
	Turismo		02	-
	Cáceres		Agroindústria	40 horas
Engenharia Agrícola		01	-	
Engenharia Florestal		01	-	
Engenharia Florestal PNE*		01	-	
Geomática		01	-	
Informática		01	-	
Língua Portuguesa		01	-	
Campo Novo do Parecis	Agroindústria	40 horas	02	-
	Agronomia		03	-

	Artes		01	-
	Engenharia Agrícola		01	-
	Engenharia de Alimentos		02	-
	Filosofia		01	-
	Matemática		02	-
	Matemática PNE*		01	-
	Pedagogia		01	-
	Química		01	-
	Língua Inglesa		01	-
Cuiabá	Artes	40 horas	01	-
	Construção Civil (Materiais de Construção e Planejamento de Obras)		01	-
	Construção Civil (Sistemas Construtivos e Estruturais)		01	-
	Eleto-Eletrônica		01	-
	Eventos		01	-
	Instalações elétricas prediais		01	-
	Língua Portuguesa		01	-
	Turismo		01	-
	Língua Brasileira de Sinais		01	-
	Educação inclusiva		01	-
Cuiabá – Bela Vista	Ambiental	40 horas	01	-
	Engenharia Química		01	-
	Farmácia		01	-
	Física		01	-
	Geografia		01	-
	Língua Inglesa		01	-
	Matemática		01	-
	Química		01	-
Pontes e Lacerda	Arquitetura e Urbanismo	40 horas	01	-
	Biologia		01	-
	Construção civil		02	-
	Economia		01	-
	Educação Física		01	-
	Filosofia		01	-
	Física		02	-
	Gestão		02	-
	Informática		02	-
	Língua Portuguesa		01	-
	Matemática		02	-
	Química		02	-
	Química PNE*		01	-
	Sociologia		01	-
Rondonópolis	Alimentos		01	-
	Artes		01	-
	Biologia		01	-
	Direito		01	-
	Engenharia Química		01	-
	Filosofia		01	-
	Geografia		01	-
	Gestão		01	-
	Gestão PNE*		01	-
	Informática		03	-
	Língua Portuguesa		01	-
	Matemática		02	-
	Química		02	-
	Sociologia		01	-
São Vicente	Agronomia (Entomologia)	40 horas	01	-

	Engenharia de Alimentos		01	-
	Filosofia		01	-
	Informática (Análise e Sistemas e Banco de Dados)		01	-
	Informática (Produção de Mídias Digitais)		01	-
Avançado de Sorriso	Administração	40 horas	01	-
	Alimentos		01	-
	Alimentos PNE*		01	-
	Artes		01	-
	Biologia		01	-
	Educação Física		01	-
	Engenharia Florestal		01	-
	Filosofia		01	-
	Física		01	-
	Geografia		01	-
	História		01	-
	Informática		01	-
	Língua Espanhola		01	-
	Língua Inglesa		01	-
	Matemática		01	-
	Química		01	-
Sociologia	01	-		
Confresa	Agronomia	40 horas	01	-
	Matemática		01	01
	Química		01	-
TOTAL			130	01

*Portador de necessidades especiais

Fonte: DSRH

O **Edital nº. 014/2010** tornou público o concurso público provimento de 78 (setenta e oito) vagas para cargos da carreira de vagas para cargos efetivos da carreira de Técnico-Administrativos em Educação, do Quadro de Pessoal do IFMT, tendo em vista a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Portaria MPOG nº, de 537, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2009, com alteração trazida pela Portaria MPOG nº 27, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2010, e subdelegação pela Portaria MEC nº 11, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2010, e republicada em 01 de fevereiro de 2010, e pela Portaria MEC nº 510, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2010.

Tabela LXXX. Edital n. 14/2010

Lotação	Cargo	Regime de Trabalho	Vagas oferecidas	Vagas ocupadas
Reitoria	Auditor	40 horas	01	-
	Analista de Tecnologia da Informação		01	-
	Auxiliar de Biblioteca		02	-
Campus Barra do Garças	Administrador	40 horas	01	-
	Contador		01	-
	Bibliotecário-Documentalista		01	-
	Técnico em Assuntos Educacionais		01	-
	Técnico em Assuntos Educacionais - PNE*		01	-
	Assistente em Administração		05	-

	Assistente em Administração - PNE*		01	-
	Técnico em Tecnologia da Informação		01	-
	Técnico de Laboratório de Área (Informática)		01	-
	Técnico de Laboratório de Área (Química)		02	-
	Assistente de Alunos		03	-
	Auxiliar de Biblioteca		02	-
Campus Cuiabá – Bela Vista	Assistente de Alunos	40 horas	03	-
	Auxiliar de Biblioteca		01	-
Campus Cáceres	Psicólogo	40 horas	01	-
Campus Campo Novo do Parecis	Bibliotecário-Documentalista	40 horas	01	-
	Assistente de Alunos		03	-
	Auxiliar de Biblioteca		02	-
Campus Juína	Administrador	40 horas	01	01
Campus Pontes e Lacerda	Bibliotecário-Documentalista	40 horas	01	01
	Assistente em Administração		05	-
	Assistente de Alunos		03	-
	Auxiliar de Biblioteca		01	-
Campus Rondonópolis	Administrador	40 horas	02	-
	Analista de Tecnologia da Informação		01	-
	Contador		01	-
	Assistente em Administração		08	-
	Assistente em Administração – PNE*		01	-
	Técnico em Tecnologia da Informação		01	-
	Técnico de Laboratório de Área (Informática)		01	-
	Técnico de Laboratório de Área (Química)		01	-
	Assistente de Alunos		03	-
	Auxiliar de Biblioteca		02	-
Campus São Vicente	Administrador	40 horas	01	-
Campus Avançado de Sorriso	Administrador	40 horas	01	-
	Pedagogo		01	-
	Técnico em Assuntos Educacionais		01	-
	Assistente em Administração		02	-
	Assistente em Administração - PNE*		01	-
	Técnico em Tecnologia da Informação		01	-
	Assistente de Alunos		02	-
	Auxiliar de Biblioteca		01	-
TOTAL			78	02

*Portador de necessidades especiais

Fonte: DSRH

O **Edital nº. 021/2010** tornou público a realização de Concurso Público para provimento de 01 (uma) vaga para cargo efetivo da carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação para atender a Reitoria do IFMT, tendo em vista a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Portaria MPOG nº, de 537, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2009, com alteração trazida pela Portaria MPOG nº 27, publicada no

Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2010, e subdelegação pela Portaria MEC nº 510, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2010.

Tabela LXXXI. Edital n. 021/2010

Lotação	Cargo	Regime de Trabalho	Vagas oferecidas	Vagas ocupadas
Reitoria	Administrador	40 horas	01	-

Fonte: DSRH

Os Editais nº. 008/2010, publicado no D.O.U. de 15.03.2010 e nº. 009/2010, publicado no D.O.U. de 25.03.2010, foram realizados para contratação de professores substitutos, através de contrato temporário do tempo determinado, conforme Lei nº. 8.748/93.

Tabela LXXXII. Processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos

Processo Seletivo	Campus	Área	Regime de Trabalho	Vagas oferecidas	Vagas ocupadas
1. Edital nº. 008/2010	Campo Novo do Parecis	Agronomia	40 horas	01	01
	Cuiabá	Geoprocessamento	20 horas	01	01
		Ergonomia		01	01
		Engenharia Elétrica	40 horas	01	02
		Educação Física		01	01
	Pontes e Lacerda	Química	40 horas	01	01
		Edificações I		01	-
2. Edital nº. 009/2010	Pontes e Lacerda	Matemática	40 horas	01	-
		Edificações I		01	01
TOTAL				09	08

Fonte: DSRH

9 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Até o início de 2010, a gestão de recursos humanos ficava a cargo das ex-autarquias, no entanto, durante o exercício a Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos efetuou diversas medidas de integração e consolidação das ações de gestão.

Porém muitas das atividades não puderam ser concluídas, em razão da falta de pessoal e ainda das dificuldades encontradas no que tange a execução das ações de gestão de pessoa nos novos campi, dessa forma, no que tange a declaração de bens e rendas que trata a Lei n. 8.730/2003, informamos que somente os ocupantes de cargo de direção e função gratificada lotados na Reitoria e Campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda encontram-se em conformidade com a obrigação da Declaração de Bens e Rendas.

Quanto aos demais Campi, a Instituição estará promovendo as devidas regularizações no decorrer do exercício de 2011.

10 TRANSFERÊNCIAS

Não houve no exercício de 2010 qualquer transferência.

Tabela LXXXIII. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso						
CNPJ: 10.784.782/0001-50				UG/GESTÃO: 26414/158144		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

Fonte: Campi

Tabela LXXXIV. Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					
CNPJ: 10.784.782/0001-50			UG/GESTÃO: 26414/158144		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	01	R\$ 60.000,00	*	R\$ 60.000,00	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	01	01	-	R\$ 60.000,00	-

* Repasse efetuado em 2010, no entanto, considerando o encerramento do exercício a FUFMT devolveu o recurso à Instituição.

Fonte: PROAD

Em 2010 foi celebrado um único contrato com a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – FUFMT, para a promoção do desenvolvimento e manutenção da Rede Pantaneira voltada para as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Científico e Tecnológico da região metropolitana de Cuiabá – MT, no entanto, os repasses serão realizados somente serão efetuados no exercício de 2011.

Conforme Ofício-Circular n. 006/2011/AECI/GM-MEC, de 22/02/11, do Ministério da Educação, apresentamos a seguir o demonstrativo de prestações de contas relativas as transferências concedidas por outras Unidades Jurisdicionadas por meio de descentralização de recursos.

Informamos ainda, que as informações anteriores a 2010, não puderam ser prestadas haja vista que as mesmas não foram informadas pelas ex-autarquias.

Dos recursos recebidos por transferência, no exercício de 2010, grande parte das prestações de contas serão encaminhadas no exercício de 2011, haja vista, que algumas despesas tiveram que ser inscritas em restos a pagar, em razão do cronograma ou dos atrasos das materiais e/ou prestação de serviço, e somente após o cumprimento de todas as obrigações, tais prestações de contas serão encaminhadas aos órgãos descentralizadores.

Apesar dessa situação, ressaltamos que a Instituição já encaminhou as prestações de contas parciais para tais órgãos.

Tabela LXXXV. Resumo das prestações de contas sobre transferências concedidas por outras Unidades Jurisdicionadas por meio de descentralizações de recursos

Unidade Concedente					
Nome: MEC/SETEC					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 150016/0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		24	
		Montante Repassado		3.237.803,11	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	

Fonte: Coordenação-Geral de Contabilidade

Unidade Concedente					
Nome: MEC/CAPES					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 154003/0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		03	
		Montante Repassado		1.208.767,36	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	

	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte: Coordenação-Geral de Contabilidade

Unidade Concedente					
Nome: MEC/FNDE					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 153173/15253		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		05	
		Montante Repassado		702.936,63	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
2008	Contas prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	

Fonte: Coordenação-Geral de Contabilidade

Unidade Concedente					
Nome: MEC/SPO					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 150014/0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Qnt. e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	02	
			Montante Repassado (R\$)	3.033,54	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
2008	Contas prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado (R\$)		-	

Unidade Concedente					
Nome: Ministério das Cidades					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 560003/0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		01	
		Montante Repassado		50.000,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	

Fonte: Coordenação-Geral de Contabilidade

Unidade Concedente					
Nome: MEC/SECAD					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 150028/0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		02	
		Montante Repassado		87.853,30	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	

Fonte: Coordenação-Geral de Contabilidade

11 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso é composto pelas ações realizadas pelas unidades gerenciais da Instituição e também pela Unidade de Auditoria Interna - UNAI, cuja equipe é composta por um Coordenador, 03 (três) auditores internos e 01 (um) apoio técnico.

A Instituição considera as atividades da Unidade de Auditoria Interna como um serviço essencial e importante para o bom andamento da gestão pública, diante disso as atividades da UNAI têm sido aprimorada e intensificada nos últimos tempos, principalmente no exercício de 2010. Antigamente a área de controle era realizada somente por um auditor, no entanto, em razão da criação do Instituto Federal houve a necessidade de reforçar a equipe, implementar e melhorar os mecanismos de controle, haja vista, o aumento no número de unidades gestoras responsáveis pela execução orçamentária e financeira.

Além disso, em 2010 foram oferecidos vários cursos de capacitação para os auditores internos (tais como: Elaboração e análise das demonstrações contábeis do setor público; Gestão de obra pública; Instrumentos obrigatórios no processo licitatório; Retenções Tributárias; Gestão de Folha e Remuneração no Serviço Público e outros), de forma, a aprimorar as práticas de controle e ainda, alguns investimentos também foram realizados para a melhoria da infraestrutura de trabalho dos auditores internos, tais como: aquisição de mobiliários, impressora, computadores, notebook, netbook e outros.

Para os próximos exercícios espera-se a ampliação e o fortalecimento das ações de controle, de modo que haja mais segurança, confiabilidade e melhoria nas atividades da Instituição.

Do mesmo modo, a Instituição também tem realizado, através de suas Pró-Reitorias, Diretorias e Gerências, algumas melhorias no que tange ao estabelecimento de procedimentos e instruções padronizadas, porém tais atividades requerem tempo e aprovação por parte do Conselho Superior. Dessa feita, muitas normativas já foram elaboradas, porém aguardam aprovação por parte de algumas instâncias específicas para após sim, serem publicadas e implantadas.

O IFMT também tem ampliado suas ações na área da comunicação, principalmente após a criação da Assessoria de Comunicação, na qual informações e notícias sobre a Gestão são divulgadas para a toda a comunidade interna e externa.

A nível estratégico a Reitoria tem promovido constantemente diversas reuniões com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, bem como com o Colégio Dirigentes, a qual é composto por todos os Diretores-Gerais de Campi. Tais encontros possibilitam a troca de informações, a tomada de decisões, e ainda, constituiu-se num momento propício para a propositura de ações de melhorias e adoção de procedimentos para o alcance das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e Termo de Metas, de forma a alcançar o desenvolvimento e a expansão da educação profissional.

Tabela LXXXVI. Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

12.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, as aquisições e contratações de serviços, são realizadas pela Pró-Reitoria de Administração e também pelos seus 10 (campi).

Em grande parte dos Campi, há comissões de pregões e/ou licitação para a realização de procedimentos licitatórios, bem como Coordenações responsáveis pela aquisição e contratação de serviços.

Pois bem, após a publicação da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, o IFMT tem procurado em suas licitações, melhorar as especificações e contratações de forma a colaborar para a gestão ambiental, no entanto, cabe ressaltar que tais procedimentos ainda estão em fase de estruturação, conscientização e adequação.

Cabe ressaltar ainda, que a Instituição ainda possui grandes dificuldades nas ações relativas ao descarte do lixo ou do encaminhamento de materiais para reciclagem, haja vista, que grande parte dos municípios onde estão localizados os Campi do IFMT, não há sistema de coleta seletiva, usinas de reciclagem ou compostagem.

No que tange as obras públicas, a Instituição tem procurado imbuir o conceito da sustentabilidade ambiental, desde a concepção dos projetos de engenharia. Dessa feita, nos contratos dessas empresas contratadas para elaboração desses projetos, já são exigidos que fossem observadas as legislações atinentes ao assunto, bem como que tais projetos sejam elaborados com base nas boas práticas da sustentabilidade ambiental.

Já na área de aquisição de equipamentos e materiais, a Instituição a medida do possível, tem procurado adquirir produtos mais adequados a sustentabilidade, tais como: aparelhos com menor consumo de energia, baterias e pilhas recarregáveis, papéis recicláveis, veículos do tipo bicomustível, agrotóxicos e fertilizantes menos prejudicial ao meio ambiente, detergentes e produtos de limpeza biodegradáveis e outros.

Além disso, algumas ações de conscientização também são realizadas pelos Campi do IFMT, no entanto, tais ações necessitam ser otimizadas e ampliadas.

Tabela LXXXVII. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
Posicionamento da UJ: Nos processos licitatórios para contratação de serviços de limpeza com fornecimento de materiais, são exigidos que os materiais utilizados sejam biodegradáveis, que os produtos com substância tóxicas seja substituídos por outros atóxicos, que haja reaproveitamento da água de uso para lavagem de calçadas e outros.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Posicionamento da UJ: Considerando que a figura dos Institutos é recente e que não possuímos tais informações relativas as ex-autarquias, tal informação não poderá ser prestada com precisão.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Posicionamento da UJ: A Instituição tem procurado substituir as lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas, no entanto, a substituição de torneiras automáticas ainda não foi possível haja vista o alto custo dos mesmos. Da mesma forma, informamos que algumas substituições estão sendo realizadas de forma gradativa e desde que não haja grande impacto no orçamento da Instituição. No entanto, alguns campi tem implementados ações de redução das despesas com energia, telefone e água.		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Posicionamento da UJ: A Instituição tem procurado a substituição de alguns bens, tais como papel reciclado, cartuchos, tonner, refil de tinta para carimbo e canetas para quadro branco e outros. No entanto, há mais ações que devem ser efetivadas no futuro.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Posicionamento da UJ: A Instituição tem procurado adquirir veículos automotores mais eficientes e econômicos, bem como tem priorizado a escolha por veículos bicompostíveis.				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Posicionamento da UJ: A Instituição a medida do possível, tem tentado optar por produtos passíveis de reutilização ou reabastecimento, no entanto, grande parte dos produtos disponíveis no mercado, não permitem tal procedimento. Da mesma forma, há grande dificuldade no recolhimento desses produtos, para que seja possível a reutilização, reciclagem ou reabastecimento, principalmente em decorrência da falta de conscientização das pessoas e por falta de pessoal. Os produtos mais constantes nos procedimentos licitatórios, passíveis de reutilização são: pilhas e baterias recarregáveis, canetas para quadro branco, tonner, cartuchos e outros. Além disso, tem se substituído o uso de copos de descartáveis, por copos de louça em algumas unidades de ensino.		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Posicionamento da UJ: Sempre que possível a Instituição tem primado por essa exigência, no entanto, cabe salientar que tais medidas ensejam na substituição de produtos com elevado custo. Dessa forma, algumas opções não são utilizadas em razão da falta de recursos orçamentários.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Posicionamento da UJ: Em alguns Campi do IFMT tais atividades são realizadas, porém ainda de forma tímida e experimental, haja vista, em muitos municípios do Estado de Mato Grosso, não há um sistema de coleta seletiva, usinas ou cooperativas de reciclagem ou compostagem. As ações mais realizadas são aquelas de reaproveitamento de papel.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Posicionamento da UJ: Em alguns Campi foram realizadas algumas ações nesse sentido, porém grande parte ocorreu na Semana do Meio Ambiente, através de oficinas, palestras e atividades educacionais. Além disso, alguns Campi tem realizados reuniões de conscientização dos servidores, alunos e terceirizados, de modo a diminuir as despesas. Da mesma forma, nos processos licitatórios de limpeza, são inseridos itens e recomendações obrigatórias, para que os funcionários terceirizados auxiliem nesse processo de redução das despesas e sustentabilidade ambiental.		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Posicionamento da UJ: Em alguns Campi foram realizadas algumas ações nesse sentido, porém grande parte ocorreu na Semana do Meio Ambiente, através de oficinas, palestras e atividades educacionais. Esses eventos são destinados para a comunidade interna e externa.		X			
<i>Considerações Gerais:</i>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Campi e PROAD

13.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela LXXXVIII. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	10	11
	Cuiabá	02	02
	Santo Antônio do Leverger	01	01
	Juína	01	01
	Cáceres	01	01
	Confresa*	01	01
	Pontes e Lacerda*	01	01
	Rondonópolis*	01	01
	Barra do Garças	01	01
	Campo Novo do Parecis	01	01
	Poconé	0	01
	Campo Verde	0	01
Subtotal Brasil		10	12
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		10	12

* Os Campi de Confresa, Pontes e Lacerda e Rondonópolis ainda estão em processo de transferência.

Fonte: PROAD

Tabela LXXXIX. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	Cuiabá	01	01
	Campo Novo do Parecis	-	01
Subtotal Brasil		01	03
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	03

Fonte: PROAD

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não possui nenhum imóvel de uso especial locados para terceiros, mas somente a concessão onerosa de uso de algumas salas e/ou cantinas/refeitórios localizadas dentro dos imóveis da Instituição.

E o imóveis locados de terceiros pela Instituição são para atender estrutura administrativa da Reitoria, haja vista, que até a presente data não há sede própria. E o outro contrato celebrado foi para atender o Campus Campo Novo do Parecis, para abrigar a área administrativa do Campus.

Tabela XC. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158333- Campus Cuiabá	906700218 500-8	21	3	45.001.549,7	-	-	819.286,84	879.364,52
158494- Campus Bela Vista	906700088 5002	21	3	3.031.396,92	-	-	388.505,17	*
158334 – Campus Cáceres	Não informou	21	3	5.343.377,97	-	-	689.447,05	*
158334- Campus Cáceres/ Poconé	912900022 5006	21	3	1.090.740,76	-	-	Não informou	*
158335 – Campus São Vicente	906700043 500-7	21	3	11.834.651,54	-	-	448.074,85	*
158496 – Campus Confresa	-	12	3	51.924,58	-	-	17.150,00	98.200,00
158493 – Campus Juína	-	12	2	-	-	-	303.618,64	54.055,43
158498 – Campus Rondonópolis	-	12	8	-	-	-	0,00	0,00
158497 – Campus Barra do Garças	-	12	8	-	-	-	0,00	0,00
158495 – Campus Pontes e Lacerda	-	12	8	-	-	-	112.660,65	*
158492- Campus Campo Novo do Parecis	-	12	3	2.579.000,00	10/08/06	2.579.000,00	158.235,63	*
Total							2.936.978,83	1.031.619,95

Fonte: SIAFI [Valor do imóvel: (1.4.2.1.1.00.00 – 1.4.2.1.1.91.00 – 1.4.2.1.1.80.00)] e Campi.

* Não foi possível mensurar as despesas com instalações. Os valores considerados em imóvel referente aos dados extraídos no SIAFI (33.90.30-24, 339039-78, 339037-02, 339039-02, 339039-16, 339037-03)

Legenda:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Situação dos imóveis:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso herdou das ex-autarquias diversos problemas no que tange a regularização dos imóveis dos Campi.

Várias ações foram realizadas para regularização das pendências, no entanto, nem todos os problemas puderam ser solucionados até o final do exercício de 2010, haja vista, que muitas delas dependem de terceiros, tais como Prefeituras e outros Órgãos federais. Da mesma forma, a Instituição está com problemas quanto ao acesso e a operacionalização do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIU),

Porém a Instituição continuará acompanhando no próximo exercício as situações desses imóveis, bem como, em conjunto com a Direção-Geral dos Campi regularizando tais inconsistências.

A seguir apresentamos um resumo da situação dos imóveis de cada Campus:

- **Campus São Vicente:**

A situação jurídica do imóvel é estável. Está desde 1943 em nome da União.

O ponto de crítica é que o imóvel de referência é uma área agrícola, de 5.000,0 hectares, onde acontecem diversas atividades produtivas, didáticas, de pesquisa, residência e comerciais, composta de mais de 70 prédios funcionais requerentes de manutenção.

Pela característica de "escola-fazenda" os prédios foram construídos com na ótica do baixo custo, impondo a cada ano grande desafio na sua manutenção. Ainda existem prédios construídos com adobe, tecnologia em desuso a mais de 30 anos.

A área da fazenda é bem aproveitada, com parcela registrada como Área de Proteção Permanente (2.500,0 hectares), parcela de terras arrendadas a terceiros para produção de grãos (970,0 hectares), parcela de terras para pastagem (600,0 hectares). Área de uso escolar, morros e campo nativo complementam o uso do imóvel.

Os imóveis do Campus já foram transferidos da ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Campus São Vicente no SPIUNET e no cartório de imóveis, porém o Campus encontra-se pendente de reavaliação do imóvel junto ao SPIUNET, haja vista a falta de pessoal especializado para essa atividade.

No entanto, o Campus estará promovendo no próximo exercício esforço contínuo para regularização dessa pendência e atualização dos registros no SPIUNET.

Informamos ainda, que o Campus São Vicente é o responsável pelo Núcleo Avançado do Campo Verde, situado no município de mesmo nome.

- **Campus Confresa:**

A área destinada a implantação do campus foi cedida pela Prefeitura Municipal de Confresa, através do INCRA, conforme processo administrativo número 54.246.000137/2008-76, sendo a área total de 50,2630 há, imóvel este avaliado em R\$ 51.924,58 (cinquenta e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos), que atualmente encontra-se em fase de processo de georreferenciamento do Projeto de Assentamento (PA) Independente I necessário para que seja efetuado o desmembramento e posterior registro do imóvel.

Com a implantação deste campus foram projetadas inicialmente a construção de uma área total de 6.120,63 m², que contempla as seguintes instalações: Salas de aula e laboratórios, administração, alojamento masculino, alojamento feminino, restaurante, almoxarifado, biblioteca, suinocultura, avicultura de corte, avicultura de postura, frigorífico e ainda UEP zootecnia, UEP agricultura e UEP alimentos. Também foi feita obra de urbanização contemplando área de estacionamento e acesso; e por fim obra referente a rede elétrica de baixa tensão.

No que diz respeito a condição física atual dos prédios deste IFMT, salientamos que devido a problemas de execução contratual por parte da empreiteira que abandonou o canteiro de obras, a maioria das instalações apresentam falhas de ordem estrutural ou ainda não foram concluídas.

- **Campus Juína**

A gestão do Campus Juína, iniciou-se em 17 de janeiro de 2008 com a escritura pública de doação, tendo como doadora a Prefeitura Municipal de Juína e donatário na época denominado Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, que com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso através da lei nº 11.892, de dezembro de 2008 se transformou automaticamente em Campus da nova Instituição.

Com a publicação da Portaria nº 741, de 04 de agosto de 2010, que resolve delegar competência ao Diretor Geral do Campus a promover a transferência do imóvel registrado em nome do Antigo Cefet Cuiabá para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, dessa forma protocolamos em 12 de agosto ofício nº120/2010 ao 2º Serviço Registral e Notarial de Juína solicitação de averbação do imóvel referido em nome do antigo Cefet Cuiabá, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Juína, obtendo resposta do cartório a exigência que a transferência deve ser feita por escritura Pública, uma vez que o imóvel está em nome do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá através de seu representante legal.

O Campus Juína já solicitou a procuração do representante do ex-Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, e encontra-se no aguardando a sua emissão para finalização da transferência do imóvel.

Do mesmo modo, o Campus estará promovendo no próximo exercício a avaliação do imóvel para registro no SPIUNET.

- **Campus Cuiabá:**

O imóvel já foi transferido da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no que tange aos registros do Cartório e do SPIUNET, no entanto, o processo de reavaliação do imóvel não pode ser realizado no presente exercício tendo em vista a falta de pessoal especializado para essa atividade.

No entanto, o Campus estará promovendo no próximo exercício esforço contínuo para regularização dessa pendência e atualização dos registros no SPIUNET.

- **Campus Cáceres:**

O imóvel está em processo de regularização perante o cartório do município, haja vista, a necessidade de transferi-lo da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Cáceres.

No entanto, a transferência do imóvel no SPIUNET já foi realizada, aguardando somente a reavaliação do imóvel para atualização dos registros no SPIUNET.

Informamos ainda, que o Campus Cáceres é o responsável pelo Núcleo Avançado do Pantanal, situado no município de Poconé- MT.

- **Campus Barra do Garças:**

O imóvel do Campus já se encontra devidamente registrado no Cartório, no entanto, a obra de construção ainda não finalizou, após a sua conclusão os dados serão inseridos no SPIUNET.

- **Campus Rondonópolis:**

O imóvel do Campus encontra-se em processo de regularização junto a Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

- **Campus Bela Vista:**

O imóvel está em processo de regularização perante o cartório do município, haja vista, a necessidade de transferi-lo da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Bela Vista.

No entanto, a transferência do imóvel no SPIUNET já foi realizada, aguardando somente a reavaliação do imóvel para atualização dos registros no SPIUNET.

- **Campus Campo Novo do Parecis:**

Os bens imóveis que foram doados ao então CEFET-Cuiabá, pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, através da Lei n. 1.137/206 C/C 1.178/2007 e avaliados em 10/08/06 em R\$ 420.000 (terreno) e R\$ 2.070.000,00 (construções), porém o processo de doação encontra-se em fase de regularização por parte da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, no que tange as informações junto ao Cartório de Imóveis.

Após a finalização da transferência, serão efetuados os devidos registros no SPIUNET.

- **Campus Pontes e Lacerda:**

O imóvel do Campus Pontes e Lacerda encontra-se em processo de regularização e aguardando posicionamento final do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, bem como as providências solicitadas a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC.

Após a finalização da transferência, serão efetuados os devidos registros no SPIUNET.

A Gestão de Tecnologia da Informação (TI) do IFMT é feita através de uma Diretoria sistêmica ligada diretamente ao Reitor, intitulada DGTI- Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, que tem por responsabilidade emanar diretrizes e políticas relacionadas à Tecnologia de Informação e comunicação no âmbito do Instituto. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cabe a gestão da tecnologia de informação:

- Definir as equipes, políticas, normatizações e levantamentos de sistemas;
- Levantar, implementar e customizar sistemas pela própria equipe de TI;
- Implantar serviços de mensageria eletrônica e serviços web;
- Implantar segurança da informação;
- Readequar e/ou implantar ambientação e sistema de fornecimento de energia elétrica e refrigeração;
- Implantar sistema de telecomunicações;
- Padronizar as comunicações;
- Implantar e readequar estruturas de redes lógicas;
- Desenvolvimento do marketing institucional
- Padronização de sistemas e serviços de dados institucionais e infraestrutura para a universidade aberta do Brasil;

Os seguintes serviços estão implementados e disponibilizados aos usuários:

- Implantação do SIGA ADM;
- Gerenciamento dos Sites Institucionais;
- Gerenciamento do Serviço de Mensageria;
- Autenticação através de LDAP;
- Gerenciamento de Projetos com o Software Redmine;
- Gerenciamento de Servidores de Resolução de Nomes;
- Sistema de Registro de Diploma;
- Implantação do SIGA EDU;
- Disponibilização de estrutura para sites de eventos da instituição;
- Sistema de Registro e Controle de Chamados (ocomon); e
- Firewall e Filtro de Conteúdo (smoothwall).

Para a melhoria dos serviços administrativos e acadêmicos disponibilizados pela DGTI para o IFMT, temos o SIGA EPTC, que é um sistema integrado de gestão acadêmica e administrativa com tecnologias livres e de forma colaborativa por varias instituições federais do Brasil. Esse projeto tem apoio do Ministério da Educação do Brasil (MEC), através da SETEC, conforme explicitado no site [HTTP://www.renapi.org/sigaepct/o-projeto](http://www.renapi.org/sigaepct/o-projeto). Nesse contexto, o sistema é dividido em administrativo (SIGA ADM) que esta em fase de implantação em módulos operacionais. Sendo o primeiro módulo envolvendo o protocolo já fora implantado na Reitoria e

seus campi e , já se encontra em implantação os módulos de gerenciamento de almoxarifado, patrimônio e veículos. Já o sistema acadêmico (SIGA EDU) esta em processo de implantação nos Campi Campo Novo do Parecis, Confresa e Juína.

Outra atividade se trata da construção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, conforme determinação da legislação vigente. Isso ocorreu em conjunto com todos os Campi, através das seguintes etapas:

- levantamento da situação atual de TI;
- propostas de melhorias; e
- elaboração do plano de ação.

Além disso, conforme designação do Reitor, a DGTI deveria provisionar os recursos tecnológicos necessários para a realização do concurso público do IFMT, além dos processos seletivos (vestibular, subsequente, transferência externa, proeja e integrado). O PDTI ocorreu em paralelo aos andamentos do concurso público e processos seletivos. Ao término da conclusão, a proposta do PDTI foi encaminhada ao Conselho Superior para apreciação. Tal apreciação ocorreu no mês de dezembro e em virtude disso, a DGTI procurou desenvolver atividades que não necessitassem de investimento, enquanto aguardava a apreciação do PDTI. Foram executadas somente as aquisições emergenciais.

Para acompanhamento dos atendimentos de TI, a DGTI implantou o Sistema de Atendimento (ocomon). Este software permitiu avaliar os atendimentos realizados pela área de TI e está em uso na Reitoria e Campus Cuiabá.

Figura 1. SLA do atendimento em 2010



Fonte: DGTI

A DGTI conseguiu atender 31,82% dos chamados antes de 30 minutos após seu registro.

Além disso, 11,57% dos chamados foram atendidos em até 1 hora e 44,83% em até 4 horas. Porém, 47,52% dos chamados foram solucionados em mais de 6 horas. Estes indicadores estão relacionados com atendimento imediato aos usuários (configuração de e-mail, senha, resolução de problemas de conectividade, entre outros).

Durante a fase inicial do processo de implantação do sistema, parte dos chamados foi aberto diretamente no atendimento, com orientação da equipe de TI, com isso, o bom resultado obtido (conforme a Ilustração 1) pode ter sido mascarado. É esperado que no ano 2011 isso não ocorra, e o tempo média de atendimento seja elevado.

Dessa forma, a DGTI vem se mostrando ágil em suas competências para o bom desempenho do IFMT, pois tem se preocupado com a segurança e destino das informações alimentadas pelo sistema de informação implantando sistema de firewall nas demandas da instituição.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			x		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Obs.: Não servidores terceirizados atuando na área de TI, porém o quantitativo de servidores alocados na Reitoria e nos Campi para a área da TI é insuficiente para atender a demanda.			x		x
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			X		
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Em relação ao planejamento a DGTI tem o plano diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) elaborado pelos profissionais de TI dos campi IFMT e aprovado pelo Conselho Superior em 2010. Esse planejamento permite o acesso da Tecnologia da Informação nos campi do IFMT ainda em fase de implantação e/ou em funcionamento que não possuem seu parque de informática consolidado. O PDTI proporciona ao Gestor ter a abrangência das necessidades tanto de					

infraestrutura quanto ao aporte de novas tecnologias da informação para o bom desempenho da instituição. Dessa forma, todo o funcionamento relativo à tecnologia da informação estará contemplada bem a viabilidade da implementação do comitê gestor do IFMT para avaliar as prioridades e ações de investimentos em TI.

No que se refere ao recurso humano a Tecnologia da tem um núcleo de suporte constituído de 01 professor, 02 analistas e um técnico administrativo lotados na DGTI que trabalham em consonância com os profissionais de TI alocada nos campi do IFMT e, destacando que existe no IFMT um plano de carreira definido em relação a referida área.

Em relação a segurança da informação o IFMT ainda é incipiente, pois esta em fase de implantação e a política de junção de entidades diferentes tais como campus agrícolas e industriais impôs ao sistema adaptações e implementação de ações que deu origem em primeira mão a consolidação do PDTI. A partir de então que serão consolidadas todas as ações relativas ao aporte de recursos destinados a implantação de sistemas de segurança e proteção de maneira regimental e formal pela instituição, inclusive após a aprovação e publicação do regimento geral do IFMT.

Desenvolvimento e produção de sistemas no IFMT é ainda incipiente, pois como já relatado tem um corpo técnico diminuto em nível central, porém conta com profissionais da área distribuídos nos campi do IFMT. Entretanto, devido ao PDTI possibilitou a verificação das necessidades bem como a compatibilidade na execução das atividades do IFMT e seus campi. Cabe ressaltar que esta fase de estrutura os procedimentos padronizados para o desenvolvimento de sistemas bem as metodologias de implantação

Fonte: DGTI

15 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica.

16 DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Tabela XCI. Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Código da UG:	158334 – Campus Cáceres		Limite de Utilização da UG:	50.000	
Portador	CPF	Limite Individual	Valor Saque	Fatura	Total
Demétrio De Abreu Sousa	700.578.691-20	7.000,00	0,00	2.059,18	2.059,18
Valdir Gonçalves De Araujo	486.903.841-20	5.000,00	0,00	2.940,03	2.940,03
Total Utilizado		12.000,00	0,0	4.999,21	4.999,21
Código da UG:	158495 – Campus Pontes e Lacerda		Limite de Utilização da UG:	15.000,00	
Mikió Matsubara	112.278.501-15	3.346,72	0,00	3.062,08	3.062,08
Total Utilizado		3.346,72	0,0	3.062,08	3.062,08
Código da UG:	158144 – Reitoria		Limite de Utilização da UG:	50.000	
João Vicente Neto	688.662.674-49	3.000,00	0,00	506,40	506,40
Michelle Eiko Hayakawa	859.349.761-68	5.500,00	0,00	3.383,74	3.383,74
Josdyr Vilhagra	825.904.438-20	2.300,00	0,00	0,00	0,00
Total Utilizado		10.800,00	0,0	3.890,14	3.890,14
Código da UG:	158494 – Campus Bela Vista		Limite de Utilização da UG:	15.000	
Elton Schalm	532.116.851-20	5.000,00	0,00	1.361,55	1.361,55
Ricardo Riva	012.304.691-25	5.000,00	0,00	1.378,98	1.378,98
Total Utilizado		10.000,00	0,0	2.740,53	2.740,53
Código da UG:	158492- Campus Campo Novo do Parecis		Limite de Utilização da UG:	8.000	
Marcos Aurélio Vargas	461.014.541-34	2.500,00	0,00	1.696,50	1.696,50
Joni Olmiro Érbice Santos	012.825.250-26	5.000,00	0,00	1.458,46	1.458,46
Total Utilizado		7.500	0,0	3.154,96	3.154,96
Código da UG:	158335 – Campus São Vicente		Limite de Utilização da UG:	130.000,00	
Ademil Ivo da Lima	346.585.211-72	2.000,00	0,00	203,72	203,72
Emandes Joel De Queiroz	617.155.651-34	17.500,00	0,00	8.160,12	8.160,12
Geraldo Miguel De Carvalho	161.714.701-04	5.000,00	0,00	2.051,59	2.051,59
José Nilton C. Leite	229.852.981-72	10.088,88	0,00	4.871,97	4.871,97
Osvaldo M. Capelani	003.841.689-14	4.513,00	0,00	2.472,62	2.472,62
Valteir R. Dos Santos	395.567.861-04	14.000,00	0,00	6.342,22	6.342,22
Valmir César De Queiroz	474.275.311-91	11.197,00	0,00	7.959,21	7.959,21
Total Utilizado		64.298,88	0,0	32.061,45	32.061,45
Código da UG:	158333 – Campus Cuiabá		Limite de Utilização da UG:	52.000	
Antônio Da Luz Filho	208.803.911-20	2.069,10	150,00	1.919,10	2.069,10
Benedito Antônio Rezende Fortes	079.302.241-04	2.152,03	0,00	2.152,03	2.152,03
Gentil Caetano Ferreira	070.218.571-34	9.368,59	225,00	9.143,59	9.368,59
Joelson Antônio De Oliveira	156.877.671-34	5.947,14	1.000,00	4.947,14	5.947,14
Nazareth Batista De Campos	274.222.161-15	150,00	0,00	150,00	150,00
Tony Inácio De Oliveira	694.338.281-00	124,17	0,00	124,17	124,17
Total Utilizado		19.811,03	1.375,00	18.436,03	19.811,03
TOTAL GERAL		127.756,63	1.375,00	68.344,40	69.719,40

Fonte: Campi e SIAFI

Obs.: Foram agrupados todos os suprimentos de fundos concedidos no exercício de 2010 aos supridos.

Tabela XCII. Despesa com cartão de crédito corporativo

Exercício	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Total
Campus Cáceres - 158334					
2009	-----	-----	9	8.311,74	8.311,74
2010	-----	-----	5	4.999,21	4.999,21
Total	-----	-----	14	13.310,95	13.310,95
Campus Pontes e Lacerda - 158495					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	04	3.062,08	3.062,08
Total	-----	-----	04	3.062,08	3.062,08
Reitoria - 158144					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	04	3.890,14	3.890,14
Total	-----	-----	04	3.890,14	3.890,14
Campus Bela Vista - 158494					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	02	2.740,53	2.740,53
Total	-----	-----	02	2.740,53	2.740,53
Campus Campo Novo do Parecis - 158492					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	03	3.154,96	3.154,96
Total	-----	-----	03	3.154,96	3.154,96
Campus São Vicente - 158335					
2009	-----	-----	Não informado	92.393,94	92.393,94
2010	-----	-----	33	26.179,77	26.179,77
Total	-----	-----	33	26.179,77	26.179,77
Campus Cuiabá - 158333					
2009	-----	-----	65	59.604,45	59.604,45
2010	03	1.375,00	23	19.436,03	19.811,03
Total	03	1.375,00	88	79.040,48	79.415,48
TOTAL GERAL - IFMT					
2009	-----	-----	74	160.310,13	160.310,13
2010	03	1.375,00	74	68.344,40	69.719,40
Total	03	1.375,00	148	131.378,91	131.378,91

Fonte: Campi e SIAFI

Com a implantação dos Campi, houve um aumento de unidades gestoras utilizando os cartões de pagamento do governo federal, porém as despesas com cartão corporativo no exercício de 2010 diminuíram em relação ao exercício de 2009.

17.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Tabela XCIII. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	006.436/2010-2	2657/2010 -2ª Câmara	9.3	DE	Of. 21766-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a José Martins Costa e negar registro ao respectivo ato;</p> <p>9.4. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que adote, no prazo de quinze dias, as seguintes providências:</p> <p>9.4.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a José Martins Costa e faça juntar a estes autos, nos quinze dias subseqüentes, o comprovante de notificação;</p> <p>9.4.2. suspenda o pagamento decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos					244
Síntese da providência adotada:					
Foi dada ciência ao servidor sobre o referido Acórdão. No entanto, a Instituição requereu reavaliação da recomendação, haja vista que o valor da remuneração percebida em atividade pelo servidor coincide com o valor do provento concedido por meio da aposentadoria, já que o valor da média de suas remunerações é superior ao primeiro, nos termos do Art. 1º da Lei n. 10.887/2004.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardando posicionamento do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Legenda:

DE: Determinação

RE: Recomendação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	013.126/2006-9	462/2010 – 1ª Câmara	1.5	DE	Ofício 361/2010-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Descrição da Deliberação:					
1.6 Recomendar ao IFET Mato Grosso que, em seu próximo relatório de gestão, efetue análise da evolução temporal dos principais indicadores de gestão, bem como análise comparativa dos mesmos com os de outras instituições semelhantes, com o objetivo de obter de uma visão sistêmica do desempenho da instituição, como preconizado pelo art. 1º, § 1º, inc. IV da IN TCU 57/2008.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos					244
Síntese da providência adotada:					
<p>Desde o relatório de gestão de 2009, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso já vem apresentando a análise da evolução temporal dos principais indicadores de gestão, porém os mesmos poderão ser melhores mensurados a partir do próximo exercício, em razão que a comparação do exercício de 2010 com 2009 ficaria imprópria, haja vista, que os dados de 2009 ainda se mistura com a figura das ex-autarquias.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Tais procedimentos facilitam o desempenho e acompanhamento da gestão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>As dificuldades encontradas estão na consolidação dos dados, haja vista, que há inúmeros sistemas de informação para extração dos dados.</p> <p>No entanto, em 2010, o SISTEC foi definido como sistema base de informação. Dessa forma, houve mais facilidade e transparência na informação. Cabe ressaltar ainda, que os indicadores apresentados no Relatório de Gestão de 2010, estão de acordo com o exigido no Acórdão 2.267/2005 – Plenário, aprovado em 16/12/2005 e publicado no D.O.U em 03/01/2006, e conforme as orientações do Fórum de Dirigentes de Ensino e Fórum de Planejamento e Administração do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF.</p> <p>Informamos ainda, que os indicadores da Instituição também foram inseridos no SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação, no início do exercício de 2011. Tal sistema possibilitará a análise comparativa com outras instituições semelhantes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, porém como tal sistema só entrou em operação no exercício de 2011, a análise comparativa só será possível no próximo relatório de gestão.</p> <p>Porém ressaltamos ainda, que tal comparação poderá não ter o efeito desejado pelo órgão de controle externo, haja vista, as diferenças regionais do país, na qual cada Instituto Federal atende determinada população com diferentes diversidades culturais, sociais, econômicas e políticas.</p> <p>Sem falar ainda, que o Instituto Federal de Mato Grosso provavelmente terá um custo aluno maior que o Instituto Federal de São Paulo, por exemplo. Haja vista, que o custo das despesas para o Estado de Mato Grosso é maior que no Estado de São Paulo.</p> <p>Nessa ótica, poucos indicadores serão passíveis de comparação com outras Instituições Federais, e até mesmo, entre os Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, pois em razão deles estarem situados nos municípios mais distantes e carentes, possuem conseqüentemente, maior dificuldade na oferta de novas vagas, novos cursos e outros. Sem falar ainda, quando da análise do índice de eficiência acadêmica para os Campi situados na zona rural, os quais possuem um maior número de evasão em consequência das dificuldades</p>					

sociais e econômicas que os alunos desses campi enfrentam.

Legenda: DE: Determinação RE: Recomendação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	014.140/2008-9	1303/2010 – 2ª Câmara	1.5	DE	Ofício 480/2010-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Descrição da Deliberação:					
1.5.1. Ao Campus São Vicente que adote providências, a fim de manter o controle das prestações de contas dos suprimentos de fundos dessa entidade, adotando medidas imediatas, para apuração de responsabilidade e obtenção do ressarcimento dos valores não comprovados, a começar pelo processo n. 2300.088523/2007-50, cuja prestação de contas, no valor de R\$ 1.320,00, não foi apresentada à Controladoria-Geral da União (CGU), por não ter sido localizado, conforme Relatório CGU nº 208514.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus São Vicente					244
Síntese da providência adotada:					
A partir da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, como único instrumento de concessão de suprimentos de fundos, fora designado servidor específico para a realização do controle e acompanhamento das prestações de contas destes, de sorte tal procedimento é realizado por meio do gerenciador financeiro disponibilizado pela administradora dos cartões, bem como do Sistema de Cartão de Pagamento – SCP. Por fim, não houve a necessidade de adoção de medidas saneadoras para o cumprimento da determinação de obtenção do ressarcimento exarada no Acórdão em tela, posto que, à época, o suprido já havia feito o recolhimento do referido valor, o qual não havia sido utilizado e, portanto, não necessitava de aprovação da despesa. Mas, tão somente de sua devolução, que se processou em 22/11/2007, sob o Código de Autenticação Bancária n. F868B97FC59CFAC0.					
Síntese dos resultados obtidos					
Com a utilização do CPCF e do SCP, a Unidade Jurisdicionada possui melhores condições de acompanhar, controlar e fiscalizar as prestações de contas dos supridos, de forma a permitir que a recomendação possa ser atendida na íntegra. Quanto ao ressarcimento aludido no Acórdão, pode-se dizer que a recomendação também foi atendida em razão de que já havia sido realizado o recolhimento do valor integral informado no Acórdão em epígrafe, por parte do suprido.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A utilização do CPCF e do SCP pela Unidade Jurisdicionada propiciou melhores condições de acompanhamento, controle e fiscalização dos processos de concessão de suprimento de fundos, bem como de suas respectivas prestações de contas o que tem facilitado significativamente o trabalho de aplicação dos recursos, comprovação das despesas e devolução do saldo remanescente.					

Legenda:

DE: Determinação RE: Recomendação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	016.629/2010-8	6823/2010 – 2ª Câmara	9.3	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que adote as seguintes providências no prazo de quinze dias:</p> <p>9.3.1. dê ciência à interessada Inês de Lima do inteiro teor desta deliberação e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;</p> <p>9.3.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus São Vicente					244
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhada a Notificação/DSRH n. 097/2010 a servidora, bem como promovido a suspensão dos pagamentos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento pleno da determinação do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Legenda:

DE: Determinação RE: Recomendação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	015.784/2010-0	5325/2010 – 2ª Câmara	9.3	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. determinar ao Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que adote, no prazo de quinze dias, as seguintes medidas:</p> <p>9.3.1. dê ciência à Sra. Marildes Santana da Costa do inteiro teor desta deliberação e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;</p> <p>9.3.2. cesse os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade</p>					

administrativa omissa;	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus São Vicente	244
Síntese da providência adotada:	
Foi encaminhada a Notificação/DSRH n. 100/2010 a servidora, bem como promovido a suspensão dos pagamentos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento pleno da determinação do TCU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Legenda:

DE: Determinação RE: Recomendação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	015.885/2008-3	1306/2010	1.5	DE	Ofício nº 391/2010 CCEX/MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus Cáceres					244
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.1.1. observe as normas relativas à concessão e comprovação de suprimentos de fundos (...) adotando providências imediatas para o ressarcimento de despesas realizadas indevidamente;</p> <p>1.5.1.2. informe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, a conclusão dos trabalhos de apuração da ocorrência de acumulação ilegal de cargos pelo servidor, matrícula SIAPE 2346865, que atua sob o regime de dedicação exclusiva, e que estaria trabalhando também na Universidade do Estado de Mato Grosso;</p> <p>1.5.1.3. informe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, as providências adotadas para o desconto, nos termos previstos no art. 46 da lei 8.112/90, dos acréscimos remuneratórios percebidos indevidamente a título de exercício de cargo em regime de dedicação exclusiva, no caso do mencionado servidor, e nos demais, em que a irregularidade for confirmada;</p> <p>1.5.1.4. observe o disposto no art. 230 da lei 8.112/90, adotando critérios uniformes e objetivos de assistência médica e odontológica dos servidores dessa instituição, em obediência ao princípio da isonomia;</p> <p>1.5.1.5. implemente melhorias na fiscalização do contrato de prestação de serviços de transporte de alunos, exigindo do contratado a apresentação mensal de comprovantes das viagens efetivamente realizadas, para que seja possível garantir a coerência do pagamento.</p>					
inciso 1, 17 Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus Cáceres					244
Síntese da providência adotada:					
<p>Item 1.5.1.1: Ressarcimento efetuado, de imediato pelo servidor e observância as normas relativas ao suprimento de fundos, bem como adoção do SCP – Sistema de Cartão de Pagamento;</p> <p>Item 1.5.1.2/3: Após apuração constatou-se não haver acúmulo de cargo, conforme documentação enviada ao TCU;</p> <p>Item 1.5.1.4: Recomendações atendidas com a regularização, levando-se em consideração a Legislação vigente, pagamento apenas para quem possui Plano de Saúde;</p> <p>Item 1.5.1.5: Efetuadas implementações conforme recomendações, por ocasião dos novos processos licitatórios.</p>					

Síntese dos resultados obtidos
A/B- Item 1.5.1.1: ressarcimento cumprido integralmente; Item 1.5.1.2/3: situação não configurada; Item 1.5.1.4: recomendação atendida; Item 1.5.1.5: implementações efetuadas;
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A/B- As recomendações e ações tiveram o êxito esperado, no entanto, atribui-se a demora na solução da impropriedade em função da relutância do fornecedor em cumprir e concordar com o ressarcimento devido.

Legenda:

DE: Determinação RE: Recomendação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	017.394/2008-4	4511/2010 – 2ª Câmara	1.5.1	DE	Ofício 224/2011-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus Cáceres					244
Descrição da Deliberação:					
1.5.1. Alertar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, sucessor do CEFET/MT, para a necessidade de implementar as recomendações expedidas pela CGU no subitem 5.1.1.3 do Relatório de Auditoria da CGU n. 189675.					
inciso 1, 17 Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus Cuiabá					244
Síntese da providência adotada:					
No final do exercício de 2010, foi realizado novo certame licitatório para contratação dos serviços de reprografia para a comunidade interna do Campus, cujo contrato foi firmado no início do exercício de 2011. Da mesma forma foi efetuado o lançamento do Edital da Concorrência referente a concessão onerosa de uso do espaço físico destinado a oferta dos serviços de reprografia para a comunidade externa, no entanto, tal licitação foi deserta e aguarda nova republicação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados da determinação do TCU, somente, poderão ser avaliados no decorrer do exercício de 2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As dificuldades encontradas foram na elaboração dos estudos e termo de referência, para lançamento dos novos editais de licitação.					

Legenda:

DE: Determinação RE: Recomendação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	004.428/2010-2	7544/2010 – 2ª Câmara	9.3	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Descrição da Deliberação:					
9.3 Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que adote, no prazo de quinze dias, as seguintes providências: 9.3.1. Dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Dilma Maria da Silva e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes; 9.3.2. Faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus São Vicente					244
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhada a Notificação a servidora, bem como promovido a suspensão dos pagamentos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento pleno da determinação do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Legenda:

DE: Determinação RE: Recomendação

17.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Tabela XCIV. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	013.126/2006-9	462/2010 – 1ª Câmara	1.5	DE	Ofício 361/2010-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Descrição da Deliberação:					

1.5.1.1.providencie os equipamentos de proteção individual pertinentes para fins de neutralização da insalubridade (conforme previsto no capítulo 8, Conclusões, do Levantamento Técnico das Condições Ambientas de Trabalho, de janeiro de 2007, engenheiros de segurança Oswaldo Paulino Filho e José Cristino da Costa), para fins de cumprimento ao disposto no art. 13 da Orientação Normativa nº 4, de 13 de julho de 2005, do MPOG (fls. 411/3);

1.5.1.2.cessado o risco, providencie novo levantamento das condições ambientais de trabalho, para fins de avaliar a suspensão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso I, e 12 da ON nº 4/2005 do MPOG;

1.5.2. ao IFET Mato Grosso e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão que prevejam recursos orçamentários suficientes para que o CEFET Cuiabá possa efetuar o reavivamento das cercas existentes e a implantação de cercas nas divisas, onde inexistente, se tal providência ainda não foi tomada;

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos e Campus São Vicente	244

Justificativa para o seu não cumprimento:

1. O Campus São Vicente providenciou a aquisição dos equipamentos de proteção individual, através do processo de dispensa n. 27/2010, celebrado em Maio/2010.

2. De acordo com a Orientação Normativa nº 02/2010 o laudo deve ser elaborado por servidores públicos, no entanto, a Instituição não dispõem em seu quadro funcional, profissionais habilitados para tal função. Dessa forma, para resolver tal situação no Edital do Concurso Público 2010 foi aberta vagas para esse tipo profissional, no entanto, em razão dos problemas jurídicos e da suspensão temporária das nomeações tal problema não pode ser solucionado até o final do exercício de 2010.

Cabe ressaltar, que o IFMT também promoveu várias ações para a celebração de convênios e/ou parcerias com a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Subsistema Integrado de Atenção à Saúde/SIASS.

3 Em 2010 foi encaminhado os projetos e o Termo de Cooperação Técnica para que o Ministério da Educação promova a descentralização de créditos orçamentários para a realização reavivamento das cercas existentes e a implantação de cercas nas divisas no Campus São Vicente, haja vista a insuficiência de recursos orçamentários.

Pois bem, infelizmente, apesar da solicitação tal pleito não fora atendido até o encerramento do exercício.

Dessa forma, para o exercício de 2011 a Instituição promoverá nova negociação com o Ministério da Educação, para que seja possível a realização de tal serviço.

Além disso, o Campus São Vicente, também solicitou junto ao IBAMA a doação de madeiras ou lascas de madeiras apreendidas, para promover o cercamento do Campus. Porém tal solicitação ainda está em processo de negociação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os fatores que prejudicaram o cumprimento das recomendações e determinações do TCU foram a falta de recursos orçamentários para a realização das atividades, bem como a falta de pessoal para o cumprimento da Orientação Normativa n. 02/2010.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	015.885/2008-3	1306/2010	1.5.1.6	DE	Ofício nº 391/2010 CCEX/MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus Cáceres					244
Descrição da Deliberação:					

1.5.1.6. com base nas notas e cupons fiscais de abastecimento de combustível, efetue o levantamento da quantidade de álcool adquirida mensalmente por meio do contrato n. 01/2007 para, desta forma, confrontando com os preços cobrados à época pelo fornecedor aos clientes em geral, providencie o ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior durante o exercício de 2007, em obediência ao estipulado na cláusula sexta do contrato e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Campus Cáceres	244
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Item 1.5.1.6: Ainda em processo de regularização, junto ao fornecedor, até 31/03/2011.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Quanto a essa recomendação, ainda em fase final de regularização junto ao fornecedor, porque há discordância quanto a reposição ao erário em que o mesmo alega que os valores cobrados pelo combustível era compatível com os preços praticados no mercado.	

17.3 Recomendações da CGU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			244
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria 24409	2.1.5.1-012	Ofício n. 26395/2010/GAB/CGU-Regional/MT, de 09/08/2010
2		2.1.9.1-018	
3		2.1.9.2-028	
4		2.1.9.3-035	
5		2.1.7.1-014	
6		2.1.10-1-024	
7		2.2.3.1-085	
8		2.1.4.1-069	
9		2.2.2.1-087	
10		2.1.8.1-032	
11		2.2.5.1-088	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			244
Descrição da Recomendação:			
Nº da Constatação: (012) Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização dos processos, recomendamos observar o que disciplina a legislação vigente (Lei 8112/90, Art.96-A, caput e §2º) de forma a evitar concessões de afastamentos para participação em programas de mestrado e doutorado.			
Nº da Constatação: (014) Recomendamos à Unidade adotar postura rigorosa nas concessões de diárias e promover as devidas medidas disciplinares caso os beneficiários não cumpram os prazos legais estabelecidos para as correspondentes prestações de contas. Faz-se necessário desenvolver ações de capacitação aos servidores que administram o Sistema			

SCDP na Unidade de modo a evitar irregularidades de processamento, as quais têm contribuído significativamente para o grande volume de pendências em lançamentos.

Nº da Constatação: (018)

Quando da formalização dos processos licitatórios, observar a legislação vigente, notadamente quanto à prática dessas ações de alteração do edital, zelando, assim, pelo cumprimento do §4 do art. 21 da Lei 8666/93 e pelo entendimento exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 444/2000.

Nº da Constatação: (024)

Buscar junto ao fornecedor CNPJ 03.269.974/0001-63 o ressarcimento do valor indevidamente pago no valor de R\$ 14.979,86 relativamente ao Pregão nº 002/2004.

Nº da Constatação: (028)

Recomendamos à Unidade a correta formalização dos processos, fazendo constar nos mesmos todas as peças exigidas.

Nº da Constatação: (031)

Recomendação nº: 001

Recomendamos observar o que disciplina a Norma de Execução NE/COGRH/SAA/MF nº 022, de 06.07.98, item 9 "Da licença para tratamento de saúde do servidor", subitem 9.2 "O prazo para apresentação do atestado emitido por médico particular ao Serviço Médico é de 72 (setenta e duas) horas úteis da data do início do afastamento".

Recomendação nº: 002

Recomendamos atentar para os seguintes subitens da citada Norma de Execução: subitem 9.4.1 "O atestado médico apresentado não deverá sofrer alterações. Havendo discordância quanto aos prazos, o Serviço Médico emitirá novo atestado em substituição ao apresentado." subitem 9.6 "É responsabilidade do servidor, findo o prazo de licença médica, retornar ao trabalho ou procurar o Serviço Médico se não se considerar apto para retornar, exceto quando o próprio atestado fornecido pela Junta Médica condicionar a alta à nova inspeção médica, conforme art. 204, da Lei nº 8112/90."

Recomendação nº: 003

Observar, também, os prazos para efeito de usufruto da licença médica, conforme disciplina a Lei 8112/90, Art. 203. Para licença até 30 (trinta) dias, a inspeção será feita por médico do setor de assistência do órgão de pessoal e, se por prazo superior, por junta médica oficial.

§ 4º - O servidor que durante o mesmo exercício atingir o limite de trinta dias de licença para tratamento de saúde, consecutivos ou não, para a concessão de nova licença, Independentemente do prazo de sua duração, será submetido à inspeção por junta médica oficial. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 204. Findo o prazo da licença, o servidor será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Nº da Constatação: (032)

Adotar medidas administrativas visando ao aproveitamento dos servidores vigilantes em suas atividades finalísticas, bem como envidar ações junto às instâncias superiores no sentido de obter autorizações para a realização de concursos ou outros instrumentos legais de contratação.

Nº da Constatação: (035)

Recomendamos à Unidade que nas contratações sejam observadas a adequada utilização da modalidade a ser aplicada. A implementação da referida recomendação para futuras contratações será objeto de verificação por parte deste Órgão de Controle por ocasião das ações de auditoria durante o exercício de 2010.

Nº da Constatação: (069)

Recomendamos aos gestores das unidades dos campi do IFMT aprimoramentos no planejamento das ações administrativas e operacionais a serem desenvolvidas ao longo do exercício, minimizando as ações de inscrições em Restos a Pagar, principalmente naqueles casos motivados por auto empenho. Deverá ser restringida ao máximo esta prática, limitando-se somente aos casos de força maior desde que estejam devidamente justificados e respaldados por normativos legais.

Nº da Constatação: (068)

Recomendação nº:001

Entendemos oportuno proceder à atualização de todos os formulários de controle para a concessão do Auxílio Transporte, estendendo este trabalho a todos os servidores do IFMT (todos os campi) de modo a evitar ônus indevido ao erário relativo a servidores que não mais fazem jus a este pagamento.

Recomendação nº:002

<p>Recomendamos a atualização de todos os formulários de controle para a concessão do Auxílio Transporte, estendendo este trabalho a todos os servidores do IFMT (todos os campi) de modo a evitar ônus indevido ao erário relativo a servidores que não mais fazem jus a este pagamento.</p>	
<p>Nº da Constatação: (085) Recomendamos que o IFMT oriente todos os seus campi jurisdicionados no sentido de exigir nos editais de obras a apresentação detalhada da composição do BDI por parte dos licitantes</p>	
<p>Nº da Constatação: (087) Recomendamos ao IFMT adotar medidas orientativas administrativas junto aos seus campi jurisdicionados no sentido de zelar pela não realização da prática de emissão de empenho para a própria instituição no intuito de resguardar os recursos financeiros.</p>	
<p>Nº da Constatação: (088) Recomendamos à direção do IFMT a tomada de providências legais e imediatas para terminar a obra.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	244
Síntese da providência adotada:	
<p>Nº da Constatação: (012) A Instituição está promovendo maior controle sobre tais afastamentos, bem como fora solicitado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, as devidas providências necessárias para orientação e acompanhamento de tais afastamentos. Todos os processos de solicitação de afastamento, são analisados e tal concessão só ocorrer após o tempo de efetivo necessário para o afastamento conforme recomendação desse órgão de controle.</p>	
<p>Nº da Constatação: (014) O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens foi implantado no exercício de 2009 pelos Campi Cuiabá, Cáceres e São Vicente, em atendimento ao Decreto n. 6.258, de 19.11.2007. Porém, tal implantação ocorreu através de um esforço da Instituição, haja vista que não houve nenhuma capacitação por parte dos órgãos superiores. Dessa forma, o exercício de 2009 foi o primeiro ano de utilização do referido sistema, a qual ensejou na alteração de toda a rotina de concessão de diárias e passagens nos Campi acima citados. Na época, em que foi realizada a auditoria da Controladoria-Geral da União, foram identificadas as seguintes pendências no SCDP:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) Campus Cáceres: 12 registros; b) Campus Cuiabá: 185 registros</p> <p>Pois bem, após solicitação daquele órgão de controle interno, foram feitas diversas regularizações e notificações dos servidores/colaboradores que encontravam pendentes de prestação de contas. Diante disso, ao final do exercício de 2010, dos 197 registros pendentes, restam somente 08 (oito) registros do Campus Cuiabá. E esses restantes, encontram-se em processo de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, haja vista, que não houve a apresentação da prestação de contas e/ou devolução ao erário, conforme notificações expedidas pela Administração aos servidores/colaboradores com pendência. Informamos ainda, que a Instituição tem promovido diversos esforços para regularização dos registros no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, diminuindo consideravelmente o número de inconsistências. Para tanto, no exercício de 2010, foi realizado a 1ª Capacitação para os Gestores Setoriais do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, na qual foram capacitados os gestores setoriais dos Campi e os auditores internos. Sendo que esse último, estão responsáveis pelo acompanhamento das concessões de diárias e passagens no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cabe salientar ainda, que os procedimentos internos também já foram normatizados através da Portaria n. 261, de 16.03.2011. Além disso, das 31 pendências registradas no período de 02 a 04/02/11, atualmente, somente 08 (oito) do exercício de 2010 encontram-se pendentes e em processo de inscrição em dívida ativa. Todavia, a Instituição se compromete, durante o exercício de 2011, a promover novas ações de controle quanto as regularizações das pendências registradas no referido sistema.</p>	
<p>Nº da Constatação: (018) A Instituição está promovendo maior controle e transparência nos seus processos licitatórios, de forma, a evitar que tais ocorrências venham a acontecer. Além disso, a Instituição tem promovido várias ações de capacitação, de modo melhorar o desempenho de seus servidores. Novo processo licitatório para contratação de serviço de segurança armada e desarmada no Campus Cuiabá foi celebrado no corrente exercício.</p>	

Nº da Constatação: (024)

O Campus Cáceres já efetuou a notificação do fornecedor para que seja efetuado o ressarcimento. No entanto, a empresa entrou com recurso administrativo, e tal recurso foi encaminhado à Controladoria-Geral da União para apreciação.

Nº da Constatação: (028)

O Campus Cáceres efetuou a devida regularização de seus processos. Além disso, a Instituição está elaborando um modelo padrão para todas as unidades.

Nº da Constatação: (031)

As recomendações serão totalmente atendidas no IFMT com a finalização do manual de procedimentos de Recursos Humanos que disponibilizará os tramites e os prazos para os diversos assuntos da área de Recursos Humanos, possibilitando aos servidores e aos Campi pleno conhecimento da legislação e seus os procedimentos internos.

Além disso, o IFMT aderiu ao SIASS – Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, cujos procedimentos e orientações já foram repassadas para todos os Campi, principalmente no que tange aos prazos e formas para apresentação de atestados médicos.

Nº da Constatação: (032)

A Diretoria de Recursos Humanos em conjunto com o Campus Cáceres já regularizou a pendência.

Nº da Constatação: (035)

A equipe da Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, tem promovido análise e acompanhamento dos processos de dispensa e inexigibilidade dos Campi do IFMT.

O acompanhamento está sendo realizado conforme cronograma da Auditoria Interna.

Nº da Constatação: (068)

Situação concluída.

Nº da Constatação: (069)

A Instituição está promovendo maior controle na execução dos recursos, de modo a evitar o grande volume de restos a pagar. Além disso, estamos fazendo gestão junto aos órgãos superiores, para que evitem a descentralização de créditos no final do exercício.

Já foram efetuados vários cancelamentos de restos a pagar, sendo que o restante está em fase de avaliação para posterior cancelamento.

Nº da Constatação: (085)

A Instituição já solicitou aos Campi e aos Presidentes das Comissões Permanentes de Licitação, para que exijam a composição detalhada do BDI em seus processos licitatórios de obras e/ou reformas. Além disso, a Auditoria Interna está intensificando os trabalhos de controle prévio.

Nº da Constatação: (087)

A Instituição já solicitou a todos os Campi, para que não realize o auto empenho com o intuito de resguardar os recursos financeiros, com exceção para aqueles casos de pagamento de diárias, pagamento de auxílios à estudantes e outros. Dessa forma, no exercício de 2010 não houve qualquer ocorrência.

Nº da Constatação: (088)

Considerando que não foi possível retomar as obras com a empresa contratada originariamente, o Campus Juína, iniciou novo processo licitatório para conclusão da obra (Carta Convite n. n. 03/2010 No entanto, após a publicação do Edital e na data marcada para o certame, não houve o comparecimento de nenhuma empresa interessada. Dessa forma, foram realizadas mais duas tentativas, sendo que somente na última, aparecem empresas interessadas.

Diante disso, a presente contratação foi concluída e os serviços já foram iniciados.

Síntese dos resultados obtidos

Os resultados obtidos puderam melhorar a gestão da Instituição.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A estruturação do Instituto Federal, bem como o processo de integração das ex-autarquias foram bastante extenuantes e conflitivos para a Instituição, principalmente em razão, que foi necessário a análise do ambiente interno e externo de todos os Campi da Instituição, bem como o levantamento de seus problemas e necessidades.

Tais atividades demandam tempo e pessoal, porém a insuficiência de pessoal qualificado foi um dos fatores impeditivos para o cumprimento de todas as determinações dos órgãos de controle.

Porém, apesar de todas essas dificuldades, a Instituição tem promovido esforço contínuo para a melhoria da sua gestão.

17.4 Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício

Tabela XCV. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			244
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria n. 24409	2.1.5.5-055	Ofício n. 26395/2010/GAB/CGU-Regional/MT, de 09/08/2010
2		2.1.7.2-067	
3		2.1.5.2-029	
4		2.1.5.4-054	
5		2.1.8.2-036	
6		1.1.1.1-070	
7		2.1.3.1-026	
8		2.1.6.1-065	
9		2.2.4.1-089	
10		2.2.4.2-090	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			244
Descrição da Recomendação:			
<p>Nº da Constatação: (026) Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização dos processos, recomendamos a implementação dos modelos abaixo identificados (1º modelo- DEMONSTRATIVO DE DESPESAS EFETUADAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS - CRÉDITO EM CARTÃO e 2º modelo - DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS DESPESAS EFETUADAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS).</p>			
<p>Nº da Constatação: (029) Considerando a preservação do interesse público e o fato do pagamento dessa substituição estar desprovido de amparo legal, em razão de não haver legislação da espécie que legitime esse pagamento a eventual servidor substituto de substituto, recomendamos que a servidora beneficiada recolha ao erário público os valores recebidos a título de substituição, conforme preceitua a Lei 8112/90, em seu artigo 46.</p>			
<p>Nº da Constatação: (036) Considerando o que preceitua a legislação, o servidor, nas atuais condições, não poderá exercer um regime total de trabalho de 70 horas semanais, devendo, neste caso, optar por uma das seguintes situações: * permanecer no IFMT - Campus Cáceres/MT no exercício do cargo de professor sob regime de 40 horas semanais e na UNEMAT com um limite total de 20 horas semanais remuneradas; ou * permanecer no IFMT - Campus Cáceres/MT no exercício do cargo de professor sob regime de 30 horas semanais (ter sua carga horária remuneratória semanal reduzida) e na UNEMAT com o limite total atualmente remunerado de 30 horas semanais.</p>			
<p>Nº da Constatação: (054) Manter atualizado o cadastro funcional dos servidores cedidos e ativos permanentes no Sistema SIAPE, como também manter devidamente instruídos os correspondentes processos de cessão desses servidores, atentando para a sua devida formalização, considerando o pedido de liberação e a autorização ministerial correspondente para a cessão, a portaria de publicação no DOU, as folhas de frequência mensais periodicamente remetidas do órgão cessionário para o órgão cedente e as guias de recolhimento da União - GRU - mensais demonstrando a restituição do ônus para o erário público da União.</p>			

Nº da Constatação: (055)	Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização desse processo, recomendamos organizar adequadamente o processo de admissão do servidor matrícula SIAPE 01585542, encaminhando-o o mais breve possível para reanálise da CGU-MT.
Nº da Constatação: (065)	Recomendamos proceder à imediata atualização dos laudos periciais para que sejam identificadas as reais situações que amparam os pagamentos desses benefícios com os correspondentes graus de classificação. A Unidade deverá atualizar os pagamentos desses benefícios somente a quem fizer jus, suspendendo a concessão daqueles que não estão expostos a essas áreas de trabalho. Recomendamos que esta perícia seja realizada no âmbito de todos os campi do IFMT de modo a permitir o devido pagamento a quem de direito, em conformidade com o grau de classificação (tanto para as áreas perigosas quanto para as insalubres), principalmente em razão da reestruturação do IFMT com a criação de novos campi e das consequentes reorganizações internas administrativas, operacionais e laboratoriais.
Nº da Constatação: (067)	Recomendamos proceder às devidas formalizações processuais dos pagamentos de Ajuda de Custo, observando os aspectos da tempestividade nesses pagamentos, na existência de informações relativas aos efetivos desligamentos e exercícios nas unidades envolvidas, como também reavaliar o planejamento operacional de modo a evitar publicações de atos com efeitos retroativos desprovidos de amparo legal.
Nº da Constatação: (070)	Recomendamos aos gestores das unidades dos campi do IFMT reavaliar as metodologias de levantamento dos dados e de estruturação dos cálculos dos indicadores, com vistas a promover aprimoramentos no planejamento, na definição e na coleta dos dados e informações, consubstanciando, também, com elementos externos organizacionais que possam nortear ou agregar valores para a instituição. Recomendamos que tais levantamentos sejam realizados periodicamente durante o próprio exercício, pelo menos trimestralmente por todos os campi, de modo a colher subsídios e elementos técnicos que possam ser divulgados por meio de relatórios gerenciais semestrais de todo o IFMT. Entendemos que tal prática contribuirá sobremaneira para o aperfeiçoamento da administração, facilitando a consolidação dos indicadores para fins de consignação no Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício da Unidade, traduzindo, assim, com mais eficiência, eficácia e efetividade os indicadores da própria gestão.
Nº da Constatação: (089)	Recomendamos ao gestor do IFMT-Campus Juína a tomada de providências junto à Procuradoria Federal para a adoção das medidas cabíveis.
Nº da Constatação: (090)	Considerando os fatos apontados, recomendamos ao gestor do IFMT proceder à cobrança judicial do prejuízo, bem como a apuração da responsabilidade do fiscal / consultor contratado que atestou a medição do serviço não executado.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	244

Síntese da providência adotada:

<p>Nº da Constatação: (026) A Instituição está promovendo maior controle sobre os Suprimentos de Fundos de modo a evitar, possíveis erros e fragilidades em sua formalização. Além disso, a Instituição já elaborou a minuta da Portaria de regulamentação do uso de suprimento de fundos, porém o mesmo encontra-se em fase de análise e aprovação por parte do Reitor. Após publicação, será efetuada a divulgação e acompanhamento das novas determinações, nos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.</p> <p>Nº da Constatação: (029) Foi reunido todos os servidores envolvidos no processo, e os mesmos irão ratear entre si o ressarcimento em comum acordo.</p> <p>O presente processo está em tramitação na Diretoria Sistêmica de RH/ Reitoria e aguarda-se encaminhamento ao campus para regularização e conclusão do processo</p> <p>Nº da Constatação: (036) Diante das constatações por parte da CGU/MT, solicitamos a Procuradoria Federal do IFMT, através</p>

Ofício 080, de 16 de abril 2010, a respeito do andamento do processo já que o servidor havia ingressado na justiça alegando possíveis direitos. Sendo assim a referida Procuradoria se manifestou informando que havia duas decisões: uma datada de 10/09/2007 e outra de 07/11/2007, que indefere a liminar e julga improcedente o respectivamente. Diante disso, emitimos o OFÍCIO/GAB/IFMT/Campus Cáceres, nº 132, de 12 de julho de 2010, solicitando à UNEMAT, informações sobre atividades desenvolvidas pelo docente naquela Instituição de Ensino Superior. Através do Ofício 164/2010 – GR, de 22 de julho de 2010, que encaminha o Ofício nº397/2010-PRAD, de 21 de julho de 2010, relatando que o referido servidor em questão encontra-se desenvolvendo todas as atividades normais relativas ao vosso cargo junto a UNEMAT.

Dessa foram, houve um longo processo na justiça e posteriormente o servidor perdeu a causa.

Nesse sentido a direção geral, através do ofício nº 132/2010, solicitou informações quanto a CH do referido professor junto à UNEMAT, que confirmou ainda acumulação de cargo. O professor em questão solicitou mudança de regime na UNEMAT, que, entretanto, foi negado devido a impossibilidade de migração de um regime de trabalho para outro (Parecer 133/2010). O referido parecer será encaminhado à PROAD/Reitoria que deverá encaminhá-lo à CGU para acompanhamento. Paralelamente, estamos notificando o servidor para que o mesmo faça opção para um dos cargos.

Nº da Constatação: (054)

As recomendações serão totalmente atendidas no IFMT com a centralização das atividades de RH na Diretoria de Recursos Humanos onde a mesma providenciará a revisão do cadastro de todos os servidores deste IFMT.

Situação em 31 de dezembro de 2010: Processo de integração e centralização em andamento. Aguardando o aumento do espaço físico destinado a área de Recursos Humanos, de modo que tal centralização possa ser efetivada.

Nº da Constatação: (055)

O processo do servidor matrícula SIAPE 01585542 encontrava-se sob análise da Procuradoria Federal deste IFMT e após análise e recomendação dessa Procuradoria o IFMT estará tomando as providências e encaminhando o processo a Controladoria Geral da União para reanálise.

Nº da Constatação: (065)

Foi designada uma comissão com fins de emissão do laudo ambiental deste IFMT e considerando a complexidade dos trabalhos e sua amplitude o Laudo Ambiental deverá ficar pronto somente no final do segundo semestre de 2011.

Nº da Constatação: (067)

As recomendações serão totalmente atendidas no IFMT com a finalização do manual de procedimentos de Recursos Humanos que disponibilizará os tramites e os prazos para os diversos assuntos de RH, onde constará a recomendação proposta por esta Controladoria.

Nº da Constatação: (070)

A Pró-Reitoria de Ensino se comprometeu em elaborar uma normativa com o objetivo de padronizar a construção do Relatório de Gestão no que diz respeito aos indicadores acadêmicos em 2010.

No entanto, os trabalhos não foram concluídos até o final do exercício de 2010 e espera-se concluí-los no exercício de 2011.

Todavia, a Instituição tem acompanhado periodicamente tais indicadores, de modo a propor medidas corretivas e/ou de desenvolvimento, porém tais ferramentas de acompanhamento precisam ser melhoradas, de modo que a adoção das ações sejam mais rápidas e eficientes.

Nº da Constatação: (089)

Foram realizadas várias atividades para solucionar tal problema, no entanto, não foi possível concluí-las até o final de 2010. Dessa forma, tais ações continuarão no próximo exercício.

Nº da Constatação: (090)

A Instituição constituiu uma comissão para análise de todos os processos e documentos da Concorrência n. 02/2008, do Campus São Vicente, e após a conclusão dos trabalhos e se necessário for, será procedida a abertura do Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

Síntese dos resultados obtidos

Os resultados obtidos puderam melhorar a gestão da Instituição.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A estruturação do Instituto Federal, bem como o processo de integração das ex-autarquias foram bastante extenuantes e conflituos para a Instituição, principalmente em razão, que foi necessário a análise do ambiente interno e externo de todos os Campi da Instituição, bem como o levantamento de seus problemas e necessidades.

Tais atividades demandam tempo e pessoal, porém a insuficiência de pessoal qualificado foi um dos fatores impeditivos para o cumprimento de todas as determinações dos órgãos de controle.

Porém, apesar de todas essas dificuldades, a Instituição tem promovido esforço contínuo para a melhoria da sua gestão.

17.5 Recomendações do Controle Interno (Auditoria Interna)

As ações de controle interno, promovida pela Unidade de Auditoria Interna – UNAI, estarão mais bem detalhadas no relatório anexo a esse Relatório de Gestão, emitido pela própria Unidade de Controle Interno.

No entanto, informamos que durante o exercício de 2010 foram realizadas várias visitas de acompanhamento e ainda, a análise, por amostragem de diversos processos, principalmente dos Campi Cuiabá, São Vicente, Bela Vista, Pontes e Lacerda e Rondonópolis.

Dessa forma, os relatórios preliminares foram encaminhados pela UNAI diretamente aos Campi executores e ainda para a Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos e Pró-Reitoria de Administração/Campus Rondonópolis.

No entanto, infelizmente, nem todos os Campi apresentaram suas justificativas dentro dos prazos estabelecidos por àquela unidade de controle interno, comprometendo o andamento dos trabalhos. De todo modo, apresentamos, o resultado preliminar dessas auditorias, haja vista, que no exercício de 2010, não houve a emissão de nenhum relatório definitivo, e que tais relatórios estarão sendo encaminhados no decorrer do exercício de 2011:

• **Área de Recursos Humanos:**

Tabela XCVI. Situação das recomendações da Auditoria Interna na área de Recursos Humanos

Nº o Relatório	Área a ser Auditada	Constatação	Recomendação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
01/2010 VLDS São Vicente	Assistência Pré-escolar	6.1. Pagamento de assistência pré-escolar destinado aos dependentes, sem a devida formalização. 6.2 pagamento assistência pré-escolar a filho de servidor que já completaram cinco anos de idade.	7.1. Formalizar adequadamente essas concessões através de processos devidamente protocolados para as próximas concessões. 7.2. Elaborar formulários padronizados de requisição desse benefício disponibilizando para os servidores. 7.3. Providenciar o ressarcimento aos cofres público dos valores recebidos indevidamente descrito no item 6.2, devidamente atualizado.	Houve manifestação por parte da GDRH, a favor do pagamento do Benefício ao servidor, pois a dependente só completara 06 anos no dia 27/10/2010. e que a CF. no art. 7º, inciso XXV refere-se <u>até 05 anos</u> , como um dia antes de completar 6 (seis) anos.	A auditoria interna esta de acordo com a manifestação do GDRH.
03/2010 VLDS São Vicente	Cessão de servidores para outros órgãos da Administração Pública	6.1. Ausência de reembolso por parte da Prefeitura Municipal de Campo Verde dos valores pagos, pelo órgão de origem, a título de remuneração e encargos sociais, referentes aos meses de março, abril, maio e junho de dois mil e dez, contrariando a determina o art. 4º parágrafo 1º do Decreto nº 4050/2001; 6.2. Base de Cálculo dos encargos sociais referente a contribuição dessa IFE para o custeio do regime próprio de previdência, está constituída por auxílio de caráter não permanente, contrariando o parágrafo 1º do art. 4º da Lei nº 10.887/2004. 6.3. Ausência, na pasta funcional, da Guia de Recolhimento da União e do demonstrativo de cálculo dos valores reembolsados pela Prefeitura Municipal de Campo Verde; 6.4. Ausência da numeração das páginas do processo, contrariando o Art. 22, § 4º da Lei nº 9.784/99 e item 5.1 da Portaria Normativa/MPOG/SISG nº 05 de 2002. 6.5. Alíquota, a menor, de 21% (vinte e um por cento) utilizada para os cálculos dos Encargos Sociais, referente ao recolhimento patronal, contrariando o art. 8º da Lei nº 10.887/2004.	7.1. Notificar a Prefeitura Municipal de Campo Verde, para que efetue o reembolso das parcelas remuneratórias dos meses que se encontram em atraso, devidamente atualizadas; 7.2. Notificar a Prefeitura Municipal de Campo Verde que a data do reembolso, deve ser sempre no mês subsequente ao trabalhado. 7.3. Juntar na pasta os demonstrativos dos cálculos e os comprovantes do pagamento das Guias de Reembolso. 7.4. Efetuar a alteração da porcentagem cobrada da cessionária, referente aos encargos sociais, destinado a contribuição dessa IFE para custeio do regime próprio de previdência, de 21% (vinte e um por cento) para 22% (vinte e dois por cento) e efetuar ainda, a cobrança da diferença calculada a menor devidamente atualizada; 7.5. Rever a Base de Cálculo, da contribuição dessa IFE para custeio do regime próprio de previdência que está sendo cobrado da Cessionária; 7.6. Numerar adequadamente as páginas do processo conforme juntada de documento.	Até o momento não houve a manifestação por parte do GDRH 25/02/2011	

<p>04/2010 VLDS São Vicente</p>	<p>Entrega da Declaração dos Bens e valores, referente ao ano base de 2009, exercício 2010.</p>	<p>Em nossa análise foi verificado que constam 49 (quarenta e nove) servidores ocupantes de cargos de confiança, sendo 14 servidores em Cargo de Direção e 35 em Função Gratificada. Desse total foram apresentados 41 (quarenta e uma) cópias de declaração de Imposto de Renda, referente ao Exercício de 2010 – ano calendário de 2009 e 18 servidores abaixo não entregaram a declaração, contrariando o art. 1º, inciso VII da Lei nº 8.730/93.</p>	<p>7.1 Notificar os servidores para que apresentem, junto a esse departamento, a Declaração de Bens e Renda que compõem o seu patrimônio ou autorização de acesso, por meio eletrônico, no prazo de até quinze dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física; 7.2 Informar os servidores da obrigatoriedade e das penalidades contidas no parágrafo 2º e 3º; art. 13 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.</p>	<p>Foi encaminhado documento por parte do GDRH, informando que o Campus não enviou resposta ao memorando encaminhado a té a presente data 25/02/2011</p>	
<p>05/2010 VLDS GERAL</p>	<p>Concessões e pagamentos adicionais de insalubridade e de periculosidade</p>	<p>6.1.1. Pagamento do adicional a servidores que se encontram afastados para qualificação, em desacordo com o disposto no §2º do art. 68 Lei nº 8.112/90 e art. 10 da Orientação Normativa MPOG/SRH nº 02/2010. 6.1.2. Pagamento desses adicionais a servidores em áreas de lotação sem o laudo técnico, contrariando o art. 6º do Decreto 97.458/1989:</p>	<p>7.1. Abster-se e sustar o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade a servidores que: Exerçam suas atividades em laboratórios que não possuem análise técnica ambiental; ou em locais considerado pelo Laudo técnico como salubre; 7.2. Notificar todos os servidores que receberam os adicionais de insalubridade /periculosidade para à devolução ao erário, dos valores recebidos indevidamente; 7.3. Conceder Adicional de insalubridade/periculosidade somente a servidores docentes com aulas distribuídas em laboratórios considerados pelo Laudo Técnico como insalubres/periculosos, por tempo superior à metade da jornada de trabalho semanal; 7.4. Abster-se de conceder Adicional de insalubridade /periculosidade sem a devida relação de distribuição de carga horária dos docentes que ministram aulas e/ou efetuam pesquisa (devidamente registrada na PROPES) em laboratórios insalubres /periculosos e que seja feito o controle das horas/aulas e atividades de pesquisas desenvolvidas em tais laboratórios; 7.5. Publicar os atos da Administração em boletim de serviço;</p>	<p>Cáceres: 0049878 – foi suspenso o pagamento e está restituindo; 0049867-foi suspensos a partir de 02/2011 mas não esta sendo restituído os valores ao erário; 1097243 – Houve manifestação por parte do Servidor, está restituindo em partes São Vicente: 1546330 e 1578485, foram suspensos mas não estão restituindo aos cofres Públicos;</p>	<p>Cáceres: 0049878 -foram atendidas as recomendações, os valores estão sendo restituídos a partir do mês 01/2011 0049867- Foram atendidas parcialmente. 1097243 – Foram apresentados os Diários de classe do 1º semestre de 2009 e Declaração do Diretor Geral do Campus, confirmando as aulas ministradas pelo servidor aulas. São Vicente: 1546330 e 1578485, Atendido parcialmente, houve a suspensão do pagamento, entretanto não houve a reposição dos valores ao erário, Reiteramos as recomendações;</p>

		<p>7.6. Atualizar os Laudos técnicos, devendo constar nos mesmos às medidas de proteção, que deverão ser adotadas para minimizar ou eliminar os riscos, conforme determinação do acórdão 462/2010 – 1ª Câmara itens 1.5.1.1 e 1.5.1.2.</p> <p>7.7. Manter atualizado as ocorrências dos servidores no sistema SIAPE</p> <p>7.8. Apurar a responsabilidade dos que concederam ou autorizaram o pagamento dos adicionais em desacordo com o decreto nº 97.458/1989, art. 9º.</p>	<p>0049418- Houve manifestação do RH, informando que se trata de lugar Insalubre;</p> <p>1097093 – Foi Informado que o mesmo se encontra lotado na Coordenação de Urbanismo e Jardinagem- lugar insalubre;</p> <p>1096329 - Coordenação de urbanização e Jardinagem – possui Laudo Técnico Ambiental.</p> <p>1552340 - O GDRH comunicou o Campus para a suspensão do Benefício o qual não foi atendido até a presente data.</p> <p>Bela Vista: 1655034 e 1465977: Segundo Ordem Administrativo os professores se encontram lotados no Laboratório de Química.</p> <p>1541476: Amparado pelo art. 4º do Decreto 1.873/81.</p>	<p>0049418- Não consta no Laudo Técnico o Almoarifado como sendo Insalubre - Reiteramos as recomendações;</p> <p>1097093 – Divergência de Informação entre o Memorando 42/2010 e o documento onde consta o servidor Lotado na Coordenação de vigilância de Transporte ;</p> <p>1096329- Foi considerado o Laudo como insalubre na Estufa de Planta</p> <p>1552340- Reiteramos as recomendações;</p> <p>Bela Vista: 1655034 e 1465977:Divergência de informações entre o memorando nº 054/2010 assinado pelo Chefe do Departamento de Ensino do campus, e o documento encaminhado pelo DRH através do processo 23188001001/2010-14, folha 54</p> <p>1465977 – Foi suspenso o pagamento a partir do mês 09/2010.</p> <p>1541476: Concordamos com a manifestação do GDRH</p> <p>1606116 – Divergência de informações entre o</p>
--	--	--	--	---

			<p>1606116 – Conforme a portaria nº 051/2008 o servidor está lotado no laboratório de Química.</p> <p>Cuiabá: 0272319,2462618,0272242, 2114119 e 0272241-Estão lotados nos Laboratório de construção Civil, conforme Ordem Administrativa nº 101/2009 e 041/2010;</p> <p>1555380 -Amparado pelo art. 4º do Decreto 1.873/81;</p>	<p>memorando nº 054/2010 assinado pelo Chefe do Departamento Ensino do campus, e o documento encaminhado pelo DRH através do processo 23188001001/2010-14, folha 55- quanto ao Laboratório que o professor(a) se encontra lotado.</p> <p>Encaminhamentos propostos: Bela Vista: Conforme reunião realizada com os gestores do Campus, ficou acordado que os mesmos irão fazer um novo levantamento dos professores que ministram aulas em laboratório e verificada alguma irregularidade, será suspenso o pagamento e notificado o servidor para a devolução dos valores ao erário.</p> <p>A data para o encaminhamento das providências foi estipulada para o dia 18/03/2011</p> <p>Cuiabá: 0272319,2462618,0272242, 2114119 e 0272241-Divergência de informações entre o Ofício nº 11/2010 do Departamento de Ensino, assinado pelo coordenador Geral da construção Civil e o informado pelo DRH através do processo</p>
--	--	--	--	--

					23188001001/2010-14, folhas 55/56 1555380:Concordamos com a manifestação do GDRH; Encaminhamentos propostos: Cuiabá: Conforme reunião realizada com os gestores do Campus, ficou acordado que os mesmos irão fazer um novo levantamento dos professores que ministram aulas em laboratório e verificada alguma irregularidade, será suspenso o pagamento e notificado o servidor para a devolução dos valores ao erário. A data para o encaminhamento das providências foi estipulada para o dia 18/03/2011
06/2010 VLDS São Vicente	Contratação de Professor Substituto por tempo determinado	5.1. Ausência de documento do departamento solicitando a contratação do professor, contendo regime de trabalho, disciplinas que serão ministradas, origem da vaga, contrariando o disposto no § 1º; art. 2º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; 5.2. Ausência na pasta do servidor da Ata da banca examinadora; 5.3. Ausência na Pasta do servidor da cópia do edital de divulgação do processo seletivo, contrariando o art. 3º da Lei nº 8.745/93 e art. 37 da Constituição Federal; 5.4 Ausência da numeração das páginas do processo de contratação, contrariando o Art. 22, § 4º da Lei nº 9.784/99 e item 5.1 da Portaria Normativa/MPOG/SISG nº 05 de 2002;	6.1. Formalizar adequadamente o processo para contratação de Professor Substituto com: -Solicitação do Departamento para contratar professor substituto nas vagas decorrentes de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória; - Edital Simplificado; - Cópia da publicação do Edital; - Numerar adequadamente as páginas do processo. 6.2. Incluir nos próximos contratos: -Nome do professor efetivo que o contratado esta substituindo -Motivo da substituição (exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação, afastamento,	Foi encaminhado documento por parte do GDRH, informando que o Campus não respondeu ao memorando encaminhados a té a presente data 25/02/2011	

			<p>licença ou concessão);</p> <p>-Disciplinas que deve ser ministrada pelo contratado;</p> <p>-Obrigações no contratado especificando as atividades que o contratado deverá desenvolver, conforme exemplo abaixo:</p> <p><i>“A PROFESSORA SUBSTITUTA acima qualificada, obriga-se a prestar serviços especializados didático pedagógicos, como ministrar aulas teóricas, práticas e teórica-práticas, elaboração, aplicação e avaliação de testes, provas escritas, orais e outros instrumentos de avaliação da aprendizagem, registro de diário de classe e outras atividades relacionadas com o processo pedagógico de ensino-aprendizagem no CAMPUS”.</i></p>		
08/2010 VLDS Cáceres	processos de concessão de servidores para outros órgãos da Administração Pública.	<p>6.1. Ausência de atualização da declaração que fundamenta a concessão do Auxílio transporte, contrariando o §1º do art.4º do Dec. 2.880/98;</p> <p>6.2. Ausência da numeração das páginas do processo, contrariando o Art. 22, § 4º da Lei nº 9.784/99 e item 5.1 da Portaria Normativa/MPOG/SISG nº 05 de 2002.</p>	<p>7.1. Atualizar a declaração que fundamenta a concessão do Auxílio-Transporte;</p> <p>7.2. Abster-se e sustar o pagamento do auxílio transporte do servidor até a regularização;</p> <p>7.3. Numerar adequadamente as páginas do processo conforme juntada de documento.</p>	Até o momento não houve a manifestação por parte do GDRH 25/02/2011	
09/2010 VLDS Cáceres	Verificar se foram entregues a Declaração dos Bens e Valores, referente ao ano base de 2009, exe. 2010. dos ocupantes de cargos de confiança	<p>Em nossa análise foi verificado que constam 29 (vinte e nove) servidores ocupantes de cargos de confiança, sendo 07 (sete) servidores em Cargo de Direção e 22 (vinte e dois) em Função Gratificada. Desse total 18 (dezoito) não entregaram a declaração de bens e Renda referente ao Exercício de 2010 – ano calendário de 2009, contrariando o art. 1º, inciso VII da Lei nº 8.730/93.</p>	<p>7.1 Notificar os servidores para que apresentem, junto a esse departamento, a Declaração de Bens e Renda que compõem o seu patrimônio privado ou autorização de acesso, por meio eletrônico, no prazo de até quinze dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física;</p> <p>7.2 Informar os servidores da obrigatoriedade e das penalidades contidas no parágrafo 2º e 3º; art. 13 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.</p>	Até o momento não houve a manifestação por parte do GDRH 25/02/2011	
13/2010 VLDS Cáceres	Contratação de estagiários, campus de Cáceres.	<p>6.1. Ausência de assinatura do representante da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT no Termo de Compromisso, contrariando o inciso X do art.20 da ON nº 07/2008;</p> <p>6.2. Ausência de clausula expresse o número da apólice e o nome da seguradora contratada a favor</p>	<p>7.1. Encaminhar os Termos de Compromissos a instituição de ensino com intuito de obter assinatura do representante da mesma;</p> <p>7.2. Acrescentar nos Termos de Compromissos o número da Apólice e o nome da Seguradora contratada em favor do</p>	Foram encaminhados os Termos de Compromisso a Universidade o para assinatura; O Instituto está contratando empresa seguradora em favor dos estagiários; Foi Informado que nos	Recomendações Atendidas. Nas próximas auditorias serão verificadas essas alterações.

		do estagiário, contrariando o inciso IV e §1º do art. 9º da ON nº 07/2008; 6.3. Fundamentação inadequada constante da cláusula oitava.	estagiário; 7.3. Alterar a fundamentação da cláusula oitava para art.17 da ON nº 07/2008.	próximos editais serão feitas as retificações conforme orientação;	
14/2010 VLDS Cáceres	contratação de professor substituto, por tempo determinado do campus de Cáceres	5.1. Ausência de documento do Departamento de Ensino solicitando a contratação do professor, contrariando o disposto no § 1º; art. 2º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; 5.2. Ausência na pasta do servidor da Ata da banca examinadora; 5.3. Ausência do valor estimado, bem como da dotação orçamentária no processo seletivo simplificado, contrariando o art. 5º da Lei nº 8.745/93 e inciso II do § 2º art; 40 da Lei nº 8.666/93.	6.1. Formalizar adequadamente o processo seletivo simplificado anexando aos autos: Documento do Departamento de Ensino solicitando contratação de professor substituto contendo: regime de trabalho, disciplinas que serão ministradas; Documento do -Recursos Humanos contendo: origem da vaga, nome, padrão/classe, titulação do professor a ser substituído, valor total estimado dos contratos (incluindo remuneração mensal, férias e 13º salário) referente as vagas publicadas no processo seletivo simplificado; Documento do DAP informando o saldo da orçamentária -Contrato de Trabalho e termo aditivo;	Até o momento não houve a manifestação por parte do GDRH 25/02/2011	
15/2010 VLDS Cáceres	Auxílio-transporte dos servidores e no Recolhimento da Taxa de Ocupação dos imóveis do campus Cáceres.	6.1. Pagamento de auxílio-transporte, com valores superiores ao determinado pela legislação, contrariando o art. 1º do Decreto nº 2.880, de 15 de dezembro de 1998 e art. 1º da Orientação Normativa nº 03, de 23 de junho de 2006, 6.2 Pagamento de auxílio-transporte a servidores, que pela base de Cálculo não tem valores a receber, contrariando art. 2º § 2º do Decreto nº 2.880, de 15 de dezembro de 1998 6.3. Ausência de pagamento da taxa de ocupação do servidor, MATRICULA SIAPE nº 1653368, contrariando o disposto no § 4º, art. 81 do decreto-lei nº 9.760 de 05 de setembro de 1946; 6.4. Divergência entre os valores do consumo de energia elétrica registrada na relação dos ocupantes dos imóveis e o desconto efetuado na folha de pagamento dos servidores. 6.5 Ausência de documento que regulariza a relação entre a Administração do Campus Cáceres e o servidor ocupante do imóvel, contrariando o inciso I do art. 85 do Decreto Lei nº 9.760/1946.	7.1 Notificar os servidores que receberam auxílio transporte com valores que ultrapassaram o permitido pela legislação, para devolução ao erário; 7.2. Suspender o pagamento do auxílio transporte dos servidores que não fazem jus; 7.3. Realizar levantamento em todos os pagamentos desse Auxílio, havendo inconsistência, efetuar o cálculo dos valores a ser devolvido ao erário, posteriormente notificar o servidor quanto a devolução.; 7.4. Notificar o servidor quanto a ausência de pagamento da taxa de ocupação e efetuar o recolhimento; 7.5. Regularizar os valores da taxa de energia elétrica descontada a menor na folha de pagamento do servidor, a partir da ocorrência da divergência;	Até o momento não houve a manifestação por parte do GDRH 25/02/2011	
01/2010 ELOA São Vicente	Gratificação adicional por tempo de	6.1. Pagamento de Adicional por Tempo de Serviço à maior, contrariando o disposto do art. 15 da MP nº 2.225-45/2001:	7.1 Efetuar o levantamento e apurar as irregularidades nos cálculos do adicional por tempo de serviço pagos a todos os servidores	Até o momento não houve a manifestação por parte do GDRH	

	serviço		beneficiados pelo adicional. 7.2 Abster-se de pagar, bem como, sustar os pagamentos ainda em curso nos períodos que evidenciar irregularidades, relativos à diferença de adicional por tempo de serviço pago a maior; 7.3 Promover a restituição aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente, atualizados a partir da sua concessão.	25/02/2011	
--	---------	--	--	------------	--

Fonte: Auditoria Interna.

• **Campus São Vicente**

Tabela XCVII. Situação das recomendações da Auditoria Interna para o Campus São Vicente

Nº o Relatório	Área a ser Auditada	Constatação	Recomendação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
03/2010 – RBC - Pregão		1 - Ausência de assinatura e rubrica da autoridade no edital.	11.1. Proceder à assinatura e rubrica da autoridade no edital;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		2 - Ausência de justificativa da vantagem na utilização de Ata de Registro de Preços de pregão realizado por outro órgão gerenciador para contratação de serviço.	11.2. Juntar aos autos a justificativa da vantagem na utilização de Ata de Registro de Preços de pregão realizado por outro órgão gerenciador para contratação de serviço, nos autos do Processo nº 23197.000590/2010-04;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		3 – Ausência de termos de homologação e adjudicação aos processos, com exceção dos instrumentos de garantia contratual, que devem ser guardados em local seguro, permanecendo apenas as cópias desses instrumentos nos autos dos processos;	11.3. Juntar os originais dos documentos referentes aos processos, com exceção dos instrumentos de garantia contratual, que devem ser guardados em local seguro, permanecendo apenas as cópias desses instrumentos nos autos dos processos;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		4 – Impropriedades na formalização dos processos, apensos e anexos.	11.4 - Efetuar a formalização adequada dos processos, apensos e anexos, observando-se a Portaria Normativa/SLTI/MPOG Nº 05/2002: - Autuar e anotar anexos e apensos; - Proceder à juntada e numeração de página das	Não houve.	Recomendação mantida.

			<p>atas de adjudicação e homologação aos autos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Providenciar assinaturas e rubricas nos documentos incluídos nos processos; - Carimbar, numerar sequencialmente e rubricar as páginas dos autos do Processo nº 23197.000590/2010-04; - Observar o limite de 200 folhas por volume; - Providenciar termo de abertura e encerramento de volume; - Anexar toda a documentação aos autos do processo; - Providenciar numeração para todos os processos. 		
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação,			<p>6.1. Proceder a numeração das folhas dos processos,</p> <p>6.9. Proceder regularização dos itens 5.2.3.; 5.7.5.; 5.7.6.; 5.8.4.; 5.8.5.; 5.9.3.; 5.9.6.; 5.9.7.; 5.10.2.; 5.12.2.; 5.13.5.; 5.14.5.; 5.14.6.; 5.15.2.; 5.16.2.; 5.18.2.; 5.18.4.; 5.18.6.; 5.18.7.; 5.18.8.; 5.19.2.; 5.19.5.; 5.19.6.; 5.22.2.; 5.22.5.; 5.24.3.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificação de data no despacho do ordenador, do requisitante e da DAP, - comprovante de publicação em DOU de cancelamento de extrato de despesa, - comprovante de publicação em DOU de extrato de despesa, - Nota Fiscal anexa ao processo, - registro no SIAFI de emissão de nota de empenho e ordem bancária, - ordem de serviço à contratada, - contrato, - indicação na capa do processo do número da ordem bancária; - assinatura da empresa na proposta vencedora (fls 12), ou anotação do setor de compras sobre o recebimento da proposta via correio eletrônico, - Registro no SIAFI com fundamentação equivocada, - Numeração do processo iniciada desde a capa, - Projeto Básico/Termo de Referência (fls 08/09) não demonstra as dimensões da insígnia, nem a qualidade do acrílico, nem como ou onde serão 	Não houve.	Recomendação mantida.

			usados as 92 unidades,		
08/2010-EJN-Suprimento de fundos			5.1. Proceder a numeração das folhas dos processos	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		5. Utilização de legislação revogada na elaboração de edital, no que se refere aos limites máximos para a contratação de serviços de limpeza e conservação;	11.5. Observar a vigência da legislação referente aos valores limites máximos para a contratação de serviços de limpeza e conservação;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		6. Ausência da cópia da garantia do contrato e da garantia do valor aditivado;	11.6. Anexar cópia da garantia do contrato e da garantia do valor aditivado;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		7. Ausência de designação de fiscal da execução do contrato nº 01/2007 e de relatórios de acompanhamento;	7. Designar fiscal da execução do contrato nº 01/2007 e juntar os relatórios de acompanhamento;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		8. Inclusão indevida de IRPJ e CSLL na composição do preço constante do termo de referência;	11.8. Abster-se de incluir IRPJ e CSLL na composição do preço constante do termo de referência; 11.9. Deduzir nos próximos pagamentos os tributos referentes a IRPJ e CSLL inclusos na parcela atual e nos pagamentos anteriores;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		10. Propostas aceitas que não contemplem todos os itens descritos no edital na formação dos preços;	11.10. Abster-se de aceitar propostas que não contemplem todos os itens descritos no edital na formação dos preços;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		11. Inclusão, no momento da repactuação do preço, de itens não previstos na proposta original no momento da repactuação do preço;	11.11. Abster-se de incluir itens não previstos na proposta original no momento da repactuação do preço;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		12. Realização de repactuação do preço sem a realização de orçamento prévio pela contratante, a fim de averiguar a adequação dos preços apresentados pela contratada ao mercado;	11.12. Abster-se de repactuar o preço sem a realização de orçamento prévio pela contratante, a fim de averiguar a adequação dos preços apresentados pela contratada ao mercado;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		13. Refazer os cálculos visando a apuração de valores pagos indevidamente à contratada, devidamente atualizados, em face da inclusão do valor referente ao vale-transporte na repactuação de preços que deu origem ao Termo Aditivo nº 02;	11.13. Refazer os cálculos visando a apuração de valores pagos indevidamente à contratada, devidamente atualizados, em face da inclusão do valor referente ao vale-transporte na repactuação de preços que deu origem ao Termo Aditivo nº 02;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		14. Finalização de ata de registro de preços para aquisição de bens com valores superiores aos constantes dos termos de referência nos pregões nº 01/2010 e 09/2010.	11.14. Justificar a assinatura de ata de registro de preços para aquisição de bens com valores superiores aos constantes dos termos de referência nos pregões nº 01/2010 e 09/2010.	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		15. Ausência de juntada de cópia da publicação no Diário Oficial da União dos resultados das	11.15. Proceder à publicação no Diário Oficial da União dos resultados das licitações e dos extratos	Não houve.	Recomendação mantida.

		licitações e dos extratos de contratos;	de contratos;		
03/2010 – RBC - Pregão		16. Ausência de convocação do adjudicatário para assinatura da Ata de Registro de Preços;	11.16. Proceder à convocação do adjudicatário para assinatura da Ata de Registro de Preços;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		17. Ausência de parecer jurídico;	11.17. Encaminhar os processos de pregão para elaboração de parecer jurídico;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		18. Demora na emissão de nota de empenho logo após a adjudicação e homologação do resultado, bem como após a assinatura de termo aditivo ao contrato;	11.18. Emitir nota de empenho logo após a adjudicação e homologação do resultado, bem como após a assinatura de termo aditivo ao contrato;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		19. Realizações de alterações nos critérios da licitação sem a elaboração e publicação de novo edital na internet e imprensa oficial, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido;	11.19. Abster-se de realizar alterações nos critérios da licitação sem a elaboração e publicação de novo edital na internet e imprensa oficial, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		20. Realização de publicação de aviso de licitação com prazo inferior ao mínimo estabelecido no artigo 4º, V, da Lei nº 10.520/2002 e artigo 17, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005;	11.20. Efetuar a publicação do aviso de licitação com antecedência mínima de 08 dias da data de apresentação das propostas, nos termos do artigo 4º, V, da Lei nº 10.520/2002 e artigo 17, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005;	Não houve.	Recomendação mantida.
03/2010 – RBC - Pregão		21. Inclusão, no termo de referência, de item ou área que não está prevista no edital, com prejuízos à clareza quanto ao objeto da licitação.	11.21. Abster-se de incluir no termo de referência item ou área que não está prevista no edital, a fim de evitar falta de clareza quanto ao objeto da licitação.	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		22. Ausência de preenchimento completo e sem rasuras de todos os campos do formulário de solicitação de diárias e passagens.	6.1. Abster-se de conceder diárias e passagens sem o preenchimento completo e sem rasuras de todos os campos do formulário de solicitação;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		23. Ausência de assinatura e identificação da autoridade concedente no formulário de solicitação de diárias e passagens.	6.2. Abster-se de conceder diárias e passagens sem a assinatura e identificação da autoridade concedente no formulário de solicitação;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		24. Encaminhamento de solicitação de diárias e passagens com prazo de inferior ao mínimo exigido.	6.3. Encaminhar a solicitação de diárias e passagens com prazo de antecedência mínima de 10 dias;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		25. Ausência de indicação da pertinência entre a função do cargo do proposto com o objeto da viagem.	6.4. Indicar a pertinência entre a função do cargo do proposto com o objeto da viagem, sob pena de restituição ao erário do valor das diárias e passagens;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		26. Solicitação de diárias e passagens referentes a servidores distintos autuadas no mesmo processo.	6.5. Autuação em processos distintos de solicitação de diárias e passagens referentes a servidores distintos;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		27. Ausência de publicação dos atos de concessão de diárias em boletim interno ou de pessoal.	6.6. Publicar os atos de concessão de diárias em boletim interno ou de pessoal;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		28. Ausência de comprovantes de embarque ou recibo do passageiro obtido quando da realização	6.7. Juntar comprovantes de embarque, recibo do passageiro obtido quando da realização de <i>check</i>	Não houve.	Recomendação mantida.

passagens		de <i>check in</i> via internet.	<i>in</i> via internet, suspendendo-se a concessão de novas diárias e passagens até que seja efetuada a devida regularização das pendências;		
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		29. Comprovantes de embarque grampeados.	6.8. Proceder à juntada de comprovantes de embarque em folha distinta, preferencialmente colados;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		30. Ausência de apresentação de relatório de viagem no prazo de cinco dias úteis após o retorno.	6.9. Apresentar o relatório de viagem no prazo de cinco dias úteis após o retorno, suspendendo-se a concessão de novas diárias e passagens até que seja efetuada a devida regularização das pendências;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010 – RBC – Diárias e passagens		31. Demora na autuação de solicitações de diárias e passagens recebidas e juntar imediatamente os documentos e formulários de prestação de contas aos autos dos processos a que se referem.	6.10. Autuar imediatamente as solicitações de diárias e passagens recebidas e juntar imediatamente os documentos e formulários de prestação de contas aos autos dos processos a que se referem;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		32. Ausência de campo “Saldo do controle de Verba” e de identificação do valor atual disponível nessa fonte.	6.2. Incluir campo “Saldo do controle de Verba” no pedido de serviço e registrar o valor atual disponível para aquisição nessa fonte;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		33. Ausência de cópias de certificados de cursos/treinamento.	6.4. Anexar cópias de certificados de cursos/treinamento dos servidores, como comprovante, referente aos itens 5.1.4.; 5.2.8.; 5.3.6;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		34. Ausência de ateste em Nota Fiscal.	6.8. Proceder o atesto da execução do serviço ou entrega do material, na Nota Fiscal citada no item 5.2.2.;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		35. Contratação direta (dispensa de licitação) de professor substituto.	6.10. Apresentar justificativa da opção por contratação direta, ao invés de abertura de processo seletivo simplificado para contratação (itens 5.5.4. e 5.5.7.);	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		36. Diversos: a) cotação de preço efetuada após a contratação, b) fundamentação equivocada no SIAFI, c) coincidência de sobrenome entre os sócios da empresa e o Diretor de Administração e Planejamento do Campus São Vicente, havendo necessidade de esclarecimento, d) Comissão permanente de licitação não emitiu parecer satisfatório sobre tal aquisição de serviço (fls 33), uma vez que não demonstrou a legalidade e a necessidade desse serviço, sem a contratação de professor substituto, e) extrapolação do limite de dispensa de licitação,	6.11. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.5.5.; 5.13.8.; 5.22.3.; 5.22.4.; 5.23.3.; 5.23.4.; 5.23.6.; 5.24.6.; 5.25.; 6.13. Corrigir fundamentação da dispensa no Registro de Nota de Empenho no SIAFI, alterando para inciso XII;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN –		37. Dispensa de Licitação provisória enquanto	6.12. Informar situação de licitação para	Não houve.	Recomendação mantida.

Dispensa de Licitação		ocorre licitação deste objeto;	fornecimento de pães, atendendo o inciso XII do art. 24 da lei 8.666/93 (item 5.13.3);		
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		38. Ausência de dados informados na capa do processo;	6.15. Indicar numero da DARF, Nota de Empenho e Ordem Bancária na capa dos processos;	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		39. Ausência de retenção de tributos;	6.19. Apresentar justificativa da não retenção de tributos (itens 5.20.4 e 5.21.7.);	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação		40. Extrapolação de limite de dispensa;	6.21. Apresentar Justificativa quanto a decisão de não realização de licitação, gerando fracionamento de despesa, conforme item 5.25.	Não houve.	Recomendação mantida.
06/2010-EJN – veículos e combustível		41. Ausência de portaria de autorização para dirigir veículos oficiais;	5.1. Apresentar cópia de portaria de autorização dos servidores Cláudio de Lima do Espírito Santo, César Queiroz e Geraldo Miguel de Carvalho, ou justificativa do uso de veículos oficiais pelos mencionados servidores;	Não houve.	Recomendação mantida.
06/2010-EJN – veículos e combustível		42. Falha no controle de veículos oficiais;	5.2. Melhorar especificações e registros das informações sobre saída/retorno e quilometragem dos veículos oficiais. Apresentamos, anexo, sugestão de formulário de controle, bem como exemplos de preenchimento; 5.3. Evitar deixar campos (colunas) sem preenchimento no formulário de controle de saída/retorno; 5.4. Identificar corretamente os veículos nas fichas de controle de utilização da frota acrescentando além do modelo do veículo o número da placa; 5.5. Supervisão semanal do controle de quilometragem pelo responsável do transporte;	Não houve.	Recomendação mantida.
06/2010-EJN – veículos e combustível		43. Falha no controle de abastecimento dos veículos oficiais;	5.6. Providenciar controle eficiente de abastecimento de combustível por veículo oficial. Anexo, estamos enviando sugestão de formulário de controle;	Não houve.	Recomendação mantida.
06/2010-EJN – veículos e combustível		44. Autuação de veículos oficiais junto ao DETRAN-MT;	5.7. Acompanhar os processos de defesa de autuação dos veículos oficiais, junto ao DETRAN-MT: UNO Placa KAR8753, Caminhonete Placa KAG1552, Caminhonete Placa JZD9552, Caminhão Placa JZC8664, Ducato Placa HEE 4447, Caminhonete Placa	Não houve.	Recomendação mantida.

			NJL0907.		
08/2010-EJN- Suprimento de fundos		45. Situação do Proc. 2300.08852/2007-50	5.6. Apresentar informações sobre providências adotadas quanto ao processo de suprimentos de fundos n. 2300.088523/2007-50, no valor de R\$ 1.320,00, conforme relatório CGU n.º 208514. (Acórdão n. 1303/2010- TCU 2ª Câmara - 01/04/2010)	Não houve.	Recomendação mantida.
09/2010-EJN- Patrimônio		46. Bens permanentes incorporados, no estoque;	5.1. Lotar o bem patrimonial no setor de destino, imediatamente após a sua incorporação;	Não houve.	Recomendação mantida.
09/2010-EJN- Patrimônio		47. Termos de responsabilidade desatualizados;	5.2. Atualização de Termos de Responsabilidade	Não houve.	Recomendação mantida.
09/2010-EJN- Patrimônio		48. Ausência de bens patrimoniais nos setores lotados;	5.3. Apresentar justificativa quanto a constatação da ausência dos bens patrimoniais nos setores registrados no inventário, conforme vistoria “in loco”	Não houve.	Recomendação mantida.
09/2010-EJN- Patrimônio		49. Inventário de utensílios;	5.4. Abster-se de registrar no inventário patrimonial utensílios (garfo, faca, pratos, bandejas, etc.), por serem considerados material de consumo;	Não houve.	Recomendação mantida.
09/2010-EJN- Patrimônio		50. Ausência de inventário anual;	5.5. Providenciar inventário físico anualmente dos bens permanentes do campus, conforme alínea “a”, item 8.1 e demais disposições da IN 205/1988	Não houve.	Recomendação mantida.
04/2010-EJN – Dispensa de Licitação,		51. Recomendações gerais constantes do relatório.	6.3. Maior atenção quanto as informações inseridas na capa do processo; 6.5. Em qualquer contratação efetuada com dispensa de licitação, realizar pesquisa de mercado com no mínimo 03 fornecedores. E, em caso de impossibilidade dessa pesquisa, formalizar a justificativa através da Comissão Permanente de Licitação; 6.6. Formalizar processos em ordem cronológica dos documentos, organizando os documentos do mais antigo para o mais recente. Segue anexo sugestões de “mapa de processo” e de “requisição de material/serviço”; 6.7. Emitir e anexar os “espelhos” de ordem bancária, nota de empenho e DARF, em todos os processos de contratações de serviços e compras, inclusive nos processos de dispensa citados acima;	Não houve.	Recomendação mantida.

			<p>6.14. Anexar o “espelho” do cancelamento da Nota de Empenho nos processos anulados;</p> <p>6.14. Os processos futuros de dispensa de licitação que gerarem contratos e todos os processos de inexigibilidade de licitação devem ser enviados à Procuradoria Jurídica do IFMT, para emissão de parecer jurídico (<u>exceto os amparados pela Decisão 535/96 TCU-Plenário</u>);</p> <p>6.17. A contratação de cursos ou capacitações quando não for possível realizar pesquisa de mercado, devido a especificidade do curso ou do instrutor (notória especialização), utilizar a inexigibilidade de licitação;</p> <p>6.18. As cotações de preços, recebidas via correio eletrônico, registrar na folha impressa a data do recebimento, identificação “recebido via e-mail” e assinatura do responsável pela pesquisa de preço;</p> <p>6.20. Nos processos licitatórios que envolvam serviços de engenharia/obras observar a IN 01/2010 MPOG, quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços/obras;</p>		
08/2010-EJN-Suprimento de fundos			5.2. Emitir e anexar o “espelhos” de NS (nota de lançamento de sistema), em todos os processos de suprimento de fundos;	Não houve.	Recomendação mantida.

Fonte: Auditoria Interna.

- **Campus Pontes e Lacerda:**

Tabela XCVIII. Situação das recomendações da Auditoria Interna para o Campus Pontes e Lacerda

Nº o Relatório	Área a ser Auditada	Constatação	Recomendação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.1 Rasura às fls 01, contrariando o disposto no item	RECOMENDAÇÃO: 6.1 Evitar rasura no despacho do	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela	Este procedimento será acompanhado em processos

		5.2 da Port. Normativa/SLTI/MPOG N° 05/2002.	Ordenador de Despesa para não suscitar dúvidas quanto à intenção do Gestor.	DAP de Pontes e Lacerda, informaram que estão cientes quanto a evitar rasuras nos campos de assinaturas dos responsáveis pelo processo .	futuros.
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.2. Processo acima de 200 folhas por volume, contrariando o disposto no item 5.8 da Port. Normativa/SLTI/MPOG N° 05/2002.	RECOMENDAÇÃO 6.2 Organizar processos por volume, de forma que cada volume tenha no máximo 200 folhas; RECOMENDAÇÃO 6.16. Utilizar carimbos - ou impressão de folha - para encerramento e abertura de volumes, contendo no máximo 200 folhas cada.	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que o processo foi devidamente organizado em volumes, atendendo a Portaria normativa SLTI/MPGO n. 05/2002	Este procedimento será acompanhado pela AUDIN numa próxima visita àquele campus
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.3. Ausência de assinatura da autoridade no edital, projeto básico e seus anexos, em suas versões finais, contrariando o disposto no §1º do art.22 da Lei nº 9.784/99 e §1º do art.40 da lei nº 8.666/93. 5.1.5. Ausência de identificação e assinatura do autor no projeto executivo, contrariando o disposto no §1º do art.22 da Lei nº 9.784/99 e §1º do art.40 da lei nº 8.666/93. 5.1.8. Ausência de assinatura da Comissão de Licitação em Comunicado, original, constante às folhas 144 do Volume II, contrariando o disposto no §1º do art.22 da Lei nº 9.784/99 e §1º do art.40 da lei nº 8.666/93.	RECOMENDAÇÃO: 6.4. Incluir nos documentos do processo: - As assinaturas das autoridades responsáveis pela sua elaboração e homologação; - Cópia <u>digital</u> do elemento documental comprobatório de referência do valor unitário do material ou serviço (ex.:planilhas SINAPI, SINFRA, etc.). RECOMENDAÇÃO 6.6. Informar, no Projeto Executivo/Memorial Descritivo da obra que será executada, a área construída;	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que o processo está sendo encaminhado ao campus Cuiabá para colher as devidas assinaturas e cópias solicitadas, por meio do Memo n. 076/2010/acmpus PL/DAP de 16/12/2010. Quanto a identificação da área construída, informou que foi encaminhado e solicitado ao Campus Cuiabá.	Até o dia 25.02.2011 a AUDIN não foi informada se as recomendações foram atendidas. Este procedimento será acompanhado pela AUDIN na próxima visita ao campus Pontes e Lacerda.
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.4. Ausência de rubrica e numeração adequada das folhas do processo, contrariando o disposto da letra "d" do item 5.1 da Port. Normativa/SLTI/MPOG N° 05/2002, §1º do art.40 da lei nº 8.666/93, acórdão 1257/2004-Plenário e Decisão/TCU 955/2002-Plenário.	RECOMENDAÇÃO 6.3. Numerar as folhas, apondo o respectivo carimbo (órgão, número da folha e rubrica do servidor que estiver numerando o processo), as folhas dos processos deve ser numeradas em ordem crescente, sem rasuras;	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que as folhas foram renumeradas, como o carimbo do campus e respectiva rubrica do servidor do setor de protocolo do campus.	Este procedimento será acompanhado pela AUDIN na próxima visita ao campus Pontes e Lacerda.
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.9. Ausência da cópia do comprovante de garantia,	RECOMENDAÇÃO 6.5 Anexar no processo licitatório,	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela	Até o dia 25.02.2011 a AUDIN não foi informada se

		alínea “e” do item 17.1 do edital.	cópia do comprovante de garantia;	DAP de Pontes e Lacerda foi informado que o processo está sendo encaminhado para o campus Cuiabá, para anexar cópia do comprovante de garantia, por meio do Memo n.º 076/2010/Campus PL/DAP de 16.12.2010.	as recomendações foram atendidas. Este procedimento será acompanhado pela AUDIN na próxima visita ao campus Pontes e Lacerda.
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.10. Valor estimado constante das fls. 01 considerado como Custo Direto às fls. 41 alterando dessa forma o Preço de Venda;	RECOMENDAÇÃO 6.7. Manter a inclusão do BDI estimado no preço unitário dos serviços na planilha orçamentária financeira elaborada pelo IFMT, e inserir uma coluna com o valor total sem o BDI (Custo Direto). Nas próximas licitações onde o tipo for “menor preço global” elaborar planilha orçamentária apenas com os valores sem o BDI e demonstrar o preço total com e sem o BDI.	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que o processo está sendo encaminhado para o campus Cuiabá, para providências daquele campus, por meio do Memo n.º 076/2010/Campus PL/DAP de 16.12.2010. No dia 15/03/2011 o Presidente da Comissão de licitação – Prof. José Luis Malheiros de Oliveira - justificou que o erro não gerou problemas no preço de referência.	Justificativa acatada. Este procedimento será verificado nas próximas licitações de obras ou reformas do IFMT.
		5.1.11. No item 6.1 da Planilha Orçamentária-Financeira elaborada pelo IFMT, o valor cotado deveria ser de R\$ 30.814,53 por se tratar de uma parede de meia vez, entretanto, consta um valor de R\$ 74.218,50 cotado no preço de parede de uma vez, acrescentando ao orçamento um valor indevido de R\$ 43.403,97 e conseqüentemente um acréscimo no BDI majorando dessa forma o preço estimado, esse item foi apresentado pela proposta vencedora por um valor de R\$ 52.023,10 contendo um acréscimo de 68,83% , majorando em <u>R\$ 21.208,57</u> em relação a tabela SINAPI. A contratação foi pela proposta de menor preço global compatível com a estimativa da Administração, mas com grande disparidade no preço unitário praticado no mercado, contrariando o disposto o item 9.7.7 do acórdão 195/2005-Plenário.	RECOMENDAÇÃO 6.17 Promover o abatimento do valor majorado da Planilha apresentada pelo licitante vencedor conforme constatação descrita no item 5.1.11 deste relatório.	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda, foi informado que o processo foi encaminhado ao Presidente da Comissão Permanente de Obras do IFMT, por meio do Memo n.º 076/2010/Campus PL/DAP de 16.12.2010. No dia 15/03/2011 o Presidente da Comissão de licitação – Prof. José Luis Malheiros de Oliveira - justificou que de fato houve uma troca de preços e que para correção deva ser formalizado aditamento negativo para o item alvenaria de ½ vez em tijolos furados, com diferença de R\$ 4,28 por cada metro quadrado de alvenaria.	Até a data de 28/12/2010 não havia informação se foi promovido o cálculo e o abatimento do valor majorado, nem formalizado qualquer justificativa a esta AUDIN. No dia 15/03/2011 foi recebida análise/justificativa, sendo esta acatada pela AUDIN. O Fiscal de contrato deverá enviar cópia do aditamento negativo para inclusão nos papéis de trabalho desta AUDIN.
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.12. No item 17.1 da Planilha Orçamentária Financeira	RECOMENDAÇÃO 6.10. Atenção maior na elaboração da	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela	Este procedimento será verificado nas licitações de

		elaborada pelo IFMT, o valor cotado foi de R\$ 16,62 (totalizando R\$ 36.054,76), quando deveria ser de R\$ 17,01 (totalizando em R\$ 36.900,81), de acordo com o CGD 73986/001 da tabela SINAPI. Dessa forma acrescentou ao orçamento um valor indevido a menor de R\$ 846,05, esse item foi apresentado pela proposta vencedora por um valor total de R\$26.881,86 contendo uma redução de 27,15% em relação a tabela SINAPI.	planilha orçamentária, quanto a cotação de preços, por consulta em tabela oficiais.	DAP de Pontes e Lacerda foi informado que a observação em referência foi encaminhado para ciência ao engenheiro civil deste campus (fiscal do contrato), por meio do Memo 078/2010/campus PL/DAP de 16.12.2010.	obras e reformas futuras.
		5.1.13. Ausência de cópia de publicação do extrato do edital da tomada de preço em jornal de grande circulação, constando apenas a cópia da publicação em Diário Oficial da União (fls 159), contrariando o disposto na alínea “b” item III do § 2º do Artigo 21 da Lei 8.666/93;	RECOMENDAÇÃO 6.11. Incluir no processo de licitação, comprovante de publicação do extrato em jornal de grande circulação.	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que o processo está sendo encaminhado para o campus Cuiabá, para anexar cópia do comprovante de publicação em DOU, por meio do Memo n.º 076/2010/Campus PL/DAP de 16.12.2010.	Até o dia 25.02.2011 a AUDIN não foi informada se as recomendações foram atendidas. Este procedimento será acompanhado pela AUDIN na próxima visita ao campus Pontes e Lacerda.
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.14. Acumulação de função pelo Diretor de Administração e Planejamento com a função de fiscal de contrato da obra, caracterizando a falta de segregação de função;	RECOMENDAÇÃO 6.12. Exclusão/Substituição do nome do Servidor Mikió Matsubara como fiscal do contrato da Obra do campus de Pontes e Lacerda.	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que a recomendação foi acatada com emissão de portaria n. 55 de 16.08.2010, de exclusão do servidor.	Recomendação acatada.
Relatório n.º 01-2010 EJN		5.1.15. No sistema SIMEC constatamos: - Ausência de preenchimento de campos obrigatórios com indicação do programa/fonte, valor previsto e tipo de aquisição do imóvel; - Ausência do projeto arquitetônico; - Ausência de identificação da área construída nos projetos elétrico, hidráulico e estrutural; - Ausência de preenchimento de campos obrigatórios com indicação de assinatura do	RECOMENDAÇÃO 6.8. Manter atualizado o SIMEC com preenchimento dos campos obrigatórios; RECOMENDAÇÃO 6.9. Excluir do SIMEC o arquivo “transferência-P.pdf”, dos anexos.	Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que as providências quanto aos dados no SIMEC foram solicitadas a PROAD, por meio do Memo .º 077/2010/campus PL/DAP de 16.12.2010. A PROAD informou, através do Memo n. 406/2010/PROAD de 22.12.2010, que as atualizações dependem dos encaminhamentos de todas as medições e vistorias realizadas na obra, por parte da fiscalização do contrato e que a exclusão do arquivo transferência-	A manifestação da Proad não elide todas as constatações, uma vez que os itens que estavam ausentes no SIMEC, independem de vistoria de fiscalização e sim de informações básicas constatantes do processo (dados da obra = tipo de aquisição, área construída,..). Quanto ao arquivo “transferência-P.pdf”, foi justificado uma vez que o documento se trata da doação do prédio para o patrimônio do antigo CEFET-MT.

		<p>contrato, prazo de vigência do contrato, data de término do contrato, data da ordem de serviço, prazo de execução da Obra, percentual BDI (apresentado pela empresa vencedora do certame) e tipo(da origem dos recursos);</p> <p>- Ausência de preenchimento de campo obrigatório indicando o fiscal responsável pela vistoria;</p>		<p>P.pdf não poderá ser realizada pois há orientação do MEC esse arquivo deve ser inserido no SIMEC</p>	<p>Este procedimento foi verificado pela AUDIN, junto ao SIMEC, e os dados foram atualizados, com exceção de: tipo de aquisição, área construída e valor previsto).</p>
		<p>5.1.16. Relatório de vistoria de obras emitido pelo fiscal de obra consta prazo de execução da obra de 360 dias, diferenciado do estipulado no contrato 007/2010 que define 180 dias.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.13. Emitir bimestralmente relatório de vistoria de obras pelo fiscal de contrato.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 6.15. Uniformizar a emissão do boletim de medição e o atesto do fiscal de contrato (segue anexo sugestão de formulário de boletim de medição).</p>	<p>Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que a observação em referência foi encaminhada para ciência ao engenheiro civil do campus (fiscal do contrato), por meio do Memo 078/2010/campus PL/DAP de 16.12.2010..</p>	<p>Este procedimento será acompanhado pela AUDIN na próxima visita ao campus Pontes e Lacerda.</p>
<p>Relatório n.º 01-2010 EJN</p>		<p>5.1.17. Execução da obra sem acompanhar o Cronograma físico-financeiro da contratada, conforme relatório de vistoria de obras emitido pelo fiscal de contrato: -Serviços preliminares executados R\$ 5.681,89, sendo que o previsto era R\$ 7.431,40; -Trabalhos em terra executados R\$ 192,76, sendo que o previsto era R\$ 27.259,36; -Fundação executada R\$ 25.670,82, sendo que o previsto era R\$ 125.386,97</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.14. Exigir da contratada o cumprimento do cronograma físico-financeiro, através do fiscal de obra, para evitar atraso na entrega da obra.</p>	<p>Através da resposta ao processo n. 23188.001404/2010-55 emitido pela DAP de Pontes e Lacerda foi informado que a observação em referência foi encaminhada para ciência ao engenheiro civil do campus (fiscal do contrato), por meio do Memo 078/2010/campus PL/DAP de 16.12.2010.</p>	<p>Este procedimento será acompanhado pela AUDIN na próxima visita ao campus Pontes e Lacerda</p>

Fonte: Auditoria Interna.

• **Campus Cuiabá:**

Tabela XCIX. Situação das recomendações da Auditoria Interna para o Campus Pontes e Lacerda

Nº o Relatório	Área a ser Auditada	Constatação	Recomendação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório 02/2010-EJN		<p>5.1. Processos que não constam data do despacho do ordenador de despesa, contrariando o disposto no art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>7.1.2. Ausência de data do despacho do ordenador de despesa, contrariando o disposto no art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>7.1.3. Ausência de carimbo/identificação e despacho do ordenador de despesa (fl 01), contrariando o disposto no art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>5.2. Processos que não constam data do despacho do contador (fl 01), contrariando o disposto no art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>5.3. Processos que não constam carimbo/identificação e/ou assinatura do contador (fl 01), contrariando o disposto no art. 38 da lei 8.666/93.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO</p> <p>6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que a ausência da data do despacho do ordenador de despesa, carimbo/identificação e despacho do ordenador de despesa, data do despacho do contador, carimbo/identificação e/ou assinatura do contador, não contrariam o disposto no art. 38 da Lei 8.666/93, mas que por considerar itens importantes para a organização dos processos, estão providenciando estas inclusões junto aos processos.</p>	<p>Estas providências serão acompanhadas pela AUDIN na próxima visita àquele campus.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.</p>
		<p>5.5. Processos que constam elemento de despesa (fl.01) distinto do objeto, contrariando o disposto no art. 38 da lei 8.666/93</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO</p> <p>6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que não há previsão de obrigatoriedade da indicação do elemento de despesa do objeto, e considerando o princípio constitucional da legalidade não há o que se falar em desobediência ao preceito legal de tal artigo da lei 8666/93. Ademais, entendem que na Nota de Empenho já contém os elemento de despesa, sendo desnecessária a repetição da informação.</p>	<p>A descrição do elemento de despesa do objeto na folha de solicitação do serviço/material anexo ao processo (fls 01), objetiva facilitar ao ordenador a consulta para sua decisão quanto a autorização da contratação dos serviços ou aquisição de bens, com isso mantemos a recomendação da necessidade de preencher o campo “ELEMENTO DE DESPESA” na folha de solicitação. No processo em questão foi preenchido tal campo,</p>

					<p>entretanto com o elemento equivocado, necessitando sua correção para consultas futuras, mantemos assim a recomendação de readequar o elemento de despesa / de anotar o elemento de despesas em conformidade com o objeto da licitação.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.</p>
		<p>5.6. Processos que constam saldo do controle de verba distinto do existente de fato, contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>6.1.2. Saldo do Controle da Verba diferente do existente de fato (fl 01)</p> <p>7.1.4. Ausência de saldo do controle de verba, contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p>	<p>RECOMENDAÇÃO</p> <p>6.2. Incluir campo “Saldo do controle de Verba” no pedido de serviço e registrar o valor atual disponível para aquisição nessa fonte, do item 5.6., e nos futuros processos</p> <p>RECOMENDAÇÃO</p> <p>6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que não há contradição ao preceito legal do art. 38 da lei 8666/93, visto que nos processos de licitação deve haver a indicação de recursos disponíveis para realização da despesa, o que já consta nos processos citados</p>	<p>A descrição do saldo do controle de verba na folha de solicitação do serviço/material anexo ao processo (fls 01), objetiva facilitar ao ordenador a consulta para sua decisão quanto a autorização da contratação dos serviços ou aquisição de bens, com isso mantemos a recomendação da necessidade de preencher corretamente o campo “SALDO ORÇAMENTÁRIO” (DO CONTROLE DE VERBA) na folha de solicitação.</p> <p>O então CEFET-MT elaborou formulário de solicitação de material/serviço, que depois foi reformulado e adotado pelo IFMT, incluindo esse campo, como necessário para facilitar ao gestor a análise e decisão quanto a autorização de tal procedimento. Apesar da UG ter manifestado que consta a indicação dos recursos disponíveis, esta AUDIN constatou somente que há informação de que existem recursos, porém não é informado qual o montante desse, para que o gestor possa tomar decisão de autorizar ou não a realização da despesa.</p>

					No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.
		<p>5.7. Processo que consta diferença entre o valor total (menor preço) cotado no mapa de apuração e o valor total citado na ordem de fornecimento/serviço.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o mapa contém um erro de digitação de modo que houve tal divergência, porém entendemos que o orçamento da empresa, presente às fls 03 do processo, deixa claro os valores corretos, que foram aqueles empenhados.</p>	<p>Foi atendida a recomendação de justificativa, sendo elidida a constatação. Nos processos futuros, destacar o valor e o nome da empresa vencedora no mapa de apuração. Isso porque, além da descrição do valor no orçamento da empresa, deve constar no mapa de apuração, de forma clara e correta, o valor e a empresa vencedora, para que não gere dúvidas.</p>
		<p>5.9. Processos que não constam “espelho” da nota de empenho devidamente assinado.</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados.</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o “espelho” da NE já foi anexado aos autos.</p>	<p>Foi atendida a recomendação de inclusão, sendo elidida a constatação. Este procedimento será acompanhado pela AUDIN na próxima visita ao campus Cuiabá.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.</p>
		<p>5.10. Processos que não constam “espelho” DARF</p> <p>6.1.3. Ausência “espelho” da DARF</p> <p>6.5.3. Ausência de “espelho” da DARF</p> <p>6.7.2. Ausência de “espelho” da DARF</p> <p>6.8.2. Ausência de “espelho” da DARF</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que nos procedimentos não há orientação para que sejam anexados os comprovantes de retenção de tributos, e que a partir do exercício de 2011 passarão a anexar nos processos esses comprovantes, e ainda que os devidos comprovantes estão disponíveis no SIAFI.</p>	<p>Foi aceita a justificativa e elidida a constatação. Os processos do exercício 2011 serão verificados a inclusão da DARF como um dos anexos, mesmo estando disponível no SIAFI.</p>
		<p>5.11. Processos que não constam “espelho” GPS</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1.</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que</p>	<p>Foi aceita a justificativa e elidida a constatação. Nos processos do</p>

			<p>Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>nos procedimentos não há orientação para que sejam anexados os comprovantes de retenção de tributos, e que a partir do exercício de 2011 passarão a anexar nos processos esses comprovantes, e ainda que os devidos comprovantes estão disponíveis no SIAFI.</p>	<p>exercício 2011 serão verificados a inclusão da GPS como um dos anexos, mesmo estando disponível no SIAFI.</p>
		<p>5.12. Processos que não constam “espelho” da Ordem Bancária.</p> <p>6.1.5. Ausência de “espelho” de ordens bancárias, referente as notas fiscais n. 00658, 00687 e 00818</p> <p>6.6.3. Ausência de “espelho” da Ordem Bancária e da DARF</p> <p>7.1.5. Ausência de “espelho” da Ordem Bancária</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que irá providenciar o anexo do “espelho” da OB no Processo 23194.002398/2010-74, e que o Processo 23194.000925/2010-19 foi apenas de formalização de contrato sem efetivação de pagamento, que ocorre com abertura de processos para cada pagamento individual.</p>	<p>Foi atendida a recomendação de inclusão no processo n. 23194.02398/2010-74 e acatada a justificativa, sendo elidido a constatação.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.</p>
		<p>5.8. Processo que consta divergência na quantidade de um item entre a solicitação de serviços (fl. 01), ordem de fornecimento (fls.12), termo de recebimento e entrega (fls. 13) e a Nota Fiscal (fls. 14)</p> <p>5.13. Processos que constam divergências na emissão da ordem de fornecimento.</p> <p>5.18. Processos que constam divergência entre o termo de recebimento e a Nota Fiscal.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa.</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que não consta nenhuma divergência entre quantidade de itens, e sim no valor da nota fiscal em comparação com o empenho, visto que um item não foi entregue devido à sua falta no mercado regional, de modo que a nota fiscal e o termo de recebimento constam os itens realmente entregues e que são os que foram pagos.</p>	<p>Justificativa aceita. Recomendamos que em processos futuros, seja exigido da empresa apresentar justificativa formal quando houver impossibilidade de entrega total do material.</p>
		<p>5.14. Processos com ausência da ordem de serviços</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que há o entendimento de que a Ordem de Serviço não constitui elemento essencial/obrigatório em processos de</p>	<p>Foi acatada a justificativa. Entretanto, recomenda-se nos próximos casos de execução de serviços no interior do campus, a emissão de uma Ordem de Serviço,</p>

				<p>aquisição de materiais/serviços, conforme art. 62 da lei 8.666/93, onde mostra que a Nota de Empenho substitui a Ordem de Serviço.</p>	<p>comunicando formalmente local/dia/horário em que o serviço (como poda de árvores) possa ocorrer sem risco às pessoas que circulam nas dependências do campus. Isso se faz necessário devido ao grande número de alunos e servidores que circulam nas dependências do campus Cuiabá.</p>
		<p>5.15. Processos com fundamentação equivocada</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processo 23194.002846/2010-30 = trata-se de situação emergencial e faculta-se a aquisição de materiais com fundamento no inciso IV do art. 24. da Lei 8.666/93, assim a fundamentação do empenho esta correta; - Processo 23194.000649/2010-59 = o procedimento está fundamentado no inciso XVII do art. 24 da Lei 8.666/93 e não no inciso IV conforme apontado pela Auditoria, sendo que durante a revisão obrigatória verificou-se apenas necessidade de troca de óleo; - Processo 23194.003089/2010 = a fundamentação está correta, pois tratava-se de compra que enquadrava no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93; 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo 23194.002846/2010-30, conforme justificativa da UG a fundamentação correta é inciso IV do art. 24. Sendo assim, deve ser alterado o registro no SIAFI quanto ao preenchimento da referência na emissão da Nota de Empenho; - Processo 23194.000649/2010-59 = consta no parecer técnico do Diretor da DAP (fls 02) que a fundamentação foi o Inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93, sendo que este parecer serve de base para a decisão do gestor financeiro em autorizar ou não o procedimento. Entretanto, no SIAFI a NE foi fundamentada com o inciso XVII, justificando o fato; - Processo 23194.003089/2010 = consta no parecer técnico do Diretor da DAP (fls 18) que a fundamentação é o Inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93. Entretanto, no SIAFI a NE foi fundamentada com o inciso II. Com a manifestação da UG verifica-se que o correto é o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93; <p>A recomendação permanece para que haja concordância entre o parecer técnico do DAP e a fundamentação registrada no SIAFI, no campo referência da Nota de Empenho.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP e acordado que nos</p>

					processos futuros haja concordância entre o parecer técnico do DAP e a fundamentação registrada no SIAFI, no campo referência da Nota de Empenho.
		<p>5.16. Processos que constam declaração da situação do fornecedor com prazo de validade vencida, contrariando o que dispões o inciso IV do art. 27 da lei 8.666/93</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que houve um erro da DAP ao não anexar o novo comprovante da regularidade fiscal da empresa, o que já foi providenciado.</p>	<p>Foi acatada a justificativa, com a inclusão da declaração da situação do fornecedor, atualizada, e com prazo de validade em vigência.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.</p>
		<p>5.17. Processos que constam ausência de declaração da situação do fornecedor, contrariando o que dispões o inciso IV do art. 27 da lei 8.666/93</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que estão redobrando os cuidados para a impressão do certificado de regularidade fiscal, emitido pelo SICAF, que será afixado nos processos antes da realização do empenho, e que no caso específico deste item, a regularidade foi verificada e comprovada em cada processo de pagamento.</p>	<p>Foi acatada a justificativa, ficando a averiguação dos próximos processos se estes certificados constam anexos.</p>
		<p>5.19. Processos que não constam o recebimento (atesto) dos serviços/materiais</p> <p>5.20. Processos que não constam identificação do recebimento dos serviços</p> <p>6.1.4. Ausência de recebimento dos serviços (atesto verso das NF às fls 47, 60 e 72)</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que houve um lapso da AUDIN a não verificar:</p> <p>a) o carimbo de recebimento constante no verso da NF n.º 490 no processo 23194.003032/2010-12;</p> <p>b) o relatório do fiscal sobre o ateste no processo 23049.049952/2009-59.</p>	<p>Pode ter ocorrido a falha na verificação do carimbo no verso da Nota Fiscal, solicitamos que nos sejam enviadas, para serem incluídas nos papéis de trabalho desta AUDIN:</p> <p>a) cópia do NF 490, com seu respectivo verso;</p> <p>b) cópia do relatório do fiscal sobre o ateste das NF;</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e com o Diretor da DAP para apresentação do Plano de Providências. Prazo para atender a solicitação até o dia 15.03.2011.</p>
		<p>5.21. Processos que não constam, na capa, dados da OB,</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1.</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que</p>	<p>Na rotina dos procedimentos por parte dos contadores dos campi já há</p>

	<p>DARF, NF, NE</p> <p>6.2.8. Ausência de indicação, na capa do processo, de número da Ordem Bancária e DARF</p> <p>6.3.7. Ausência de indicação, na capa do processo, de número da Ordem Bancária e DARF</p> <p>6.4.8. Ausência de indicação, na capa do processo, de número da Nota de Empenho, Ordem Bancária e DAR</p> <p>6.5.4. Ausência de indicação, na capa do processo, de número da Ordem Bancária e DARF</p> <p>6.6.4. Ausência de indicação, na capa do processo, de número da Ordem Bancária e DARF</p> <p>6.7.3. Ausência de indicação, na capa do processo, de número da Ordem Bancária e DARF</p> <p>6.8.3. Ausência de indicação, na capa do processo, de número da Ordem Bancária, DAR e DARF, escrito de forma clara</p> <p>7.1.7. Ausência, na capa do processo, dos números da OB, DARF, NF, NE</p>	<p>Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p> <p>RECOMENDAÇÃO 6.6. Maior atenção quanto as informações inseridas na capa dos processos</p>	<p>consideram não haver obrigatoriedade prevista na legislação para que sejam anotadas na capa do processo tais dados. Sendo que, por falta de amparo legal, consideram que tal constatação é insuficiente para ser analisada.</p>	<p>a rotina de anotações desses dados no processo, porém como “rascunho” e em qualquer parte do processo. Sendo assim, apesar de não haver legislação específica, é prudente a recomendação de anotações na capa. Sendo assim, aceitamos a justificativa, porém mantemos como sugestão as indicações na capa do processo, de número da Ordem Bancária e DARF.</p>
	<p>5.22. Processos que não constam comprovante de garantia, conforme estipulado em contrato</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que houve uma falha da DAP em não cobrar a garantia da contratada, mas consideramos que o contrato já foi extinto e seu objeto foi plenamente</p>	<p>Foi aceita a justificativa.</p>

				cumprido, não há a necessidade de comprovação da garantia neste momento. Informamos que reforçaremos nossos cuidados para que tal situação não volte a acontecer.	
		<p>5.23. Processos que não constam registro no SIAPE de retenção de tributos</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que no SIAPE nunca haverá registro de retenção de tributos, visto que é o sistema de administração de recursos humanos. E ainda que no SIAFI a empresa é optante do SIMPLES e portanto não há retenção por esta autarquia.</p>	<p>Houve falha na digitação da palavra SIAPE, sendo que o correto seria a palavra SIAFI, uma vez que toda a consulta de despesas ocorre nesse sistema. Apesar de informado que as duas empresas são optantes do SIMPLES, não foram encontradas declarações que rege o Art. 10 da IN 381 SRF/2003 anexadas aos processos, onde define que para cada pagamento o fornecedor optante do Simples deve apresentar declaração – modelo Anexo I da IN 381 SRF/2003. Após confirmação, pela AUDIN, da situação de optante pelo SIMPLES junto ao órgão competente, foi elidido o fato. Recomendamos ainda, nos próximos processos, exigir da empresa a apresentação da declaração de optante do SIMPLES no momento da entrega da Nota Fiscal, conforme exigido na legislação citada.</p>
		<p>6.1.6. Ausência de cláusula no contrato n. 14/2009 (fls 48/58) determinando a obrigatoriedade da contratada em treinar “multiplicadores de conhecimento”, conforme consta na proposta comercial da empresa para a contratação do suporte técnico (fls 03)</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que apesar da ausência no contrato, as demais cláusulas do contrato contemplam tal situação, assim foram treinados os multiplicadores, que no caso foram os servidores Ghilson Ramalho Correa, Dirlene da Silva e Aldo Ricci.</p>	<p>Foi aceita a justificativa.</p>
		<p>6.1.7. Ausência da relação dos servidores que participaram do treinamento ministrado pela contratada</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que foram treinados os multiplicadores: Ghilson Ramalho Correa, Dirlene da</p>	<p>Foram informados os nomes dos servidores que foram treinados, porém não foi informado se a relação com esses nomes foi anexada</p>

			citados	Silva e Aldo Ricci.	(incluída) ao processo, mantemos a recomendação. Reiteramos que toda capacitação/treinamento de servidor deve fazer parte do processo a cópia do certificado de participação/conclusão ou, no caso desse processo, a relação dos servidores capacitados. No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP, e acordado que nos processos futuros de capacitação será anexado o certificado/atestado ou a relação dos participantes.
		6.1.8. Atraso no Pagamento da NF 658 de 19/08/2009 (fls 47), efetuada após 07 meses do seu encaminhamento, conforme OB800324 de 16/03/2010	RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o contrato previa pagamento após o encaminhamento da Nota Fiscal e ateste pelo fiscal do contrato, sendo que houve atraso no encaminhamento da Nota Fiscal pela empresa e atraso na prestação de alguns serviços solicitados à contratada, e posteriormente demora na liberação de recursos financeiros pelo MEC devido ao final do exercício.	Foi aceita a justificativa.
		6.1.9. A cláusula oitava do Contrato inicial n.13/2007 não coincide com a cópia anexa às fls 35, em relação ao item 8.2., que trata da exclusão dos itens constantes no contrato n.º 14/2009	RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que a cópia presente às fls 35 refere-se ao Edital de Licitação e não ao Contrato n. 13/2007, sendo que em nenhum momento nos autos há especificação de que tal cópia seria do contrato.	Foi aceita a justificativa devido o edital ser parte integrante do contrato.
		6.1.10. Ausência de cláusula que incluía o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes a tecnologia, § único do art. 111 da lei 8.66/93	RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que a minuta de contrato foi analisada pela Procuradoria Federal do IFMT que não apontou a necessidade de inclusão de tal disposto legal, e que tal dispositivo não se aplica ao objeto em questão, pois trata-se apenas de contrato de manutenção.	Foi aceita a justificativa. Entretanto, os itens constantes desse processo deveriam estar inclusos no processo inicial de aquisição do software.
		6.2.1.	RECOMENDAÇÃO	Através do Memorando n. 366/2010-	Nos procedimentos há divergência no

	<p>Ausência de indicação do recurso próprio para a despesa (saldo), contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>6.3.1. Ausência de indicação do recurso próprio para a despesa (saldo), contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>6.4.1. Ausência de indicação do recurso próprio para a despesa (saldo), contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>6.5.1. Ausência de indicação do recurso próprio para a despesa (saldo), contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>6.6.1. Ausência de indicação do recurso próprio para a despesa (saldo), contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>6.7.1. Ausência de indicação do recurso próprio para a despesa (saldo), contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p> <p>6.8.1. Ausência de indicação do recurso próprio para a despesa (saldo), contrariando o art. 38 da lei 8.666/93</p>	<p>6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>DAP de 23.12.2010, foi respondido que a informação da indicação de recurso próprio consta do processo n. 23194.002465/2010-51</p>	<p>entendimento entre o que é recurso próprio para a despesa, valor estimado e saldo do controle de verba:</p> <p>1- Valor estimado é tão somente o valor máximo a ser pago pelo objeto a ser adquirido, naquele processo;</p> <p>2- Recurso próprio para a despesa é o valor disponível no elemento de despesa da conta contábil quando da decisão do gestor na autorização da aquisição do objeto;</p> <p>3- Saldo do controle de verba (para efeito de preenchimento do formulário de requisição) é o mesmo que recurso próprio para a despesa. Sendo assim, faz-se necessário que o contador informe no campo “saldo do controle de verba” (existente no formulário de solicitação de material/serviço) o valor disponível naquele elemento de despesa. Com a informação do valor estimado e do saldo de controle de verba, o gestor poderá analisar e decidir sobre a aquisição daquele material ou serviço. Com isso, recomendamos que os processos futuros sejam preenchidos devidamente tal campo.</p>
	<p>6.2.2. Ausência da autorização do ordenador de despesa para abertura do processo de inexigibilidade</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que a autorização do ordenador de despesa consta do processo n. 23194.002465/2010-51, apensado ao processo n. 23194.002337/2010-15.</p>	<p>A especificação detalhada do objeto no formulário onde consta a autorização do ordenador de despesa (fls 01 do processo 23194.002465/2010-51) refere-se apenas ao curso da servidora Alyne Hitomi, não fazendo nenhuma referência ao outro servidor. Recomendamos que seja incluído a devida autorização/identificação do ordenador de despesa no processo n. 23194.002337/2010-15, bem como seja enviado cópia da folha numerada que constar essa autorização para</p>

					fazer parte dos papéis de trabalho dessa AUDIN. No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.
		<p>6.2.3. Fundamentação da aquisição do serviço com base no inciso II do artigo 25 da Lei 8.666/93, entretanto a contratação foi para custear parte de um curso de especialização em que há pelo menos mais duas Instituições em Cuiabá/Várzea Grande(UNIC, UNIVAG) que oferecem o curso na área de Gestão Pública. Sendo assim, não se pode falar em <u>exclusividade</u> na contratação da Escola “Aprovação”. Ausência de declaração de exclusividade ou documento que comprove ser único fornecedor do serviço/curso, contrariando a súmula 039 do TCU</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que em nenhum momento foi posto nos autos questões de exclusividade, e que a DAP se ateu à jurisprudência já pacificada pelo próprio TCU em que aponta que a inscrição em cursos abertos deve ser contratado por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93, sendo frisado que a súmula 39 do TCU se aplica apenas ao inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93.</p>	<p>A inexigibilidade de licitação somente é aceita quando houver <u>inviabilidade de competição</u> (caput do art. 25 da Lei 8.666/93). Segundo Marçal Justen Filho, a inviabilidade de competição se classifica em dois grupos, um grupo dos casos de ausência de pluralidade de sujeitos em condição de contratação, outro grupo dos casos da natureza singular da atividade. A Decisão n.º 427/1999, Plenário TCU, define que apesar de preenchidos os requisitos do inciso II do art. 25 <u>se restar demonstrada a viabilidade de competição, vulnera-se assim o disposto no caput do mesmo artigo</u>. Dessa forma, a Decisão n.º 439/1998 Plenário permitindo a inscrição em cursos abertos não está pacificada, uma vez que o Acórdão n.º 3.249/2006, Primeira Câmara diz que deve-se abster de contratar cursos de capacitação e aperfeiçoamento com inexigibilidade de licitação, uma vez que tais serviços possam ser realizados por diversas empresas capacitadas para isso. O Acórdão n. 342/2007, Primeira Câmara define os seguintes pressupostos para contratação direta de um serviço com inexigibilidade de licitação: a) presença do serviço na relação contida no art. 13 do mencionado diploma legal, b) natureza singular do serviço, c) notória especialização do contratado na execução de serviços da mesma</p>

					<p>espécie, d) <u>inviabilidade de competição</u>.</p> <p>Concluindo, as decisões, segundo Marçal devem ser interpretadas no sentido harmônico, ou seja não é cabível afirmar que todo treinamento pode ser contratado sem licitação. No caso específico a contratação do curso de pós-graduação em gestão pública para um servidor, não deveria ser realizado por inexigibilidade de licitação, uma vez que não é um serviço de natureza singular e que existem no mercado mais de uma empresa capacitada com notória especialização que oferecem esse curso. Recomendamos que nos processos futuros seja verificado a exclusividade do curso de capacitação e observada as normas internas vigentes sobre a solicitação de pagamento de bolsa auxílio, evitando a tempestividade da solicitação.</p>
		<p>6.2.4. Ausência de parecer do setor de Recursos Humanos quanto à correlação com o ambiente organizacional dos servidores requerentes da capacitação (Matrículas SIAPE 2669267 e 1719597), contrariando art.18, inciso II, aliena “a” do Regulamento das Políticas de Capacitação e Qualificação dos Servidores dos Campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda</p> <p>6.3.4. Ausência de informação sobre o ambiente organizacional e as atividades da servidora (fls 04), bem como ausência de parecer do setor de Recursos Humanos sobre a correlação com o ambiente organizacional, contrariando art.18, inciso II, aliena “a” do Regulamento das Políticas de Capacitação e Qualificação dos Servidores dos Campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que devido à sobrecarga de processos encaminhados à Reitoria, a qual o setor de Recursos Humanos está vinculado e a época estava em estruturação, que gera grandes atrasos, nos casos em que não restam dúvidas sobre o objeto, tal procedimento pode e deve ser dispensado, tendo como fundamento legal o princípio da economicidade que rege a Administração Pública. Em simples consulta ao Decreto 5824/2006 verifica-se que o curso é diretamente correlato.</p>	<p>Cabe ao setor de Recursos Humanos a manifestação sobre a correlação do cargo do servidor com a capacitação. Evitar conflito de competências, preservando a segregação de função. O Regulamento interno sobre capacitação de servidores, que está em uso, deve ser cumprido. Recomenda-se que nos próximos processos sejam incluídos o parecer do setor de recursos humanos quanto ao cargo e o ambiente organizacional do servidor.</p>

		<p>6.2.5. Solicitação de <u>ajuda de custo</u> ao servidor, para capacitação, sem existência de regulamentação desse procedimento no IFMT</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que causa estranheza a presença dessa observação, já que essa Auditoria menciona o Regulamento das Políticas de Capacitação e Qualificação dos Servidores dos Campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda no item 6.2.4., sendo que o regulamento está publicado, tem fundamentação legal e rege nossas atividades. Assim, consideraram desnecessária tal observação apontada.</p>	<p>O Regulamento das Políticas de Capacitação e Qualificação em questão define benefício da <u>Bolsa-Auxílio</u> (50%) para curso de especialização, determinando que o servidor interessado solicite/protocole o benefício <u>em até um mês antes do início do curso</u> (Art. 11 alínea “b” e Anexo I item 2). O requerimento do servidor (fls 01 do processo n. 23194.002337/2010-15) informa que o curso já havia iniciado e solicita uma ajuda de custo para concluir o referido curso de qualificação, de forma que no regulamento citado não consta nenhum artigo que ampare esse procedimento. A recomendação continua mantida, para que seja observado o Regulamento das Políticas de Capacitação e Qualificação dos Servidores dos Campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda, em vigência. Esse item será verificado nos próximos processos analisados pela AUDIN.</p>
		<p>6.2.6. Ausência de cópia da publicação de extrato de despesa em DOU, contrariando o Art. 26 da Lei 8.666/93</p> <p>6.3.5. Ausência de cópia da publicação de extrato de despesa em DOU, contrariando o Art. 26 da Lei 8.666/93</p> <p>6.4.6. Ausência de cópia da publicação de extrato de despesa em DOU, contrariando o Art. 26 da Lei 8.666/93</p> <p>6.5.2. Ausência de cópia da publicação de extrato de</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que não foi contrariado o art. 26 da Lei 8.666/93 ao passo que houve a publicação no DOU, até mesmo porque o SIASG/SIAFI não permite operacionalmente a realização do empenho sem a publicação no DOU, sendo que já providenciou-se a anexação de uma cópia da publicação no processo.</p>	<p>A recomendação foi acatada. Na próxima vista da AUDIN ao campus será verificada essa providência.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.</p>

		despesa em DOU, contrariando o Art. 26 da Lei 8.666/93 6.6.2. Ausência de cópia da publicação de extrato de despesa em DOU, contrariando o Art. 26 da Lei 8.666/93			
		6.2.7. Ausência de documento de quitação da contratada com INSS/ FGTS/Receita Federal, juntado à Nota Fiscal, contrariando Art. 29 da Lei 8.666/93 6.3.6. Ausência de documento de quitação da contratada com INSS/ FGTS/Receita Federal, juntado à Nota Fiscal, contrariando Art. 29 da Lei 8.666/93	RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que houve a consulta ao SICAF antes do pagamento, porém tal consulta não foi anexada aos autos, o que já foi providenciado.	A recomendação foi acatada. Na próxima vista da AUDIN ao campus será verificada essa providência. No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.
		6.2.9. Ausência de definição do período em que está sendo custeado os 50% do curso pelo IFMT, podendo caracterizar realização de despesa sem prévio empenho, contrariando o art. 60 da Lei 4320/64 6.3.8. Realização do serviço sem prévio empenho, contrariando o art. 60 da Lei 4320/64	RECOMENDAÇÃO 6.14. Definir nos processos de despesas com cursos de capacitação o período e o percentual que está sendo custeado pelo IFMT, evitando assim caracterização de despesas sem prévio empenho. Exemplo: O IFMT campus Cuiabá custeará 50% do curso de especialização relativo ao período de janeiro/2011 e julho/2011, correspondente aos últimos seis meses de realização do curso. Adequar o item 6.2.9. no processo.	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que: 6.2.9.) não há o que se falar de realização de despesa sem prévio empenho, se o empenho 2010NE900084 está anexado aos autos, constando também cópia do contrato de realização do curso, demonstrando que foi empenhado <i>anteriormente à conclusão do curso</i> . 6.2.10.) a servidora havia iniciado o curso, custeando com seu próprios recursos, e após solicitou ao IFMT ajuda de custo de 50% do valor do curso, porém frisa-se que houve empenho <u>anterior à conclusão do curso</u> .	6.2.9.) O empenho 2010NE900084 foi realizado em 05/05/2010 e o contrato do curso foi assinado em 05/03/2010, sendo ministrado no período de 24/02/10 à 30/07/10. 6.3.8.) O empenho 2010NE900084 foi realizado em 05/05/2010 e o curso iniciou-se em 27/04/2009. Foi solicitado ajuda de custo para custear o curso, após o seu início, sendo que no regulamento de políticas de capacitação e qualificação dos servidores dos campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda há previsão apenas de bolsa-auxílio (50%) solicitado/protocolado <u>até um mês antes de iniciar o curso</u> . A despesa somente deveria ser realizada posteriormente ao seu regular empenho. O empenho é prévio, ou seja, antecede a realização da despesa. No caso específico, o empenho foi realizado após firmado contrato e iniciado o curso, podendo caracterizar que a execução do objeto foi iniciado anterior ao empenho. Recomendação mantida para que nos

					processos futuros seja observada o regulamento mencionado quando a época da solicitação do custeio do curso.
		<p>6.3.2. Ausência de cópia de Certificado de Conclusão, constando apenas atestado de conclusão.</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p> <p>RECOMENDAÇÃO 6.7. Anexar cópias de certificados de cursos/treinamento dos servidores, como comprovante, junto aos processos de capacitação analisados e aos futuros processos</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o atestado de conclusão é documento suficiente para comprovação da execução do objeto, não há a obrigatoriedade de anexar “Certificado” e sim documento que comprove a realização do curso, o que foi atendido.</p>	<p>A manifestação da UG procede, uma vez que na ausência do certificado, pode ser anexado cópia autenticada do atestado de conclusão do curso, com dados sobre carga horária e período de realização do curso, bem como devidamente assinado, datado e identificado pela autoridade da empresa. Entretanto, no caso específico, não consta no teor do atestado (emitido em 25.05.2010) o período de realização do curso, informando apenas que a servidora concluiu o curso, necessitando do certificado para dirimir quaisquer dúvidas. Recomendação mantida, e que após inclusão no processo, seja enviado uma cópia para ser incluída nos papéis de trabalho dessa AUDIN.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP. Prazo para envio da cópia até 15.03.2010.</p>
		<p>6.3.3. Fundamentação da aquisição do serviço com base no inciso II do artigo 25 da Lei 8.666/93, entretanto a contratação foi para pagamento de um curso de especialização já concluído, da servidora matrícula SIAPE 0272442. Ausência de declaração de exclusividade ou documento que comprove ser único fornecedor do serviço, contrariando a súmula 039 do TCU</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que em nenhum momento foi posto nos autos questões de exclusividade, e que a DAP se ateve à jurisprudência já pacificada pelo próprio TCU em que aponta que a inscrição em cursos abertos deve ser contratado por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93, sendo frisado que a súmula 39 do TCU se aplica apenas ao inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93.</p>	<p>A inexigibilidade de licitação somente é aceita quando houver <u>inviabilidade de competição</u> (caput do art. 25 da Lei 8.666/93). Segundo Marçal Justen Filho, a inviabilidade de competição se classifica em dois grupos, um grupo dos casos de ausência de pluralidade de sujeitos em condição de contratação, outro grupo dos casos da natureza singular da atividade. A Decisão n.º 427/1999, Plenário TCU, define que apesar de preenchidos os requisitos do inciso II do art. 25 <u>se restar demonstrada a viabilidade de competição, vulnera-se assim o</u></p>

					<p><u>disposto no caput do mesmo artigo.</u> Dessa forma, a Decisão n.º 439/1998 Plenário permitindo a inscrição em cursos abertos não está pacificada, uma vez que o Acórdão n.º 3.249/2006, Primeira Câmara diz que deve-se abster de contratar cursos de capacitação e aperfeiçoamento com inexigibilidade de licitação, uma vez que tais serviços possam ser realizados por diversas empresas capacitadas para isso.</p> <p>O Acórdão n. 342/2007, Primeira Câmara define os seguintes pressupostos para contratação direta de um serviço com inexigibilidade de licitação: a) presença do serviço na relação contida no art. 13 do mencionado diploma legal, b) natureza singular do serviço, c) notória especialização do contratado na execução de serviços da mesma espécie, d) inviabilidade de competição.</p> <p>Concluindo, as decisões, segundo Marçal devem ser interpretadas no sentido harmônico, ou seja não é cabível afirmar que todo treinamento pode ser contratado sem licitação. No caso específico a contratação do curso de pós-graduação em gestão pública para um servidor, não deveria ser realizado por inexigibilidade de licitação, uma vez que não é um serviço de natureza singular e que existem no mercado mais de uma empresa capacitada com notória especialização.</p> <p>Cabe ressaltar também que: - o atestado de conclusão, emitido em 25.05.2010, não informa o período de realização do curso, necessitando de um documento que informe tal dado;</p>
--	--	--	--	--	---

					- houve pagamento do curso parcial após a execução da despesa. Recomendamos que os processos futuros sejam observadas a Regulamento de políticas de capacitação e qualificação dos servidores dos campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda, em vigência, seja cumprida.
		<p>6.4.2. Divergência na fundamentação da aquisição do serviço com base no inciso III do artigo 25 da Lei 8.666/93, confrontando com a Nota de Empenho que está registrada no SIAFI (inciso II)</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.4. Corrigir registro no SIAFI da fundamentação nos itens 6.4.2</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que houve um erro na emissão da Nota de Empenho, onde o executor operacional digitou inciso II ao invés de III, se tratando de um erro meramente formal, visto que o processo está bem claro a fundamentação legal correta. Foi informado que não é possível a troca do empenho pois a despesa já foi completamente realizada, ou seja, já houve liquidação e pagamento.</p>	<p>A justificativa da UG foi aceita, recomendamos maior atenção nos próximos registros do SIAFI para não gerar divergência entre o parecer técnico da DAP e os dados registrados no SIAFI.</p>
		<p>6.4.3. Distinção do objeto entre a requisição de serviço, a discriminação no recibo e a descrição na Nota de Empenho</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que não percebe-se nenhuma distinção: - fls 01 dos autos campo “especificação detalhada”: solicitamos o pagamento da apresentação de performance artística no valor de R\$ 400,00 em nome do Sr. Adir Sodré (..) que apresentará no III Encontro Regional de Guia de Turismo de MT nos dias 10 e 11 de maio de 2010. - fls 10 dos autos – prestação de serviços: performance artística no II Encontro (...). - fls 12 dos autos – realização de pintura artística.</p>	<p>Nos papéis de trabalho dessa AUDIN, referente ao processo n. 23194.003956/2010-19, consta, ao contrário do manifestado pela UG, as seguintes distinção: - fls 01 dos autos campo “especificação do material ou serviço”: <u>apresentação em sarau</u>. - fls 10 dos autos (recibo pessoa física) – <u>realização de pintura artística</u>. - Nota de Empenho no SIAFI - Empenho: 2010NE900100 – <u>organização de congresso, simposio, conferencia e exposição</u>. Neste caso, entende-se que o cadastrador usou o sub-elemento que julgou mais próximo do objeto. Recomendação mantida e ressaltamos a importância, na formalização dos processos futuros, de não haver divergência entre a</p>

					<p>descrição do objeto solicitado e do objeto recebido.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP, e acordado de evitar essas divergências nos processos futuros.</p>
		<p>6.4.4. Ausência, da apresentação do artista contratado, na programação do evento anexa, como justificativa (fls 02/03)</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que consta na programação do evento “apresentação cultural” às 08h40 e 21h do dia 10.05.2010, onde houve a apresentação do artista contratado.</p>	<p>A justificativa da UG foi aceita, recomendamos que nos próximos processos exija-se o detalhamento sobre o dia e hora em que haverá a apresentação, do objeto em questão.</p>
		<p>6.4.5. Ausência de parecer jurídico e sem amparo pela Decisão TCU 535/96- Plenário</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>A justificativa da UG foi aceita, recomendamos que nos próximos processos exija-se o detalhamento sobre o dia e hora em que haverá a apresentação, do objeto em questão.</p>	<p>Foi recomendado no item 6.9. - anexar parecer jurídico em processo de dispensa de licitação que gerarem contrato e <u>em todos os casos de inexigibilidade (exceto os amparados pela Decisão 535/96 TCU-Plenário).</u> Também foi ressaltado na conclusão do relatório preliminar 02/2010 que é aceitável <u>processo de inexigibilidade sem parecer jurídico quando o objeto estiver em conformidade, com a orientação normativa n.º 18 de 01/04/2009:</u> “CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, INC. II, DA LEI N° 8.666, DE 1993, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA A SINGULARIDADE DO OBJETO E VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA.” REFERÊNCIA: art. 25, inc. II, da Lei </p>

					<p>8.666, DE 1993; Decisões TCU 535/1996-Plenário e 439/1998-Plenário.</p> <p>Como a própria DAP confirmou, o objeto em questão não se enquadra nessas exceções, sendo necessário o parecer jurídico no processo 23194.003956/2010-19, conforme determina o Art. 26 da Lei 8.666/93.</p> <p>Recomendação 6.3 mantida para que nos processos futuros seja verificado a inclusão do parecer jurídico.</p>
		<p>6.4.7. Ausência de Nota Fiscal de pessoa física com o devido ateste, constando apenas recibo com dados incompletos (sem CPF, nome completo do artista, endereço, etc.), contrariando o acórdão 1499/2006 TCU – Plenário</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o Acórdão citado pela Auditoria refere-se a contratos realizados por pessoa jurídica para publicidade e não realizados com pessoas físicas, sendo que de acordo com orientações da setorial contábil do MEC, manuais do SIAFI e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, é possível a liquidação e pagamento de pessoas físicas mediante recibo, sem obrigatoriedade de Nota Fiscal.</p>	<p>Nos casos de pessoas físicas, apenas a entrega do recibo é suficiente, conforme orientação de instância superior, porém o recibo deve estar devidamente preenchido com os dados do fornecedor (CPF/nome completo/endereço do contratado, o valor nominal, a referência do recibo, a data de emissão do recibo, nome da Instituição pagadora), sendo que no caso específico o recibo apresentado às fls 10, consta apenas o valor do serviço, a referência do recibo e a assinatura da pessoa física.</p> <p>Recomendação 6.1 mantida, de forma que o original do recibo (fls 10) seja devidamente preenchido e com o devido ateste em seu verso. Solicitamos que após providências tomadas, seja enviada cópia do recibo devidamente preenchido para ser incluído nos papéis de trabalho desta AUDIN.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP. Prazo para envio da cópia do recibo até 15.03.2011.</p>
		Constatação	Recomendação		
		<p>7.1.1. Numeração de folhas incompleta e fora de ordem</p>	<p>RECOMENDADAÇÃO 6.5.</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que</p>	<p>Recomendação acatada</p>

		cronológica, contrariando o disposto no art. 38 da lei 8.666/93	Correção da numeração de folhas conforme constatado nos itens 7.1.1.	já foram providenciadas as devidas correções.	
		7.1.6. Ausência de despacho ou parecer técnico do gestor financeiro	RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que por se tratar do pagamento de seguro obrigatório não há o que se falar em parecer técnico do gestor financeiro, já que os documentos nos autos já são suficientes para comprovação da necessidade dos pagamentos, assim como a solicitação da GLM.	Nos processos de despesas faz-se necessário pelo menos um despacho da DAP demonstrando a fundamentação para o caso e a necessidade da aquisição do serviço/material, antes da autorização do Ordenador de Despesa. Recomendamos que os processos futuros de despesas constem despacho da DAP para posterior autorização do Ordenador de Despesa.
		7.1.8. Ausência de registro de Ordem Bancária para pagamento de licenciamento para os veículos Placas JYC4731(fl's 08) e JXZ0229 (fl's 15)	RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que tais veículos encontravam-se com multas registradas nas respectivas placas e o pagamento foi realizado através de processo distintos.	Foi aceita justificativa. Solicitamos enviar cópia dos processos distintos, citados na manifestação da UG, para inclusão nos papéis de trabalho dessa AUDIN. No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP. Prazo para envio das cópias até 15.03.2011.
		7.1.9. Ausência de assinatura do ordenador e do gestor financeiro nas Notas de Empenho (NE)	RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que já foram recolhidas as assinaturas.	Recomendação acatada. Na próxima visita da AUDIN será verificada esta providência. No dia 01/03/2011 foi realizada vistoria nos processos e constatamos as inclusões das providências. Recomendações atendidas.
		7.1.10. Ausência de boleto emitido pelo DETRAN-MT das taxas dos veículos placas NJQ 4206 e NJF 7499	RECOMENDADAÇÃO 6.1. Proceder as inclusões constatadas em processos citados	Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o boleto encontra-se em processo distinto, mas providenciamos a anexação dos mesmos nos autos.	Foi aceita justificativa. Solicitamos enviar cópia do referido boleto para inclusão nos papéis de trabalho dessa AUDIN. No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP. Prazo para envio da cópia até 15.03.2011.

		<p>7.1.11. Pagamento de Multa junto ao DETRAN-MT, através de OB801546 no valor de R\$ 85,12, através de dispensa de licitação, conforme Proc. 23194.00293/2010-06</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.3. Apresentar justificativa</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o campus realizou o pagamento, em observância a responsabilidade objetiva da Administração Pública determinada pela CF Art. 37, e apurou as responsabilidades para que os agentes infratores realizem o ressarcimento ao erário, e que tal procedimento encontra-se em andamento.</p>	<p>Justificativa aceita e a AUDIN acompanhará o processo de ressarcimento.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP, sendo solicitado pela Chefe da AUDIN o envio dos processos de ressarcimento para acompanhamento. Prazo de envio dos processos de ressarcimento até 15.03.2011.</p>
		<p>7.1.12. Ocorrência de infrações registradas junto ao DETRAN-MT, dos veículos: Placa JYC 4911 = R\$ 127,69/ Placa CWI7159 = R\$ 53,20 / Placa JYC4731 = R\$ 383,08 / Placa JYX9182 = R\$ 170,26 / JYI2318 = R\$ 1.93,60(suspensa) / Placa JXZ1229 = R\$ 681,03 e R\$ 102,16 (suspensa);</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.11. Apresentar informações sobre as providências tomadas em relação às infrações (multas) existentes, junto ao DETRAN-MT, dos veículos oficiais do campus Cuiabá, conforme constatado no item 7.1.12.</p>	<p>Através do Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, foi respondido que o campus realizou o pagamento, em observância a responsabilidade objetiva da Administração Pública determinada pela CF Art. 37, e apurou as responsabilidades para que os agentes infratores realizem o ressarcimento ao erário, e que tal procedimento encontra-se em andamento.</p>	<p>Informações prestadas e a AUDIN acompanhará o processo de ressarcimento.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP, sendo solicitado pela Chefe da AUDIN o envio dos processos de ressarcimento para acompanhamento. Prazo de envio dos processos de ressarcimento até 15.03.2011.</p>
		<p>Recomendações gerais constantes do relatório.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO 6.8. Em qualquer contratação efetuada com dispensa de licitação, realizar pesquisa de mercado com no mínimo 03 fornecedores. E, em caso de impossibilidade dessa pesquisa, formalizar a justificativa.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 6.9. Anexar parecer jurídico em processo de dispensa de licitação que gerarem contrato e em todos os casos de inexigibilidade</p>	<p>Não houve manifestação</p>	<p>Recomendação 6.10 e 6.12 matinda, aguardando informações.</p> <p>No dia 01/03/2011 foi realizada reunião com o Diretor Geral e o Diretor da DAP, sendo informado que a recomendação 6.10 foi contemplada uma vez que o processo de licitação para serviço de inspetoria já havia sido enviado anteriormente ao Memorando n. 366/2010-DAP de 23.12.2010, para esta AUDIN. Prazo para prestar informações sobre a recomendação 6.12., até 15.03.2011.</p>

			<p>(exceto os amparados pela Decisão 535/96 TCU-Plenário)</p> <p>RECOMENDAÇÃO 6.10. Apresentar informações sobre a situação atual da licitação para os serviços de inspeção de alunos no campus Cuiabá</p> <p>RECOMENDAÇÃO 6.12. Apresentar informações sobre a regularização do balancete contábil quanto ao lançamento do pagamento de taxas de licenciamento dos veículos oficiais (conta contábil 333904705/Processo n. 23194.000102/2010-81)</p> <p>RECOMENDAÇÃO 6.13. Nos processos para revisão de veículos que estejam na garantia, evitar adquirir acessórios (palhetas,...), realizando licitação ou dispensa para esses materiais.</p>	
--	--	--	--	--

Fonte: Auditoria Interna.

18 DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação Completa (UJ)			Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			26414
<p>Com base nos demonstrativos contábeis e declarações dos contadores responsáveis pelas Unidades Gestoras vinculadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Os saldos do Ativo Permanente referente a bens imóveis e móveis não demonstram a realidade na Reitoria (269255), Campus Campo Novo do Parecis (158492), Campus Juína (158493) e Campus Confresa (158496), devido estar em processo de transferência os bens dos Campi responsáveis pela implantação das novas unidades gestoras do IFMT;</p> <p>b) No Campus Cuiabá (153333) o inventário patrimonial não condiz com os saldos contábeis;</p> <p>c) No Campus Campo Novo do Parecis (158492) devido a falta de controle eficiente do almoxarifado, os saldos contábeis não expressam a realidade dos estoques de material de consumo.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Cuiabá - MT	Data	03/03/2011
Contador Responsável	Wellington Wesley Miranda Ramos	CRC nº	011718/O-4

(original assinado)

19 DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO			
Denominação Completa (UJ)			Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			26414
<p>Com base nas declarações responsáveis pelos contratos e convênios das Unidades Gestoras vinculadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, declaro para os devidos fins que as informações referentes a contratos firmados, encontram-se parcialmente disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, conforme detalhamento a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Reitoria: informações totalmente disponíveis e atualizadas; b) Campus São Vicente: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; c) Campus Cáceres: informações incompletas e desatualizadas; d) Campus Cuiabá: não apresentou a declaração; e) Campus Bela Vista: não apresentou a declaração; f) Campus Campo Novo do Parecis: não apresentou a declaração; g) Campus Juína: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; h) Campus Confresa: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; i) Campus Pontes e Lacerda: informações totalmente disponíveis e atualizadas; <p>Não obstante, informo ainda que não constam nos registros desta Coordenação, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, firmados pela Instituição, passíveis de registro e atualização no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Cuiabá - MT	Data	03/03/2011
Responsável	Emmanuel Fabiano Sabino Silvestre Coordenação-Geral de Gestão de Contratos e Convênios (original assinado)		

20 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Tabela C. Falhas e/ou Irregularidades (Estrutura padrão para descrição de irregularidades verificadas, com ou sem dano apurado, e consequente caracterização da responsabilidade dos gestores envolvidos).

ACHADO	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE EXERCÍCIO	CONDUTA	NEXO DE CAUSALIDADE	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE
Sinistro de Veículo Institucional – Servidor: Joni Olmiro Erbice dos Santos. Camionete Mitisubishi, Modelo L200 – Placa KAT 2752 – Campus Campo Novo do Parecis/IFMT.	Joni Olmiro Erbice dos Santos – CPF: 012.825.250-26. Cargo: Técnico em Agropecuária.	2010	Dando de Bem Patrimonial. Possível atribuição ao servidor de atribuições estranhas ao cargo (Em apuração. Processo Administrativo Disciplinar - Processo nº23194.007737/2010-17.	Em apuração: Processo Administrativo Disciplinar – Processo nº 23194.007737/2010-17	Tendo em vista tratar-se de PAD - não conclusivo, não há como emitir considerações sobre a responsabilidade do agente nem tampouco da direção da Unidade.

Fonte: DSRH

Além de apresentar os levantamentos das informações administrativas, financeiras e pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, este relatório retrata resumidamente as principais ações que estão sendo desenvolvida pela Instituição, através do esforço conjunto de todos seus servidores, colaboradores, alunos e comunidade em geral.

Neste relatório expressa, através das ações realizadas em 2010, que o desempenho do IFMT está ligado aos critérios de: 1) produtividade dos recursos alocados ao sistema educacional; 2) eficácia com que os recursos e os resultados correspondem aos planos e metas idealizados; e, 3) efetividade com que os resultados gerados correspondem às expectativas da sociedade.

Todo o processo de gestão é vista, pelos órgãos de controle, como uma série de etapas que ao serem quantificadas exercem forte interação entre as ações implementadas pelo gestor e os mecanismos de controle. Dentre esses mecanismos de controle utilizados, está o uso de indicadores que fora elemento de apontamentos do plano de providencia permanente pelo agente de controle (CGU), no relatório de gestão 2009 por não apresentar uma padronização já corrigida neste relatório.

Cabe ressaltar que o relatório é uma forma de prestação de contas da gestão bem como um mecanismo de aferição do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que norteia as ações estratégicas do Instituto. Nele este descrito os principais objetivos do instituto ante a proposta do plano de expansão da rede federal de ensino, visando: a) ampliar a ofertar de cursos profissionais em MT; b) promover a oferta de cursos de formação de professores; c) atuar nas modalidades de ensino presencial e à distância, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; d) promover atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; e) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

Além disso, a Instituição tem procurado incentivar a discussão e o debate com a comunidade interna e externa, através da realização de reuniões e/ou consultas públicas para a propositura de ações de melhoria e desenvolvimento. Porém ainda, há muitas ações a serem realizadas, principalmente no processo de comunicação e divulgação dos atos da gestão. E mesmo as ações de divulgação, ainda serem um pouco acanhadas, já conseguimos uma grande projeção do nome da Instituição junto à sociedade, a qual pode ser constatada pelo aumento na procura dos cursos oferecidos pelo IFMT.

Portanto, diante do exposto pode-se constatar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, apesar das dificuldades vem cumprindo com os seus objetivos propostos demonstrado no corpo deste relatório de gestão.

JOSÉ BISPO BARBOSA
Reitor “Pro Tempore” do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

PARECER Nº 001/2011 - DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

1. A Unidade de Auditoria Interna do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**, em cumprimento ao disposto no § 6^o do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002 apresenta seu Parecer sobre o Processo de Prestação de Contas Anual, correspondente ao Exercício Financeiro de 2010, nos moldes estabelecidos no item 1 do Anexo II da IN Nº 110², de 1º de dezembro de 2010.

2. Os exames realizados pela Unidade de Auditoria Interna do IFMT, durante o exercício de 2010, foram efetuados por amostragem e conduzidos de acordo com as normas de auditoria, aplicáveis ao serviço público federal.

3. No presente parecer, a Unidade de Auditoria Interna do IFMT manifestar-se sobre as ações desenvolvidas por esta AUDIN no exercício em exame, no âmbito do IFMT.

3.1. CONFORMIDADE DA COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS COM AS PEÇAS EXIGIDAS PELOS NORMATIVOS VIGENTES: IN/TCU Nº 63, DE 01 DE SETEMBRO DE 2010, DN/TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010 E PORTARIA/TCU Nº 277, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010

Através dos Relatórios de Auditoria nºs. 05/2011-HHC³, 006/2011-HHC e 08/2011-VLDS⁴, desta AUDIN, realizamos a análise do Processo de Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2010, referente ao Relatório de Gestão de 2010 e o rol de responsável, partes integrantes deste processo.

O Processo de Prestação de Contas do IFMT encontra-se devidamente constituído com as peças previstas no art. 13, da IN/TCU nº 63/2010 e apresentado na forma definida no art. 2º da Decisão Normativa/TCU nº 107/2010.

O Relatório de Gestão contém, de forma fidedigna, as informações e os documentos que deram origem às peças do Processo de Prestação de Contas, conforme veremos abaixo:

¹ § 6º A auditoria interna examinará e emitirá parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais. ([Redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 2002](#))

² Parecer da unidade de auditoria interna ou do auditor interno, conforme disposto no § 6º, Art. 15 do Decreto Federal nº 3.591/2000, com manifestação também sobre:

- a) A capacidade de os controles internos administrativos da unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, nos termos da IN/TCU nº 63/2010;
- b) A regularidade de processos licitatórios;
- c) O gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento;
- d) O cumprimento de suas recomendações no âmbito da Unidade;
- e) O cumprimento das recomendações expedidas pelo Órgão ou Unidade de Controle Interno;
- f) O cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União;
- g) O cumprimento das decisões e recomendações dos Conselhos Fiscais, dos Conselhos de Administração e de outros órgãos de fiscalização da atividade, quando for o caso.

³ HHC – Elaborado pela servidora Hell Hans Coelho

⁴ VLDS – Elaborado pela servidora Vera Luzia D. Simoni

I - Rol de Responsáveis – Foi analisado através do Relatório de Auditoria nº 08/2011 e verificado se as informações constantes do SIAFI estão de acordo com os artigos 10 e 11 da Instrução Normativa do TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, constatamos que não está atualizado o campo referente ao endereço residencial de 33 (trinta e três) agentes.

II - Relatório de Gestão está formalizado contemplando os seguintes conteúdos:

- 1) Identificação da Unidade;
- 2) Objetivos e Metas Físicas e Financeiras;
 - 2.1) Responsabilidades Institucionais da Unidade
 - 2.2) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais
 - 2.3) Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade
 - 2.4) Desempenho Orçamentário e Financeiro
- 3) Informações Sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito ou recursos;
 - 4) Não há informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos de créditos ou recursos, em virtude de não possuir créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.10.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI em 2010. (Item 3 – Anexo II da Portaria TCU nº 107/2010);
 - 5) Movimentação e os saldos de Resto a Pagar de Exercício Anteriores;
 - 6) Informações sobre Recursos Humanos da Unidade;
 - 7) Na Declaração dos Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV (fls. 166) a Coordenação-Geral de Gestão de Contratos e Convênios, tendo como responsável o servidor Emmanuel Fabiano Sabino Silvestre, informa que: (Item 6 e 7 – Anexo II da Portaria TCU nº 107/2010);
 - 8) No Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG as informações referentes a contratos firmados, encontram-se parcialmente disponíveis e atualizados;
 - 9) Sobre o registro e atualização no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, a Coordenação Responsável declara que não contém registros de convênios, contratos de repasse ou termos de parcerias, firmados pela Instituição;
 - 10) A informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, estão dispostas na página 130. (Item 8 – Anexo II da Portaria TCU nº 107/2010);
 - 11) Sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Instituição (Item 9 – Anexo II da Portaria TCU nº 107/2010), apresenta as seguintes informações:

INFORMAÇÃO	FOLHAS
a) Ambiente de controle;	135
b) Avaliação de risco;	135
c) Procedimentos de controle;	136
d) Informação e Comunicação;	136
e) Monitoramento.	136

Neste item, embora a Unidade Jurisdicionada apresenta a ação da Auditoria Interna como o principal mecanismo de controle interno da Instituição, temos, no entanto, que as ações da AUDIN estão definidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e sua atuação é por amostragem. Dessa forma, a Administração deve instituir seu próprio controle das atividades diárias

de cada setor, cabendo a Auditoria Interna avaliar este controle. Diante disso e da necessidade de fortalecimento do controle interno, recomendamos a Administração Superior a conclusão tempestiva do Regimento Interno deste IFMT, pois definirá dentre outras coisas, a competência de cada Unidade.

12) Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, tendo como referência a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 e a Portaria SLTI/MPOG nº 2/2010, relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006, estão elencadas no Item 11 do Relatório de Gestão 2010 (fls. 137-140).(Item10 – Anexo II da Portaria TCU nº 107/2010).

13) O Item 12 do Relatório de Gestão 2010 (fls. 141-143) elenca informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade do IFMT. (Item 11 – Anexo II da Portaria TCU nº 107/2010)

14) No Item 13 Gestão da Tecnologia da Informação (fls. 145-148), apresenta as informações que se seguem relacionadas:

INFORMAÇÃO	FOLHAS
a) Planejamento da área;	147
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;	147
c) Segurança da informação;	147
d) Desenvolvimento e produção de sistemas;	147
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.	147

15) As despesas com Cartão de Crédito Corporativo, estão elencadas no Item 15 do Relatório de Gestão (fls. 150-151), nos moldes do Item 13 do Anexo II, da Portaria TCU nº 107/2010;

16) As informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU e recomendações da CGU estão elencadas no Item 16 do Relatório de Gestão 2010 (fls. 152-164). (Item 15 – Anexo II da Portaria TCU nº 107/2010).

Os demais conteúdos constantes do anexo II da DN/TCU nº 107/2010 não se aplicam no âmbito da Instituição.

O procedimento de verificação do relatório de gestão foram feitos através do Relatório de Auditoria nº 006/2011-HHC⁵ e encaminhado a PROAD para conhecimento e providência, citamos abaixo as recomendações elaboradas por esta AUDIN e a providências implementadas pela PROAD:

1. Apresentar na capa o local de elaboração do relatório;

Providência implementada:

Para esclarecer essa situação a PROAD, apresentou na capa o local de elaboração do relatório conforme o solicitado. **Situação atendida.**

⁵ HHC - Elaborado pela servidora Hell Hans Coelho.

2. Apresentar na folha de rosto o nome da principal unidade responsável pela elaboração do relatório;

Providência implementada:

Para esclarecer essa situação a PROAD, justifica informando que “ESSE ITEM ESTÁ NO RELATÓRIO – NOME DA UNIDADE RESPONSÁVEL É O IFMT, POIS O RELATÓRIO DA INSTITUIÇÃO É INDIVIDUAL E NÃO CONSOLIDADO. VERIFICAR OS SLIDES DE ORIENTAÇÃO DO TCU”. **Ficou esclarecida esta inconsistência;**

3. Corrigir na lista de tabelas a numeração das tabelas;

Providência implementada:

A PROAD apresentou nova lista de tabela no Relatório de Gestão 2010, contendo a numeração correta. **Recomendação atendida.**

4. Apresentar quadros e tabelas com a numeração em algarismo romano, seguida do título;

Providência implementada:

A PROAD apresentou novos quadros com a numeração em algarismo romano, seguida do título no Relatório de Gestão 2010, conforme o Item II, c, 5 do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 . **Recomendação atendida**

5. Apresentar as fontes de onde foram extraídas as informações nas tabelas;

Providência implementada:

A PROAD justifica que “CONFORME INFORMAÇÃO DA CGU AS TABELAS PRÓPRIAS DA INSTITUIÇÃO NÃO PRECISAM DE FONTE”, entretanto, não apresentou o documento da CGU dando esta orientação, sendo que a Decisão Normativa do TCU nº 107/2010 estabelece que as tabelas devam ter a indicação da fonte de onde foram extraídas as informações, as quais devem figurar na parte inferior. Porém, mesmo sendo tabelas próprias, devem ter sua indicação na parte inferior, como por exemplo: “Fonte: IFMT”. Portanto, as tabelas abaixo não contemplam a fonte na parte interior. **Solicitação parcialmente atendida.**

6. Apresentar lista de figuras;

Providência implementada:

A lista de figura foi acostada às folhas 06 do Relatório de Gestão 2010, conforme o Item II, b, 4 do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 107/2010. **Recomendação Atendida**

7. Apresentar como anexo as tabelas que ocupem mais de uma página, conforme dispõe o item II, b, 6 do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 107/2010;

Providência implementada:

Para esclarecer essa situação a PROAD, justifica informando que “TAL PROCEDIMENTO CONTRARIA A PORTARIA N. 277/10, ITEM NÃO ACATADO”. Porém, a Portaria TCU nº 277/2010 dispõe sobre orientações **quanto ao preenchimento** dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2010, sendo que a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 trata-se acerca das unidades jurisdicionadas, cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, especificando **a organização, a forma, os conteúdos** e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010. Portanto, **situação inalterada.**

8. Apresentar Resultados e Conclusões, conforme dispõe o item II, b, 5, ii do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 107/2010;

Providência implementada:

Para esclarecer essa situação a PROAD informou que “CONFORME INFORMAÇÃO DO REITOR, ESSE ITEM SERÁ INCLUÍDO APÓS O RELATÓRIO DA UNAI E APROVAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR”. Entretanto, apresentou as fls. 214 a conclusão do Relatório de Gestão 2010. **Ficou esclarecida esta inconsistência.**

9. Apresentar o Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse;

Providência implementada:

Sobre a ausência do presente relatório o Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse, conforme recomendado pelo Ofício Circular 006/2011/AECI/GM-MEC, de 22 de fevereiro de 2011, em atendimento ao Ofício Circular 002/2011/AECI/MEC/GM de 13 de janeiro de 2011, a PROAD informou que “TAIS QUADROS NÃO FORAM APRESENTADOS EM RAZÃO QUE NÃO SE APLICA E OS QUADROS SOLICITADOS PELO MEC JÁ ESTÃO CONTEMPLADOS NO RELATÓRIO, ATRAVÉS DO QUADRO LXXXV. E SEGUNDO A CGU TAL QUADRO SOLICITADO PELO MEC NÃO DEVE SER APRESENTADO NO RELATÓRIO DE GESTÃO, NO ENTANTO, ANTE AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ÓRGÃOS, APRESENTAMOS O QUADRO LXXXV COM AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS, HAJA VISTA QUE O QUADRO SOLICITADO PELO MEC NÃO SE APLICA A INSTITUIÇÃO”. Portanto, sendo apresentado novo quadro acostado às fls. 133-135 com as adaptações necessárias. **Recomendação Atendida.**

10. Apresentar na estrutura da Reitoria do IFMT, a Unidade de Auditoria Interna e Gabinete da Reitoria, com a respectiva chefia.

Providência implementada:

Para esclarecer essa situação a PROAD justifica informando que “ITEM NÃO INSERIDO, HAJA VISTA, QUE FORA CONSIDERADO COMO REITORIA SOMENTE AQUELES DEFINIDOS NA LEI N. 11.892/08”. **Ficou esclarecida esta situação.**

11. Apresentar o Rol de Responsáveis, contendo informações inerentes à atos formais de nomeação, designação ou exoneração, incluindo a data de publicação no Diário Oficial da União ou em documentos de divulgação pertinente, e o endereço residencial completo, nos moldes do art. 11 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010

Providência implementada:

A PROAD justifica que “INFORMAÇÕES CONSTANTES NO SIAFI, SEGUNDO ORIENTAÇÃO DA CGU, ERA P/ FAZER SOMENTE UM EXTRATO SIMPLIFICADO”, entretanto, apresentou o rol de responsáveis contendo informações descritas no art. 11 da IN TCU nº 63/2010. Porém, através do Relatório nº 08/2011-VLDS, constatamos que não está atualizado o campo referente ao endereço residencial de 33 (trinta e três) agentes. **Situação Atendida parcialmente.**

Cabe ressaltar que esta análise foi realizada no Relatório de Gestão do exercício 2010 em sua versão preliminar em nossas recomendações a PROAD, em alguns momentos, foi solicitado orientação da CGUMT para inclusão ou não desses itens apontados por esta unidade.

I I I – Informações Contábeis – a declaração do contador responsável sobre os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI, de que os mesmos refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade, está em conformidade com o Anexo II da DN/TCU nº 107/2010.

3.2. – DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE

No Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2010 foram planejadas ações nos campi: Cuiabá, Cáceres, São Vicente, Juína, Pontes e Lacerda, Campo Novo dos Parecis, Rondonópolis, Barra do Garça e Confressa. Entretanto, priorizamos as ações desta Auditoria Interna nos Campi São Vicente, Cáceres e Cuiabá por se tratarem das antigas autarquias e por manterem sob suas responsabilidades, no primeiro semestre de 2010, a execução orçamentária de suas ex-UNED's a elas vinculadas antes da edição da Lei nº 11.892/2008.

Com base no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2010 e nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria constatamos o seguinte:

3.2.1. Os processos de cessão de servidores para outros órgãos da Administração Pública foram verificados através dos Relatórios nºs. 03 e 08/2010- VLDS⁶, constatamos ausências de reembolsos dos valores pagos a título de remuneração e encargos sociais por parte dos cessionários.

Até o momento não houve manifestação por parte da área auditada quanto às recomendações desta unidade.

3.2.2. A exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730/93, Decreto nº 5.483/2005 e Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298/2007 pelos ocupantes de Função Gratificada e Cargo de Direção, foram verificadas através dos Relatórios nºs. 04, 09/2010-VLDS e 07/2011 - VLDS e constatamos que 46 servidores não entregaram a referida declaração.

Até o momento não houve manifestação por parte da área auditada quanto as recomendações desta unidade.

3.2.3. Os procedimentos referentes a concessão e pagamento do Adicional de Insalubridade/Periculosidade foram acompanhados através do Relatório de Auditoria nº 005/2010-VLDS. Foram detectadas algumas irregularidades, tais como: pagamento efetuado a servidores em área de lotação caracterizada pelo Laudo Técnico como não insalubre/penosa, a servidor com afastamento para capacitação e a servidores em área de lotação sem laudo técnico.

Providência implementada:

As recomendações foram atendidas parcialmente, pela Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos, realizando a suspensão da concessão. Entretanto, não houve devolução ao erário, por parte de alguns servidores, dos valores recebidos indevidamente.

3.2.4. Os procedimentos para a contratação de professor substituto foram acompanhados através dos Relatórios n.ºs 06 e 14/2010- VLDS. Foram detectadas ausências de documento do departamento solicitando a contratação do professor, contendo regime de trabalho, disciplinas que serão ministradas, origem da vaga e do valor estimado, bem como da dotação orçamentária no processo seletivo simplificado.

Até o momento não houve manifestação por parte da área auditada quanto às recomendações desta unidade.

3.2.5. Através do Relatório n.º 04/2010- VLDS foi verificada a concessão do Auxílio Transporte aos servidores removidos e detectamos valores pagos acima do devido.

Providência implementada:

A Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos fez levantamento nas concessões e pagamento de todos os servidores removidos notificando-os quanto a restituição ao erário dos valores recebidos indevidamente. Houve por parte desta Unidade de Auditoria a verificação dos valores devolvidos e consideramos atendidas as recomendações.

3.2.6. Os procedimentos para a contratação de estagiários foram acompanhados através do Relatório n.º 13/2010- VLDS e detectadas ausências de assinatura do representante da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT no Termo de Compromisso, de cláusula que expresse o número da apólice e o nome da seguradora contratada a favor do estagiário, de documento dos Departamentos solicitando a contratação de estagiário, de valor estimado (contendo: valor da bolsa, auxílio transporte) e de indicação do recurso para a despesa.

Providência implementada:

A Pró-Reitoria de Extensão informou que estão adotando medidas para formalizar adequadamente os processos que normaliza a relação desse ato, essas providências foram verificadas por esta AUDIN e serão acompanhadas nas próximas auditorias planejadas para 2011.

3.2.7. Através do Relatório n.º 01/2010-EMFR⁷ foi verificada a concessão e pagamento da Gratificação adicional por tempo de serviço e foi detectado pagamento à maior desse adicional.

Até o momento não houve manifestação por parte da área auditada quanto às recomendações desta unidade.

3.2.8. Pelo Relatório n.º 15/2010- VLDS foi verificado o pagamento do auxílio-transporte e o recolhimento da taxa de ocupação dos servidores ocupantes dos imóveis do campus Cáceres, constatamos pagamento de auxílio-transporte a servidores, que pela base de Cálculo não tem valores a receber, ausência de pagamento da taxa de ocupação de um servidor, divergência entre os valores do consumo de energia elétrica registrada na relação dos ocupantes dos imóveis e o desconto efetuado na folha de pagamento dos servidores, ausência de documento que regulamenta a relação entre a Administração do Campus Cáceres e o servidor ocupante do imóvel.

Até o momento não houve manifestação por parte da área auditada quanto às recomendações desta unidade.

3.2.9. Pelos Relatórios n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 08, 10, 11, 12, 14/2010-EJN e 02, 03, 04, 05/2010-RBC foram analisados procedimentos para aquisição e contratação de bens e serviços. De uma forma geral foi constatada a fragilidade na formalização dos processos, com relação a: ausência de assinatura, numeração das folhas e seqüência cronológica inadequada. Regularmente,

7 EMFR – Elaborado pela servidora Eloá Maria F. Rondon.

constatamos ausência de indicação do recurso próprio para as despesas consignadas. Nos processos dos Campi Cáceres e São Vicente foram detectadas, na maioria das amostras analisadas, a ausência do parecer jurídico e na análise da execução do contrato foi constatada a inexistência de relatórios do fiscal, bem como, ausência do pronunciamento do fiscal quanto a prorrogação desses contratos.

Ainda nos Campi São Vicente e Cuiabá ocorreram a extrapolação do limite na contratação direta.

Constatamos também Contratação de Professor Substituto por Dispensa de Licitação para ministrar aulas no Núcleo Avançado de Campo Verde e com pagamento antecipado, ausência de Segregação de função entre a função de Diretor de Administração e Planejamento e a função de fiscal de obra no Campus Cáceres e ausência de pesquisa de mercado na contratação direta;

3.2.9.1. Nos Relatórios de Auditoria nºs. 06, 09 e 15/2010- EJM constatamos falhas no controle de utilização da frota, nos inventários do almoxarifado e dos bens patrimoniais. Detectamos ainda, as seguintes inconsistências: registro inadequado nas fichas de entrada e saída de veículos; bens permanentes em estoque no almoxarifado; termo de responsabilidade desatualizado; ausência de plaquetas de identificação de bens; e ausência de bens no setor de lotação descrito no inventário.

3.2.9.2. No Relatório de Auditoria Nº. 01/2010-EJM foi constatado falhas na elaboração constante na Planilha Orçamentária-Financeira do IFMT – Campus Cuiabá, recomendamos efetuar o abatimento do valor majorado da Planilha apresentada pelo licitante vencedor.

Providência implementada:

O Presidente da Comissão de Licitação justificou que de fato houve uma troca de preços e que para correção deve ser formalizado aditamento negativo para o item alvenaria de ½ vez em tijolos furados, com diferença de R\$ 4,28 por cada metro quadrado de alvenaria.

Esta medida vai ser acompanhada por esta AUDIN em 2011.

3.2.9.3. No Relatório de Auditoria Nº. 02/2010-EJM realizado nos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação do Campus Cuiabá foi constatado falhas na formalização desses processos.

Providência implementada:

Houve atendimento do gestor quanto as recomendações desta AUDIN. Foram eliminadas as constatações.

3.2.10. Através do Plano de Trabalho nº 04/2011 que previa a realização de auditoria no Campus Cuiabá - Bela Vista no período de 30/11 a 12/01/2011, com o objetivo de efetuar auditoria nos processos de: licitação na modalidade pregão, contratação direta, auxílio a estudante, INSS patronal, diárias e passagens e suprimento de fundos. Não foi realizada a referida auditoria nas ações operacionais desenvolvidas pelo Campus Cuiabá - Bela Vista devido às restrições impostas quanto ao envio das amostras solicitadas por esta unidade, impedindo dessa forma o exame na documentação do campus.

3.2.11. Através do Relatório de Auditoria nº 12/2011- HHC foi examinada a adequabilidade das demonstrações contábeis, referente ao exercício de 2010 e o cumprimento dos preceitos legais e fiscais. Em nossa análise constatamos:

O orçamento para o ano de 2010, aprovado pelo Congresso Nacional e autorizado pela Lei Orçamentária nº 12.214/2010 estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício de 2010. O Instituto Federal de Mato Grosso, Autarquia que faz parte da Administração Indireta da União, teve a despesa fixada para o ano de 2010, o montante de R\$ 109.650.074,00, porém com as suplementações, anulações/precatórios e destaques, o saldo final para o exercício ficou em R\$ 134.843.029,45, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 01 – Despesa

(+) Orçamento inicial (créditos orçamentários)	R\$ 109.650.074,00
(+) Suplementações	R\$ 22.266.725,00
(-) Destaques concedidos	R\$ 233.713,00
(+) Destaque	R\$ 3.159.943,45
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	R\$ 134.843.029,45

Balanco Orçamentário: demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas (art. 102 da Lei nº 4.320/64). Destacamos as seguintes informações retiradas do Balanço Orçamentário de 2010:

A previsão inicial da receita foi de R\$ 131.057.313,00. Conforme o Balanço Orçamentário, a Previsão Atualizada passou para o montante de R\$ 132.828.461,45 e, considerando o excesso de arrecadação de R\$ 682.688,00 e o Superávit Financeiro do Exercício Anterior de R\$ 174.000,00 o valor da Previsão da Receita passa a ser R\$ 134.840.231,45.

A dotação inicial da despesa foi de R\$ 109.650.074,00, e com a autorização de créditos adicionais passou a ser de R\$ 134.840.231,45, segundo o Coordenador-Geral de Contabilidade do IFMT o acréscimo ocorreu “devido ao fato do aumento das despesas com pessoal durante o decorrer do exercício financeiro de 2010”, conforme consta no Memo nº 013/2011 - CGCONT/IFMT de 18 de março de 2011.

O resultado da Previsão Orçamentária Atualizada foi deficitário de R\$ 2.011.770,00, ou seja, a Receita Prevista Atualizada foi menor que a Dotação Atualizada no exercício financeiro.

Pela Execução da Despesa no valor de R\$ 130.390.012,48 e a Realização da Receita de R\$ 112.745.272,88, o Balanço Orçamentário demonstrou um resultado deficitário no valor de R\$ 17.644.739,60. Segundo o Coordenador-Geral de Contabilidade do IFMT “o resultado deficitário do balanço orçamentário ocorreu devido a falta de repasse de recursos pelo Ministério da Educação para cobrir as despesas em sua totalidade”.

A receita prevista atualizada em comparação com a receita realizada demonstra a diferença de 15,12% (R\$ 20.083.188,57) representa a falta de arrecadação/realização em relação à previsão da receita. De acordo com o Coordenador-Geral de Contabilidade do IFMT essa diferença é devido a falta de repasses pelo Ministério, implicando na falta de arrecadação.

Para cada R\$ 1,00 de Despesa Fixada, houve R\$ 0,9670 de Despesa Executada, ou seja, o total da execução da despesa dividido pelo total da fixação da despesa é igual o percentual de execução em relação ao Orçamento, demonstrando um elevado grau de eficiência no planejamento e execução dos gastos. Da Dotação Atualizada de R\$ 134.840.231,45 (100%), foi executada o valor de R\$ 130.390.012,48 (96,70%), gerando uma diferença de R\$ 4.450.218,97 (3,3%).

O total do Ativo e Passivo resultou no valor de R\$ R\$ 144.932.826,85. O Patrimônio Líquido do IFMT corresponde a R\$ 123.132.133,30, obtido pela diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real, identificado como Ativo Real Líquido.

O saldo do Ativo Financeiro apresenta o montante de R\$ 54.542.138,39 e do Passivo Financeiro o total de R\$ 54.377.568,10. Portanto, a diferença do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro resulta em superávit Financeiro do Exercício de R\$ 164.570,29, sendo que o saldo deste é igual ao saldo apresentado na Demonstração das Disponibilidades.

O Resultado do Período no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 64.439.944,27 é igual ao Superávit apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Financeiro do Exercício apresenta o valor de R\$ 604.740,52, da diferença entre o saldo final e o saldo inicial das disponibilidades, corresponde a diferença entre a soma das receitas orçamentárias e extra-orçamentárias e a soma das despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

A conta contábil 10000.00.00 – ATIVO apresenta o saldo de R\$ 513.219.490,89 e a conta contábil 20000.00.00 – PASSIVO apresenta o saldo de R\$ 448.779.546,62, sendo que a diferenças das contas resulta num aumento patrimonial na ordem de R\$ 64.439.944,27, isto é, um resultado patrimonial superavitário.

Saldos Transitórios: A tempestividade do registro dos fenômenos patrimoniais é imprescindível para aproximar a imagem fiel das mudanças ocorridas no patrimônio; portanto, tão logo o fato patrimonial seja percebido ou dele se tome conhecimento, é necessário o seu registro de imediato. A análise consiste em verificar nas contas contábeis que, por suas características de natureza transitória, devam ser regularizadas em determinado período, seja por baixa ou por transferência para outras contas.

As obrigações a recolher referem-se a consignações, Recursos da União, do Estados e do Municípios e encargos sociais, cujos saldos devem estar zerados, demonstrando que as consignações e demais valores apropriados foram efetivamente recolhidos dentro dos prazos legais ou restituídos aos respectivos proprietários. Entretanto, detectamos saldos nas contas 21114.00.00 – Tesouro Estadual e Municipal e a 21123.00.00 – Recursos do Tesouro Nacional no valor de saldos de R\$ 9.279,05 e R\$ 183.352,67, respectivamente.

Os saldos de Restos a Pagar inscritos nos exercício de 2003, 2007 a 2009, referem-se a execução das ex-autarquias. Sendo que, o ano de 2003, apresenta um saldo de R\$ 944,00, contrariando o Decreto nº 5.329, de 30 de dezembro de 2004, que estabelece o prazo de até 31 de dezembro de 2005 para regularizar os saldos de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2003 e anteriores.

Sobre a recomendação da CGU de minimizar as ações de inscrição a Restos a Pagar, principalmente naqueles casos motivados por auto empenho, foi limitada somente nos casos de diárias e pagamento a colaboradores de vestibulares e concurso do IFMT.

A vigência dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007 a 2009, foi prorrogada até 30 de abril de 2011, conforme o Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010.

Não existem saldos nas contas do Grupo Valores em Trânsito Realizáveis, representados pelas contas contábeis 11261.00.00 – Valores a Creditar, 11266.00.00 – Valores a Creditar – Depósito Direto na Conta Única e 11268.00.00 – Saques por Cartão de Crédito a Classificar.

Não há saldo na conta 21219.60.02 – Suprimentos de Fundos, pois na liberação de Suprimentos de Fundos a liquidação da despesa e o seu pagamento devem ocorrer de forma concomitante. Contudo, na conta 21268.00.00 – Cartão de Pagamento do Governo Federal, apresenta o saldo de R\$ 2.302,51, com faturas pendentes de pagamento e valores pendentes de saque.

No Grupo da Conta 19913.00.00 – Diversos Responsáveis – em Apuração, detectamos um saldo de R\$ 14.953,64, referente à somatória das contas contábeis 19913.06.00 – Pagamentos sem Respaldo Orçamentário no valor de R\$ 2.588,18 e na conta 19913.07.00 – Créditos Antecipados no

valor de R\$ 12.365,46. De acordo com pesquisa efetuada no SIAFI, em 16 de março de 2011, essa conta ainda não foi regularizada e há registro desse saldo desde dezembro de 1993.

O saldo da conta contábil 52233.00.00 – Movimento de Fundos Próprios, no valor de R\$ 55.336.623,38, está compatível com o saldo da conta contábil 62233.00.00 – Movimento de Fundos Próprios.

Escrituração indevida do pagamento de licenciamento da frota, registrando um saldo de R\$ 2.256,61 na conta contábil 33390.47.05 - Imposto s/ Propr. de Veículos Automotores-IPVA.

O saldo registrado no SIAFI em 31/12/2010 referente as contas 11318.01.00 – Material de Consumo, 11318.02.00 – Gêneros alimentícios e a 11318.0800 – Material de Expediente foi de R\$ 1.806.826,85, esse valor comparado com os saldos existentes nos almoxarifados dos Campi constatamos uma diferença de R\$ 1.329.708,81.

A falta de informações atualizadas referentes ao imobilizado dos campi e da reitoria deste IFMT, não foi possível realizar uma análise comparativa entre o saldo do inventário e o saldo do Balanço Patrimonial.

Comparando o saldo do imobilizado no exercício de 2009 com o de 2010 verificamos uma evolução de R\$ 43.632.244,21 para R\$ 113.205.246,53, houve um acréscimo patrimonial de R\$ 69.573.002,32 correspondendo um aumento de 156,83%.

Diante do exposto recomendamos:

RECOMENDAÇÃO 01: Padronizar o sistema de patrimônio e almoxarifado.

RECOMENDAÇÃO 02: Regularizar o saldo de Restos a Pagar Processados de 2003.

RECOMENDAÇÃO 03: Incluir notas explicativas, no sentido de fornecer informações qualitativas para uma melhor compreensão dos demonstrativos financeiros. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBCT 16.6, aprovada pela resolução do CFC nº 1.133/2008.

RECOMENDAÇÃO 04: Efetuar a regularização da Conta 19913.00.00 – Diversos Responsáveis.

RECOMENDAÇÃO 05: Efetuar o lançamento do pagamento de licenciamento da frota na conta contábil 33390.47.10 - Taxas

RECOMENDAÇÃO 06: Regularizar a conta contábil 1.1.3.1.8.00.00.

3.3. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Foram elaborados por esta Unidade de Auditoria Interna 31 (trinta de um) Relatórios de Acompanhamento da Gestão, referentes ao exercício 2010.

As recomendações efetuadas pela Auditoria Interna, referentes às constatações descritas nos relatórios, foram encaminhadas à Administração Superior dos campi auditados para conhecimento e encaminhamentos pertinentes, contendo sugestões para o aprimoramento dos procedimentos administrativos. As providências cabíveis, até a presente data, foram implementadas apenas para os procedimentos analisados e constatados nos Relatórios nºs. 04/2010- VLDS que trata da concessão do Auxílio Transporte aos servidores removidos, neste relatório as recomendações foram atendidas integralmente, entretanto, nos Relatórios de nºs 01, 02/2010/EJN, 02/2010/RBC, 13/2010- VLDS e 005/2010- VLDS o atendimento foi parcial e nos demais as providências encontram-se pendentes.

3.4. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

○ **Acórdão nº 4.511/2010 – TCU – 2ª Câmara – Campus Cuiabá**

1.5.1. Alertar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, sucessor do CEFEMT, para a necessidade de implementar as recomendações expedidas pela CGU ao subitem 5.1.1.3 do Relatório de Auditoria da CGU nº 189675.

Recomendação do subitem 5.1.1.3: 001

- Seja elaborado estudo para a contratação de serviços de reprografia, o qual deve trazer, dentre outros: levantamento de média mensal e anual de cópias nos últimos anos, valor mensal e anual médio gasto com cópias, valor médio de mercado de uma cópia, valor médio da cópia em contratos de locação de equipamentos em outros órgãos públicos do estado, comparativo de valores em caso de aquisição/locação dos equipamentos;

- Que seja efetuada a rescisão do contrato firmado e abertura de novo processo licitatório, na modalidade pregão, conferindo-lhe ampla divulgação e publicidade, objetivando garantir, nessa nova licitação, condições mais vantajosas e, no mínimo, similares ao dispêndio financeiro atualmente realizado com cópias;

- Que evite a inclusão, no contrato de reprografia, de cláusulas prevendo ou possibilitando o compartilhamento do espaço físico e dos equipamentos entre a prestação de serviços à administração da unidade e a exploração dos serviços junto ao público acadêmico;

- Que seja feita consulta a Gerência Regional de Patrimônio da União – GRPU ou solicitado pelo menos 03 (três) orçamentos com corretores registrados no CRECI acerca do valor imobiliário do espaço para locação, considerando o volume de cópias demandado pela comunidade escolar, sendo esta uma clientela exclusiva à qual a empresa contratada tem acesso, bem como as despesas com energia elétrica, não suportadas pela mesma e que, portanto, devem compor o valor da locação;

- Que passe a observar o prazo mínimo entre a publicação do aviso do edital e o recebimento da proposta; que reproduza fielmente o objeto do edital nos avisos publicados; exija da empresa contratada a prestação de garantia estipulada no edital; exija da empresa contratada a apresentação do contrato social e todas as suas alterações;

- Passe a submeter à prévia apreciação da assessoria jurídica os editais e minutas de contratos;

- Faça juntar nesse e nos processos futuros o ato de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

- Nomeie para esse e para processos futuros, fiscal para acompanhamento e controle do contrato.

- Desenvolva adequados mecanismos de fiscalização e acompanhamento dos contratos de serviços, visando avaliar com coerência a qualidade e efetividade dos serviços prestados.

Providência implementada: Na realização de auditoria no Campus Cuiabá, executada no período de 18/11/2010 a 14/01/2011 constatamos, através de pesquisa no site comprasnet, a publicação da ata do pregão nº 026/2010 originado do processo no 23194.002963/2010-01 que trata da contratação de serviço de reprografia, entretanto, não foi possível analisá-lo, pois o processo estava em andamento.

○ **Acórdão nº 1306/2010 – TCU – 2ª Câmara – Campus Cáceres**

1.5.1.1. observe as normas relativas à concessão e comprovação de suprimento de fundos, notadamente, os dispositivos da Lei n. 4.320, de 1964, art. 68, Decreto nº 93.872, de 1986, art. 45, e o Decreto-Lei nº 200, de 1967, art. 74, § 3º, adotando providências imediatas para o ressarcimento de despesas realizadas indevidamente;

Providência implementada: Foi constatado o ressarcimento ao erário no mês de julho/2010 no valor de R\$ 313,00 (trezentos e treze reais).

II.1.1.1. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a conclusão dos trabalhos de apuração da ocorrência de acumulação ilegal de cargos pelo servidor, matrícula Siape n.º 2346865, que atua sob o regime de dedicação exclusiva, e que estaria trabalhando também na Universidade do Estado de Mato Grosso;

1.5.1.3. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas para o desconto, nos termos previstos no art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, dos acréscimos remuneratórios percebidos indevidamente a título de exercício de cargo em regime de dedicação exclusiva, no caso do mencionado servidor, e nos demais, em que a irregularidade for confirmada;

Providência implementada: - Em resposta, através do Relatório Circunstanciado das Providências Adotadas, o Diretor Geral do Campus Cáceres explica que o Ato do Governo do Estado de Mato Grosso, Nº 3456/2007, de 04 de setembro do mesmo ano, exonerando, a pedido, a partir de 22 de março de 2007 e a Portaria de Alteração de Regime de trabalho nº 48, de 30 de março de 2007, da EAFC passando de 40 horas aula para DE. Esses documentos foram verificados na auditoria realizada através do Relatório nº 02/2010-MPCR⁸.

1.5.1.4. observe o disposto no art. 230 da Lei n.º 8.112/1990, com a nova redação dada pelo art. 9º da Lei n.º 11.302, de 10 de maio de 2006, adotando critérios uniformes e objetivos de assistência médica e odontológica dos servidores dessa instituição, em obediência ao princípio da isonomia;

Providência implementada: Em resposta, o Diretor Geral do Campus Cáceres, através do Relatório Circunstanciado das Providências Adotadas, explica que essa situação não mais existe, que essas despesas estão sendo pagas somente a servidores que possuem plano de saúde, e o ressarcimento está sendo efetuado via folha de pagamento.

1.5.1.5 implemente melhorias na fiscalização do contrato de prestação de serviços de transporte de alunos, exigindo do contratado a apresentação mensal de comprovantes das viagens efetivamente realizadas, para que seja possível garantir a coerência do pagamento, conforme o disposto no art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993;

Providência implementada: Em resposta, o Diretor Geral do Campus Cáceres, através do Relatório Circunstanciado das Providências Adotadas, explica que já adotou o procedimento de solicitar relatório mensal de todas as viagens realizadas. No Relatório de Auditoria nº 12/2010-EJN realizada no período de 27/09 a 07/10/2010 constatamos a ausência da manifestação do fiscal do contrato quanto aos serviços executados, anterior a cada pagamento.

1.5.1.6. com base nas notas e cupons fiscais de abastecimento de combustível, efetue o levantamento da quantidade de álcool adquirida mensalmente por meio do Contrato n.º 01/2007 para, desta forma, confrontando com os preços cobrados à época pelo fornecedor aos clientes em geral, providencie o ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior durante o exercício de 2007, em obediência ao estipulado na cláusula sexta do contrato e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Providência implementada: Em resposta, o Diretor Geral do Campus Cáceres, através do Relatório Circunstanciado das Providências Adotadas, explica que determinou ao setor de contabilidade fazer o levantamento no sentido de obrigar o fornecedor a devolver os valores pagos a maior do Contrato nº 001/2007.

○ **Acórdão nº 462/2010 – TCU – 1ª Câmara – São Vicente**

1.5.1.1. providencie os equipamentos de proteção individual pertinentes para fins de neutralização da insalubridade (conforme previsto no capítulo 8, Conclusões, do Levantamento Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, de janeiro de 2007, engenheiros de segurança Oswaldo Paulino Filho e José Cristino da Costa), para fins de cumprimento ao disposto no art. 13 da Orientação Normativa nº 4, de 13 de julho de 2005, do MPOG (fls. 411/3);

Estágio de Implementação: Não houve manifestação do gestor.

1.5.1.2. cessado o risco, providencie novo levantamento das condições ambientais de trabalho, para fins de avaliar a suspensão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso I, e 12 da ON nº 4/2005 do MPOG;

Estágio de Implementação: Não houve manifestação do gestor.

1.5.1.3. adote providências para o saneamento das irregularidades apontadas pela CGU em seu Relatório de Fiscalização 175165, relativo ao exercício de 2005, que ainda não tiverem sido solucionadas.

1.5.2. ao IFET Mato Grosso e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão que prevejam recursos orçamentários suficientes para que o CEFET Cuiabá possa efetuar o reativamento das cercas existentes e a implantação de cercas nas divisas, onde inexistente, se tal providência ainda não foi tomada;

Estágio de Implementação: Conforme projeto básico apresentado pelo Diretor Geral do Campus São Vicente e protocolado na SETEC em AGO/2010, o gestor solicita recurso no valor de R\$ 1.110.310,88 para construir cerca com mourões de concreto armado nos limites do campus.

1.6. Recomendar ao IFET Mato Grosso que, em seu próximo relatório de gestão, efetue análise da evolução temporal dos principais indicadores de gestão, bem como análise comparativa dos mesmos com os de outras instituições semelhantes, com o objetivo de obter uma visão sistêmica do desempenho da instituição, como preconizado pelo art. 1º, § 1º, inc. IV da IN TCU 57/2008.

Providência implementada: Os indicadores apresentados estão de acordo com o que foi estabelecido no FDE, dessa forma, a Instituição excluiu todos aqueles outros indicadores que constavam nos relatórios de gestão anteriores, e deixou somente o que foi estabelecido pelo FDE e TCU.

○ **Acórdão nº 1303/2010 – TCU – 2ª Câmara – Campus São Vicente**

1.5.1. ao IFMT/Cuiabá que adote providências, a fim de manter o controle das prestações de contas dos suprimentos de fundos dessa entidade, adotando medidas imediatas, para apuração de responsabilidade e obtenção do ressarcimento dos valores não comprovados, a começar

pelo Processo nº 2300.088523/2007-50, cuja prestação de contas, no valor de R\$ 1.320,00, não foi apresentada à Controladoria-Geral da União (CGU), por não ter sido localizado, conforme Relatório CGU nº 208514;

A determinação faz referência a constatação do item 1.1.2.3 letra “b” do Relatório CGU que se refere ao suprimento de fundos nº 30/2007, cujo processo é de número 23000.088654/2007-37 e não o processo descrito na determinação TCU.

Providências: Foi providenciado o ressarcimento via GRU no valor de R\$ 1.320,00, o qual foi objeto de verificação por esta unidade.

○ **Acórdão nº 6823/2010 – TCU – 2ª Câmara**

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Inês de Lima e negar registro ao ato de fls. 2/6;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado n.º 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que adote as seguintes providências no prazo de quinze dias:

9.3.1. dê ciência à interessada Inês de Lima do inteiro teor desta deliberação e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3

Providência implementada:

Através da Portaria/Reitoria-IFMT nº 221, de 10 de março de 2011, foi atendido o item 9.3.2 do Acórdão nº 6823/2010 – TCU – 2ª Câmara.

○ **Acórdão nº 5323/2010 – TCU – 2ª Câmara**

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 39 da Lei n.º 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Marildes Santana da Costa e negar registro ao respectivo ato;

9.2. aplicar o Enunciado n.º 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte para dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos pela interessada;

9.3. determinar ao Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que adote, no prazo de quinze dias, as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência à Sra. Marildes Santana da Costa do inteiro teor desta deliberação e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. cesse os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3.

Providência implementada:

A alteração determinada nos itens 9.3.1 e 9.3.2 foram verificada e comprovadas no Processo nº 23188.002300/2010-68 por esta AUDIN.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

- Plano de Providência Permanente do Exercício de 2010.

Nº da Constatação: (070)

Recomendamos aos gestores das unidades dos campi do IFMT reavaliar as metodologias de levantamento dos dados e de estruturação dos cálculos dos indicadores, com vistas a promover aprimoramentos no planejamento, na definição e na coleta dos dados e informações, consubstanciando, também, com elementos externos organizacionais que possam nortear ou agregar valores para a instituição.

Recomendamos que tais levantamentos sejam realizados periodicamente durante o próprio exercício, pelo menos trimestralmente por todos os campi, de modo a colher subsídios e elementos técnicos que possam ser divulgados por meio de relatórios gerenciais semestrais de todo o IFMT. Entendemos que tal prática contribuirá sobremaneira para o aperfeiçoamento da administração, facilitando a consolidação dos indicadores para fins de consignação no Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício da Unidade, traduzindo, assim, com mais eficiência, eficácia e efetividade os indicadores da própria gestão.

Providência implementada:

1. Foram apresentados todos os indicadores de gestão determinados pelo Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário, sendo que os mesmos acompanham os dados primários relativos aos componentes necessários ao seu cálculo;

2. Na Tabela XCIII do Relatório de Gestão foram cumpridas as deliberações do TCU, acostado às fls. 157. As Providências Adotadas para atendimento ao Acórdão 462/2010, sobre a análise comparativa dos indicadores de gestão do IFMT com de outras instituições semelhantes. Dessa forma será possível incluir no relatório de gestão de 2011, pois os indicadores da Instituição foram inseridos no SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação, no início do exercício de 2011, ano que foi disponibilizado nesse sistema o Link para acesso ao armazenamento de dados.

Nº da Constatação: (026)

Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização dos processos, recomendamos a implementação dos modelos abaixo identificados (1º modelo- DEMONSTRATIVO DE DESPESAS EFETUADAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS - CRÉDITO EM CARTÃO e 2º modelo - DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS DESPESAS EFETUADAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS).

Providência implementada:

Elaboração de minuta de Portaria que Regulamenta, no âmbito do IFMT, a concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos.

Nº da Constatação: (069)

Recomendamos aos gestores das unidades dos campi do IFMT aprimoramentos no planejamento das ações administrativas e operacionais a serem desenvolvidas ao longo do exercício, minimizando as ações de inscrições em Restos a Pagar, principalmente naqueles casos motivados por auto empenho. Deverá ser restringida ao máximo esta prática, limitando-se somente aos casos de força maior desde que estejam devidamente justificados e respaldados por normativos legais.

Nº da Constatação: (012)

Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização dos processos, recomendamos observar o que disciplina a legislação vigente (Lei 8112/90, Art.96-A, caput e §2º) de forma a evitar concessões de afastamentos para participação em programas de mestrado e doutorado.

Estágio de implantação: Esta verificação será contemplada no Plano de Trabalho desta AUDIN para o exercício de 2011.

Nº da Constatação: (029)

Considerando a preservação do interesse público e o fato do pagamento dessa substituição estar desprovido de amparo legal, em razão de não haver legislação da espécie que legitime esse pagamento a eventual servidor substituto de substituto, recomendamos que a servidora beneficiada recolha ao erário público os valores recebidos a título de substituição, conforme preceitua a Lei 8112/90, em seu artigo 46.

Estágio de implantação: Foi verificada, via Sistema SIAPE, a ficha financeira da servidora e até a presente data não constatamos o recolhimento ao erário público.

Nº da Constatação: (031)

Recomendação nº: 001

Recomendamos observar o que disciplina a Norma de Execução NE/COGRH/SAA/MF nº 022, de 06.07.98, item 9 "Da licença para tratamento de saúde do servidor", subitem 9.2 "O prazo para apresentação do atestado emitido por médico particular ao Serviço Médico é de 72 (setenta e duas) horas úteis da data do início do afastamento ".

Recomendação nº: 002

Recomendamos atentar para os seguintes subitens da citada Norma de Execução: subitem 9.4.1 "O atestado médico apresentado não deverá sofrer alterações. Havendo discordância quanto aos prazos, o Serviço Médico emitirá novo atestado em substituição ao apresentado." subitem 9.6 "É responsabilidade do servidor, findo o prazo de licença médica, retornar ao trabalho

ou procurar o Serviço Médico se não se considerar apto para retornar, exceto quando o próprio atestado fornecido pela Junta Médica condicionar a alta à nova inspeção médica, conforme art. 204, da Lei nº 8112/90."

Recomendação nº: 003

Observar, também, os prazos para efeito de usufruto da licença médica, conforme disciplina a Lei 8112/90, Art. 203. Para licença até 30 (trinta) dias, a inspeção será feita por médico do setor de assistência do órgão de pessoal e, se por prazo superior, por junta médica oficial. § 4o - O servidor que durante o mesmo exercício atingir o limite de trinta dias de licença para tratamento de saúde, consecutivos ou não, para a concessão de nova licença, Independentemente do prazo de sua duração, será submetido à inspeção por junta médica oficial. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 204. Findo o prazo da licença, o servidor será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Providência implementada:

Através do Memorando Circular nº 039, de 01 de fevereiro de 2011, a Reitoria do IFMT divulga as mudanças ocorridas nos recebimentos e trâmites de processos de licenças tendo em vista a implantação do Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor –SIASS.

Nº da Constatação: (054)

Manter atualizado o cadastro funcional dos servidores cedidos e ativos permanentes no Sistema SIAPE, como também manter devidamente instruídos os correspondentes processos de cessão desses servidores, atentando para a sua devida formalização, considerando o pedido de liberação e a autorização ministerial correspondente para a cessão, a portaria de publicação no DOU, as folhas de frequência mensais periodicamente remetidas do órgão cessionário para o órgão cedente e as guias de recolhimento da União - GRU - mensais demonstrando a restituição do ônus para o erário público da União.

Estágio de implantação: Esta verificação será contemplada no Plano de Trabalho desta AUDIN para o exercício de 2011.

Nº da Constatação: (055)

Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização desse processo, recomendamos organizar adequadamente o processo de admissão do servidor matrícula SIAPE 01585542, encaminhando-o o mais breve possível para reanálise da CGUMT.

Estágio de implantação: Esta verificação será contemplada no Plano de Trabalho desta AUDIN para o exercício de 2011.

Nº da Constatação: (065)

Recomendamos proceder à imediata atualização dos laudos periciais para que sejam identificadas as reais situações que amparam os pagamentos desses benefícios com os correspondentes graus de classificação. A Unidade deverá atualizar os pagamentos desses benefícios somente a quem fizer jus, suspendendo a concessão daqueles que não estão expostos a essas áreas de trabalho. Recomendamos que esta perícia seja realizada no âmbito de todos os campi do IFMT de modo a permitir o devido pagamento a quem de direito, em conformidade com o grau de classificação (tanto para as áreas periculosas quanto para as insalubres), principalmente em razão da reestruturação do IFMT com a criação de novos campi e das consequentes reorganizações internas administrativas, operacionais e laboratoriais.

Estágio de implantação: Até a presente data não houve alteração do fato constatado.

Nº da Constatação: (068)

Recomendação nº:001

Entendemos oportuno proceder à atualização de todos os formulários de controle para a concessão do Auxílio Transporte, estendendo este trabalho a todos os servidores do IFMT (todos os campi) de modo a evitar ônus indevido ao erário relativo a servidores que não mais fazem jus a este pagamento.

Recomendação nº:002

Recomendamos a atualização de todos os formulários de controle para a concessão do Auxílio Transporte, estendendo este trabalho a todos os servidores do IFMT (todos os campi) de modo a evitar ônus indevido ao erário relativo a servidores que não mais fazem jus a este pagamento.

Estágio de implantação: Até a presente data não houve alteração do fato constatado.

Nº da Constatação: (014)

Recomendamos à Unidade adotar postura rigorosa nas concessões de diárias e promover as devidas medidas disciplinares caso os beneficiários não cumpram os prazos legais estabelecidos para as correspondentes prestações de contas. Faz-se necessário desenvolver ações de capacitação aos servidores que administram o Sistema SCDP na Unidade de modo a evitar irregularidades de processamento, as quais têm contribuído significativamente para o grande volume de pendências em lançamentos.

Providência implementada:

Em novembro de 2010 foi realizada a capacitação dos servidores que administram o sistema SCDP e através da Portaria nº 261, de 16 de março de 2011, foi regulamentada, no âmbito do IFMT, a concessão e prestação de contas de Diárias e Passagens.

Nº da Constatação: (067)

Recomendamos proceder às devidas formalizações processuais dos pagamentos de Ajuda de Custo, observando os aspectos da tempestividade nesses pagamentos, na existência de informações relativas aos efetivos desligamentos e exercícios nas unidades envolvidas, como também reavaliar o planejamento operacional de modo a evitar publicações de atos com efeitos retroativos desprovidos de amparo legal.

Estágio de implantação: Esta verificação será contemplada no Plano de Trabalho desta AUDIN para o exercício de 2011.

Nº da Constatação: (032)

Adotar medidas administrativas visando ao aproveitamento dos servidores vigilantes em suas atividades finalísticas, bem como evitar ações junto às instâncias superiores no sentido de obter autorizações para a realização de concursos ou outros instrumentos legais de contratação.

Estágio de implantação: Até a presente data não houve alteração do fato constatado.

Nº da Constatação: (036)

Considerando o que preceitua a legislação, o servidor, nas atuais condições, não poderá exercer um regime total de trabalho de 70 horas semanais, devendo, neste caso, optar por uma das seguintes situações:

* permanecer no IFMT - Campus Cáceres/MT no exercício do cargo de professor sob regime de 40 horas semanais e na UNEMAT com um limite total de 20 horas semanais remuneradas; ou

* permanecer no IFMT - Campus Cáceres/MT no exercício do cargo de professor sob regime de 30 horas semanais (ter sua carga horária remuneratória semanal reduzida) e na UNEMAT com o limite total atualmente remunerado de 30 horas semanais.

Estágio de implantação: Esta verificação será contemplada no Plano de Trabalho desta AUDIN para o exercício de 2011.

Nº da Constatação: (018)

Quando da formalização dos processos licitatórios, observar a legislação vigente, notadamente quanto à prática dessas ações de alteração do edital, zelando, assim, pelo cumprimento do §4 do art. 21 da Lei 8666/93 e pelo entendimento exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 444/2000.

Recomendamos à Unidade a correta formalização dos processos, fazendo constar nos mesmos todas as peças exigidas.

Estágio de implantação: Nas amostras analisadas por esta AUDIN nos processos licitatórios referentes ao ano de 2010 não se constatou tais fatos.

Nº da Constatação: (035)

Recomendamos à Unidade que nas contratações sejam observadas a adequada utilização da modalidade a ser aplicada. A implementação da referida recomendação para futuras contratações será objeto de verificação por parte deste Órgão de Controle por ocasião das ações de auditoria durante o exercício de 2010.

Estágio de implantação: Nas amostras analisadas por esta AUDIN nos processos de inexigibilidade e de dispensa referentes ao ano de 2010 foram constatados tais fatos.

Nº da Constatação: (024)

Buscar junto ao fornecedor CNPJ 03.269.974/0001-63 o ressarcimento do valor indevidamente pago no valor de R\$ 14.979,86 relativamente ao Pregão nº 002/2004.

Nº da Constatação: (087)

Recomendamos ao IFMT adotar medidas orientativas administrativas junto aos seus campi jurisdicionados no sentido de zelar pela não realização da prática de emissão de empenho para a própria instituição no intuito de resguardar os recursos financeiros.

Estágio de implantação: Em 2010 não se constatou tais fatos.

Nº da Constatação: (085)

Recomendamos que o IFMT oriente todos os seus campi jurisdicionados no sentido de exigir nos editais de obras a apresentação detalhada da composição do BDI por parte dos licitantes.

Nas amostras analisadas por esta AUDIN constatamos ausência de demonstração da composição do BDI e seus respectivos percentuais no Processo nº. 23000.056196/2009-39-Tomada de Preço n. 01/2009 - construção de infra-estrutura do Campus Cáceres.

Nº da Constatação: (088)

Recomendamos à direção do IFMT a tomada de providências legais e imediatas para terminar a obra.

Nº da Constatação: (089)

Recomendamos ao gestor do IFMT-Campus Juína a tomada de providências junto à Procuradoria Federal para a adoção das medidas cabíveis.

Nº da Constatação: (090)

Considerando os fatos apontados, recomendamos ao gestor do IFMT proceder à cobrança judicial do prejuízo, bem como a apuração da responsabilidade do fiscal / consultor contratado que atestou a medição do serviço não executado.

Estágio de implantação: Através da Portaria/IFMT nº 195, de 28 de fevereiro de 2011, foi designada comissão para apurar a existência ou não de pendências obrigacionais entre o IFMT e a empresa contratada, considerando: a execução do objeto contratual, mesmo que parcialmente; as causas de paralização ou atraso na execução da obra; os saldos a pagar ou a receber; a existência ou não de irregularidades procedimentais; a situação financeira e fiscal da empresa contratada; e a situação de regularidade fiscal em relação a encargos específicos da obra.

3.5. CONCLUSÃO:

Com base no exposto, somos de **PARECER** que a Prestação de Contas Anual do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**, referente ao exercício de 2010, está em condições de ser submetida à apreciação e aprovação, com ressalva, pelo Conselho Superior.

Cuiabá, 28 de março de 2011.

MÁRCIA PULCHERIO CESPEDES RAMOS
CHEFE DA AUDITORIA INTERNA
CRC nº 006724/0-0

PARECER

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, em Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de março de 2011, às 9 horas, na Sala de Videoconferência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Cuiabá, presidido pelo Reitor *Pro Tempore* do IFMT, Professor José Bispo Barbosa, teve como pauta e apreciou o processo de Prestação de Contas do exercício do ano de 2010, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, apresentado pelo Pró-Reitor de Administração, Professor Josias do Espírito Santo Coringa.

O plenário do Conselho Superior do IFMT, reunido para fins de apreciação do Processo de Prestação de Contas do Exercício de 2010, emite parecer favorável à aprovação, com ressalvas.

Cuiabá-MT, 29 de março de 2011.

Presidente:

JOSÉ BISPO BARBOSA

Conselheiros:

ADRIANO JOSE VIEIRA FURTADO

ALI VEGGI ATALA

BRUNO JOSÉ DE AMORIM COUTINHO

GILMA SILVA CHITARRA

IGOR MIGUEL GAJARDONI RIBEIRO

IRACI DE FÁTIMA PEREIRA

JANDILSON VITOR DA SILVA

JOÃO FERREIRA DE SOUZA FILHO

JOICE JUSTINO VIANA

JOSÉ RICARDO GONÇALVES DUARTE

LÉLIA ROCHA ABADÍO BRUN

LEONE COVARI

MANOEL DE SOUZA

MARCELO MARTINS CESTARI

MARCIEL BECKER

MARIA UBALDINA COSTA SANCHES

OLEGÁRIO BALDO

XISTO RODRIGUES DE SOUZA

(original assinado)